



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

LEONARDO FIGUEIREDO COSTA

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA
NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO EM PRODUÇÃO, GESTÃO E
POLÍTICAS CULTURAIS**

Salvador
2011

LEONARDO FIGUEIREDO COSTA

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA
NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO EM PRODUÇÃO, GESTÃO E
POLÍTICAS CULTURAIS**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim

Salvador
2011

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Costa, Leonardo Figueiredo.

Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais / Leonardo Figueiredo Costa. - 2011.
239 f. : il.

Inclui apêndices.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

1. Cultura. 2. Formação profissional. 3. Política cultural. I. Rubim, Antonio Albino Canelas. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 306
CDU - 316.72/.74



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

LEONARDO FIGUEIREDO COSTA

**“Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise
da formação em produção, gestão e políticas culturais”**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento em 12 de abril de 2011, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

a
Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho (UECE)

Prof. Dr. José Roberto Severino (UFBA)

Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira (UFBA)

Prof^ª. Dr^ª. Lindinalva Silva Oliveira Rubim (UFBA)

*À Naiara,
por estar ao meu lado nesta última década...*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um grande esforço coletivo, na medida em que muitos contribuíram para a sua execução. Desse modo, gostaria de aproveitar este momento para agradecer:

Ao Prof. Dr. Albino Rubim, reconhecido pesquisador, por ter me orientado neste trabalho e ter me aberto portas para a área de pesquisa em cultura e desenvolvimento, mais especificamente em políticas culturais;

Aos Profs. Drs. Alexandre Barbalho e Paulo Miguez, pela participação e contribuições no meu exame de qualificação e por me “orientarem” em algumas situações no decorrer desses quatro anos;

Ao Prof. Dr. Bruno Péquignot, diretor do *Département de Médiation Culturelle* da *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III), pela co-orientação recebida durante meu período de pesquisa no exterior;

Aos bolsistas de iniciação científica que participaram do mapeamento e a todos os entrevistados, parte fundamental para o compartilhamento de informações e dados desta tese;

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelos 36 meses de bolsa de doutorado;

Ao Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos seis meses de bolsa de pesquisa na França;

Aos colegas e amigos feitos ao longo da minha trajetória na Faculdade de Comunicação (Facom) e no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), passada como aluno da graduação, membro de empresa júnior, aluno da pós-graduação (em dois programas diferentes) e professor substituto, ao longo dos últimos dez anos;

Aos sócios da empresa Ritos Produções em Comunicação e Cultura, Salim Khouri (presente na sua constituição), Fernanda Pimenta e Renata Rocha, por compartilharem experiências profissionais no campo da organização da cultura comigo;

A Naiara Felipe, Mia Malone, Jonathan Alderman e Adam Fletcher, pela tradução e revisão do resumo em inglês, e a Amaranta Cesar e Moema Franca, pela tradução e revisão do resumo em francês;

Ao Prof. Dr. André Lemos, por ter me orientado durante a minha fase inicial de pesquisador (iniciação científica, graduação e mestrado);

A minha família, que (mais uma vez) mesmo sem se dar conta do que pesquiso e o que faço está presente em momentos importantes.

*Eu vou fazer uma ciranda / pra botar o disco / na lei de incentivo a cultura, (...) / Mas é
preciso entrar no gráfico / do mercado fonográfico / Mas eu não sei negociar / eu só sei tocar
meu tamborzinho / e olhe lá.*

Karina Buhr

Uma idéia sem execução é um sonho

Duque de Saint-Simon

RESUMO

A relação da cultura com o desenvolvimento da sociedade é fator de múltiplos estudos, contudo pouco se analisa sobre a formação dos responsáveis pela organização da cultura – ou seja, profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais. A função desse profissional – que age como o grande mediador desse sistema, é diversa e pode receber diferentes denominações. A análise do contexto da sua formação merece um destaque que até então não foi dado, como peça importante para o desenvolvimento do setor. Para fundamentar essa análise desenvolvemos um mapeamento que abrange de forma sistemática as mais diversas instituições que trabalham na formação e qualificação em organização da cultura nos mais diferenciados níveis de aprimoramento (atividades presenciais e *on-line* de extensão, graduação, especialização, mestrado, doutorado etc.) existentes na atualidade brasileira. O mapeamento foi realizado através de pesquisa *on-line*, acionando instrumentos de investigação apropriados (aplicação de questionários, pesquisa documental, contato telefônico para complementação de dados etc.), e serviu ainda de base para a análise comparativa de cursos de graduação plena e de cursos de graduação tecnológica. Buscamos delinear um panorama da formação no campo da organização da cultura a partir desta tese, como fator de crescimento acadêmico e reflexivo dessa área no Brasil.

Palavras-chave: organização da cultura, formação, produção cultural, gestão cultural, política cultural.

ABSTRACT

The relationship between culture and the development of society has been the subject of various studies; however there is little analysis of the training of those responsible for the organization of culture – in other words, professionals working in policy, management or cultural production. The function of this professional – who acts as the major mediator of this system, is diverse and can be given different names. The analysis of the context of their training deserves a focus which has until now not been given, as an important part in the development of the sector. In order to support this analysis we conducted mapping research which covers, in a systematic way, the various institutions working in training and qualification for professionals working in the organization of the cultural sector in the most differentiated levels of educational activities (classroom learning and distance learning extracurricular courses, undergraduate, specialization, masters, doctorate, etc..) currently existing in Brazil. The mapping was conducted via online survey, and using appropriate research methods (questionnaires, documentary research, with telephone contact to complement the data etc.), and also served as the basis for the comparative analysis of full undergraduate and technology graduation courses. In this thesis we aim to give an overview of training in the field of the organization of culture as a factor for academic and reflective growth of this area in Brazil.

Key-words: organization of culture, training, cultural production, cultural management, cultural policy.

RÉSUMÉ

Les études sur la relation entre la culture et le développement de la société sont nombreux, cependant on constate qu'il n'y a pas assez d'analyses sur la formation des responsables pour l'organisation de la culture – c'est à dire, les professionnels qui travaillent dans la politique, la gestion ou la production culturelle. La fonction de ce professionnel, qui agit comme médiateur majeur dans ce système, est diverse, étant nommée par des multiples définitions. L'analyse du contexte de leur formation mérite une attention particulière et inédite, que le considère comme un élément essentiel dans le développement du secteur. Pour déployer cette analyse, nous avons développé une cartographie, qui contemple de façon systématique les différentes institutions travaillant dans la formation et la qualification pour l'organisation de la culture dans les niveaux les plus différenciés des activités éducatives (activités de recherche universitaires, graduation, maîtrise, DEA, doctorat, etc), qui existent actuellement au Brésil. Cette cartographie a été réalisée à l'aide des sondages faits par l'Internet à travers des outils d'enquête appropriés (questionnaires, recherche documentaire, contact téléphonique pour compléter les données, etc.), et a également servi comme base pour l'analyse comparative des cours de graduation plein et des cours de graduation technologique. Cette thèse cherche à proposer un panorama de la formation dans le champ de l'organisation de la culture, comme un facteur de la croissance académique et réflexive de ce domaine au Brésil..

Mots-clés: organisation de la culture, formation, production culturelle, gestion culturelle, politique culturelle.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	O “lugar” do produtor cultural	62
FIGURA 2	Os “lugares” do gestor cultural	62
FIGURA 3	Alertas do Google	102
FIGURA 4	Banco de dados (preenchimento)	104
FIGURA 5	Geoprocessamento (<i>Google Maps</i>)	106
FIGURA 6	Geoprocessamento (<i>Google Maps</i>) – visão de satélite de Salvador	106
FIGURA 7	Manchetes do jornal <i>A Tarde</i>	170

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Porcentagem de ofertas acadêmicas em organização da cultura na Ibero-América	99
GRÁFICO 2	Instituições por região e por estados	108
GRÁFICO 3	Instituições por status legal	109
GRÁFICO 4	Instituições por recursos	110
GRÁFICO 5	Instituições por atividades principais	111
GRÁFICO 6	Cursos por nível/tipo	113
GRÁFICO 7	Cursos por campo	114
GRÁFICO 8	Cursos por área temática	115
GRÁFICO 9	Cursos por regularidade	116
GRÁFICO 10	Áreas de conhecimento de proveniência dos professores por curso	117
GRÁFICO 11	Procedimentos metodológicos por curso	118
GRÁFICO 12	Proveniência dos estudantes por curso	119
GRÁFICO 13	Requerimentos para admissão por curso	120
GRÁFICO 14	Requerimentos para conclusão por curso	121
GRÁFICO 15	Cursos por bolsas oferecidas	121
GRÁFICO 16	Cursos principais por ano de início	122
GRÁFICO 17	Disciplinas em organização da cultura nos cursos de graduação	159
GRÁFICO 18	Disciplinas em organização da cultura nos cursos de graduação tecnológica	161
GRÁFICO 19	Disciplinas afins nos cursos de graduação plena e tecnológicos	162

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Ações levantadas na área de formação em organização da cultura no MinC	90
TABELA 2	Cursos de graduação plena mapeados	144
TABELA 3	Cursos de graduação tecnológica mapeados	144
TABELA 4	Cursos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNC	Conferência Nacional de Cultura
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. SISTEMA CULTURAL E TERMINOLOGIAS E DENOMINAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA	26
1.1 SISTEMA CULTURAL: MOMENTOS DO FAZER CULTURAL	26
1.2 DENOMINAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA	33
1.2.1 Formação acadêmica em <i>arts administration</i>	34
1.2.2 <i>Médiation culturelle</i> – muitas nomenclaturas, pouca distinção?	38
1.2.3 Animadores, administradores ou gestores? (in)Definições na organização da cultura ibero-americana...	48
1.2.4 O caso brasileiro: produção e gestão culturais	54
2. POLÍTICAS CULTURAIS NA ÁREA DE FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA	67
2.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS	69
2.2 O PAPEL DAS LEIS DE INCENTIVO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL	77
2.3 GESTÃO DO MINC NO GOVERNO LULA (2003-2010)	80
2.3.1 Documentos oficiais: como o tema foi pautado pelo MinC?	82
2.3.2 Ações em relação ao tema no MinC	90
2.3.3 A importância da formação de gestores através do SNC	92
2.4 PROCESSO ELEITORAL EM 2010	94
3. MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL	97

3.1	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	100
3.2	MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: DADOS MAIS RELEVANTES	107
3.2.1	Dados mais relevantes das instituições mapeadas	107
3.2.2	Dados mais relevantes dos cursos mapeados	112
4.	FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL: APORTES CONCEITUAIS	123
4.1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	124
4.2	ALGUNS APORTES DE GRAMSCI E BOURDIEU	127
4.3	CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	132
4.3.1	Questões curriculares...	136
4.3.2	Questões legislativas...	138
5.	PANORAMA DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL	143
5.1	CURSOS DE GRADUAÇÃO E TECNOLÓGICOS	143
5.1.1	Ciências Sociais – Produção e Política Cultural – Universidade Cândido Mendes	145
5.1.2	Ciências Sociais com concentração em Cultura e Sociedade – Fundação Getúlio Vargas	146
5.1.3	Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura – Universidade Federal da Bahia	146
5.1.4	Produção Cultural – Centro Universitário de Caratinga	148
5.1.5	Produção Cultural – Universidade Federal Fluminense	149
5.1.6	Formação de Produtores e Músicos de <i>Rock</i> – Universidade do Vale do Rio dos Sinos	150
5.1.7	Gestão Cultural – Universidade do Vale do Rio dos Sinos	150

5.1.8	Gestão de Eventos – Universidade Salvador	151
5.1.9	Gestão e Produção de Eventos Culturais – Universidade da Amazônia	152
5.1.10	Produção Audiovisual – Faculdades Integradas de Bauru	152
5.1.11	Produção Cultural – Fundação Armando Alvares Penteado	153
5.1.12	Produção Cultural – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	154
5.1.13	Produção Cultural – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	155
5.1.14	Produção Cultural – Universidade Cidade de São Paulo	155
5.1.15	Produção Fonográfica – Universidade Católica de Pelotas	156
5.1.16	Produção Fonográfica – Universidade Estácio de Sá	156
5.1.17	Produção Musical – Universidade Anhembi Morumbi	157
5.2	ANÁLISE COMPARATIVA	158
5.2.1	Outras experiências na área de formação...	164
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
	REFERÊNCIAS	177
	APÊNDICES	190
	A – QUESTIONÁRIO FINAL	191
	B – BANCO DE DADOS	198
	C – LISTAGEM COMPLETA DOS CURSOS MAPEADOS	201
	D – LISTAGEM DOS CURSOS PRINCIPAIS POR ESTADO	228
	E – LISTAGEM DAS PUBLICAÇÕES MAPEADAS	234

INTRODUÇÃO

Posso iniciar a minha trajetória acadêmica com a conclusão do ensino médio no ano de 1999, quando o questionamento sobre que carreira seguir perpassa a maioria dos jovens. Uma pergunta que poderia ser remodelada atualmente, vendo a trajetória do ponto que estou no momento. Ao invés de me interrogar sobre que carreira seguir, e me indagar sobre um futuro sucesso profissional, poderia ter me perguntado em qual área do conhecimento eu gostaria de me aprofundar, e o que eu gostaria mais de saber e apreender do mundo.

Tinha uma inclinação para a área de comunicação – confirmada em testes de vocação –, mas para um pré-vestibulando outra pergunta surge nesse momento: qual habilitação seguir nesse mercado de especificidades? Enquanto área do conhecimento mais recente, ainda em processo de consolidação, a comunicação dispõe de um número razoável de possibilidades – onde nem sempre é claro o lugar que começa uma e termina a outra, já que o que observamos são “fronteiras” tênues. Sabia que jornalismo não era o meu forte, que publicidade e propaganda poderia ser uma opção, mas realmente me encantei pela possibilidade de cursar comunicação com habilitação em produção em comunicação e cultura, curso usualmente conhecido como produção cultural.

Que curso seria esse? Que habilidades são desenvolvidas a partir dessa formação? Até hoje os recém-ingressos no curso de produção cultural têm em mente essas dúvidas, pois são poucas opções de graduação plena nessa área no Brasil – atualmente no ensino público superior existem apenas um curso em Salvador e um no Rio de Janeiro. Mas, felizmente, há um leque de oportunidades por detrás dessa nomenclatura, que de alguma forma participa de um movimento que busca profissionalizar o campo da organização da cultura – campo esse que congrega os profissionais atuantes na política, gestão ou produção culturais.

Podemos trazer aqui um primeiro exemplo prático da área, quando por diversas vezes na vida assistimos à apresentação de uma peça, algum concerto ou vamos a um museu. Apreciamos uma montagem artística e sabemos quem é o seu autor, sua carreira, até mesmo os financiadores e os patrocinadores que apoiaram a realização dessa atividade, mas, nos bastidores, para o andamento do projeto se encontra a figura do produtor cultural.

Durante a graduação participei de alguns cursos de extensão sobre produção cultural que eram realizados em Salvador, como forma de ampliar/renovar o conhecimento que obtinha no mercado. Realizei uma série de trabalhos em produção, de projetos a custo zero até a coordenação de projetos com orçamento de um milhão e meio de reais. Trabalhei na produção de trio elétrico, shows de *rock*, desfile de moda, festa de música eletrônica, encontros internacionais, peças de teatro, festivais de música independente, seminários, exposições de artes visuais... Até hoje busco alternativas e novas experiências na área de produção.

Já em 2006, após ter concluído metade do mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, fui aprovado na seleção para professor substituto da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da disciplina Oficina de Produção Cultural. Essa disciplina é a primeira oficina obrigatória específica do curso de produção cultural. É o primeiro momento no fluxograma onde os alunos têm um maior contato com a área da produção em termos práticos. Tive a possibilidade de trabalhar com os alunos uma metodologia na qual o projeto cultural era desenvolvido em sala de aula por eles. Inicialmente eram apresentados alguns conceitos que permeiam a área, depois passávamos por todas as etapas da produção, desde a concepção da idéia até a prestação de contas final, com todos os momentos sendo discutidos em sala e em dinâmicas externas.

Como professor substituto da referida instituição ministrei ainda as seguintes disciplinas optativas: Comunicação e Cultura – 2006.1, Comunicação e Informática – 2006.2, e Seminários de Atualização em Comunicação – 2007.1). As disciplinas demonstraram de algum modo a mudança de enfoque da minha trajetória acadêmica, quando em 2006.2 ministrei uma disciplina com a temática da inclusão digital, na fase final da redação da minha dissertação; e em 2007.1 ministrei uma disciplina com a temática da profissionalização da produção cultural, na fase inicial do meu doutorado. Ministrei ainda outra disciplina obrigatória do fluxograma, dessa vez do segundo semestre do curso (*Marketing Cultural* – 2007.2).

Os continuados trabalhos que realizei na área de produção cultural trouxeram a necessidade pessoal de teorizar um pouco mais sobre esse campo em formação, o que orientou a minha escolha para o ingresso no doutorado do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), sob a orientação do professor Antonio

Albino Canelas Rubim. Em 2007 iniciei a minha pesquisa na linha Cultura e Desenvolvimento do Pós-Cultura, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), buscando compreender um pouco mais sobre os processos de formação e profissionalização no campo da organização da cultura.

Durante o trabalho desta pesquisa consegui apresentar o andamento das reflexões através de artigos em diversos eventos, nacionais e internacionais. Em maio de 2008 organizei uma mesa redonda na programação da tarde do IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT) com o tema “Formação em organização da cultura”¹, com a participação de representantes do Itaú Cultural, da Associação Brasileira de Gestão Cultural e da Fundação Getúlio Vargas.

No doutorado tive a chance de conseguir uma bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com isso realizei parte da minha pesquisa na *Université Sorbonne Nouvelle* (Paris III), entre os meses de setembro de 2008 até fevereiro de 2009; sob a co-orientação do professor Bruno Péquignot, diretor do *Département de Médiation Culturelle* da instituição. Na França pude cursar algumas disciplinas (como *Sociologie de la culture* e *Rencontre avec professionnels*), participei dos encontros mensais do grupo de pesquisa do meu co-orientador no *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux* (CERLIS), ampliei a bibliografia desta tese (tanto com livros de origem francesa quanto com livros em português de Portugal, em espanhol e em inglês), além de ter dialogado com diversos profissionais e estudiosos da área.

Após toda essa trajetória tinha a certeza de que deveria prosseguir com os estudos na área de formação em organização da cultura, já que uma das maiores carências detectadas em pesquisas das políticas culturais brasileiras têm sido a ausência de políticas de formação de pessoal em cultura (RUBIM, 2007a:32). Tal constatação aparece como problemática em uma circunstância contemporânea em que cada vez mais a cultura adquire centralidade, inclusive porque adquire uma dimensão transversal que a faz interagir e ter interfaces com os mais diversos campos sociais (RUBIM, 2007b).

¹ http://www.cult.ufba.br/enecult2008/Programacao_tarde.pdf (acesso em 06/01/2011).

A base desta constituição profissional se configura primeiramente através da sua prática, mas tendo em vista a sua profissionalização faz-se necessário trilhar um caminho em direção ao desenvolvimento dos aspectos da sua formação. A estruturação de práticas de formação precisa, por sua vez, da sistematização técnica/acadêmica do modo próprio de operação da área, já que para podermos definir uma identidade profissional neste meio é necessário identificar quais são os saberes/habilidades para esta atuação. Desse modo podemos avançar rumo a um maior reconhecimento deste campo.

Não é por acaso que a necessidade de políticas para a formação de pessoal de cultura tem sido uma reivindicação persistente em todas as conferências de cultura realizadas recentemente no país, sejam elas em âmbitos municipais, estaduais² e nacional³ – tive a oportunidade de ser delegado nas duas últimas realizadas no estado da Bahia e no Brasil. Em tais conferências e em outros debates o tema da formação em cultura não só está sempre presente, como também ocupa permanentemente um lugar de destaque entre as demandas da sociedade.

Parece desnecessário assinalar que a organização é um momento imanente ao sistema e mesmo a toda e qualquer manifestação e expressão culturais, em dinâmica macro e/ou micro-social. Mas este caráter inerente talvez tenha obscurecido a imediata atenção com este momento, que só recentemente emergiu como espaço de práticas e formulações (RUBIM et al., 2006).

A predominância das leis de incentivo à cultura no Brasil, em detrimento de uma intervenção mais atuante dos poderes públicos como atores ativos das políticas culturais nacionais e estaduais, inibiu ainda mais a preocupação com a formação de pessoal em cultura.

² Propostas resultantes da plenária da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia: “criação e incentivo de cursos presenciais ou à distancia, de formação nas expressões artístico-culturais de nível técnico, graduação e especialização (...). Criar, junto à Secretaria Estadual de Educação, uma proposta de lei para educação formal, visando a formação cultural (...), além da elaboração técnica, captação de recursos e gestão cultural”. <http://www.cultura.ba.gov.br/conferencia/conferencia-estadual/resultados> (acesso em 27/02/2008).

³ Excertos dos eixos temáticos da 1ª Conferência Nacional de Cultura: “no caso brasileiro, encontramos em todos os níveis de governo órgãos responsáveis pela gestão cultural. É necessária uma maior interação, por exemplo, das empresas no sistema ‘S’, no planejamento de ações públicas no campo da cultura, tanto na produção, circulação e consumo de produtos culturais, quanto na formação e aprimoramento de produtores e agentes culturais (...). Como gerar as informações necessárias para um real conhecimento da cadeia produtiva da cultura? Como garantir um processo permanente de capacitação de gestores e produtores culturais? Como gerar um processo de profissionalização da gestão cultural também nos níveis superiores, com formação de especialistas para atuarem nas áreas de docência e de assessoramento? Como criar instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas estabelecidas?”. http://www.cultura.gov.br/upload/Eixos_Tematicos_da_1_CNC_1132854375.pdf (acesso em 27/02/2008).

A Lei Rouanet⁴ em 1995 reconheceu legalmente a existência do trabalho de intermediação de projetos culturais, inclusive com o ganho financeiro. Oficializou, de certo modo, a produção cultural no Brasil como uma função de organização da cultura através da elaboração de projetos, captação de recursos, administração de eventos etc. Mas enquanto plataforma política não buscou dar uma base para este possível campo em constituição. Logo em seguida temos a criação de dois cursos de graduação em produção cultural no Brasil (um no Rio de Janeiro e outro na Bahia), relacionados com uma demanda clara, no entanto pontuais nas suas atuações. O curso da UFBA apresenta a descrição que segue abaixo:

O profissional em Produção em Comunicação e Cultura, possuidor de um conhecimento teórico - analítico - informativo rico e abrangente da situação da cultura e da comunicação na contemporaneidade, com destaque para o panorama atual vivenciado no Brasil e na Bahia, realiza estudos e pesquisas na área de comunicação e cultura, além de planejar, produzir e realizar atividades culturais e comunicacionais, sob variadas formatações, sendo tais programas realizados diretamente pelos mídia, como “shows” inscritos em sua programação midiática ou não, ou programas realizados por terceiros, mas perpassados pela necessidade de efetiva interação com mídias.⁵

Podemos observar nesse trecho que a graduação busca contribuir não somente para a atividade prática dos futuros profissionais, como também para a sua visão acerca de temas como cultura, contemporaneidade, meios de comunicação, entre outros; possibilitando a formação de profissionais capazes de refletir sobre os contextos da área na qual posteriormente irão trabalhar.

Um dos mais antigos cursos de graduação existentes na área no Brasil é o da Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1995 no Departamento de Artes da instituição. Um dos seus objetivos, semelhante ao do curso da UFBA, é “formar profissionais que não apenas reproduzam modelos, atendendo às exigências mercadológicas, aos interesses hegemônicos da indústria cultural, mas capazes de ter iniciativas e desenvolver projetos que valorizem a diversidade sociocultural”⁶.

Este panorama de déficit de pessoal formado e qualificado em cultura tem repercutido de modo profundo em praticamente todos os campos das atividades culturais. Urge que tal

⁴ “A lei que efetivamente pauta os projetos de incentivos culturais por excelência, a Lei Rouanet (8.313/91), permite a dedução de até 6% do Imposto de Renda devido por pessoa física (...) e de até 4% do Imposto de Renda a pagar por pessoa jurídica (...). Para ambos os casos, a lei prevê dois tipos de transferência: doação (...) e patrocínio” (REIS, 2006:182).

⁵ http://www.facom.ufba.br/acad_ens_produ.html (acesso em 18/02/2008).

⁶ <http://www.uff.br/procult/curso.htm> (acesso em 25/08/2003).

quadro deva ser superado, pois ele se configura como um dos dilemas mais problemáticos para o satisfatório desenvolvimento cultural do país.

A gravidade da situação brasileira torna-se ainda mais pronunciada se comparamos esta ausência de políticas nacionais de formação em cultura com o panorama de outros países de conformação e dimensão aproximadas à nossa, como, por exemplo, do México e mesmo da Colômbia (GUÉDEZ e MENÉNDEZ, 1994; IBERFORMAT, 2003; SEMPERE et al., 2005). Nesses países existem políticas nacionais de formação e qualificação em cultura, com destaque para aquelas voltadas para o pessoal envolvido nas políticas, na gestão e na produção culturais.

Nessa perspectiva, a principal justificativa desta tese é a busca de superação desta situação preocupante para a cultura brasileira. Este trabalho tem como objetivo analisar as questões relativas à constituição do campo da organização da cultura, tendo como foco principal a compreensão dos processos de formação nessa área. Buscaremos verificar a hipótese de que a formação contribui para a profissionalização do campo da organização da cultura, ao mesmo tempo em que a falta de políticas públicas no setor prejudica essa relação. Para desenvolver este trabalho realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre a área cultural e os seus principais autores, com o propósito de identificar o modo como vem se definindo o papel da organização da cultura na sociedade contemporânea. A partir daí partimos para o trabalho de pesquisa que engloba um mapeamento, através de um estudo sistemático, e um diagnóstico desta situação de carência de pessoal especializado em organização da cultura, na qual estão incluídos os formuladores e avaliadores de políticas culturais, os gestores e os produtores culturais. Peças consideradas importantes nos momentos do fazer cultural, que, no entanto, carecem de trabalhos científicos que versem sobre os seus processos de formação.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro buscaremos analisar a multiplicidade de terminologias e denominações dos agentes envolvidos no campo da cultura, mais especificamente dos agentes ligados à organização da cultura, apresentando inicialmente um contexto sobre as noções relacionadas aos momentos do fazer cultural. Faremos uma abordagem internacional – a partir da experiência anglo-saxônica, passando pela experiência francesa e finalizando com a experiência Ibero-americana – e brasileira buscando elucidar as demandas do campo cultural que emergem na sociedade contemporânea. Termos como *arts*

administration, médiation culturelle, gestión cultural e produção cultural serão apresentados, numa tentativa de traçar as suas características, semelhanças e diferenças em seus contextos. Para a execução desse capítulo foi de fundamental importância o período de estágio no exterior, no qual pudemos ampliar o levantamento bibliográfico e entrevistar alguns professores da área na França.

No segundo capítulo fazemos um breve histórico das políticas culturais no Brasil, para em seguida traçarmos uma análise das propostas e ações que foram executadas pelo Ministério da Cultura (MinC), no âmbito da formação e capacitação de profissionais da área da organização da cultura. Esse capítulo teve como base principal a pesquisa através de documentos e *sites* institucionais, além de contar com uma entrevista da então representante da Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC). Entre os documentos analisados vale destacar as publicações da *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura* (MINC, 2007b), das *Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura* (MINC, 2008), e da *Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura* (MINC, 2009).

O terceiro capítulo expõe os procedimentos metodológicos e os dados do mapeamento que abrange de forma sistemática as mais diversas instituições que trabalham na formação e qualificação do pessoal em organização da cultura nos mais diferenciados níveis de aprimoramento (atividades presenciais e *on-line* de extensão, graduação, especialização, mestrado, doutorado etc.) existentes na atualidade. A pesquisa foi realizada através de investigações *on-line*, acionando diversos instrumentos (aplicação de questionários, pesquisa documental, contato telefônico para complementação de dados etc.), e compreendeu o período de junho de 2009 a janeiro de 2010. O mapeamento foi realizado por um grupo de consultores e bolsistas de iniciação científica, e contou com o financiamento do MinC através da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) como fase preparatória da implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – programa que será apresentado em detalhes no segundo capítulo. Ele abrange não só dados acerca desses entes formadores, mas também recolhe informações quantitativas referentes aos conteúdos, tecnologias e métodos pedagógicos acionados nas variadas modalidades de capacitação e aperfeiçoamento desenvolvidas pelos referidos entes.

O quarto capítulo busca evidenciar – através de uma revisão da literatura – um breve contexto na área da sociologia da educação, com aportes sobre um histórico da educação superior e seus enlaces contemporâneos, para embasar o panorama de cursos de graduação plena e de cursos de graduação tecnológica trazido em seguida no quinto capítulo. Nesse capítulo apresentaremos uma descrição das experiências, através dos dados coletados no terceiro capítulo, para depois traçarmos uma análise comparativa. São objeto desse estudo apenas os cursos de graduação plena e de graduação tecnológica que estavam em funcionamento no ano de 2010. No total serão apresentados cinco cursos de graduação plena e 12 cursos de graduação tecnológica, recorte feito no mapeamento devido ao maior grau de continuidade e relevância dessas experiências no contexto da formação, algo fundamental para desenvolver e consolidar uma área acadêmica e profissional. Por último iremos expor as considerações finais desta tese, não dando por finalizada a nossa trajetória na área da organização da cultura.

1. SISTEMA CULTURAL E TERMINOLOGIAS E DENOMINAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

Buscaremos neste capítulo analisar a multiplicidade de terminologias e denominações dos agentes envolvidos no campo da cultura, mais especificamente dos agentes ligados à organização da cultura, apresentando inicialmente um contexto sobre as noções relacionadas aos momentos do fazer cultural. Faremos uma abordagem internacional – a partir da experiência anglo-saxônica, passando pela experiência francesa e finalizando com a experiência Ibero-americana – e brasileira buscando elucidar as demandas do campo cultural que emergem na sociedade contemporânea.

1.1 SISTEMA CULTURAL: MOMENTOS DO FAZER CULTURAL

Culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso ocorre em parte por causa do seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas européias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (WILLIAMS, 2007:117).

A definição científica de “cultura” é bastante discutida por diversos teóricos em diversas áreas de atuação acadêmica, prestando-se a diversas interpretações. Franco Crespi (1997) aborda as origens históricas e os conceitos gerais dessa discussão, distinguindo três tendências gerais no que se refere ao modo de encarar a questão da relação entre cultura e sociedade. Um primeiro conjunto de teorias trata a cultura como um conjunto relativamente autônomo perante o sistema social, se concentrando nas funções que os valores e as normas sociais exercem sobre o agir social. Um segundo bloco realça o caráter estrutural e a função construtiva dos símbolos referentes à realidade social, numa correlação entre a dinâmica das interações sociais e as formas culturais. Por último, Crespi distingue a tendência de se considerar a cultura como um conjunto variado de modos de fazer e de proceder nas situações sociais concretas.

A perspectiva estrutural para a análise da cultura leva em consideração o pressuposto do sistema. Sistema, que por sua vez, tem nas suas características o recorte de um campo (não

pressupõe a extensão de uma realidade); a existência de elementos (aspectos de uma realidade, pontos essenciais para uma análise); e a interação (relação entre elementos), a qual estabelece formas e padrões para uma morfologia do sistema. A estrutura, em outras palavras, é a forma como os elementos interagem dentro de um determinado campo.

Já o campo é um lugar delimitado e estruturado pelas tensões das relações de poder concernidas. Espaço estruturado de posição e de tomada de posição, numa disputa/competição dos atores e seus interesses específicos em tensão pela legitimidade/supremacia. “A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho)” (BOURDIEU, 2007a:69).

Nesse “campo de forças” há disputas pelos capitais (cultural, econômico, simbólico...) disponíveis no seu interior, por uma legitimização da competência exercida. “A noção de campo representa (...) um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Como num jogo de xadrez, o indivíduo age ou joga segundo sua posição social neste espaço delimitado” (VASCONCELLOS, 2002:83). Espaço onde é preciso traçar a topologia da sua estrutura interna, com o objetivo de reconhecer a estruturação das relações (supremacia e subordinação, distância e proximidade, complementaridade e antagonismo etc.) que vigoram entre os atores e as instituições que competem pela legitimidade.

A história da vida intelectual e artística das sociedades européias revela-se através da história das transformações da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura destes bens, transformações correlatas à constituição progressiva de um campo intelectual e artístico, ou seja, à autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos (BOURDIEU, 2005:99).

Podemos fazer um desenho de um sistema cultural formatado e discutido a partir da idéia de campo de Pierre Bourdieu, solicitando-se profissionais diferenciados para cada atuação, transformações que de uma forma mais direta alimentaram o processo de autonomização deste campo. São estas, no entender de Bourdieu (2005): 1) a constituição de um público consumidor crescentemente extenso e heterogêneo capaz de garantir aos produtores de bens simbólicos (artistas e intelectuais), simultaneamente, demanda (e independência) econômica e legitimação cultural; 2) a constituição de um corpo profissional de produtores e empresários de bens simbólicos cada vez mais numeroso e diferenciado,

disposto a reconhecer como legítimas, exclusivamente, as determinações de ordem técnica e regulatória estabelecidas pelo próprio campo; e 3) o crescimento e a diversificação tanto das instâncias de consagração e legitimação da produção do campo (por exemplo, as academias e os salões) como das instâncias de difusão do que aí é produzido (museus, salas de concerto, teatros, editoras, revistas etc.). “É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente da nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais” (BOURDIEU, 2007b:14).

A noção de campo está assim associada às subdivisões do contexto cultural mais amplo. Os diferentes campos existentes em uma dada formação cultural gozam de relativa autonomia na sua maneira de funcionar e existir. Elas são uma situação institucionalizada em que os agentes desenvolvem suas ações como atividades regidas por regras válidas para cada campo, especificamente (...). A participação ou não dos sujeitos em determinados campos depende dos seus *habitus*⁷, já que os campos exigem investimentos que implicam a posse e utilização de um capital cultural adquirido (...). Enquanto o campo está relacionado à forma de estruturação do espaço social, o *habitus* se aplica aos sujeitos e ao seu enquadramento no sistema de posições sociais. (...) Os conceitos de campo e *habitus*, assim associados, permitem perceber o modo de estruturação dos sentidos produzidos socialmente e gerenciados e gerenciados por agências e agentes produtores e reprodutores das informações e do seu fluxo na sociedade (MARTELETO, 1995).

Para além da formatação de um sistema cultural delimitado enquanto campo de forças é interessante contextualizar a cultura enquanto instância de desenvolvimento social que vem sendo reconhecida e discutida em decorrência de estudos e práticas que levam em conta os seus diversos desdobramentos. A secularização e a crescente autonomização da cultura como um campo social de atuação possibilitou o surgimento de instituições, públicas e privadas, profissionais diferenciados e uma estrutura organizacional instalada em um complexo sistema cultural.

Tal autonomização – que não deve ser confundida com isolamento, nem com desarticulação ou desconexão com o social – implica na constituição da cultura enquanto campo singular, o qual articula e inaugura: instituições,

⁷ Por *habitus* Bourdieu aborda a configuração social da normalidade, o que costuma acontecer na rede da vida social normal. Uma apreensão enquanto fluxo de regularidades, hábito. Um sistema de disposições e orientações duráveis (BOURDIEU, 2007b:13). O conceito corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. É também um meio de ação que permite desenvolver estratégias individuais ou coletivas. O conceito de *habitus* busca romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas. Quer recuperar a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Bourdieu propõe uma correspondência entre o lugar do agente no campo e as atitudes que ele adota, através de uma mediação do *habitus*.

profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, como sempre assinalou Pierre Bourdieu em seus textos acerca da cultura (RUBIM, 2007b:141).

O pesquisador Albino Rubim (2007b) destaca cinco grandes eixos que, desde a modernidade até a contemporaneidade, perpassam e configuram o campo cultural. Dois desses eixos, relacionados com a política e a economia, sofrem uma inversão ao longo da história, quando num primeiro momento tínhamos uma politização e uma mercantilização da cultura, passamos a ter uma culturalização da política e da mercadoria. Ao invés de uma politização da cultura, onde a cultura serve como um fator de legitimidade para as ações políticas a partir do declínio da religiosidade; temos uma culturalização da política, onde a cultura atua impregnando a agenda pública com temas que até então não eram trabalhados pela política. Essa relação, em grande medida, tem ligação com o papel central e transversal que a cultura opera atualmente, de modo a transbordar a noção do campo e perpassar outras dimensões societárias.

Podemos observar também uma inversão da lógica da mercantilização da cultura para a culturalização da mercadoria. Com a mercantilização da cultura temos a subsunção do capitalismo em relação aos bens simbólicos, não apenas na sua distribuição, mas também no pensamento da sua produção – como já assinalaram alguns autores da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer⁸. Com a culturalização da mercadoria temos uma inversão do que seria uma indústria cultural para podermos pensar através de outra perspectiva, com o valor do produto transcendendo a sua matéria e incorporando o peso de uma marca. Como observa Néstor García Canclini sobre a popularização do acesso à cultura e a valorização do entretenimento:

Paradoxalmente, esse fluxo contínuo a que somos submetidos não reflete as apreensões iniciais da Escola de Frankfurt sobre a massificação produzida pelas indústrias culturais. O modelo fordista, pensado a partir da produção em série de um grande número de mercadorias similares e distribuídas a contingentes de consumidores passivos, deu lugar a um mercado segmentado, no qual se multiplica a oferta de produtos para um público cada

⁸ O desenvolvimento do capitalismo propiciou ao capital, já consolidado na produção e circulação de bens materiais, ir adiante e adentrar a esfera dos bens simbólicos. Nesta esfera, o capital não se deteve em reorganizar a circulação da cultura, mas invadiu o momento mesmo da produção. Na década de 40, num contexto de avanço dos meios tecnológicos e do liberalismo norte-americano e sob o impacto dos governos autoritários, Adorno e Horkheimer (1991) refletiam sobre a cultura, mais especificamente sobre a incorporação dos meios técnicos aos bens culturais. Assumindo um posicionamento crítico sobre a relação entre arte e industrialização, desenvolveram uma dialética negativa, acreditando que toda expressão cultural seria transformada em produto, ou seja, em “indústria cultural”.

vez mais personalizado. Surgiram novos jornais, multiplicaram-se os títulos de revistas, a conversão digital levou à reedição de obras de numerosos artistas já desaparecidos, o número de novos autores cresceu e o número de sinais de TV nos serviços por assinatura dobrou. As ameaças de homogeneização deram lugar a um cenário de crescente heterogeneização (CANCLINI, 2003:349).

Fato observado também por Albino Rubim:

A nova relação mercado e cultura, (...), inaugura dinâmicas fora de seu estrito controle, diferente do que antevia Adorno. A profusão das “indústrias”, dos mercados e dos produtos culturais na atualidade; o acelerado desenvolvimento de novas sócio-tecnologias de criação e produção simbólicas; o aumento inusitado dos criadores; o surgimento de novas modalidades e habilidades culturais; a concentração de recursos nunca vista neste campo sugerem não só a importância do campo cultural na contemporaneidade, mas abrem, sem garantir, perspectivas de uma rica diversidade (multi)cultural e possibilidades de reorganizações da cultura (RUBIM, 1997).

Essas transformações, por um lado, são possíveis a partir de mudanças ocorridas com a tecnologização da cultura, da reprodutibilidade técnica de Walter Benjamin (1994); até a cibercultura pensada através de autores como Pierre Lévy (1999) e André Lemos (2003). Essas revoluções tecnológicas trazem uma junção com a nomenclatura cultura, por mais que cibercultura possa ser pensada como a cultura que vivemos na contemporaneidade. Tecnologias da Informação e da Comunicação que aceleram processos como o da globalização – uma contração de global e local, já pensado desde uma cultura midiática – Idade Mídia (RUBIM, 2000), mas que agora trabalha em tempo real e no modelo todos-todos, onde os pólos de emissão e de recepção podem ser combinados e recombinaados através de práticas reconfiguradas numa mesma conexão.

Uma nova economia surgiu em escala global, chamada pelo sociólogo Manuel Castells (1999) de informacional e global. Informacional, porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. Global, porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. “(...) estamos vivendo um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa

‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 1999:49).

A partir desses grandes eixos podemos ter uma visão panorâmica da cultura. Cultura, de acordo com o pensamento do sociólogo inglês Raymond Williams (1992), vivida através de um sistema social que funciona como uma rede de relações de significação realizadas entre instituições, práticas e obras:

Assim, a organização social da cultura é uma gama extensa e complexa de muitos tipos de organização (...). Se aplicarmos isso historicamente, temos a possibilidade de desenvolver métodos sociológicos nas áreas distintas mas conexas de instituições culturais, formações culturais, meios de produção cultural, artes culturalmente desenvolvidas e formas culturais e artísticas, dentro de nossas definições gerais de produção e reprodução culturais como sistemas de significações realizados e correlatos (WILLIAMS, 1992:212).

Para tratar da existência de um sistema cultural complexo e contemporâneo, o pesquisador Albino Rubim (2007b:153) apresenta, em diferentes momentos do fazer, as práticas sociais de um sistema cultural. As políticas culturais devem compreender esse panorama como um sistema em sua totalidade articulada:

1. Criação, invenção e inovação;
2. Difusão, divulgação e transmissão;
3. Circulação, intercâmbio, trocas, cooperação;
4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão;
5. Fruição, consumo e públicos;
6. Conservação e preservação;
7. Organização, legislação, gestão e produção da cultura.

Temos uma crescente distinção social da organização da cultura, tendo em vista a complexificação do sistema cultural. Essa distinção e especialização adquiridas pelo sistema são reflexos do processo de complexidade das relações humanas e produtivas que culminou com uma maior divisão social do trabalho. Diferente de quando tais atividades eram

desenvolvidas de modo mais amador pelos próprios criadores/artistas que queriam divulgar e/ou vender as suas próprias obras, num processo não diferenciado que ainda permanece em situações de pouca complexidade do campo (RUBIM, 2005).

Nessas zonas de competência podemos elencar os diferentes atores sociais que desempenham os momentos do fazer cultural. A criação, invenção e inovação são representadas pelos artistas, cientistas e intelectuais – agentes que foram, durante muitos anos, pontos centrais das políticas culturais. Os professores e comunicadores seriam os responsáveis pela difusão, divulgação e transmissão, processos vitais para a democratização da cultura. Outro exemplo são os museólogos e os arquivistas, que estariam responsáveis pelo momento da conservação e da preservação cultural. O único momento não profissionalizado do sistema cultural seria a fruição, sendo passível de ser universalizada para um público em geral (RUBIM, 2007b). Neste trabalho, como já exposto desde o seu título, temos como foco o momento da organização, que congrega os responsáveis pela formulação de políticas, gestão e produção culturais.

Temos ainda outros autores que trabalham com idéias parecidas com a do sistema cultural, indicando especificações quanto à sua forma de organização – como a noção de cadeia produtiva. A cadeia produtiva da cultura, segundo Leonardo Brant (2002:46; 2009:76), é formada por diversos setores, cada qual com o seu papel e o seu trabalho distinto, fundamentais para a composição geral da área:

- Criadores e produtores: artistas, criadores, produtores, técnicos, profissionais das esferas pública e privada;
- Organizações culturais: centros culturais, fundações, organizações culturais públicas, privadas e do terceiro setor;
- Empresas investidoras: empresários e profissionais de empresas envolvidos com o investimento em cultura;
- Poder público: órgãos do governo e os profissionais da gestão pública da cultura, responsáveis pela formulação e gestão de políticas culturais;
- Imprensa cultural: veículos de comunicação de conteúdo cultural, jornalistas e críticos do setor;

- Meio acadêmico: estudiosos do tema;
- Público da cultura: todos que devem experimentar e vivenciar a cultura.

Brant identifica o modelo dando maior atenção aos atores e às instituições e sua colocação no mercado do que aos momentos do fazer. Algo análogo ao exposto por Teixeira Coelho (2006:74), que descreve a dinâmica cultural nos termos de um subsistema de produção (com as etapas da produção, da distribuição, da troca do bem e do consumo). Quando abordamos a “organização da cultura” – desde o título desta tese –, optamos pela noção dos momentos do fazer cultural apresentada pelo pesquisador Albino Rubim (2007b:153), já que as práticas sociais investidas pelos momentos tratam a questão, no nosso entendimento, de forma mais completa.

1.2 DENOMINAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

Partiremos agora para uma abordagem internacional das denominações utilizadas na área da organização da cultura. Vale ressaltar, desde já, a diferença fundamental de experiências como a dos Estados Unidos e da França, devido aos seus contrastes de políticas culturais: “o contraste entre uma política cultural marcada sobretudo pelo vulto da presença governamental e um apoio institucional que depende muito mais das orientações e decisões de ‘contribuintes’ privados” (MICELI, 1985:11). A maioria dos governos europeus estabeleceu no pós-guerra instituições administrativas na área da cultura, dotadas de montantes próprios de orçamento, com a “intenção política manifesta de preservar a tutela do poder público sobre o legado de cada ‘cultura nacional’” (MICELI, 1985:12). Diferente do modelo político adotado nos Estados Unidos, que não elege a área da cultura enquanto um bem comum para os cidadãos, não dotando a sua estrutura de gestão pública com organismos como secretarias ou ministérios.

1.2.1 Formação acadêmica em *arts administration*

Arts management is a profession that is still in the process of being defined and is just now beginning to be understood and accepted as a necessary and legitimate field. (...) Many people within the arts and media industry itself still do not understand what this profession is all about, much less that a new breed of manager is in our midst⁹ (LANGLEY e ABRUZZO, 1990:14).

A experiência norte-americana no que diz respeito à formação de quadros para a organização da cultura é anterior a de muitos países. Como uma profissão e um campo reconhecido de trabalho, a “administração das artes” é um produto das mudanças políticas acontecidas no país desde os anos de 1950. Esse papel foi mais bem definido com a criação da legislação da agência *National Endowment for the Arts* (NEA)¹⁰, em 15 de setembro de 1965 (BYRNES, 2003:31). A luta para criar um sistema para a promoção do crescimento e excelência nas artes levou vários anos e inúmeras audiências no Congresso. Desde a sua criação, o NEA tem ajudado a moldar o cenário das artes nos Estados Unidos através do estímulo a doações por meio de subsídios equivalentes e da orientação aos grupos de artes sobre as formas de gerir os seus recursos de forma eficaz. O NEA tem como missão apoiar a excelência nas artes – tanto aos novos artistas quanto aos já estabelecidos –, para levar a arte a todos os americanos e assumir a liderança em educação artística.

Na década de 60 já estavam colocadas as primeiras preocupações em formação na área, quando se percebia que era difícil encontrar profissionais qualificados ou programas de treinamento para *arts administrators* (REISS, 1979:55). Essas conclusões fizeram parte de um estudo realizado no estado de Nova Iorque, sobre necessidades futuras para a administração das artes, preparado pelo *New York State Council on the Arts*. O estudo, realizado pelo consultor George Alan Smith, é baseado num questionário para grupos artísticos residentes em Nova Iorque, dos quais 189 deles responderam; e complementado com entrevistas com lideranças na área das principais cidades do estado. O estudo avaliou também o crescimento do mercado, examinando quantas vagas existiam no momento para *arts administrators*, quantas surgiriam em breve e quais seriam as qualificações e experiências necessárias para atuação no setor. Limitações de verba e a falta de reconhecimento da necessidade desse

⁹ Traduzido pelo autor: “A gestão das artes é uma profissão que ainda está em processo de ser definida e só agora está começando a ser entendida e aceita como um campo necessário e legítimo. (...) Muitas pessoas dentro das artes e da indústria midiática em si ainda não entendem o que é esta profissão, muito menos que uma nova espécie de gestor está em nosso meio”.

¹⁰ Para mais informações sobre o NEA, consultar a publicação *National Endowment for the Arts: a history, 1965–2008* (BAUERLEIN, 2009).

pessoal também foram citadas como problemas no campo. Como conclusão do estudo, Smith declarou que é preciso elaborar um piloto de currículo para administração das artes, e que essa experiência deve ser levada às universidades de forma experimental.

Uma das experiências citadas por Alvin H. Reiss é o *Program for Administrative Interns*, que foi iniciado em 1961 pela *Ford Foundation*, com bolsas para auxiliar a formação e o desenvolvimento de administradores para as artes cênicas: “to help overcome a shortage of competent management in the performing arts, the Foundation set aside \$ 400.000,00 from new and earlier appropriations for grants-in-aid to up to thirty administrative interns in opera, symphonic organizations, or the theater”¹¹. Em 1969 o informativo *Arts Management* trouxe um relatório sobre as atividades dos 71 bolsistas deste programa, indicando que um mínimo de formação pode ser um recurso valioso para quem está à procura de empregos na área (REISS, 1979:57).

Em janeiro de 1971, quando Hyman R. Faine tornou-se o diretor do programa de graduação em administração das artes na *University of California* (UCLA), surgiu a primeira experiência acadêmica de formação na área nos Estados Unidos. Depois disso, outras experiências foram surgindo, como o primeiro doutorado na área na *University of Wisconsin* (em Virgínia), um novo programa de graduação na *Drexel University* (na Filadélfia) e em cursos de extensão versando sobre *merchandising* da música na *University of Miami*. Na UCLA os primeiros 14 alunos entraram no programa de cursos e estágios, com disciplinas como *Environment of the Arts World*¹² e *Programming Policies of Arts Institutions*¹³.

O ano de 1971 viu ainda o surgimento de outras experiências, tais como: publicações e cursos na área na *Harvard University*; cursos de extensão na *University of Santa Clara*; mestrados nas *School of Education* da *New York University* (NYU), *Southern Methodist University*, *College of Business* da *University of Utah*, e *Rollins College*. Uma iniciativa importante no mesmo ano foi a realização de uma conferência, durante dois dias em Ontário (Canadá), que reuniu representantes dos programas da *York University*, UCLA, *Harvard*, *Yale* e *University of Toronto*. O diretor do programa de formação em gerenciamento e

¹¹ Traduzido pelo autor: “para ajudar a superar uma falta da gerência competente nas artes performáticas, a Fundação reservou \$ 400.000,00 das apropriações novas e anteriores para concessões de ajuda para até trinta internos administrativos em ópera, em organizações sinfônicas, ou no teatro”. <http://www.fordfound.org/archives/item/1961/text/34> (acesso em 02/09/2009).

¹² Traduzido pelo autor: ambiente do mundo das artes.

¹³ Traduzido pelo autor: políticas de programação das instituições de arte.

administração das artes da *York*, Paul Schafer, comentou num dos encontros que “it was felt that case study research was necessary at one level, but that some of the research should be directed towards broader issues such as international and continental cultural policies, shift in arts patronage, and trends in the arts¹⁴” (REISS, 1979:59).

Durante os seis anos seguintes há uma proliferação de 19 programas de graduação em administração das artes nos Estados Unidos, que variavam em termos de currículo e foco. Um primeiro estudo que avaliava as diferenças entre esses cursos foi idealizado em 1973, pela *University of Utah* em parceria com a *William H. Donner Foundation*, que resultou na publicação *Survey of Arts Administration Training in the United States and Canada*. O pesquisador Douglas Richard visitou as instituições que realizavam cursos na área, e um dos objetivos era implementar um novo currículo no curso sediado na *University of Utah* em 1975. Outro estudo foi realizado no mesmo período por Leslie Wyatt (*University of Texas – Austin*), cujo relatório *A Status Study of Curricula for Fine Arts Administration in North America* foi a sua tese de doutorado. Do ponto de vista internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou uma primeira pesquisa sobre programas de formação em *arts administration* e *cultural animators* na Europa e no Canadá em 1980.

No ano de 1977 os diretores de 10 programas de graduação existentes em administração das artes se encontraram na *Indiana University* preocupados com o desenvolvimento contínuo no campo. No encontro trocaram informações sobre os programas e organizaram formalmente um novo grupo nacional, a *Association of Arts Administration Educators* (AAAE)¹⁵.

Founded in 1975, the AAAE was created to provide a forum for communication among its members and advocate formal training and high standards of education for arts administrators. The Association, moreover, encourages its members to pursue, publish, present and disseminate research in arts management and administration to strengthen the understanding of arts management issues in the academic and professional fields.¹⁶

¹⁴ Traduzido pelo autor: “sentiu-se que a pesquisa de estudos de caso era necessária a um nível, mas que algumas das pesquisas deviam ser dirigidas para questões mais amplas tais como políticas culturais internacionais e continentais, deslocamentos nos patrocínio das artes, e tendências nas artes”.

¹⁵ <http://www.artsadministration.org/> (acesso em 02/09/2009).

¹⁶ Traduzido pelo autor: “Fundada em 1975, a AAAE foi criada para fornecer um fórum de comunicação entre seus membros e para advogar o treinamento formal e altos padrões da educação para administradores das artes. A associação, além disso, incentiva seus membros a levar a cabo, publicar, apresentar e disseminar a pesquisa na

O primeiro presidente da AAAE foi E. Arthur Prieve, do *Center for Arts Administration* da *University of Wisconsin*. A associação está presente até os dias de hoje, e no seu *site* é possível encontrar todos os programas de graduação associados na área, o histórico das conferências realizadas e um banco de dados de teses.

No Canadá a primeira organização profissional na área, a *Association of Cultural Executives*¹⁷, foi criada em 1976 (e continua em funcionamento atualmente). No seu primeiro ano de existência a associação tinha 115 membros, e era aberta a todos os que se achavam qualificados no setor (mediante pagamento de anuidade). A associação busca estabelecer padrões profissionais (como código de conduta, descrição de empregos e tabelas de remuneração) e melhorar as condições de trabalho dos seus membros, e o seu primeiro presidente foi Peter Swann.

ACE is a national professional association for cultural managers. It encompasses managers from all disciplines of culture, all levels of government, and private and non-profit organizations. (...) The Association of Cultural Executives began in 1976. Peter Swann, a former director of the Royal Ontario Museum, began the Association as an informal network of senior level arts administrators. Some of ACE's earliest activities revolved around governance, employment and the need to provide relevant management-level information to arts administrators.¹⁸

Nenhum curso acadêmico sobre administração das artes foi criado na Austrália até o ano de 1978. Antes disso, existiam apenas sessões introdutórias sobre problemas em administração teatral em algumas instituições como no *National Institute of Dramatic Art* em Sydney. Os primeiros movimentos no sentido de uma formação ocorreram em 1968, com o estabelecimento do *Australian Council for the Arts* (órgão federal que cuidava da criação de políticas e dos subsídios nas artes).

Uma das preocupações do órgão versava sobre a formação de todos os profissionais envolvidos no setor artístico, e o trabalho começou através de programas de *trainee* em

gerência e administração das artes para reforçar a compreensão das questões da gerência das artes nos campos acadêmico e profissional". <http://www.artsadministration.org/about> (acesso em 02/09/2009).

¹⁷ <http://www.acecontact.org/> (acesso em 02/09/2009).

¹⁸ Traduzido pelo autor: "A ACE é uma associação profissional nacional para gerentes culturais. Abrange gerentes de todas as disciplinas da cultura, de todos os níveis do governo, e das organizações privadas e das não lucrativas. (...) A Associação de Executivos Culturais começou em 1976. Peter Swann, diretor fundador do Royal Ontario Museum, começou a Associação como uma rede informal de administradores das artes de nível superior. Algumas das primeiras atividades da ACE revolveram em torno da administração, do emprego e da necessidade de fornecer informação relevante do nível da administração aos administradores das artes". <http://www.acecontact.org/About%20ACE/Aboutace.html> e <http://www.acecontact.org/About%20ACE/history.html> (acesso em 02/09/2009).

diferentes organizações (como no *Adelaide Festival of Arts* e no *Melbourne Theatre Company*). Em 1972 o organismo patrocinou o *Theatre Administration School*, primeiro momento no qual a administração das artes foi considerada como uma profissão e que os administradores tiveram a oportunidade de compartilhar habilidades e examinar os seus problemas – através de artigos que foram entregues por administradores com mais experiência sobre captação de recursos, legislação das artes, realização de turnês, administração financeira etc.

Em 1978 o primeiro programa de formação profissional em administração das artes foi aberto em Adelaide, no *College of Advanced Education*, sob a direção de Elizabeth Sweeting. Ao mesmo tempo foi criado um curso de graduação no *Victorian College of the Arts* – uma escola de artes multidisciplinar.

Na Grã-Bretanha a aproximação com a formação em administração das artes começou em 1967, pelo *Arts Council*, com um programa que mesclava estudos em sala de aula com a parte técnica em períodos de residência na *London Polytechnic's School of Management Studies* (REISS, 1979:70).

De um modo geral, a experiência anglo-saxônica tem como foco/limite a gerência e a administração das artes – deixando de lado uma noção mais ampla da atuação na área cultural. Tal nomenclatura persiste até os dias de hoje (LANGLEY e ABRUZZO, 1990; CHONG, 2002; BYRNES, 2003; STEIN e BATHURST, 2008) e influenciou, em alguns momentos, as terminologias na área da organização da cultura em outros países (conforme veremos no desenrolar deste capítulo).

1.2.2 *Médiation culturelle* – muitas nomenclaturas, pouca distinção?

On pourrait voir un certain paradoxe dans la situation que connaît la France. Elle possède un secteur culturel public et privé extrêmement développé et vivant, et pourtant les professionnels de la culture et ceux de l'enseignement n'ont pas souhaité ou réussi à s'entendre sur des nomenclatures fermes et précises (quelles formations pour quels métiers et activités). L'une des raisons vient de la volonté de créer un rapport décalé entre l'université – lieu

de savoir, de connaissances et surtout de recherche – et la “vie professionnelle” – lieu de l’application.¹⁹

De certo modo ocorre uma profusão/confusão de termos para distinguir as atividades profissionais na área cultural na França. Termos como “mediação cultural” – *médiation culturelle* (WARESQUIEL, 2001) –, tentam organizar um campo de trabalho, mas para isso precisam dialogar com outras nomenclaturas como a animação sócio-cultural, a administração cultural (CHIAPELLO, 1998; ÉVRARD, 2004; MUGNIER, 2007), e a engenharia cultural (MOLLARD, 1999).

Do que trata a chamada “mediação cultural”? Um primeiro conjunto de definições é reunido a partir de trabalhos instruídos pela lingüística. A mediação aparece como uma atividade de produção de sentido, através da língua, no entorno das experiências compartilhadas das obras de arte. As práticas culturais são marcadas e estruturadas pela sua inclusão nas práticas de comunicação, implementadas pelos signos lingüísticos. Tal perspectiva, como a de Bernard Lamizet (1999), propõe uma definição larga, entendida como um “procédé que la société se donne pour se représenter elle-même dans les spectacles et dans les pratiques artistiques, dans ses monuments dans son architecture et dans ses œuvres d’art”²⁰. Nessa perspectiva, o conjunto de atividades produtivas de representação e significação na sociedade participa da mediação cultural.

La médiation représente l’impératif social majeur de la dialectique entre le singulier et le collectif, et de sa représentation dans des formes symboliques. La société ne peut exister que si chacun de ses membres a conscience d’une relation dialectique nécessaire entre sa propre existence et l’existence de la communauté: c’est le sens de la médiation qui constitue les formes culturelles d’appartenance et de sociabilité en leur donnant un langage et en leur donnant les formes et les usages par lesquels les acteurs de la sociabilité s’approprient les objets constitutifs de la culture qui fonde symboliquement les structures politiques et institutionnelles du contrat social. (...) C’est dans l’espace public que sont mises en œuvre les formes de la médiation, en ce qu’il s’agit du lieu dans lequel est possible une telle dialectisation des formes

¹⁹ Traduzido pelo autor: “Podemos ver certo paradoxo da situação conhecida na França. Ela possui um setor cultural público e privado altamente desenvolvido e vibrante, no entanto, os profissionais da cultura e os do ensino não querem ou não conseguiram chegar a um acordo sobre nomenclaturas fechadas e precisas (que formação para qual área de atividade). Uma das razões vem do desejo de criar uma relação entre a universidade – lugar do saber, do conhecimento e, sobretudo, da pesquisa – e a ‘vida profissional’ – o local de aplicação”. Entrevista cedida pelo professor Marc Boissonnade em abril de 2010.

²⁰ Traduzido pelo autor: “processo que a sociedade se dá para representar-se própria nos espetáculos e nas práticas artísticas, nos seus monumentos, na sua arquitetura e nas suas obras de arte”.

collectives et des représentations singulières. L'espace public est, par définition le lieu de la médiation culturelle²¹ (LAMIZET, 1999:09).

Na medida em que “la culture se donne à voir par la médiation”²² (LAMIZET, 1999:15), as políticas culturais aparecem como a tradução institucional da mediação cultural entendida como um trabalho de representação de um lugar social.

Os trabalhos de Jean Caune sobre a mediação cultural também se baseiam em conceitos forjados na lingüística. Segundo Caune (1999:16) a mediação é que “conduit la parole du sujet vers l'autre qu'elle affecte et met en mouvement”²³. O autor distingue três entradas:

La première concerne les usages sociopolitiques du terme et se manifeste dans les discours fonctionnels. (...) Elle vaut alors comme représentation qui utilise des outils d'expression et des supports de communication permettant aux 'importants' de faire circuler leur vision du monde et de recueillir, éventuellement, l'opinion de ceux qu'il s'agit de convaincre et de séduire. De ce fait, la médiation joue une fonction idéologique: elle apparaît comme un moyen que se donne l'institution (juridique, politique ou culturelle) pour maintenir le contact avec ses administrés et imposer des relations et des représentations sociales. (...) La deuxième approche est d'ordre théorique: elle implique d'établir la genèse de la notion et de choisir les points de vue, empruntés aux sciences sociales et humaines, qui transforment cette notion du sens commun en un instrument de pensée, c'est-à-dire un concept. La médiation, dans cette perspective, est alors à envisager comme un phénomène qui permet de comprendre la diffusion de formes langagières ou symboliques, dans l'espace et le temps, qui produisent une signification partagée dans une communauté. Enfin la médiation peut être examinée comme un ensemble de pratiques sociales qui se développent dans des domaines institutionnels différents et qui visent à construire un espace déterminé et légitimé par les relations qui s'y manifestent²⁴ (CAUNE, 1999:20).

²¹ Traduzido pelo autor: “A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tiver consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. (...) É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que se trata do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é por definição o lugar da mediação cultural”.

²² Traduzido pelo autor: “a cultura se dá visível pela mediação”.

²³ Traduzido pelo autor: “conduz o discurso do sujeito para o outro que ela afeta e põe em movimento”.

²⁴ Traduzido pelo autor: “A primeira refere-se aos usos sócio-políticos do termo e manifesta-se nos discursos funcionais. (...) Vale então como representação que utiliza instrumentos de expressão e suportes de comunicação

Na história da produção e recepção de objetos culturais, os mediadores seriam o conjunto de intermediários pelos quais as obras ou objetos poderiam se tornar conhecidos, compreendidos, recebidos. Os mediadores participariam então da circulação do sistema cultural. Mas, como apresentamos no início deste capítulo, temos uma crescente distinção social da organização da cultura, reflexos do processo de complexidade das relações humanas e produtivas que culminou com uma maior divisão social do trabalho, momento no qual carecemos de um “mediador” para este sistema.

A revista *L'Etudiant*, especializada no segmento de público jovem que pretende iniciar ou seguir uma carreira acadêmica, apresenta na descrição do mediador cultural as seguintes características:

Le terme de ‘médiateur culturel’ renvoie, sur le terrain, à des postes très variés: chargé de l’action culturelle, programmateur de spectacles, animateur culturel, attaché de presse... Le point commun entre ces différents professionnels? Tous ont pour mission de favoriser la rencontre entre les œuvres et le public et travaillent, en partie ou totalement, au contact de ce public. Qu’il exerce dans une bibliothèque, un musée, une salle de concert ou une galerie d’art, le médiateur culturel travaille toujours en concertation avec une équipe. De son sens du contact et de ses compétences pédagogiques dépend le succès des actions qu’il mène.²⁵

Mas, para além do termo “mediação”, o caso francês comporta uma profusão de outras denominações para as pessoas que atuam na área cultural. Mesmo sendo um importante marco para as políticas culturais internacionais – com a fundação do primeiro ministério no mundo voltado para a cultura –, a área da organização da cultura francesa é bastante

que permitem aos ‘importantes’ fazer circular a sua visão do mundo e de recolher, eventualmente, a opinião daqueles que se trata de convencer e de seduzir. Conseqüentemente, a mediação desempenha uma função ideológica: aparece como um meio que se dá a instituição (jurídico, político ou cultural) para manter o contato com seus administrados e impor relações e representações sociais. (...) A segunda abordagem é de ordem teórica: implica estabelecer a gênese da noção e escolher os pontos de vista, emprestados às ciências sociais e humanas, que transformam esta noção do senso comum num instrumento de pensamento, ou seja, um conceito. A mediação, nesta perspectiva, deve então ser encarada como um fenômeno que permite compreender a divulgação de formas da linguagem ou simbólicas, no espaço e no tempo, que produzem uma significação compartilhada numa comunidade. Por último a mediação pode ser examinada como um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem em domínios institucionais diferentes e que visam construir um espaço determinado e legitimado pelas relações que se manifestam”.

²⁵ Traduzido pelo autor: “O termo ‘mediador cultural’ reporta, sobre o campo, a postos muito variados: encarregado da ação cultural, programador de espetáculos, animador cultural, assessor de imprensa... O ponto comum entre estes diferentes profissionais? Todos têm por missão favorecer o encontro entre as obras e o público e trabalham, em parte ou totalmente, ao contato deste público. Numa biblioteca, num museu, numa sala de concerto ou numa galeria de arte, o mediador cultural trabalha sempre em cooperação com uma equipe. Do seu sentido do contato e suas competências pedagógicas depende o sucesso das ações que leva a cabo”. <http://www.letudiant.fr/metiers/secteur/culture/mediateur-culturel.html> (acesso em 04/12/2008).

heterogênea, tanto do ponto de vista da atuação no campo quanto do ponto de vista das pesquisas/reflexões acadêmicas sobre o setor.

Il semblait alors que cette profession se distinguait, comme le précise le Répertoire des compétences conçu par les membres de la Délégation aux Arts Plastiques du Ministère de la Culture et de la communication: des métiers qui contribuent à la connaissance scientifique de l'œuvre: recherche, documentation, critique; des métiers qui concernent l'acquisition, la conservation, la présentation, la gestion et l'administration des œuvres dans les lieux culturels (centres d'art, galeries, musées...); des métiers qui concernent les relations avec les médias et relèvent des relations publiques (non avec les publics) et constituent ce que l'on appelle 'communication'. Nous verrons que la frontière entre ces différentes professions et celle de médiation n'est pas toujours si nette en réalité²⁶ (DAVALLON, 2006).

O termo mediação busca trazer de forma explícita a noção de acessibilidade, sendo que para haver uma mediação é importante que se tenha alguma obra e algum público. “La médiation culturelle regroupe l'ensemble des actions qui visent à réduire l'écart entre l'œuvre, l'objet d'art ou de culture, les publics et les populations”²⁷ (BEILLEROT, 2000:679). O profissional da mediação participaria desse processo, mediando essa relação. Mas, um problema de definição que ocorre com frequência nos estudos franceses diz respeito justamente a essa posição intermediária. Podemos entender esse mediador como aquele profissional que no sistema cultural trabalha com diversas linguagens, sabendo dialogar com as fontes de financiamento, os artistas e os públicos. De fato, essa figura faria uma mediação entre os diversos atores que de algum modo precisam entrar em comunhão num determinado momento.

La médiation culturelle s'exerce soit dans un face à face avec des populations, soit comme organisation de ce face à face. Le premier niveau est celui des opérations, des programmes d'actions; le second niveau est celui des projets, des dispositifs. On retrouve, dans la distinction entre ces

²⁶ Traduzido pelo autor: “Parecia então que esta profissão distinguia-se, como precisa o Diretório das competências concebido pelos membros da Delegação das Artes Plásticas do Ministério da Cultura e da Comunicação: ofícios que contribuem para o conhecimento científico da obra: investigação, documentação, crítica; ofícios que se referem a aquisição, a conservação, à apresentação, a gestão e a administração das obras nos lugares culturais (centros de arte, galerias, museus...); ofícios que se referem às relações com os meios de comunicação social e são da competência das relações públicas (não com os públicos) e constituem o que é chamado de 'comunicação'. Veremos que a fronteira entre estas diferentes profissões e a de mediação não é sempre tão clara na realidade”.

²⁷ Traduzido pelo autor: “A mediação cultural agrupa o conjunto das ações que visam reduzir a distância entre a obra, o objeto de arte ou de cultura, os públicos e as populações”.

deux niveaux, le découpage habituel entre conception et réalisation²⁸ (CAILLET, 2000:09).

Mas o profissional da mediação em alguns textos também é referido como aquela pessoa que trabalha em exposições, sendo um intermediário entre as obras de arte e o público presente²⁹. Segundo Emmanuelle Serres-Palson (2000:38), o papel da mediação cultural é o de colocar em relação diferentes públicos com a instituição museal, o que é possível graças a uma análise e uma organização de conteúdo das exposições. A mediação estaria aqui com o sentido de ajuda, acompanhamento, um intermediário. Faria parte dessa mediação desde a organização prévia de como a exposição deverá ser lida pelo público como até a questão dos textos explicativos e a equipe de recepção na produção executiva.

Les médiateurs culturels sont de ‘nouveaux intermédiaires culturels’ qui viennent occuper un terrain sur lequel les ont devancés auparavant les instituteurs, les animateurs, les éducateurs... On distingue deux types de statuts dans la profession. Les médiateurs qui ont en charge la conception des projets et des actions (fraction supérieure en capital culturel – chef de projet, concepteur d’exposition, agent de développement culturel...). Et ceux qui ont en charge la mise en œuvre des projets et des actions (agent local d’accompagnement culturel, médiateur du livre, animateur jeune public, animateur-conférencier...) (CAILLET, 2000).

Anne Fauche (2002) trata a mediação museal em dois níveis: a mediação direta ou presencial; e a mediação indireta ou de suporte. A mediação direta implica na presença física de um mediador no espaço de realização do projeto, enquanto que a mediação indireta seria mais conhecida pelas proposições onde o público tem um percurso livre. A mediação direta, a qual depende da presença de um profissional da mediação, trabalha com a interação deste profissional com grupos de visitantes e a gestão de como o percurso transcorrerá. Já a mediação indireta (ou de suporte) trabalha com outras possibilidades de suportes físicos, tais

²⁸ Traduzido pelo autor: “A mediação cultural exerce-se seja num face a face com populações, seja como organização deste face a face. O primeiro nível é o das operações, dos programas de ações; o segundo nível é o dos projetos, dos dispositivos. Reencontra-se, na distinção entre estes dois níveis, o corte habitual entre concepção e realização”.

²⁹ Noção abordada também pelo livro, editado no Brasil, *Arte/educação como mediação cultural e social* (BARBOSA e COUTINHO, 2009).

³⁰ Traduzido pelo autor: “Os mediadores culturais são ‘os novos intermediários culturais’ que vêm ocupar um terreno sobre o qual têm precedido anteriormente os professores, os animadores, os educadores... Distinguem-se dois tipos de estatutos na profissão. Os mediadores que são responsáveis pela concepção dos projetos e das ações (fração superior em capital cultural – chefe de projeto, projetista de exposição, agente de desenvolvimento cultural...). E os que são responsáveis pela aplicação dos projetos e das ações (agente local de acompanhamento cultural, mediador do livro, animador de públicos jovens, animador-conferencista...)”.

como fichas de ajuda à visita, vídeos etc., devendo anteceder a concepção de público para poder realizar um acompanhamento de forma mais pertinente.

Mas, qual seria a melhor definição do conceito de “mediação cultural”? Os estudos franceses na área ainda não dão conta dessa questão. Alguns autores abordam uma vertente ignorando (ou desconhecendo) a outra. “Dans les musées et lieux d’exposition, des ‘médiateurs’ accompagnent et orientent la réception des visiteurs; ils sont la ‘cheville ouvrière’ des politiques de démocratisation culturelles menées par l’Etat français au cours du XXe siècle”³¹ (PEYRIN, 2005). Trabalhos como a tese de Aurélie Peyrin (2005), são exemplos dessa questão, pois em toda a sua formulação sobre o que seria o campo da mediação e sobre a formação desse profissional a autora apenas dá vazão à mediação como sinônimo, em casos como o da Fundação Cartier, de recepcionistas de exposições.

A função de mediação seria então a de um acompanhante numa exposição?

Le poste de médiateur est le plus fréquent au sein des services des publics: la moitié (51%) des personnels recensés dans l’enquête ‘Publics’ sont chargés de l’accompagnement des visiteurs dans les salles du musée. Ils accueillent le public et animent les visites, en énonçant un commentaire sur les œuvres³² (PEYRIN, 2005:94).

Ao trabalharmos entre as obras e o público, o acompanhando e tecendo alguns comentários, fundamos um novo profissional cuja formação estaria enquadrada na mediação da cultura? É preciso ter cuidado aqui para conseguirmos diferenciar os processos da mediação e da animação sócio-cultural³³.

Une fois le projet d’exposition formalisé par les conservateurs, ceux-ci informent le service des publics des délais de la programmation et des œuvres choisies pour l’exposition; ces éléments sont utilisés par le responsable du service et les médiateurs pour déterminer les thèmes des

³¹ Traduzido pelo autor: “Nos museus e lugares de exposição, os ‘mediadores’ acompanham e orientam a recepção dos visitantes; são o ‘elo de ligação’ das políticas de democratização culturais efetuadas pelo Estado francês durante o século XX”.

³² Traduzido pelo autor: “O posto de mediador é mais frequente nos serviços de públicos: a metade (51%) das pessoas recenseadas na pesquisa ‘Públicos’ é responsável pelo acompanhamento dos visitantes nas salas do museu. Acolhem o público e animam as visitas, enunciando um comentário sobre as obras”.

³³ Animação sócio-cultural entendida como um conjunto de operações realizadas por um indivíduo ou um grupo de pessoas para ajustar ou modificar o comportamento humano e seu ambiente em uma base educacional e cultural através de objetivos claramente definidos. http://www.mes.tn/francais/formation/p_ani_cul.htm (acesso em 21/03/2010).

visites et des ateliers, et décider quels visiteurs seront ciblés en priorité³⁴ (PEYRIN, 2005:97).

Estaríamos abordando aqui uma formação de público? Uma possível área de atuação para os profissionais envolvidos na organização da cultura? Para Peyrin (2005:96) os mediadores elaboram as atividades culturais e pedagógicas que constituem a oferta de acompanhamento de um museu. Por vezes, esses profissionais atuam em atividades de gestão e administração simples, como passar um comando de material necessário. Esse é o real quadro de atuação desta profissão? De acordo com o professor Jean-François Rebeyrotte³⁵, esse quadro estaria definido apenas na área museal, sem nenhuma correlação com as artes cênicas.

De acordo com Jean-Michel Djian, professor da *Université Paris VIII*, a complexidade do ambiente jurídico e econômico da cultura demandou a criação de novos postos de trabalho, com competências e exigências profissionais específicas (DJIAN, 1995). Para Djian (1997), a organização de espetáculos/administração cultural se divide da seguinte forma:

- Produtores de espetáculos;
- Agentes artísticos e diretores de elenco;
- Diretores de instituições culturais;
- Engenheiros de projetos culturais; e
- Empresários culturais.

De acordo com Djian (1995:78) o *management culturel* se justifica por diversos fatores: primeiramente a complexidade do campo jurídico no entorno do artista, a evolução do direito do autor e dos aspectos contratuais ligados à sua gestão; em segundo lugar pelos contratos assinados na área, cada vez mais numerosos e de montantes maiores, onde é necessário prever e planificar no tempo (gerir carreiras artísticas variadas) e no espaço

³⁴ Traduzido pelo autor: “Uma vez o projeto de exposição formalizado pelos conservadores, estes informam o serviço de públicos dos prazos da programação e as obras escolhidas para a exposição; estes elementos são utilizados pelo responsável do serviço e os mediadores para determinar os temas das visitas e dos ateliers, e para decidir quais visitantes serão visados em prioridade”.

³⁵ Entrevista cedida em janeiro de 2009.

(organizar turnês/circulação). O terceiro fato exposto pelo autor concerne à engenharia, ou seja, a obrigação que os profissionais que empreendem na área do espetáculo têm de buscar recursos (subvenções, parcerias, mecenato) e de criar produtos derivados (em muitos casos de projetos eventuais). Essa função de engenheiro cultural (*d'ingénieur culturel*) não funda a princípio um novo *métier*, e sim adiciona uma responsabilidade que se integra progressivamente nas práticas profissionais dos produtores e empreendedores culturais.

Para Djian (1995:15) a complexidade do sistema cultural foi percebida na reforma do ensino superior, quando foi criado, depois de 1993, um DEUG³⁶ em “Artes”, conduzindo à formação e ao mestrado em “Artes do espetáculo” com três menções (em dança, em estudos teatrais, e em estudos cinematográficos e audiovisuais). Formação que, segundo Djian, estaria ao lado da produção e da organização de espetáculos, onde a demanda de competências e exigências profissionais se fez mais sentir.

A fileira de formação universitária em relação à mediação cultural tem, sobre um mesmo título, diplomas diversos em termos de qualidade e nível, depois de um histórico de 15 anos buscando fundar essa qualificação. Iniciada sobre um conteúdo multidisciplinar, a primeira formação na área se deu através de um mestrado em ciências e técnicas intitulado como “patrimônio e mediação”, inaugurado no ano letivo de 1992-1993. Atualmente os guias de formação na área trazem a opção de “mediação cultural e comunicação” em 24 universidades, com cerca de 150 diplomas dedicados ao *métier* cultural. O número de estudantes na área praticamente dobrou do ano letivo de 1996-1997 para 2001-2002, subindo de 4.700 para 8.500 inscritos nas universidades, dispostas na maioria das regiões francesas (PEYRIN, 2005:152). Uma característica marcante como contraponto ao caso brasileiro, onde mesmo começando a formação na área da organização da cultura em 1996, apenas quatro anos depois do que o caso francês, ainda temos poucos cursos universitários em alguns estados.

Mas, mesmo com tantos dados no caso francês, há uma desorganização em documentos do próprio Ministério da Cultura e da Comunicação (ALBANEL, 2007), que quando tratam a questão da gestão e da mediação culturais apenas citam a sua existência, sem

³⁶ Na França o DEUG equivale a um diploma de estudos universitários gerais (cuja sigla significa: “Le diplôme d'études universitaires générales”). <http://fr.wikipedia.org/wiki/DEUG> (acesso em 20/02/2009).

fornecer listas de centros de qualificação, diferente do exposto em outras áreas tais como a arquitetura ou as artes plásticas.

Centros de formação na área como o AGECEF³⁷, oferecem como possibilidades de diferentes cursos: a questão da mediação em relação ao público (criação de projetos territoriais, avaliação de ações em direção de públicos, dentre outros), a gestão financeira (contabilidade, avaliação de custos e cálculo de preço de venda de espetáculos etc.), e a produção de espetáculos artísticos e culturais (produção de um espetáculo de circo e de rua, difusão do espetáculo no exterior, avaliação de recursos técnicos, elaboração de contratos de espetáculos etc.). Nesse caso vemos diferentes nomenclaturas buscando diferentes áreas de atuação no setor cultural.

A formação, de algum modo, busca através da criação de um corpo profissional no campo fornecer aos seus membros uma identidade social (PAPADOULOS, 2005:31). A formação profissional se distingue do aprendizado de um *métier*, sobretudo pelo aspecto teórico da formação – que não é produzido no próprio trabalho. Cada profissão, caracterizada por formações específicas, deve ter suas instâncias especializadas de controle, e a validação da qualificação se efetua pelos pares. Esse é um dos objetivos da Associação de Mediação Cultural³⁸, instituição que reúne os profissionais e os pesquisadores da área desde 1999. A associação discute qual o lugar deste trabalho nas instituições culturais, buscando definir e reconhecer as áreas de atuação da mediação cultural na França.

A constituição de um corpo profissional também pode ser vista como uma forma de assegurar: o fechamento de um mercado de trabalho; um monopólio das atividades; uma clientela assegurada para os serviços; um emprego estável e uma remuneração elevada; e um reconhecimento da expertise (DUBAR e TRIPIER, 1988:13). Mas o que vemos ainda, de um modo geral nas profissões ligadas à cultura, é a falta da formação de um corpo profissional propriamente dito, onde há a falta da inscrição dos envolvidos num estatuto, os ganhos são dispare e os diplomas não são uma regra para a entrada no *métier* (LIOT, 2004:09).

³⁷ Criada pelo Ministério da Cultura e Comunicação francês em 1984, é fruto de uma vontade política de desenvolvimento da vida cultural. Sua missão desde então é buscar favorecer o desenvolvimento das atividades culturais: profissionalizar equipes e consolidar a gestão das estruturas culturais. Questões relativas à economia e ao emprego no setor cultural estão no centro do trabalho da AGECEF, que tem no seu quadro fixo doze profissionais. Colabora a cada ano com a entidade mais de uma centena de formadores eventuais, profissionais do setor cultural e pedagogos. <http://www.agecef.com> (acesso em 01/09/2008).

³⁸ <http://mediationculturelle.free.fr> (acesso em 10/03/2009).

1.2.3 Animadores, administradores ou gestores? (in)Definições na organização da cultura ibero-americana...

Segundo documento da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), intitulado *Formación en Administración y Gestión Cultural*³⁹, a noção de gestão cultural ingressa no discurso cultural da Ibero-América na segunda metade da década de 1980, tanto nas instituições governamentais quanto nos grupos culturais comunitários. Pretendia inicialmente ser uma proposta distinta da atividade cultural realizada pelos denominados “animadores e promotores culturais”, “administradores e gerentes culturais” ou “trabalhadores culturais” (MOREIRA, 2003:23; OEI, 1998:19). Tais termos aparecem com uma maior frequência na Ibero-América, em detrimento de denominações como “engenheiros culturais”.

Cada uma dessas definições indica um histórico. A noção de animadores e promotores culturais (*animadores y promotores culturales*) possui uma tradição na Espanha, e busca trazer ferramentas de conhecimento e de educação artística para enriquecer a criatividade pessoal e das comunidades. A animação outorga à atividade cultural a função de incrementar e fortalecer a relação entre os produtores e receptores de cultura. Seus principais objetivos são o incremento das comunidades e o necessário apoio à intermediação com uma importância pedagógica (ANDER-EGG, 1997; AUGUSTIN e GILLET, 2003).

Há autores, como o pedagogo espanhol José María Quintana Cabanas (1995:152) que ainda buscam diferenciar os termos “animação cultural” e “animação sociocultural”. Para o autor a animação cultural tem como objetivo promover a cultura popular incidindo nos grupos de pessoas, enquanto que a animação sociocultural, algo mais sério e profundo, buscaria uma mudança na realidade, uma atuação intencional para transformar atitudes individuais e coletivas mediante a prática de outras atividades.

Como foi visto anteriormente a denominação de gerentes e administradores das artes (*arts administrators and managers*) tem um peso significativo nos Estados Unidos, acentuando o caráter empresarial na organização das artes. Essa noção contribuiu, na década de 1970, para a conversão da cultura nas esferas política e econômica. Na Ibero-América essa

³⁹ <http://www.campus-oei.org/cult003.htm> (acesso em 06/10/2009).

denominação adquiriu importância no início dos anos de 1980, com programas de formação nessa área.

A noção de trabalhadores culturais (*trabajadores culturales*) é difundida na América Latina, baseando-se numa releitura da obra do pensador italiano Antonio Gramsci, rompendo a distinção entre trabalho material e intelectual (MOREIRA, 2003:25). Todo trabalho, de alguma forma, seria um emprego cultural – num sentido ampliado de cultura. Além dessas denominações, outras fizeram parte do imaginário, tais como: agentes culturais, atores culturais, tecedores culturais etc.

Com a entrada nos anos oitenta da denominação gestão cultural (*gestión cultural*), podemos pensar três caminhos para se refletir sobre essa noção (MOREIRA, 2003:25):

- A versão sustentada pelo escritor peruano e ex-presidente da *Asociación Peruana de Promotores y Animadores Culturales* (APPAC) Jorge Cornejo (1989 apud MOREIRA, 2003:25) que afirma que a gestão cultural inclui e assimila as noções anteriores (como animadores e promotores), sem existir contradições ou modificações relevantes entre os termos;
- Há outros autores que preferem sustentar a necessidade de preservar as denominações anteriores; rechaçando a expressão gestão cultural como uma intromissão excessiva do econômico e do mercantil no campo cultural;
- E a versão de outros autores, como Canclini e Martín-Barbero, que consideram que existem transformações importantes na dimensão cultural e que é preciso buscar uma expressão próxima a atual práxis cultural. Entender o gestionável na cultura a luz do que não pode ser gerenciado.

Para Cabanas (1995) a gestão e a animação cultural seriam duas profissões distintas, onde o incremento de uma noção não acarreta necessariamente o declive de outra. Ambas se ocupam da cultura, o que estabelece nexos, analogias e até funções comuns entre as atribuições; mas a animação trabalha diretamente com a demanda (catalizando atitudes coletivas) enquanto que a gestão organiza a oferta. Já Eduardo Delgado i Clavera (apud

CABANAS, 1995:155) defende um esvaziamento do termo animação, que não daria conta na contemporaneidade à questões como desenvolvimento cultural.

Teixeira Coelho (1986) tem uma posição crítica em relação à animação cultural. Ao abordar a questão dos centros de cultura na perspectiva da ação cultural, o autor coloca que o que está em jogo é o papel ativo na produção, sem espaço para animadores que buscam incentivar as pessoas a se agruparem para melhor passar o tempo. “Nada, enfim, que levasse as pessoas a reconhecerem seus problemas, sua realidade, e abordarem-nos criticamente através da expressão cultural” (COELHO, 1986:99).

A função profissional de animação data dos anos de 1960 (POUJOL e MIGNON, 2005:17), com a construção de equipamentos no domínio do lazer. Podemos dizer que o animador cultural tem como prioridades: a difusão cultural; a integração social do público pretendido; e o trabalho coletivo.

Segundo a OEI⁴⁰ a expressão gestão cultural está ligada, pelo menos, a quatro grandes transformações contemporâneas da dimensão cultural:

1. A extensão da noção da cultura por motivos filosóficos, sociais, políticos e jurídicos;
2. A crise das noções de política e desenvolvimento a partir da década de 1970;
3. A necessidade de políticas culturais que gestionem âmbitos além da cultura artística, a cultura tradicional e o patrimônio;
4. A aceitação e importância de repensar rigorosamente as inter-relações entre economia e cultura.

Luis Enrique Chabaneau (1997) descreve a emergência do campo profissional da gestão cultural pelos setores públicos e privados uruguaios a partir do ano de 1996. “La gestión de la cultura es la respuesta contemporánea al espacio cada vez más amplio y

⁴⁰ <http://www.campus-oei.org/cult003.htm> (acesso em 06/10/2009).

complejo que la cultura ocupa en la sociedad actual⁴¹” (CHABANEAU, 1997:24). Uma atividade emergente, que se desenvolve a partir de práticas reais, e não de um planejamento acadêmico.

O desenvolvimento através de práticas ocasiona uma das dificuldades encontradas no campo, que é a do consenso das terminologias: animador cultural, técnico de cultura, produtor, realizador, coordenador cultural, assessor cultural etc. (CHABANEAU, 1997:23). Temos um novo cenário da organização das atividades culturais, onde reconhecemos a necessidade de uma função gerencial na cultura. O autor assinala ainda a importância de se definir a gestão cultural, o seu campo profissional e os diversos agentes, os perfis profissionais com as funções exercidas, a metodologia de trabalho inerente a profissão, as técnicas necessárias e, conseqüentemente, as exigências formativas que acompanham o pleno desenvolvimento profissional.

Una parte de los gestores culturales tienen una carrera técnica o una licenciatura en alguna ciencia o disciplina relacionada con el ámbito cultural (sociólogos, antropólogos, trabajadores sociales, psicólogos, artistas) y con la administración pública (administradores, contadores, politólogos), por lo que su especialización en la gestión cultural se da a través de la práctica, del autoaprendizaje y a partir de su participación en procesos de formación de diferentes tipos (cursos, talleres, diplomados), niveles (educación continua, carreras técnicas, licenciaturas y en pocos casos especialidades y posgrados) y atienden diversos campos de intervención profesional⁴² (OROZCO, 2006:58).

Para José Luis Mariscal Orozco podemos resumir a ação na área da gestão cultural através de três aspectos: área social, área administrativa e área artística (OROZCO, 2006:58). Cada aspecto indica visões e noções diferenciadas sobre o objeto “cultura” a ser trabalhado e sobre os aspectos práticos envolvidos nesse trabalho. Na área social o profissional teria o papel de ser um agente de mudança social, realizando uma série de atividades destinadas ao acompanhamento de processos de desenvolvimento social, tais como projetos de investigação, de capacitação e de desenvolvimento comunitário, numa concepção mais alargada do que

⁴¹ Traduzido pelo autor: “A gestão da cultura é a resposta contemporânea ao espaço cada vez mais amplo e complexo que a cultura ocupa na sociedade atual”.

⁴² Traduzido pelo autor: “Uma parte dos gestores culturais tem um grau técnico ou uma licenciatura em qualquer ciência ou área relacionada ao campo cultural (sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, psicólogos, artistas) e com a administração pública (administradores, contadores, políticos), de modo que a sua especialização em gestão cultural se dá através da prática, da auto-aprendizagem e a partir da sua participação em processos de formação de diferentes tipos (classes, workshops, cursos), níveis (educação continuada, cursos técnicos, de graduação e em poucos casos de especialização e de pós-graduação) e atendem aos vários campos de intervenção profissional”.

seria cultura. “En esta área encontramos a gestores cuya formación académica está vinculada a la sociología, antropología, historia, comunicación, derecho, psicología, filosofía y pedagogía, entre otras disciplinas⁴³” (OROZCO, 2006:59).

Na área administrativa o profissional trabalharia ao lado da oferta e da demanda de serviços, buscando o desenvolvimento de projetos eficientes e eficazes, tal como um administrador cultural no desenvolvimento das infra-estruturas culturais, na análise de audiência e economia da cultura, e na gestão de recursos e projetos de difusão cultural. “En esta área entran todos aquellos que tienen una formación económica-administrativa, como los administradores, contadores, economistas, o los profesionales en recursos humanos, turismo y comercio⁴⁴” (OROZCO, 2006:60). Já na área artística o profissional, segundo Orozco, trabalharia como um mediador das manifestações artísticas, entre a arte e a sociedade, desenvolvendo ações de difusão e educação artística. “En esta área podríamos designar a todos aquellos gestores que tienen una formación en alguna disciplina artística, como pintura, escultura, arquitectura, danza, música o literatura⁴⁵” (OROZCO, 2006:60). Esse resumo serve para elucidar um pouco a questão, mas essas fronteiras profissionais são mais tênues do que o exposto acima.

Para Rubens Bayardo (2008) a gestão cultural é uma mediação, num sentido ampliado em relação ao de José Luis Mariscal Orozco (2006), entre atores e disciplinas que torna possível a distribuição, a comercialização e o consumo de bens e serviços culturais; e articula criadores, produtores, promotores, instituições e públicos para formar o circuito no qual as obras se materializam e adquirem seu sentido social. “Estamos pensando em demandas inovadoras e crescentes relacionadas com a cultura, que atualmente forma um espaço expandido onde as artes e o patrimônio, que tempos atrás eram identificados como a totalidade, são hoje apenas uma parte, e muito menor, de seu universo” (BAYARDO, 2008:57).

Vale destacar o caso do México como experiência ibero-americana de política pública de formação na organização da cultura (MEDRANO, 2009). Os anos de 1980 são um ponto

⁴³ Traduzido pelo autor: “Nesta área encontramos gestores cuja educação formal está ligada à sociologia, antropologia, história, comunicação, direito, filosofia, psicologia e educação, entre outras disciplinas”.

⁴⁴ Traduzido pelo autor: “Nesta área entran todos aqueles que têm uma formação econômico-administrativa, tais como administradores, contadores, economistas ou profissionais de recursos humanos, turismo e comércio”.

⁴⁵ Traduzido pelo autor: “Nesta área podríamos designar todos aqueles gestores que tenham formação em qualquer disciplina artística, como pintura, escultura, arquitetura, dança, música ou literatura”.

de viragem na formação sistemática dos trabalhadores de serviços culturais no país, quando se iniciou, em 1983, um projeto de capacitação intitulado *Programa de formación y capacitación de promotores culturales*, que “estaba dirigido a los responsables de la planeación y operación de actividades culturales de instituciones educativas, de asistencia social u otros organismos públicos y privados que prestaban este tipo de servicios”⁴⁶ (OROZCO, 2006:62).

No ano de 2001 foi criada a *Dirección de Capacitación Cultural* ligado ao *Consejo Nacional para la Cultura y las Artes* (CONACULTA) e, posteriormente, foi lançado o *Sistema Nacional de Capacitación Cultural*, com o objetivo de:

Capacitar, actualizar y profesionalizar a los promotores y gestores culturales, para elevar el nivel y la calidad de los servicios culturales que prestan las instituciones públicas y privadas, comunidades y grupos independientes. Estimular procesos educativos y organizativos para el aprendizaje de marcos conceptuales, herramientas metodológicas y operativas, y dominio de la planeación y la gestión de proyectos culturales.⁴⁷

Para a formação de gestores culturais, foram projetados e oferecidos pela *Dirección de Capacitación Cultural* certificados em promoção, gestão, desenvolvimento cultural e tópicos relacionados de Nível I (200 horas) e Nível II (300 horas), bem como cursos, *workshops*, seminários e conferências. Foram envolvidos em todos os processos da formação o pessoal das instituições culturais dos estados e municípios, professores e diretores de centros culturais, bem como de universidades e agências independentes. O processo é dividido em quatro subsistemas: capacitação cultural, formação cultural contínua, capacitação a distância, e formação profissional⁴⁸. Todas as atividades de formação e atualização são certificadas oficialmente pelo Ministério da Educação do México. Esse sistema de formação já ofereceu mais de 510 cursos de capacitação com a participação de mais de 16.000 alunos no país

⁴⁶ Traduzido pelo autor: “estava direcionado para os responsáveis pelo planejamento e operação de atividades culturais de instituições educativas, de assistência social ou outras entidades públicas e privadas que prestavam esse tipo de serviço”.

⁴⁷ Traduzido pelo autor: “Capacitar, atualizar e profissionalizar os promotores e gestores culturais para elevar o nível e a qualidade dos serviços culturais prestados pelas instituições públicas e privadas, comunidades e grupos independentes. Incentivar os processos de ensino e organizacionais para a aprendizagem de marcos conceituais, ferramentas metodológicas e operacionais, e domínio do planejamento e gestão de projetos culturais”. http://vinculacion.conaculta.gob.mx/prog_capcult_sistnal.html (acesso em 02/01/2011).

⁴⁸ http://vinculacion.conaculta.gob.mx/prog_capcult_programas.html (acesso em 02/01/2011).

(OROZCO, 2006:63)⁴⁹. Pelos dados apresentados sem dúvida é uma experiência internacional a ser destacada enquanto política pública de formação na área da organização da cultura.

1.2.4 O caso brasileiro: produção e gestão culturais

O declínio da alta burguesia brasileira na importação da cultura, principalmente européia, no período entre guerras, foi responsável pela ênfase que começou a ser dada pela produção cultural. Essa situação era, então, propícia ao surgimento de intermediadores da cultura ou agentes culturais que buscavam intervir nas relações entre artistas, clientes, mecenas e mídia, em proveito próprio ou a serviço de uma dessas instâncias do mercado da cultura que se desenvolvia (NUSSBAUMER, 2000:43).

Em 2004 a telenovela *Celebridade*⁵⁰, veiculada pela Rede Globo, trouxe como mote principal o embate de duas produtoras culturais – Maria Clara Diniz e Laura Prudente da Costa –, que foram interpretadas respectivamente pelas atrizes Malu Mader e Cláudia Abreu. A trama da novela das oito, principal horário da emissora, de alguma forma colocou em pauta a legitimização e o reconhecimento social de uma profissão até então pouco abordada e em crescente formação (RUBIM, 2005:13). A produção cultural, mesmo engendrada nos processos internos da própria emissora, até então era pouco conhecida e diferenciada enquanto área de atuação na sociedade (COSTA, 2007:173).

Alguns livros no Brasil, desde a década de 1970, buscam demonstrar as experiências vividas na prática com a administração das artes, com dados compilados, por exemplo, da administração teatral (BRITO, 1973; LYRA, 1989). Além de trazer questões como o planejamento na área, perfis profissionais e modelos de contratos, há ainda, conforme estabelecido na época, modelos de documentos que deveriam ser enviados para o registro na censura (BRITO, 1973:95). São livros que trabalham com a nomenclatura mais próxima do *arts management*, tendo em vista que o termo produtor cultural no Brasil tem um papel mais central a partir do financiamento através das leis de incentivo – tópico que será aprofundado no próximo capítulo.

⁴⁹ Segundo dados mais recentes, foram capacitados cerca de 23.000 alunos em gestão cultural no México pelo programa (BARBA, 2009:12). Infelizmente não conseguimos checar esse dado com estatísticas oficiais do próprio governo.

⁵⁰ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Celebridade_\(telenovela\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Celebridade_(telenovela)) (acesso em 01/03/2008).

E quando o sentido do produtor se torna sinônimo de criador na área da cultura? No livro *Ação Cultural: idéias e conceitos*, organizado a partir da experiência da realização do Curso Regional de Especialização em Políticas Culturais, executado em 1997, a figura do produtor cultural é colocada por diversas vezes como o “artista e intelectual” (BARBOSA et al., 2002:32). É interessante notar como a divisão de nomenclatura no campo da cultura pode sofrer mudanças, mesmo num curso de capacitação de agentes para lidarem com a gestão de políticas culturais. Em algumas partes do livro, que tem textos que relatam a atuação do MinC naquele momento, o termo produtor cultural ganha sentido de criador artístico (BARBOSA et al., 2002:126).

Para Francisco Paulo de Melo Neto (2000:42) as áreas de promoção e produção cultural são bem distintas: a produção é inerente ao mundo simbólico, à criatividade e sensibilidade artísticas (o produtor seria o criador⁵¹); enquanto o promotor cultural estaria vinculado ao mercado, a questão da oferta e da procura, da organização e difusão do produto cultural. Posição que marca uma diferença em relação ao que é comumente utilizado no campo, que entende o produtor preferencialmente como aquele profissional que atua no *backstage*, e não no *proscênio*.

“Uma das características dessa emergência recente e, por conseguinte, da ausência de tradição na conformação específica desse momento é a falta de sedimentação inclusive na sua nomeação” (RUBIM, 2008:52). No Brasil temos um caso semelhante ao apresentado nas experiências francesa e ibero-americana (profusão/confusão de nomes na área da organização da cultura), e, muitas vezes, termos que poderiam exprimir situações diferentes no campo de trabalho são utilizados como sinônimos (TATSCH, 2001:06). Essa falta de diferenciação é um dos pontos que afeta a profissionalização, já que é necessário primeiramente reconhecer o que de novo traz a complexificação do setor cultural. Precisamos ir além das (in)definições que apresentam os termos “gestão” e “produção” como sinônimos de uma mesma atividade no campo da organização.

Gestão cultural é um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro. Pressupõe procedimentos administrativos e operacionais, mas não se resume a eles. Pressupõe também a gerência de processos no campo da cultura e da arte, mas vai além dele. Para melhor conceituarmos o campo da

⁵¹ Algo semelhante abordado pela autora Rocío Del Socorro Gómez Zúñiga, que utiliza o termo produtor cultural englobando a criação artística, ressaltando apenas uma diferença entre os produtores culturais formais e os informais – ou amadores (GÓMEZ ZÚÑIGA, 2008:72).

gestão cultural, podemos articulá-lo a ideia de mediação de processos de produções material e imaterial de bens culturais e de mediação de agentes sociais os mais diversos (RODRIGUES, 2009:77).

O sexto número da *Revista Observatório do Itaú Cultural* (2008) apresenta um especial sobre os profissionais da cultura e a formação para o setor. A primeira matéria, cujo título é *Os fazeres e os saberes dos gestores de cultura no Brasil*, busca traçar um perfil do gestor cultural: “um dos profissionais-chave do setor (...). Cabe a ele, entre muitas outras atribuições, promover a produção de bens culturais e facilitar a sua circulação, cuidando para que o acesso público a esses bens seja garantido” (REVISTA OIC, 2008:06). Através de entrevistas com pesquisadores e responsáveis por organizações culturais no Brasil, foi constatado que a formação desse profissional é uma necessidade que urge para o setor.

Não existe cultura sem seu momento organizativo. Mesmo determinadas manifestações culturais ditas espontâneas não podem se realizar sem organização. Mas esse caráter inerente e ‘natural’ talvez tenha obscurecido a imediata atenção com esse movimento, que só recentemente emergiu como espaço de práticas e formulações (RUBIM, 2008:52).

São citadas algumas posições sobre as diferentes terminologias utilizadas no setor, como a de Albino Rubim, que “vê o gestor não como aquele que formula ou implementa diretrizes culturais, mas como o profissional que está à frente de projetos permanentes de cultura” (REVISTA OIC, 2008:10). Já “o produtor cultural (...) organizaria projetos específicos e descontinuados no tempo, dentro ou fora da esfera governamental” (REVISTA OIC, 2008:10). Pensamos que essa diferença talvez traga alguns problemas, quando refletimos a ação de produtores culturais em projetos que são continuados (com edições anuais, por exemplo), mas ainda não são considerados programas que atuam dentro de alguma diretriz maior. Talvez a diferenciação fique mais clara a partir dessa questão, do trabalho em programas (feito por gestores) e em projetos (feitos por produtores).

Já Maria Helena Cunha vê o produtor cultural⁵² como “alguém que caminha de mãos dadas com o gestor, sob a sua coordenação” (REVISTA OIC, 2008:13). Essa visão tenta tratar a questão a partir de uma relação lado a lado (ao caminhar de mãos dadas), onde um coordena o outro. A produção pode estar, em alguns momentos, sob a coordenação da gestão, mas isso

⁵² A pesquisadora Maria Helena Cunha no seu livro *Gestão cultural: profissão em formação* expõe a noção do gestor cultural ao tratar os seus entrevistados, base para o seu trabalho de construção do campo cultural em Belo Horizonte (CUNHA, 2007). Entretanto, ao contrário da escolha da autora, alguns entrevistados fazem a opção nas suas narrativas pelo título de produtor cultural – o que dificulta a discussão sobre uma distinção entre as profissões.

não marca necessariamente uma diferença fundamental das atuações. Cremos que a atuação na esfera micro não precisa, necessariamente, estar a todo o momento sob a batuta da esfera macro. Ou estaríamos sempre trabalhando num macro-determinismo?

Maria Helena Cunha cita o exemplo que “até as empresas particulares deixaram de pensar somente em projetos pontuais. Se elas se envolvem em um festival, por exemplo, vão querer promover edições continuadas” (REVISTA OIC, 2008:14). Não cremos que só por ser considerada uma ação continuada estamos trabalhando necessariamente com gestão. A ação pode ser continuada, mas se ela não está envolvida a partir de diretrizes que marcam o seu lugar e a sua razão numa estrutura estamos trabalhando numa esfera micro.

Sobre o caso brasileiro, onde o termo produção cultural tem uma maior tradição em relação ao termo gestão cultural, é abordado que, a partir de uma visão neoliberal, “o produtor, no contexto único das leis de incentivo, substituiu a idéia do gestor porque a cultura teria passado a ser vista como produto de mercado, obedecendo a suas flutuações” (REVISTA OIC, 2008:11).

“Pensar e planejar o campo da produção, circulação e consumo da cultura dentro de uma racionalidade administrativa é uma prática que pertence aos tempos contemporâneos” (CALABRE, 2008:66). Uma das dificuldades que temos para definir as profissões e as atividades culturais, e propor programas de formação e capacitação que respeitem as especificidades dessas atividades; é a atuação num “campo novo, com fronteiras fluidas” (CALABRE, 2008:66). E, inclusive em mercados regionais, podemos perceber diferenças de fronteiras entre a atuação do profissional nas diversas áreas, com diferentes graus de profissionalização nos casos das artes cênicas, música, artes plásticas etc. Em Salvador, por exemplo, é visível a distinção no ramo da música entre a organização dos chamados independentes (como o *rock* “alternativo”) e do axé “comercial”. No primeiro caso vemos ainda uma profusão de artistas-produtores, sendo que no segundo a distinção de profissões já está em outro patamar. Seguindo o exemplo do axé “comercial”, temos um grande exemplo local de organização na área cultural que é o carnaval, onde é necessária uma grande articulação de instituições, recursos financeiros, materiais técnicos e humanos – o que não seria possível ser realizado, como nos dias de hoje, de forma amadora.

Podemos identificar atualmente algumas formas de entrada nesse campo profissional. Há os sujeitos que aprenderam e refletiram sobre esse ofício no exercício cotidiano do trabalho; aqueles que já se encontravam em um mercado de trabalho mais estruturado e complexo, o que os levou a buscar uma formação mais sistemática e específica; e sujeitos que optaram por fazer cursos acadêmicos mesmo sem experiências práticas anteriores, buscando uma formação específica para a área.

A formação autodidata sempre predominou no setor específico dos agentes da organização da cultura. Muitos destes “profissionais” desempenhavam suas funções de forma amadora, o que implicava em projetos mal formulados e mal executados, resultando numa baixa credibilidade do mercado da cultura (FISCHER, 2002:47). “Várias foram as gerações de empreendedores culturais que se formaram intuitivamente, aprendendo com erros e acertos” (AVELAR, 2008:21). Ainda hoje, o valor da formação autodidata na área cultural é reconhecido como um importante instrumento de busca de conhecimentos, práticas e pesquisas (CUNHA, 2003:103); contudo, não se mostra capaz de suprir as necessidades, de modo sistemático, de um mercado especializado que busca profissionais capacitados e qualificados.

A necessidade de compreender, planejar e atuar com a promoção cultural na perspectiva da consolidação da cidadania e da centralidade humana impinge aos empresários e aos trabalhadores a necessidade de permanentemente refletirem sobre a prática. Esse processo deve ser apoiado por um corpo de conhecimento. Evidenciar o conhecimento, organizá-lo e disseminá-lo são ações necessárias de qualificação (SESI, 2007a:41).

A capacidade de reflexão sobre a sua área é um fator a ser pensado nesse processo formativo. Numa crescente profissionalização em vistas de um desenvolvimento cultural o campo não quer apenas pessoas que saibam realizar somente o seu ofício de forma administrativa. São solicitados agentes que possam contribuir para o crescimento cultural: “constatamos, portanto, a necessidade de ampliação e aprofundamento de um processo reflexivo e conceitual sobre a cultura, mais especificamente pelo viés da formação de seus agentes” (CUNHA, 2003:104). Conhecimentos teóricos, analíticos e práticos de técnicas e instrumentos para lidar com a cultura seriam essenciais para tal formação.

O aprofundamento de um processo reflexivo e conceitual sobre a cultura, mais especificamente pelo viés da formação de seus agentes, pode ser notado como uma preocupação constante dos atores que integram a área. É preciso se preparar para as

especificidades do gerenciamento de atividades culturais⁵³, principalmente no que se refere à “capacidade organizacional e à ampliação de conhecimentos antes restritos a outras áreas, como as questões econômicas, jurídicas e administrativas” (CUNHA, 2003:104).

O profissional responsável pela organização da cultura necessita de conhecimentos específicos e singulares da cultura contemporânea, mas entrelaçados com informações das demais áreas que deverão manter um diálogo próximo entre o universo artístico cultural, o poder público, meio empresarial e a sociedade civil, como forma de proporcionar experiência ou contato com o trabalho prático inerente à própria atividade do setor.

De forma esquemática, podem-se destacar os seguintes itens como objetivos de uma linha de estudo [do setor cultural]: conhecer os locais de atuação profissional, para identificar as singularidades e seus potenciais, tendo condições de planejar e determinar prioridades; conhecer as diferentes áreas culturais e artísticas, onde suas ações serão desenvolvidas diretamente e estar atento as novas tendências; acompanhar de forma ativa as políticas culturais vigentes em todos os níveis governamentais: municipal, estadual e federal; conhecer temas específicos de economia da cultura e dos princípios jurídicos, dominando técnicas de planejamento e gerenciamento da área cultural e métodos de avaliação; e dominar conhecimentos das áreas de comunicação e marketing (CUNHA, 2003:106).

Maria Helena Cunha lista acima, basicamente, que tipo de conhecimento um agente da organização da cultura deve obter para atuar na sua área. Como a área é relativamente nova, pelo menos na sua profissionalização, muitos tiveram que buscar esses conhecimentos e absorvê-los durante a sua jornada de trabalho, durante a vida diária na profissão. Não havia cursos que formassem tal agente, então a sua formação deveria ser buscada de outras formas: há pessoas provenientes da área de administração, das áreas humanas e artísticas (dançarinos, diretores de teatro, músicos), até pessoas sem nenhuma formação acadêmica. Havia a necessidade do próprio mercado nessa nova função, o que trouxe diversos tipos de profissionais para trabalhar na área. Com o decorrer da trajetória do campo, com o seu crescimento e sua necessidade de profissionalização, algumas universidades começam a perceber a importância da criação de cursos para formação nessa área. Existe hoje no país

⁵³ Inscrito no âmbito da atividade de produção cultural, são assinaladas principalmente três fases na execução de projetos: pré-produção, produção, pós-produção. Na pré-produção temos a idealização do projeto, a formatação, o planejamento, a captação etc. A produção é o momento de maior tensão, pois além da execução existe o monitoramento constante, para que as coisas saiam como foram planejadas. Por fim, na pós-produção, será avaliado e criticado todo o percurso do projeto, para que se tenha um aprendizado em relação ao que foi executado e uma melhor continuidade de ações. O produtor cultural preferencialmente formula um modo de fazer com que as obras de criadores tornem-se visíveis e ganhem uma maior notoriedade, através de eventos e produtos, presenciais ou midiáticos (RUBIM, 2005:25).

uma gama dispersa de pequenos e esporádicos cursos técnicos, alguns poucos cursos de graduação e experiências em pós-graduação, quase sempre em nível de especialização – apresentaremos informações detalhadas sobre os cursos no terceiro e no quinto capítulos desta tese. Em vias de se obter perspectivas reais de profissionalização é importante pensar numa formação pautada pela multidisciplinaridade inerente ao campo da organização da cultura. “Esse seria o maior empecilho para a criação de cursos acadêmicos regulares, pois demandariam um amplo leque de informações (...)” (CUNHA, 2003:105).

O domínio destas diversas áreas de estudo poderá fazer com que o profissional de cultura esteja capacitado a planejar e gerenciar as suas atividades, identificando as singularidades e potencialidades do seu campo de atuação, problematizando e discutindo continuamente sobre os aspectos inerentes à política cultural e privada e aprimorando o seu conhecimento referente às diversas formas de manifestações artísticas.

Teixeira Coelho não se coloca entre os que exigem diploma para tudo – “tanto mais quanto o diploma quer sancionar uma competência cada vez mais etérea” (COELHO, 1986:114), mas também acredita que “são muitos os que precisam de orientação (...), é preciso pensar em sua formação na medida em que cresce cada vez mais a requisição desses agentes culturais” (COELHO, 1986:114-115). E, mesmo sem utilizar essa noção, o autor delinea uma formação multidisciplinar: psicologia, pedagogia, antropologia, artes e administração – com ressalvas a essa última disciplina.

Voltando a uma definição do que seria um produtor cultural, o projeto *Produção Cultural no Brasil*⁵⁴ disponibiliza uma série de opiniões sobre esse profissional: produtor de recurso, de talento, um autodidata, um gestor, um artista, um agitador... Dentre elas podemos elencar a de Leandro Knopfholz, administrador de empresas e diretor do Festival de Teatro de Curitiba, que apresenta algo próximo a um sinônimo do mediador cultural:

O produtor cultural é um agente, é um eixo, talvez, de juntar possibilidades de que como eu me entendo. Eu vejo que eu faço parte de uma cadeia, que é uma cadeia da economia criativa, da indústria criativa. Do que depende esta cadeia? Da criatividade. Normalmente o criativo é o cara mais emocional, então faz parte do trabalho do produtor cultural reconhecer essa criatividade, trabalhar a criatividade, embalar a criatividade e apresentar essa criatividade

⁵⁴ Site que disponibiliza gratuitamente entrevistas em vídeo com 100 gestores, artistas e realizadores culturais de todas as regiões do Brasil. O projeto é uma realização da Casa da Cultura Digital e da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. <http://www.producaocultural.org.br/no-blog/conheca-o-projeto/> (acesso em 29/12/2010).

para o público. Quem é esse público? É o patrocinador, é o agente público, é o público em geral, é a imprensa, é todo mundo. Então eu acho que o produtor cultural, a profissão produtor cultural, é essa profissão que fica no meio, entre a criatividade e o consumo, e trabalha a cadeia.⁵⁵

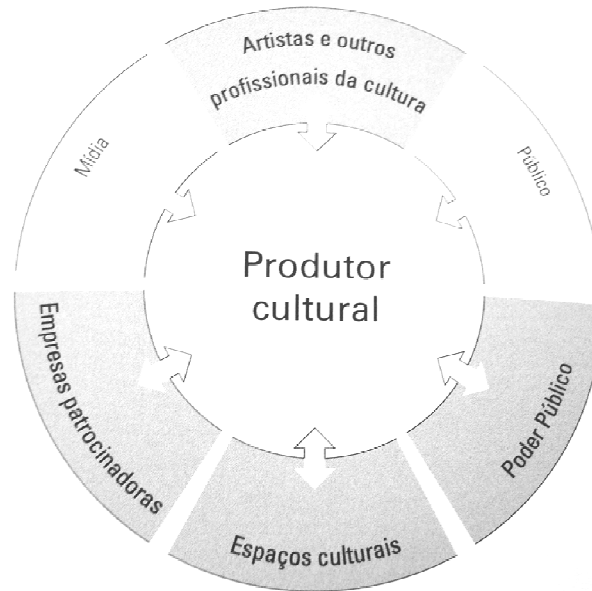
Temos alguns livros no Brasil que trazem informações sobre as atividades e a figura do produtor e/ou do gestor cultural (ALMEIDA, 1992; ALMEIDA, 1998; CESNIK e MALAGODI, 2001; CUNHA FILHO, 2002; RODRIGUES, 2002; LEITÃO, 2003; NATALE e OLIVIERI, 2003; BOULAY, 2004; PARIZZI, 2005; KAMEL, 2006; MARQUES, 2007; BARRETO, 2008; FRANCEZ et al., 2009; LOBO, 2009; OLIVEIRA, 2010; SALAZAR, 2010; SILVA, 2010), mas é o gestor cultural Rômulo Avelar, em seu livro *O Averso da Cena: notas sobre produção e gestão cultural*, um dos autores que melhor exemplifica a relação de diferenças e semelhanças de atuação entre os profissionais da produção e os que estariam ligados a gestão. Segundo Avelar, produtor cultural é o profissional que “(...) cria e administra diretamente eventos e projetos culturais, intermediando as relações dos artistas e demais profissionais da área com o Poder Público, as empresas patrocinadores, os espaços culturais e o público consumidor de cultura” (AVELAR, 2008:52); enquanto o gestor cultural é o profissional que:

(...) administra grupos e instituições culturais, intermediando as relações dos artistas e dos demais profissionais da área com o Poder Público, as empresas patrocinadoras, os espaços culturais e o público consumidor de cultura; ou que desenvolve e administra atividades voltadas para a cultura em empresas privadas, órgãos públicos, ONGs e espaços culturais (AVELAR, 2008:52).

São definições que nos auxiliam a resumir as outras noções abordadas até então no caso brasileiro. O autor apresenta ainda dois diagramas que representam os diversos agentes envolvidos nos momentos do fazer cultural:

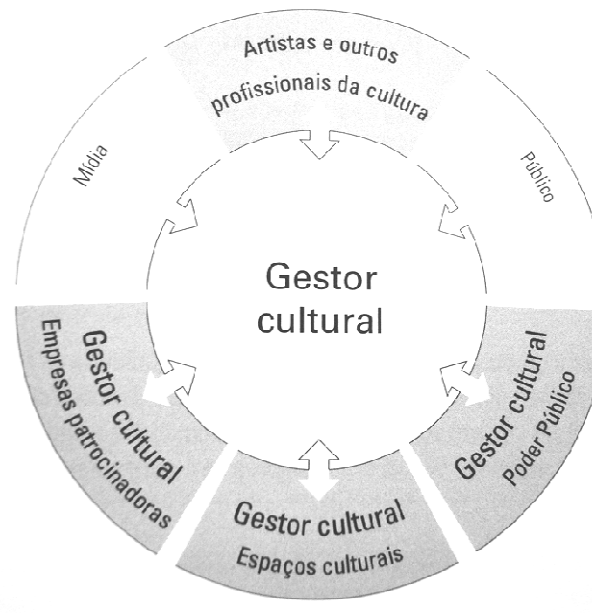
⁵⁵ <http://www.producaocultural.org.br/wp-content/themes/prod-cultural/integra/integra-leandro-knopfholz.html> (acesso em 29/12/2010).

FIGURA 1: O “lugar” do produtor cultural



Fonte: AVELAR, 2008:50.

FIGURA 2: Os “lugares” do gestor cultural



Fonte: AVELAR, 2008:51.

Segundo Avelar (2008), o produtor age enquanto posição central do processo cultural, atuando como o grande mediador entre os profissionais da cultura e os demais segmentos. “Nessa perspectiva precisa atuar como ‘tradutor’ das diferentes linguagens, contribuindo para que o sistema funcione harmoniosamente” (AVELAR, 2008:50). Ao gestor também caberia o papel de interface entre diferentes profissionais, no entanto, de acordo com os diagramas apresentados, o gestor pode ainda estar presente no interior de outras instituições, contexto no qual ele é o responsável por alguma área privada de patrocínio a cultura ou por algum espaço cultural. Ainda de acordo com Avelar (2008), produção e gestão culturais são atividades essencialmente administrativas, verbo presente em ambas as definições que foram abordadas pelo autor.

Para uma comparação com os termos de referência oficial no Brasil, apresentamos a seguir os dados da *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO). A CBO teve a sua versão mais recente lançada em 2010 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e é o documento que:

(...) reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.⁵⁶

A CBO é uma ferramenta que serve para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, e dos serviços de intermediação de mão-de-obra.

Nesse documento, “Produtores artísticos e culturais” constituem a família de número 2621. Desde a versão anterior as ocupações do mercado são organizadas e descritas por famílias, que constituem um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho. Nessa família, por exemplo, estão presentes o “Produtor cultural”, o “Produtor cinematográfico”, o “Produtor de teatro” e os tecnólogos formados nessa área. A descrição

⁵⁶ <http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf> (acesso em 21/12/2010).

sumária da família, que foi concebida por um comitê convidado de profissionais que atuam na área, é a seguinte:

Implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo (MTE, 2010:399).

Em relação à formação profissional, o documento afirma que “essas ocupações não demandam nível de escolaridade determinado para seu desempenho, sendo possível que sua aprendizagem ocorra na prática” (MTE, 2010:399), mas destaca que “seguindo a tendência de profissionalização que vem ocorrendo na área das artes, (...), cada vez mais será desejável que os profissionais apresentem escolaridade de nível superior” (MTE, 2010:399). A CBO não indica, entre as suas ocupações, a figura do gestor cultural – trazendo apenas o gestor público ou o gestor de eventos, ligado a área do turismo. Ou seja, não há uma diferenciação oficial em relação a essa ocupação profissional de acordo com o MTE.

A família dos “Produtores artísticos e culturais” tem como código internacional comparativo da ocupação o 2455 – *Actores y directores de cine, radio, teatro, televisión y afines*. Esse código corresponde à Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO 88), para comparação de estatísticas internacionais. A sigla da CIUO 88 em inglês é ISCO 88 e em francês é CITP 88. Essa comparação parece não ser a melhor possível em relação ao exposto pelo CBO, pois na família de atores e diretores de cinema, teatro e afins os produtores culturais teriam uma ocupação distinta⁵⁷. A família que melhor caracterizaria esse comparativo internacional seria a de número 1229, que reúne os produtores e administradores não classificados anteriormente em outras famílias, a qual possui entre as suas tarefas “planning, directing and coordinating activities concerning recreational, cultural and sporting operations and events”⁵⁸.

Segundo a CBO, os produtores de rádio e televisão são regulamentados pela Lei nº 6.615/78 e Decreto nº 84.134/79⁵⁹ e vinculados ao Sindicato dos Radialistas; os produtores de

⁵⁷ <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/2455.htm> (acesso em 29/12/2010).

⁵⁸ Traduzido pelo autor: “planejar, dirigir e coordenar as atividades relativas às operações de lazer, culturais e desportivas e eventos”. <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/1229.htm> (acesso em 29/12/2010).

⁵⁹ http://www.imprensa.org.br/leis_prof_radialistas.html (acesso em 29/12/2010).

cinema e teatro têm a profissão regulamentada pela Lei nº 6.533 de 24 de maio de 1978⁶⁰, que dispõe sobre as profissões de Artista e Técnicos em Espetáculos e Diversões e estão vinculados ao Sindicato dos Artistas e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica (Sindicine). Além do exposto pela CBO, temos ainda o registro profissional de tecnólogos em Produção Cultural e de Eventos através do Conselho Federal de Administração, desde a publicação de Resolução Normativa de nº 374⁶¹ para tanto no Diário Oficial da União, no dia 13 de novembro de 2009, aprovando o seu registro nos Conselhos Regionais de Administração. Como a área dispõe de linhas tênues de atuação, fora a questão da sua recente profissionalização, temos uma série de sindicatos e conselhos que buscam representar esse profissional, que pode acabar não se sentindo representado por nenhum deles. A área carece ainda de uma maior organização em termos de associações ou órgãos de classe que busquem congregar profissionais que possam refletir sobre as problemáticas da atuação em organização da cultura.

Que se trate de taxinomias burocráticas provenientes da negociação coletiva e submetidas constantemente a múltiplas deformações devidas à pressão dos diferentes grupos, ou dos sistemas de classificação menos altamente racionalizados veiculados pela linguagem comum e utilizados pelas diferentes classes em suas operações cotidianas de classificação, essas taxinomias têm funções práticas, e não somente lógicas. Na codificação social, as palavras são seguidas de efeitos (...). No estabelecimento da definição da profissão, o esquecimento de uma palavra provoca efeitos: por exemplo, um indivíduo poderá ser obrigado a executar uma tarefa que não deseja exercer ou, vice-versa, pode não ter habilitações para executar tarefas que desejaria exercer (BOURDIEU, 2010:143).

Ao utilizarmos as idéias apresentadas por Bourdieu podemos pensar essa relação entre produção e gestão no campo da organização da cultura sob o aspecto de diferentes grupos que tentam mudar os nomes para manter distância de certas categorias e aproximar-se de outras, onde a expressão semântica utilizada acaba por se tornar uma expressão de distância social (BOURDIEU, 2010:142). “(...) o efeito de redefinição criadora observa-se, sobretudo, nas ocupações com grande dispersão e pouco profissionalizadas e nos setores mais novos da produção cultural e artística” (BOURDIEU, 2010:166). A terminologia social do nome das profissões pertence, nesse sentido, a uma terminologia do parentesco, na definição do mundo social.

⁶⁰ <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6533.htm> (acesso em 29/12/2010).

⁶¹ <http://www.cfa.org.br/download/RN09374%20consolidada.pdf> (acesso em 02/01/2011).

(...) o sistema de ensino introduz, pouco a pouco, todas as profissões – mesmo as menos racionalizadas e as mais abandonadas à pedagogia tradicional – no universo hierarquizado do certificado escolar, de modo que o efeito de naturalização e de eternização das classificações que ele tende a produzir em razão de sua inércia estende-se, progressivamente, a toda a estrutura social (BOURDIEU, 2010:144).

Após essa análise da multiplicidade de terminologias e denominações dos agentes ligados à organização da cultura, iremos abordar no próximo capítulo a questão da formação desse pessoal pelo viés da política cultural.

2. POLÍTICAS CULTURAIS NA ÁREA DE FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

A cultura tem se tornado uma importante opção para o desenvolvimento, e isso já se cristalizou nos discursos de alguns políticos. O seu papel cada vez mais se torna estratégico e central, mas também se caracteriza como um vetor que deve perpassar políticas públicas de outras áreas.

Segundo Maria das Graças Ruas (1997), as políticas públicas acontecem a partir dos *inputs* e *withinputs*⁶² que pleiteiam questões novas, recorrentes ou reprimidas. Um jogo que reúne diversos atores na busca da melhor relação custo-benefício para si: atores públicos (políticos e burocratas); atores privados (empresários); trabalhadores; agentes internacionais; e a mídia – que forma a agenda de demandas públicas. Entre o “estado de coisas” e o “problema político”⁶³ há a ação política na formulação das alternativas de resolução. Só que há um longo caminho entre a formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de uma política pública.

A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais: decretos, resoluções, etc, etc... Nada disso garante que a decisão se transforme em ação e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente entendida. Ou seja, não existe um vínculo ou relação direta entre o fato de uma decisão ter sido tomada e a sua implementação. E também não existe relação ou vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação (RUAS, 1997:13).

É interessante observar a etapa da avaliação de uma política pública, fato que tentaremos demonstrar neste capítulo ao analisar as políticas culturais formuladas e implementadas na área de formação em organização da cultura. Enquanto momento de formulação buscaremos analisar o que o Ministério da Cultura (MinC) traçou nessa área nos seus documentos oficiais – assim como expresso por Maria das Graças Ruas na passagem acima –, através das chamadas “determinações legais”. Enquanto momento de implementação

⁶² Os *inputs* podem ser entendidos como demandas e suportes processados a partir do meio ambiente/atores sociais, já os *withinputs* são demandas e suportes originados no interior do próprio sistema político (RUAS, 1997).

⁶³ “Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais. Neste caso, trata-se de um ‘estado de coisas’ – algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades e se torna uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um ‘problema político’” (RUAS, 1997).

buscaremos analisar as ações que foram feitas para que a política pudesse sair do papel e funcionasse efetivamente.

Uma política pública é feita de presenças e ausências. Uma vez que o Estado não atua em determinada área, imagina-se que esta seja secundária, não fazendo parte das prioridades das políticas implantadas. Partindo desse pressuposto, é possível perceber que apesar da formação de gestores e produtores culturais no Brasil ser atualmente um dos grandes desafios postos diante do poder público, em seus três níveis, ainda é uma ação continuamente preterida perante tantas demandas.

Desde a década de 80, com a criação das leis de incentivo à cultura no Brasil, houve um aumento na oferta de espetáculos culturais, festivais de música, produção cinematográfica, entre outras produções artístico-culturais, financiados. As leis de incentivo à cultura representaram uma crescente injeção de recursos (SALGADO, PEDRA e CALDAS, 2010) – ainda que majoritariamente públicos – no mercado cultural, dando dinâmica ao setor, com o aumento do número de projetos, empresas e infra-estrutura.

Nesse contexto, passou-se a reconhecer a figura do produtor cultural, e o mercado passou a procurar cada vez mais por esse profissional. Mas esse aumento repentino da demanda não se fez acompanhar de um programa de formação e capacitação. Os centros de formação, acadêmica e técnica, também postergaram a criação de cursos para formar esse profissional.

Assim, até o início dos anos 2000, apesar das alterações do financiamento da cultura, com o redimensionamento do papel da cultura na sociedade e maior exigência de profissionalização dos atores da cadeia produtiva da cultura, não houve na mesma proporção investimentos que priorizassem a organização da mão-de-obra do setor cultural, seja em âmbito privado ou público.

Com base nesse quadro, o gestor cultural Rômulo Avelar (2008:49), afirma que, com o amadurecimento do mercado da cultura nos últimos anos, não há mais espaço para improvisos ou amadorismos que sempre imperaram no universo cultural brasileiro. Por outro lado a procura por profissionais especializados pode ser constatada no processo de discussão e nos documentos oficiais do MinC, tais como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC), material que será visto adiante.

Portanto, esse descompasso existente, entre a crescente procura por profissionais capacitados e a ainda restrita oferta de gestores e produtores culturais preparados para os desafios desse novo contexto, precisa ser ajustado com a implantação de uma política pública estruturada e de formação continuada desses profissionais. A partir desse contexto pretendemos realizar neste capítulo uma análise das propostas e ações que foram executadas pelo MinC, no âmbito da formação e capacitação de profissionais da área da organização da cultura.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Uma das interfaces analíticas para o estudo da cultura é sua relação direta com a política. Segundo o antropólogo Nestór García Canclini, as políticas culturais podem ser definidas como:

(...) al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad⁶⁴ (CANCLINI, 2005:65).

Ou seja, um modo de intervenção, através de formulações ou propostas, que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade através da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.

“As políticas culturais são consideradas políticas sociais de última geração, visto o caráter relativamente recente da presença governamental na área, situada em geral nos últimos cinquenta anos, ou seja, a partir do último pós-guerra” (DURAND, 2000b:53). Alguns autores indicam como marco institucionalizante das políticas culturais internacionais a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, dirigido por André Malraux, no ano de 1959 (GIRARD, 2005; DJIAN, 2005; VESSILLIER-RESSI, 2005; CALABRE, 2006; HERRASTI, 2006; RUBIM, 2009).

⁶⁴ Traduzido pelo autor: “(...) o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. Mas esta forma de caracterizar o campo da política cultural precisa ser ampliada, tendo em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais atualmente”.

No Brasil, esse marco é o Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, na gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945) no interior do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública⁶⁵. Seria o “primeiro momento de intervenção sistemática do Estado brasileiro na cultura” (BARBALHO, 2007:40), com o objetivo de se construir um sentimento de “brasilidade” ao buscar elaborar uma nova visão do que seria o brasileiro – a elaboração de uma identidade nacional. Conjunto de intervenções que é caracterizada de uma forma dupla, como “uma atuação ‘negativa’ – opressão, repressão e censura própria de qualquer ditadura” (RUBIM, 2007a:16) –, e de forma positiva pela criação de legislações e instituições na área da cultura:

Em relação à área cultural, a gestão Capanema também teve uma forte dimensão regulatória e de construção institucional. Em sua gestão foram criadas leis em matéria de cinema e de rádio educativo, de educação musical, de recuperação do folclore e de apoio à música erudita. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado por ele, com a ajuda de Mário de Andrade. O Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Cinema e o Serviço Nacional de Teatro, também, entre outros (DURAND, 2000b:07-08).

Outro momento considerado inaugurador das políticas culturais no Brasil foi a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo, no período de 1935 a 1938. Experiência que, mesmo sendo num âmbito municipal, é apontada por pesquisadores como importante num cenário nacional:

Sem pretender esgotar suas contribuições, pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como o material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidora de significativos acervos culturais (RUBIM, 2007a:15).

O Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado em 1953, com a criação do Ministério da Saúde; já a educação e a cultura continuam juntas no que passou a chamar-se

⁶⁵ “O Ministério da Educação (MEC) é um órgão do Governo Federal fundado no decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930 com o nome de ‘Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública’, pelo então presidente Getúlio Vargas e era encarregado pelo estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. (...) Em 13 de janeiro de 1937 passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde”. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_(Brasil)) (acesso em 31/12/2010).

Ministério da Educação e Cultura, vide Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953⁶⁶. Período em que tivemos um momento marcado pela ausência de políticas culturais, entre 1945 e 1964, por mais que a cultura brasileira passasse por um momento de grande desenvolvimento. Segundo o pesquisador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007:70), essa fase de democratização reforça a idéia de que fazer política cultural seria trabalhar o dirigismo estatal. Dessa inoperância do setor público o autor cita uma série de movimentos culturais que passam ao largo do Estado e oxigenam a produção cultural brasileira:

Destacam-se as iniciativas empresariais e privadas no campo do cinema, como as experiências da Atlântida e da Vera Cruz e no campo da museologia, como a criação do MASP e a realização das bienais (...). Ao mesmo tempo ocorrem os chamados movimentos populares de cultura, encabeçados por organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes, que funda os Centros Populares de Cultura (...). Agrupamentos de intelectuais de esquerda promovem experiências teatrais como as do Teatro de Arena, do Teatro Oficina, e do Grupo Opinião, e trazem para as telas de cinema os filmes do Cinema Novo. A emergência de uma indústria cultural se manifesta através da ampliação sem precedentes da radiodifusão, da publicação de jornais e revistas, da emergência de uma indústria discográfica de massa, com a instalação das primeiras estações de televisão (JÚNIOR, 2007:70-71).

O Golpe Militar ocorrido no ano de 1964 traz à tona, mais uma vez, um tempo de autoritarismo, repressão e censura nas políticas culturais brasileiras. Segundo Albino Rubim, o período se distingue pela forma com que os governantes militares buscaram controlar os meios de comunicação audiovisual para a reprodução da ideologia oficial, de acordo com uma política de “segurança nacional”⁶⁷ (RUBIM, 2007a:20). Ao invés da “criação de uma nação”, temos aqui o objetivo de “garantir a sua integração” (BARBALHO, 2007:42).

Durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, no período de 1969 a 1974; tivemos a criação do *Plano de Ação Cultural* (PAC), apresentado no ano de 1973, pelo então ministro Jarbas Passarinho. Documento que expõe entre as suas proposições a questão da capacitação de pessoal, além de trabalhar o financiamento de eventos culturais através de um calendário.

Entre as inovações introduzidas na área cultural do MEC nas gestões Jarbas Passarinho e Ney Braga constam programas como o Programa de Ação Cultural/PAC e o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas; a criação da Fundação Nacional de Arte/Funarte e do Conselho Nacional de

⁶⁶ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109070> (acesso em 31/12/2010).

⁶⁷ “(...) é possível observar que os planos culturais elaborados e implantados pelo governo central no período pós-64 (...) sempre estiveram subordinados aos critérios da Lei de Segurança Nacional (...). Aqui, a cultura foi diretamente colocada como instrumento fundamental de controle ideológico” (CHAUI et al., 1984:36-37).

Direito Autoral. As análises registram que alguns desses programas, como, por exemplo, o PAC, foi uma maneira de introduzir um corpo novo em uma estrutura antiga, na medida em que “grupos” ou “forças-tarefas”, livremente contratadas no mercado, assumiam funções que até então ou não eram realizadas ou cabiam aos funcionários de carreira do MEC (DURAND, 2000b:13).

No ano de 1975 temos pela primeira vez no Brasil a publicação de uma *Política Nacional da Cultura*, na gestão do ministro Ney Braga e do presidente Ernesto Geisel. É a primeira formalização de um conjunto de diretrizes tendo em vista a atuação federal na área da cultura. Entre os objetivos listados no documento podemos elencar:

(...) a própria reflexão sobre qual é o teor da vida do homem brasileiro, passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade – especialmente pela capacitação de recursos humanos para a área da cultura, à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais (MEC, 1975:06).

Entre o conjunto de diretrizes está a questão da formação de profissionais, tendo como forma de ação a colaboração das universidades: “promover cursos de formação universitária especializada para a profissionalização, no cinema e no teatro, de produtores e equipes técnicas, no mesmo nível em que se realizam os estudos universitários de letras e artes” (MEC, 1975:41). Experiência datada que mostra sinais de uma preocupação contemporânea e sobre a necessidade do efetivo acompanhamento desta política, se não quisermos nos limitar à etapa da formulação de diretrizes e de planos de ação.

O pesquisador Teixeira Coelho inicia o seu livro *Usos da cultura* citando as intensas discussões sobre a questão cultural que perpassaram e antecederam a instalação da “Nova República” em 1984 (COELHO, 1986:09). Temos, por exemplo, a posição do então chefe da área de cultura do Ministério da Educação e Cultura, Aloísio Magalhães, que diz: “é [preciso] se tentar impregnar o sistema do governo como um todo da existência de uma cultura própria. (...) esse *desvinculo* chamado Ministério da Cultura, seria danoso na medida em que se tornaria mais isolado” (MAGALHÃES, 1997:150). Discussões essas que acabaram culminando com a idéia de criação de um ministério específico para tratar a área da cultura. Em 15 de março de 1985, no governo do presidente José Sarney (1985-1990), foi criado então o MinC, pelo decreto de número 91.144, considerando que:

(...) os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério; e (...) que a situação atual do Brasil não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura,

consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo País (...).⁶⁸

Teixeira Coelho critica a falta de um programa de ação desse Ministério, que acabou seguindo o que o Estado brasileiro já vinha fazendo desde a década de 1960: preservar o que existiu e dar algum apoio ao produtor cultural (COELHO, 1986:11). Ou seja, ao financiar os produtores de cultura deixa-se de lado outras fases do sistema, como a distribuição e o consumo – deixa-se de lado uma ação que realmente pense nos cidadãos, e não apenas numa classe profissional.

Por mais que o decreto de criação considerasse a importância de se ter um ministério específico para o trato com os assuntos culturais, a sua estrutura, ao se desvincular do MEC, se mostrou deficitária, com poucos recursos e com um grande número de troca de ministros. “O estabelecimento do novo ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política (...) entre outros” (CALABRE, 2005:15). No governo Sarney é criada ainda a primeira lei de incentivos fiscais à cultura no Brasil, a chamada Lei Sarney – Lei de nº 7.505/86⁶⁹ –, experiência onde a renúncia fiscal é feita pelo governo para projetos culturais previamente selecionados pelo mercado. “O incentivo à cultura nasceu da percepção do potencial econômico do setor. A possibilidade de crescimento e geração de empregos, a partir do estímulo público, fomentou o mercado, em pleno processo de ampliação e consolidação” (BRANT, 2002:59).

A Lei Sarney funcionava do seguinte modo: produtores culturais previamente cadastrados poderiam receber verbas de patrocinadores para a realização de projetos, sendo que as empresas patrocinadoras tinham garantida a possibilidade de desconto de parte do valor aplicado no seu Imposto de Renda (IR) – as empresas complementavam o total apenas com uma pequena parte de recursos próprios (OLIVIERI, 2004:72; CESNIK, 2007:04). É um momento de atração de empresários para o financiamento cultural, que acaba se revelando como um modelo nefasto quando trabalhado de forma única. “A nova lei, em um momento de escassez de recursos estatais, funcionou como outro componente no jogo de ambigüidades (...). O Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão” (RUBIM, 2007a:25).

⁶⁸ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d91144.pdf> (acesso em 31/12/2010).

⁶⁹ Embora tenha sido apresentada ao Congresso Nacional em 1972, só foi aprovada no ano de 1986. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7505.htm (acesso em 31/12/2010).

O governo do presidente Fernando Collor de Mello (de 1990 a 1992) é um período de instabilidade e desmantelamento na política cultural brasileira, uma consequência devastadora, do ponto de vista institucional, de uma intervenção governamental na área. “A determinação era a de que o mercado deveria ser o critério de sustentação da produção artística” (BOTELHO, 1998:94). A criação prematura do MinC, segundo a pesquisadora Isaura Botelho (2000:45), ao invés de dar prestígio à área só serviu para deixá-la mais fragilizada, fato demonstrado com o seu desmonte em 12 de abril de 1990 e a pouca reverberação social do fato. Durante o governo Collor tivemos ainda a extinção da Lei Sarney⁷⁰ e a criação de uma segunda lei de incentivo federal, a Lei Rouanet – Lei de nº 8.313/91⁷¹ –, que leva o nome do segundo Secretário de Cultura dessa gestão – Sérgio Paulo Rouanet.

Esse desmonte institucional na área da cultura foi revertido pouco mais de dois anos depois, em 19 de novembro de 1992, pela Lei de nº 8.490⁷², já no governo do presidente Itamar Franco. Em 1999, no segundo mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a estrutura do MinC foi reorganizada segundo a Lei de nº 9.649⁷³, aprovada em 27 de maio de 1998. O governo do presidente FHC é o momento onde a política neoliberal é fortemente implantada no Brasil, “pretende-se que o mercado, imaginado como todopoderoso e dinâmico, substitua o Estado” (RUBIM, 2007a:26). Essa relação neoliberal é marcada como um período de ausência de políticas culturais na gestão do ministro Francisco Weffort:

O posicionamento, ou melhor, a falta de posicionamento por parte do Governo FHC, fez com que a política cultural para o país não tenha definições estratégicas ou prioridades. O Ministério comporta-se como balcão, aguarda as demandas, e estabelece suas ações sem critério, visto que os objetivos não estão claros nem divulgados. A falta de um projeto maior compromete a eficiência das ações culturais implantadas (OLIVIERI, 2004:172-173).

⁷⁰ Mesmo com a extinção da Lei Sarney – cuja renúncia fiscal se dava através do IR; temos no início dos anos de 1990 um primeiro movimento de criação de leis de incentivo através da arrecadação de outros impostos, tais como os estaduais (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS) e municipais (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU). A Lei Mendonça, de nº 10.932/90, foi criada, por exemplo, no município de São Paulo. Para mais informações sobre as leis de incentivo à cultura no Brasil consultar a publicação *Estudos das leis de incentivo à cultura* (SESI, 2007b).

⁷¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm (acesso em 31/12/2010).

⁷² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8490.htm (acesso em 31/12/2010).

⁷³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9649cons.htm (acesso em 31/12/2010).

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi publicado, em 12 de agosto 2003, o Decreto de nº 4.805⁷⁴ que reestruturou o MinC, quando o Ministério passa a ter a seguinte estrutura: ao Ministro é subordinada uma Secretaria Executiva com três diretorias (Gestão Estratégica, Gestão Interna e Relações Internacionais), seis Representações Regionais (nos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e seis Secretarias (de Fomento e Incentivo à Cultura, de Políticas Culturais, de Cidadania Cultural, do Audiovisual, da Identidade e da Diversidade Cultural e de Articulação Institucional). A nova estrutura traz consigo outro modo de operar a política cultural, na busca de uma gestão participativa e descentralizadora:

A atuação nacional do MinC implica o fortalecimento e a ampliação das instituições federais de cultura, até agora restritas a algumas cidades, tradicionais centros culturais e econômicos, como Rio de Janeiro e São Paulo, e a construção de um sistema nacional de cultura. O fortalecimento das instituições federais é um objetivo que está apenas em parte ao alcance da atuação dos gestores públicos e, a julgar pela peça orçamentária do próximo ano, não estará presente em toda sua amplitude na agenda desse mandato de governo. Entretanto, está ao alcance dos gestores culturais uma ampla articulação com as universidades públicas, com o próprio Ministério da Educação e com os poderes públicos estaduais e municipais para desenvolvimento de ações de capacitação e formação de gestores em cultura, produtores e artistas, a exemplo da solução encontrada pela área de saúde, com os pólos de capacitação, para a formação de recursos humanos, os quais também contaram com instituições públicas de ensino superior (SILVA, 2007a:77).

Ao traçar esse breve histórico das políticas culturais no Brasil, podemos resumir grande parte do processo vivido através de três tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2007a). A ausência pôde ser caracterizada pelos anos de 1945 a 1964 e pelo governo do presidente FHC – sem contar com períodos anteriores a década de 1930 –, marco brasileiro inaugurador de ações estratégicas governamentais na área da cultura. O autoritarismo foi marcado pela gestão do presidente Vargas / Capanema (de 1934 a 1945) e pela Ditadura Militar (de 1964 a 1985). Já a instabilidade das políticas culturais se caracterizou pelos momentos dos governos dos presidentes Sarney, Collor e Itamar. O governo Lula trouxe grandes desafios para a área, que serão demonstrados ao longo deste capítulo.

O pesquisador Albino Rubim elenca, para fins comparativos, uma série de dimensões analíticas relacionadas à abrangência das políticas culturais, e de que forma nela estão relacionadas: uma noção de política; uma noção de cultura; suas formulações e ações (através

⁷⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4805.htm (acesso em 31/12/2010).

de planos, programas e projetos); seus objetivos e metas; a delimitação e caracterização dos atores (e a possibilidade de realização de debates e crivos públicos das políticas); os públicos pretendidos; os instrumentos, meios e recursos acionados (materiais, humanos, financeiros e legais); as suas interfaces (transversalidade); a sistematicidade e momentos do sistema cultural – momentos esses já assinalados no primeiro capítulo desta tese –; e as interfaces pretendidas e acionadas pelo seu caráter transversal (RUBIM, 2007b). Diferentes definições e noções de cultura e política, por exemplo, já dão um primeiro tom de possíveis diferenças de enfoque de construção de uma política cultural.

No discurso de posse de Gilberto Gil como ministro da cultura no governo Lula, proferido no dia 02 de janeiro de 2003, por exemplo, podemos assinalar as passagens que dialogam com essa proposta analítica de abrangência, para podermos pensar de que forma a política cultural estava sendo formulada naquele momento inicial. Como noção de cultura a ser empreendida pelo MinC, Gil apresenta uma concepção alargada:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística e intelectual”. Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. (...) Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada.⁷⁵

Como uma das metas do seu Ministério, Gil assinalou que:

E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros. Que quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Que quero que esta aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira.⁷⁶

E, delimitando e caracterizando a forma de atuação dos envolvidos na área, declarou, indo de encontro às gestões anteriores, que “(...) o Estado não deve deixar de agir. (...). Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política

⁷⁵ <http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/> (acesso em 01/10/2007).

⁷⁶ <http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/> (acesso em 01/10/2007).

cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado”⁷⁷. Uma afirmação que é uma crítica feita à gestão anterior de Francisco Weffort, pelo aspecto de política de “balcão de negócios”: “O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial”⁷⁸.

2.2 O PAPEL DAS LEIS DE INCENTIVO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL

Marilena Chauí, em seu livro *Cidadania cultural: o direito à cultura*; descreve como se deu o processo de estabelecimento de uma política cultural para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para a gestão de 1989 a 1992 – período de transição entre os presidentes Sarney e Collor –, ao mesmo tempo em que discute sobre as possibilidades e noções atribuídas a uma política cultural. A autora buscou uma política de cidadania cultural – a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação –, ao invés de programas de atividades e serviços culturais. Para isso começou o trabalho com a recusa de três concepções de política cultural: a da cultura oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal (CHAUÍ, 2006:67).

A primeira concepção é marcada pelo dirigismo, um Estado produtor que determina os conteúdos culturais com a finalidade de obter legitimidade (exemplos do Brasil vividos no Estado Novo e na ditadura dos anos 1960/1970). Essa concepção traz problemas até hoje, quando qualquer ação do Estado relativa a intervenção na área da cultura já é pensada como dirigismo, mesmo quando ponderamos sobre a ação realizada por um Estado democrático. Vemos atualmente muitos dirigentes repetirem, quase como um mantra, que o Estado não deve produzir cultura. Ora, o Estado não deve produzir cultura ou não deve interferir no conteúdo produzido (ditando o que deve e o que não deve ser produzido)? Na Europa essa discussão do Estado não produtor não iria muito longe, já que é notória a atuação do Estado com equipamentos e companhias públicas.

A tradição populista, mais forte no final da década de 1950 até o início da década de 1960, busca um papel pedagógico sobre as massas populares a partir dos órgãos públicos de

⁷⁷ <http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/> (acesso em 01/10/2007).

⁷⁸ <http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/> (acesso em 01/10/2007).

cultura (CHAUÍ, 2006:67), com uma divisão entre a cultura de elite e a cultura popular – salvadora e messiânica. Já a posição neoliberal, que tem o seu início na década de 1980, busca minimizar o papel do Estado, deixando a atuação correr livremente pelas leis do mercado.

(...) um dos instrumentos mais poderosos e eficazes da legitimação do Estado contemporâneo é a *política cultural* e a *indústria cultural* (...) porém, a política cultural pode oferecer-se como política nacional que interessa à nação e à sociedade como um todo, enquanto a indústria cultural se oferece diretamente determinada pelo jogo do mercado e da competição. A política cultural pode aparecer como incentivo à produção cultural, enquanto a indústria cultural se baseia exclusivamente no consumo dos chamados bens culturais (CHAUÍ et al., 1984:08-09).

Desde a vigência da Lei Sarney se discute como uma mudança legislativa reflete em demandas de formação num campo profissional como o da produção (MUYLAERT, 2000). Essa mudança tinha relação direta com um caráter neoliberal na política cultural, em integração com o que era desenvolvido com a política econômica.

No termo de uma reviravolta simbólica baseada na naturalização dos esquemas do pensamento neoliberal, cuja dominação se impôs nos últimos vinte anos, (...) a remodelagem das relações sociais e das práticas culturais das sociedades avançadas em conformidade com o padrão norte-americano, apoiado na pauperização do Estado, mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança social, é aceita atualmente com resignação como o desfecho obrigatório das evoluções nacionais (BOURDIEU e WACQUANT, 2010:20).

Passando da Lei Sarney para a Lei Rouanet, em 1995 temos uma novidade na legislação, através do Decreto de nº 1.494, que é o reconhecimento legal da existência do trabalho de intermediação de projetos culturais, inclusive com a possibilidade do ganho financeiro:

SEÇÃO II: Das Formas de Aplicação (...) 7º É permitida a inclusão de despesas com a contratação de serviços para a elaboração, difusão e divulgação do projeto cultural, visando tanto a sua aprovação junto ao Ministério da Cultura como a obtenção de apoio de patrocinadores, desde que explicitadas na planilha de custos do referido projeto.⁷⁹

Oficializou, de certo modo, a produção cultural no Brasil como uma função da organização da cultura através da elaboração de projetos, captação de recursos, administração de eventos culturais, entre outras atividades correlatas. “Para atender a todas as fases do processo de utilização da Lei Rouanet, inclusive captação e tratamento de *marketing* da obra, parte dos produtores e artistas passa a buscar formas de se informar e capacitar” (OLIVIERI, 2004:151-152). Algo semelhante, em termos da geração da procura de um novo tipo

⁷⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1494.htm (acesso em 01/01/2011).

profissional, ao que aconteceu com a criação dos fundos para as artes do NEA, nos Estados Unidos, no ano de 1965 – onde se enxergava a necessidade de um *arts administrator* profissional. Ainda na década de 1990, ao lado desse movimento, temos a criação dos dois primeiros cursos de graduação em produção cultural no Brasil, um no estado do Rio de Janeiro e outro na Bahia.

“A Lei Rouanet transformou-se na ação prevalecente e majoritária do governo Fernando Henrique Cardoso para a área da cultura” (OLIVIERI, 2004:163). Devido a esse quadro de financiamento público, onde o poder decisório estava nas mãos do mercado – o tão conhecido momento neoliberal onde a *Cultura é um bom negócio* (MINC, 1995) – vemos no Brasil o predomínio da terminologia produtor cultural em relação às atividades da organização da cultura.

As teorias neoliberais têm a tendência de desqualificar o papel do Estado na gestão da sociedade, incluindo a produção cultural, e de transferir totalmente para o mercado todos os investimentos e atividades, defendendo fundamentalmente que a empresa privada age melhor que o Estado. (...) Contudo, o mercado, ainda que com maior eficiência, viabiliza apenas parte das manifestações: as que atendem às regras da produção de lucros (OLIVIERI, 2004:57-58).

Ou seja, o financiamento público para a cultura acaba tendo o seu poder decisório nas mãos de diretorias de comunicação de empresas privadas, que trabalham a escolha de projetos culturais como uma estratégia empresarial de *marketing*, uma forma a mais de divulgação e atração de atenção a sua marca (INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA, 2003; CORRÊA, 2004; COSTA, 2004; MACHADO NETO, 2005; WU, 2006). Segundo José Carlos Durand, um dos efeitos positivos desse processo é a capacitação técnica vivida pelos produtores na busca de formatar projetos exeqüíveis (DURAND, 2000a).

Termos como política e gestão culturais figuravam num segundo plano, já que o Estado buscava minimizar a sua participação e as suas responsabilidades na área cultural – a ele competia apenas a liberação de verbas através da renúncia fiscal. “As leis de incentivo criam um embaralhamento entre a lógica pública e a privada. Esse aspecto, para mim, trava a possibilidade de desenvolvimento profissional do gestor cultural brasileiro” (SARKOVAS, 2010). As únicas ações de formação na área da organização da cultura que conseguimos localizar na gestão do ministro Francisco Weffort foram em 1996, através da realização de Fóruns Empresariais e cursos sobre financiamento cultural, além da distribuição de 15 mil exemplares da cartilha *Cultura é um bom negócio* (BARBALHO, 2007:49).

É interessante notar como as ações do MinC na área de formação na gestão de Weffort não passaram de “campanhas de esclarecimento” (BARBOSA et al., 2002:88) para produtores, artistas e empresários sobre as possibilidades de uso da Lei Rouanet. Uma campanha que deve ser entendida, principalmente, como um vetor de divulgação e “sensibilização” de empresários do que uma ação formativa mais ampla (BOTELHO, 1998:98).

2.3 GESTÃO DO MINC NO GOVERNO LULA (2003-2010)⁸⁰

A partir de 2003, com a gestão de Gilberto Gil no MinC no início do governo Lula, temos um momento importante de mudança em relação às políticas federais na área da cultura. Essa manifestação contemporânea de esquerda, segundo os pesquisadores Toby Miller e George Yúdice (2004:42), vincula a política cultural com o discurso dos direitos de cidadania, uma maneira de unir as demandas dos movimentos sociais e uma forma nova de conferir direitos que constituem uma garantia contra os excessos tanto do mercado como do socialismo estatal.

A cultura se impõe (...) no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do MinC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura (GIL, 2006:16).

De algum modo tal fala se relaciona com o plano de gestão pública lançado também no início do governo Lula:

O quadro de desigualdades clama por um Estado ativista, promotor da justiça social; o de escassez clama por esforços de otimização; o quadro global competitivo requer um Estado regulador e uma gestão econômica consistente; e a conquista da democracia exige um novo padrão de deliberação que considere o cidadão como foco da ação pública (BRASIL, 2003:07).

A prática de balcão do financiamento da cultura, por exemplo, foi sendo mudada para uma política de editais (mesmo que em relação às leis de incentivo pouco tenha mudado em relação à concentração de captação na mão de alguns). Buscava-se descentralizar os recursos na área da cultura, além de tornar mais público e transparente os processos de tomada de

⁸⁰ Seção expandida a partir do artigo *Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada?*, feito em conjunto com os pesquisadores Ugo Mello e Viviane Fontes (2010).

decisão. Mas podemos perceber que a sociedade civil, de um modo geral, não estava preparada para trabalhar com a inscrição de projetos culturais, prevendo planos de ação e orçamentos.

Gil colocou como um dos três desafios da sua gestão a capacitação institucional, do ponto de vista técnico e organizacional, para poder operar a política cultural que se planejava para o Brasil (GIL, 2006:16). “Um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional e, nesse processo, a universidade é fundamental”⁸¹, afirmou o então ministro Gilberto Gil em aula magna proferida na Universidade Federal Fluminense em 2006. Desde o início da sua gestão, o ministro julgava necessária uma articulação entre MinC e Ministério da Educação (MEC) para encaminhar a questão, mas até o momento pouco se firmou nesta direção.

Segundo Juliana Lopes⁸², na época representante da recém-criada Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade⁸³ da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), existem duas portarias interministeriais que firmam ações de cooperação entre o MEC e o MinC. A primeira, de outubro de 2007, estabelece as diretrizes gerais e tem como objetivo desenvolver critérios para o desenvolvimento de ações em comum e da consolidação de uma agenda bilateral no âmbito do Programa Mais Cultura. A segunda, mais específica, estabelecida no ano de 2008, trata do apoio aos projetos de extensão universitária em cultura, o PROEXT CULTURA.

Atualmente, além do citado edital do PROEXT CULTURA (que até o ano de 2009 teve duas edições), o MinC e o MEC mantêm como projetos em conjunto o Edital Cultura e Pensamento, voltado para projetos de seminários, debates e revistas; e o edital de fomento à formação de redes de cooperação acadêmica em pesquisa, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A possibilidade de uma parceria específica voltada ao estímulo e apoio à criação de cursos de graduação e pós-graduação na área da cultura em universidades públicas é tida como um tópico levantado pela recém-criada coordenação, mas que, no entanto, ainda não tem planejado ações concretas sobre essa questão.

⁸¹ <http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=15457&more=1&c=1&pb=1> (acesso em 02/05/2006).

⁸² Entrevista concedida em dezembro de 2009 através de correspondência eletrônica.

⁸³ A Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade (SPC/MinC) foi criada em julho de 2009.

2.3.1 Documentos oficiais: como o tema foi pautado pelo MinC?

O principal documento que destaca esse tema é a própria Constituição Federal, através de Emenda Constitucional nº 48 de 2005 que inclui, dentre outras coisas, a “formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões”. No artigo 215, o inciso III do terceiro parágrafo trata da questão da formação na abordagem do PNC, visando o desenvolvimento cultural e a integração das ações do poder público no Brasil.

A CAPES colocou pela primeira vez como uma das ações de expansão no *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2005-2010* a formação multidisciplinar na área de organização da cultura. Segundo o ex-secretário nacional de Políticas Culturais, Paulo Miguez⁸⁴, essa inclusão só foi possível devido ao Ministério passar a ocupar de forma ativa a sua cadeira numa comissão da CAPES:

Nas Ciências Humanas deve-se, também, atender às demandas de diversos atores sociais. A título de exemplo, deve-se mencionar o estímulo à instalação de cursos na área da cultura em uma perspectiva multidisciplinar. Nesse sentido, merecem destaque temas relativos à organização da cultura no Brasil e no mundo, tais como: políticas, planejamento, gestão, produção, pesquisa, crítica, difusão, transmissão, divulgação, preservação, circulação e consumo da cultura (MEC, 2004a).

No balanço do MinC, feito sobre o primeiro mandato do Governo Lula/Gil, que gerou o documento *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* (MINC, 2007a), a questão da formação dos profissionais da cultura não é abordada em nenhuma parte específica. É possível perceber que essa temática aparece, de forma superficial, quando estão sendo abordadas as discussões setoriais. Essa questão, que inicialmente não foi colocada, apresentou-se como um dos desafios do mandato seguinte: “promover a capacitação de empreendedores culturais e investir em novos processos e modelos de negócio da cultura que envolvam as cadeias criativas de produção e de distribuição de bens culturais” (MINC, 2007a:46-47). Nesse caso o foco foi apenas no aspecto mercadológico, já que somente é citada a capacitação de empreendedores culturais e não de produtores, gestores e demais profissionais da cultura.

O governo atual repete a importância da formação na área da cultura em alguns dos documentos que subscreve, como na recente *Declaração de São Paulo* (CONGRESSO DE CULTURA IBERO-AMERICANA, 2009), fruto da Reunião Extraordinária de Ministros da

⁸⁴ Palestra proferida na disciplina COM 572 – Intelectuais e a Produção da Cultura, em setembro de 2009 na Universidade Federal da Bahia.

Cultura da Ibero-América. Mas, propostas como “estimular a formação de profissionais especializados no Setor Cultural, com o objetivo de fazer a ação cultural mais eficaz” precisam agora ultrapassar o plano das discussões e formulações para finalmente serem colocadas em prática através de políticas públicas.

Em outro documento do MinC, o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)⁸⁵, realizado em 2006, a implantação de programas de capacitação profissional para funcionários do setor público cultural é considerada um dos desafios para que o setor se posicione de forma contundente no conjunto das políticas públicas nacionais. Segundo o relatório, “a formação de pessoal voltado especificamente para as demandas da cultura é uma das maneiras eficazes de incluí-la na agenda das políticas locais” (IBGE, 2007:43).

A pesquisa aponta que, no âmbito do setor público municipal, apenas um terço dos municípios brasileiros investe em cursos de atualização profissional para formação do gestor responsável pelo órgão de cultura do município; 24,9% para os responsáveis por projetos ou programas culturais realizados pela prefeitura; e apenas 21% para o pessoal envolvido em atividades culturais específicas (CUNHA, 2009:138). Além disso, dos 46,9% de municípios que dispõem de algum tipo de escola, oficina ou curso regular na área cultural; apenas 3,3% destes cursos são voltados para a área da gestão cultural (IBGE, 2007:77). Os dados revelados pela MUNIC apenas confirmam a carência de capacitações estruturadas e permanentes para os profissionais atuantes no setor público cultural, que necessitam de formação múltipla, articulando prática e teoria, para que possam planejar e gerir uma política municipal de cultura.

1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura

A publicação que reúne todos os materiais do processo da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada entre 2005 e 2006, aborda a questão da formação em cultura de maneira bastante pulverizada. A Educação é colocada como uma das prioridades no Relatório

⁸⁵ “O Suplemento de Cultura, fruto de pesquisa inédita no Brasil, é resultado de um termo de cooperação firmado, em 2004, entre o MinC e o IBGE, com o propósito de conhecer a realidade da área cultural nos mais de cinco mil municípios do país”. <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/20/suplemento-de-cultura-da-munic-2006/> (acesso em 31/12/2010).

Final da 1ª CNC. Destacamos a parte referente à temática da formação – tanto de toda a sociedade civil quanto a dos profissionais e agentes da cultura – como uma das mais transversais e estratégicas para o desenvolvimento cultural do país. Nesse quesito, foi proposto um “programa nacional de formação cultural integrado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e ao PNC” (MINC, 2007b:496), sem grandes explicações funcionais, estruturais e metodológicas.

A questão da formação e qualificação de pessoal também é tratada no âmbito de “Gestão e Financiamento” (MINC, 2007b:499) quando se aborda a importância da gestão dos recursos humanos, concursos públicos específicos, planos de carreira e programas de formação e qualificação como fundamentais para a estruturação institucional da cultura nos âmbitos municipais, estaduais e federal – similar à abordagem do PNC.

Por fim, onde podemos encontrar, de forma mais clara e específica, a questão da formação dos profissionais de cultura nos textos publicados da 1ª CNC é no tópico intitulado “Conhecimento, Expressão e Difusão” (MINC, 2007b:503), que aponta para Políticas de Formação e de Valorização da Cultura no Processo Educacional. Nesse espaço, a formação em cultura é compreendida não apenas como a qualificação e profissionalização dos trabalhadores da cultura, mas também como a formação cultural da sociedade brasileira, através das comunidades e das escolas. Portanto, a oferta de conteúdos que promovam a formação cultural (num sentido amplo) nos projetos pedagógicos desde a educação infantil até a formação universitária. Nessa proposta de reforma pedagógica educacional do Brasil é acrescida também a formação de profissionais da cultura.

Plano Nacional de Cultura (PNC): diretrizes gerais

Nas *Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura* (MINC, 2008), a questão da formação em cultura aparece de forma mais consistente: como um eixo no âmbito de uma das cinco estratégias gerais do PNC.

A estratégia de número quatro – “ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável” –, aborda, em seu primeiro eixo, a “Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura”. São 18 tópicos com propostas estruturantes para esta questão, das quais podemos destacar três mais relacionadas à questão da formação profissional para o trabalhador da cultura. São elas (MINC, 2008:88):

- Atuar em parceria com as instituições de ensino, sobretudo as universidades e escolas técnicas públicas, para o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação de gestores de instituições e equipamentos culturais;
- Criar programas nacionais, estaduais e municipais para a ampliação da oferta de oportunidades de capacitação para os artistas e produtores culturais, englobando, além das técnicas de expressão, a gestão empresarial e o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais.

Podemos perceber que, além do destaque dado a essa questão – tratada em uma das estratégias gerais do Plano –, as propostas são mais consistentes e demandam por ações que conformem políticas mais estruturantes para a área. São abordadas, por exemplo, temáticas sobre a capacitação e a profissionalização através de possíveis articulações do MinC com outros entes do poder público e da sociedade civil organizada; a oferta de cursos livres e técnicos além dos de nível superior e de pós-graduação, em parceria com o MEC e as universidades públicas do país; dentre outros.

O PNC expõe também, assim como o *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* (MINC, 2007a), a questão da formação dos trabalhadores da cultura quando são abordadas as temáticas setoriais. Aqui mais uma vez é destacada a importância de se ter uma real e ampla política de oferta de cursos em diversos níveis, tanto para os artistas quanto para os trabalhadores da cultura. Nas questões de gestão pública e participativa (MINC, 2008:54-55) novamente é lembrada a necessidade da qualificação, neste caso dos recursos humanos que atuam nos órgãos da cultura, em diversos âmbitos dos poderes públicos.

II Conferência Nacional de Cultura

A formação esteve presente em uma série de propostas discutidas na II Conferência Nacional de Cultura (CNC), depois de um processo que teve início com as conferências municipais, estaduais e setoriais em todo o Brasil. A questão foi apontada como uma das prioridades no sub-eixo 5.1, que tratava dos Sistemas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Cultura (dentro do eixo sobre gestão e institucionalidade da cultura). Como será exposto através do documento do SNC⁸⁶, a formação é uma das bases para que a implementação do sistema consiga atingir todo o território nacional, já que a gestão cultural se coloca como uma das barreiras para que os municípios, por exemplo, tenham a sua efetiva atuação no campo das políticas culturais (através de órgãos específicos, conselhos, planos e fundos municipais).

A proposta de número 279, que foi fundida com outras nove no sub-eixo 5.1, aponta a importância de:

Criar um sistema nacional de formação na área da cultura, integrado ao SNC, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação, fruição, qualificação dos bens, elaboração e acompanhamento de projeto, captação de recursos e prestação de contas, garantindo a formação cultural nos níveis básico, técnico, médio e superior, à distância e presencial, fazendo uso de ferramentas tecnológicas e métodos experimentais e produção cultural (MINC, 2010b:09).

Conforme apontaremos no mapeamento sobre a formação em organização da cultura no Brasil no próximo capítulo, aqui podemos observar itens como “elaboração e acompanhamento de projetos, captação de recursos e prestação de contas” sendo destacados como importantes num sistema nacional de qualificação na área da cultura. O financiamento da cultura se coloca como imperativo, nos diversos cursos rápidos de extensão que ensinam macetes para enquadrar projetos em leis de incentivo, mas devemos nos questionar até que ponto isso se situa numa política que poderia ser mais ampla de formação, tratando outros temas inerentes à organização da cultura (tais como a gestão e as políticas culturais). Ainda falta um entendimento mais amplo dessa questão, com isso vemos por repetidas vezes a

⁸⁶ Como veremos no tópico *A importância da formação de gestores através do SNC*.

formação pensada em atividades específicas, ao invés de ser ponderada nos termos amplos de um sistema cultural (e as diferentes atuações/momentos que cabem aí).

Poderíamos pensar a formação, como pontua o texto, nos diferentes elos do sistema cultural (tal como a criação). O financiamento da cultura poderia estar aí presente enquanto o momento organizativo: a produção e/ou gestão. Além da crítica ao financiamento colocado de forma exacerbada, há ainda termos vagos como “qualificação de bens” – a que isso se refere? Outra questão que podemos pensar é como tratar a formação da fruição, único momento que é não especializado no sistema cultural.

A proposta de número 279 original, presente no caderno que continha todas as propostas apresentadas nas conferências estaduais e nas conferências livres, era uma aglutinação de propostas de 12 estados⁸⁷ que discorria sobre o assunto de uma forma mais ampla:

Criar uma política nacional de formação na área da cultura, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes culturais, gestores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação e produção cultural (MINC, 2010a:75).

Outras propostas no mesmo sub-eixo apresentavam algumas repetições ou especificidades sobre o assunto, tais como: “criar um programa nacional de formação e especialização em gestão cultural (...)” (proposta 280), “promover a qualificação (...) para a fruição qualificada de bens culturais” (proposta 281), “criar programa federal de capacitação de servidores públicos para a área da cultura” (proposta 282), “garantir formação cultural (...)” (proposta 283), “estimular estados e municípios a instituírem mecanismos de apoio técnico às comunidades na elaboração, captação de recursos, acompanhamento e prestação de contas de projetos” (proposta 284), “instituir itinerários formativos (...)” (proposta 285), “promover a formação (em níveis técnico e superior) e a capacitação de agentes culturais nas comunidades rurais e tradicionais (...)” (proposta 287), e “criar programas específicos (...) promovendo a capacitação para a elaboração de projetos” (proposta 296) (MINC, 2010a:76-77). Todas essas propostas foram fundidas na redação da proposta final de número 279, o que traz à tona o complexo de “Frankenstein” em alguns momentos.

⁸⁷ Rio Grande do Sul, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Pará, Ceará, Minas Gerais, Alagoas, Goiás, Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

A proposta de número 286, subscrita pelo Amapá no mesmo sub-eixo 5.1, foi aprovada sem ser fundida, citando a especificidade da formação museológica e turística: “estimular e apoiar programas e projetos de capacitação e qualificação profissional de equipes que atuem nas instituições museológicas e segmentos turísticos-culturais” (MINC, 2010a:76). Assim como a proposta de número 291, subscrita pelo Distrito Federal e pelos estados de Minas Gerais, Paraná e Amapá: “Abrir concursos públicos para provimento de cargos na área da cultura (...) disponibilizar cursos de formação, especialização e capacitação em gestão cultural” (MINC, 2010a:77).

Outras propostas na área de formação foram eleitas como prioritárias em diferentes eixos, tais como:

Sub-eixo 1.3 - Cultura, Educação e Criatividade, proposta 22: Articular a política cultural (MINC e outros) com a política educacional (MEC e outros) nas três esferas governamentais para elaborar e implementar conteúdos programáticos nas disciplinas curriculares e extracurriculares dedicados à cultura (...)

Sub-eixo 3.2 - Cultura, Território e Desenvolvimento Local, proposta 152: Promover, em articulação com o MEC, organizações governamentais e não governamentais, a criação de cursos técnicos e programas de capacitação na área cultural para o desenvolvimento sustentável.

Proposta 154: Fomentar e ampliar observatórios e as políticas culturais participativas com o objetivo de produzir inventários, pesquisas e diagnósticos permanentes, também em parceria com universidades e instituições de pesquisa, subsidiando políticas públicas de cultura (...)

Sub-eixo 4.2 - Sustentabilidade das Cadeias produtivas, proposta 236: Criar um programa nacional (por região) de capacitação de agentes e empreendedores culturais, com foco nas cadeias produtivas, contemplando a elaboração e gestão de projetos, captação de recursos e qualificação técnica e artística, ofertando oficinas, cursos técnicos e de graduação, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES).

Sub-eixo 4.3 - Geração de Trabalho e Renda, proposta 252: Investir na profissionalização dos trabalhadores da cultura, através da ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes, realizar concursos públicos em todas as esferas governamentais para o setor, equiparando nestes concursos o piso salarial de nível superior à carreira especialista em gestão pública ou equivalente e incluindo o reconhecimento de novas áreas de formação relacionadas ao campo (MINC, 2010b).

Ou seja, dentre as 32 propostas prioritárias que foram eleitas na II CNC (de um total de 475 propostas do documento base da conferência), seis⁸⁸ tratam da temática da formação, sendo que cinco delas abordam questões relacionadas mais especificamente à organização da cultura (apenas a proposta de número 22 aborda de forma mais ampla a educação ligada a conteúdos culturais, dentro do eixo produção simbólica e diversidade cultural). Vale ressaltar a proposta de número 154, que aborda a importância das pesquisas e diagnósticos na área das políticas culturais. As outras propostas apontadas, de algum modo, estão contempladas com as discussões levantadas e apresentadas pelo quinto eixo e a proposta de número 279.

Os debates da II CNC seguiram cinco eixos temáticos: produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura e economia criativa; gestão e institucionalidade da cultura. Dos cinco eixos presentes, apenas o segundo (cultura, cidade e cidadania) não abordou como prioridade propostas relativas à formação nos seus sub-eixos (cita apenas uma passagem rápida sobre “capacitação de recursos humanos” na proposta de número 101 quando trata do fortalecimento e da ampliação dos acervos bibliográficos e arquivísticos). Entre as propostas encaminhadas para a eleição das prioritárias no segundo eixo, abordou a formação apenas na de número 84: “criar programa nacional (...) de formação de gestores culturais”.

Dentre as 95 prioridades eleitas das conferências setoriais⁸⁹, apenas três abordam a formação em gestão cultural (uma proposta do setor de artes visuais e outra do setor de patrimônio material, ambas no quarto eixo, cultura e economia criativa; e a última no setor de artes digitais, primeiro eixo, produção simbólica e diversidade cultural). No setor do audiovisual há uma proposta que versa sobre a formação na área, em diferentes níveis e com diferentes entes, o que garantiria a qualificação para a produção:

Implementar programa nacional de formação para o audiovisual, que garanta a criação de cursos Livres, Básicos (Pontos de Cultura e de Mídias Livres e Associações Comunitárias), Técnicos (NPD's, Sistemas S, CANNE, CTA_v e Escolas Técnicas) e Cursos Superiores em audiovisual, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como a qualificação dos profissionais de ensino, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. Essas ações deverão ser implementadas em parceria com instituições públicas, privadas e mistas, atualizando e provendo os recursos

⁸⁸ Quase um quinto das prioridades eleitas para nortear as políticas públicas para o setor.

⁸⁹ Numa série de pré-conferências nacionais separadas por linguagens artísticas (artesanato, artes visuais, arquitetura, arte digital, audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura/literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial e teatro).

necessários para a formação nos diversos elos da cadeia produtiva (MINC, 2010c:16).

2.3.2 Ações em relação ao tema no MinC

Ao longo das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC (2003-2010) podemos elencar algumas ações que foram desenvolvidas na área de formação em organização da cultura, como vemos na tabela a seguir:

TABELA 1: Ações levantadas na área de formação em organização da cultura no MinC

CURSO	SETOR
Capacitação de Empreendedores e Agentes Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Curso de Capacitação de Gestores Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Curso de Formação e Realização Audiovisual - Revelando os Brasis Ano III	SAv - Secretaria do Audiovisual
Curso piloto para formação de gestores culturais	SAI - Secretaria de Articulação Institucional
Curso: Produção Cultural	Programa Monumenta
O Empreendedor no Mercado Audiovisual Globalizado	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina de Capacitação do Edital Microprojetos Mais Cultura	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficina de Desenho Criativo de Produção DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina do Prêmio Cultura Viva	SCC - Secretaria da Cidadania Cultural
Oficina para Desenvolvimento de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina para Formatação de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficina Temática: Democratização do acesso à produção e à fruição culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficina Temática: Gestão de equipamentos culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficina: Incubação de grupos de cultura	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária
Oficinas de capacitação para o Prêmio Culturas Populares 2009 - Mestra Dona Izabel	SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
Oficinas de gestão cultural (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficinas de Negócios da Música	SPC - Secretaria de Políticas Culturais
Oficinas de produção musical (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes
Oficinas para Desenvolvimento de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual

CURSO	SETOR
Oficinas para Formatação de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual
Oficinas sobre Diversidade Cultural	SPC - Secretaria de Políticas Culturais
Programa de Capacitação em Projetos Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura
Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos	SBM - Sistema Brasileiro de Museus

Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 14/12/2009).

No geral, os cursos propostos são de curta duração, considerados de extensão, e a maioria deles tem uma relação direta com algum edital proposto pelo próprio Ministério. Neles busca-se ampliar a demanda de projetos, para permitir que um maior número de proponentes consiga acessar essa possibilidade de financiamento. Há também algumas experiências, como as realizadas pela Secretaria do Audiovisual (SAv), que trabalham na qualificação dos proponentes que tiveram seus projetos previamente selecionados em editais, como forma de garantir uma maior qualidade aos projetos executados através desses dispositivos. Área de atuação oportuna, como discorre o pesquisador Frederico Barbosa da Silva na passagem abaixo:

As informações sobre a taxa de aprovação de projetos revelam oportunidades de atuação junto com os demandantes de projetos, provavelmente com oficinas de capacitação, esforço de delimitação de deficiências, necessidades e prioridades dos diversos segmentos. Ao mesmo tempo permite articular estratégias com os demandantes e estabelecer objetivos a respeito da natureza e qualidade dos projetos apresentados (SILVA, 2007b:220).

Outra ação que pode ser lembrada, e que não está presente no quadro, é o Programa Cultura Viva, que através do projeto Pontos de Cultura convenia instituições com atuação na área cultural para articular e impulsionar as ações que já existem nas suas comunidades. Uma das áreas de atuação dos Pontos pode ser através da gestão e formação cultural, como é o caso da Rede Sergipe de Cultura⁹⁰.

Nesse quadro de ações, podemos destacar – pelo seu caráter sistemático e continuado – o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, realizado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), e que integra um dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus, denominado Formação e Capacitação de Recursos Humanos. Seu

⁹⁰ <http://www.redesergipedecultura.com.br> (acesso em 01/10/2009).

objetivo é, dentre outros, desenvolver cursos técnicos, de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus.

Atendendo a essa finalidade, até setembro de 2006, foram realizadas 176 oficinas e 33 fóruns/seminários, contando com a participação de 10.748 profissionais que trabalham em museus. Os temas das oficinas são os mais diversos, como ação educativa em museus; elaboração de projetos e fomento para a área museológica; expografia; segurança em museus; museus e internet, entre outros⁹¹.

Esse quadro de ações desenvolvidas na área de formação em organização da cultura, com iniciativas pulverizadas e sem uma perspectiva estratégica integradora de uma política definida para a área, refletia o pensamento do Ministro da Cultura, Juca Ferreira, “de que precisamos melhorar a qualidade da gestão cultural do Brasil, tanto a gestão cultural privada quanto a gestão cultural pública”⁹². Além disso, a criação da já citada Coordenação de Programas Culturais, Formação e Universidade demonstra que os planejamentos e ações para a questão da formação têm alcançado, nesta gestão, um melhor posicionamento dentre as prioridades do MinC. Segundo Juliana Lopes, gradativamente todas as ações de formação desenvolvidas e geridas pelas diferentes secretarias do Ministério deveriam ser reunidas sob a responsabilidade dessa nova coordenadoria, que tem como objetivo geral coordenar, apoiar e formular políticas públicas⁹³.

2.3.3 A importância da formação de gestores através do SNC

Até hoje o MinC ainda não implementou ações a longo prazo em relação à formação de pessoal em gestão cultural. Apenas a partir da *Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*, vemos um documento onde a formação nessa área é apresentada como uma das bases para a implementação de uma política cultural para todo o país:

A formação de pessoal em política e gestão culturais é estratégica para a implementação e gestão do Sistema Nacional de Cultura, pois se trata de uma área que se resente de profissionais com conhecimento e capacitação no campo da gestão de políticas públicas. O Programa Nacional de

⁹¹ http://www.museus.gov.br/programanacional_apresentacao.htm (acesso em 15/10/2009).

⁹² <http://www5.fgv.br/fgvonline/minc/index.asp?idc=00> (acesso em 14/12/2009).

⁹³ De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Políticas Culturais publicado no diário oficial da união de 20/11/2009.

Formação na Área da Cultura visa exatamente estimular e fomentar a qualificação nas áreas consideradas vitais para o funcionamento do Sistema, capacitando gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, que são os responsáveis por sua implementação (MINC, 2009:24).

Pela primeira vez vemos a questão nomeada como uma “Política Nacional de Formação na Área da Cultura”. Será que a partir desse momento as ações isoladas serão conformadas num programa realmente orientado por uma política? Ou será que essa triste tradição da ausência em formação será perpetuada?

(...) a ausência de uma política de formação de pessoal qualificado para atuar na organização a cultura, em níveis federal, estadual e municipal, continua sem solução e consiste em um dos principais obstáculos para a institucionalização do Ministério e uma gestão mais qualificada e profissionalizada das instituições culturais no país. Nesta área a atuação do Ministério foi praticamente nula (RUBIM, 2007a:32).

Tal carência, detectada em pesquisas sobre as políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2007a; COSTA, 2008), é apontada no documento propositivo do SNC. Além de ressaltar a importância contemporânea que a cultura tem, tanto pelo aspecto da centralidade quanto por sua transversalidade, destaca-se ainda o pleito por formação originado pelas Conferências de Cultura, sejam elas municipais, estaduais ou nacional (MINC, 2009:39). Essa formação – pensada através da capacitação e atualização de gestores culturais de instituições públicas, privadas e do terceiro setor – tem como principal justificativa a qualificação da formulação de políticas e da gestão de programas, projetos e serviços culturais (MINC, 2006:79).

(...) o Ministério da Cultura propõe uma política de formação na área cultural que estimule o desenvolvimento de processos formativos mediante estratégias flexíveis e de excelência teórico-metodológica, formuladas a partir das necessidades e demandas específicas e em diálogo com as instâncias organizadoras locais (MINC, 2009:39-40).

Entre os anos de 2009 e 2010 foi executado o projeto piloto de um curso de formação de gestores culturais no estado da Bahia, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC), pensado a partir do SNC. O curso piloto, programado de 23 de outubro de 2009 a 10 de abril de 2010, foi realizado de forma presencial (quinzenalmente) e através de uma plataforma de ensino a distância. Ao todo, foram ministradas 318 horas/aula, divididas entre 180 horas de educação a distância e 138 horas de ensino presencial⁹⁴. Nessa primeira experiência foram atendidos 52 profissionais: representantes territoriais de cultura e outros funcionários da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT/BA), dirigentes

⁹⁴ http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2009/10/QUADRO_MATRIZ_COM_EMENAS.pdf (acesso em 25/10/2009).

municipais e representantes das universidades públicas⁹⁵. Segundo informações da assessoria do MinC⁹⁶ e da Coordenação de Programas Culturais, Universidade e Formação; essa iniciativa é considerada a principal ação do Ministério e deverá ser aplicada também no Acre. A partir dessas duas experiências o curso será reorganizado para ser implementado por meio da rede nacional de instituições de ensino.

Como parte integrante dessa “Política Nacional de Formação na Área da Cultura” há ainda o mapeamento⁹⁷ das instituições formadoras em organização da cultura no Brasil, cujos dados serão apresentados no próximo capítulo desta tese. O então coordenador Geral de Relações Federativas e Sociedade da SAI/MinC e encarregado pelo SNC, João Roberto Peixe, pontuou que “com o mapeamento será possível conhecer aprofundadamente a realidade da formação no país; detectar as principais instituições envolvidas na formação (...); visualizar as áreas temáticas e os territórios que devem ser priorizadas” (YODA, 2009). A amplitude pretendida das ações de formação indica a necessidade de se estabelecer uma rede de parcerias entre diversas instituições promotoras, cuja oferta não está organizada. Redes nessa área existem, por exemplo, nos Estados Unidos desde a década de 1970 (REISS, 1979:59), e, além de se organizar uma oferta mais clara sobre a formação, a rede pode servir como um meio para a troca de experiências e para o fortalecimento do campo.

2.4 PROCESSO ELEITORAL EM 2010

No ano de 2010 pudemos perceber a importância (ou não) que as propostas na área da política cultural influenciaram os temas discutidos nas eleições para os presidentiáveis. Leonardo Brant (2010) abordou em artigo sobre o tema que a cultura se manteve em segundo plano, parte pela falta da cobertura da mídia sobre o assunto e parte pela falta de interesse dos próprios candidatos. Segundo Albino Rubim (2010) isso ocorre porque a área ainda não foi absorvida como algo essencial pelos candidatos e nem mesmo pela população. Os *sites* dos presidentiáveis não trouxeram programas mais detalhados sobre uma política cultural, em sua maioria.

⁹⁵ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

⁹⁶ <http://www.cultura.gov.br/site/2009/10/21/curso-piloto-de-formacao-de-gestores-culturais-comeca-na-bahia/> (acesso em 21/10/2009).

⁹⁷ “(...) para que o Estado possa cumprir esse papel de elaborador de políticas, é fundamental o conhecimento da área. São necessários informações, diagnósticos, indicadores confiáveis (...)” (CALABRE, 2009:07).

No *site* da candidata eleita para a presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff; tínhamos um espaço⁹⁸ que servia para que os eleitores/interessados pudessem contribuir com propostas para a área, matérias relacionadas com o tema, além de um vídeo⁹⁹ onde a candidata aborda, enquanto material de campanha, a área da cultura (citando a relação do investimento na área no governo Lula, a questão da mudança da Lei Rouanet, entre outros tópicos e programas ainda em desenvolvimento pelo MinC). No documento *Diretrizes do Programa 2011/1014*¹⁰⁰ entre as ações na área da cultura podemos destacar a continuidade de projetos ainda não implementados na sua totalidade pelo governo Lula, como o PNC e o SNC. No *Programa de Governo 2011/2014 – Proposta Cultural*¹⁰¹ podemos citar a “execução do Programa Nacional de Formação na Área da Cultura, capacitando gestores e conselheiros de cultura”, uma das ações ainda não realizadas em sua plenitude pelo SNC.

Já a candidata do Partido Verde (PV), Marina Silva, apresentou no seu *site* as diretrizes para a “Cultura e fortalecimento da diversidade”¹⁰², onde, logo no primeiro ponto, a gestão cultural é destacada, no fortalecimento da construção de políticas culturais integradas com outras políticas, na institucionalização da cultura e na implementação de um Plano e de um Sistema Nacional de Cultura, numa continuidade de programas do governo Lula. Traz ainda no item “Apoio e fomento cultural” a questão da “formação dos agentes culturais para a participação nos editais”.

O candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra, trouxe em seu *site*¹⁰³ formulações sobre a questão do incentivo à cultura e a realização de eventos culturais, exacerbando o potencial econômico da área e afirmando que buscaria a continuidade de projetos como o Pontos de Cultura. Na prática vemos que não há uma discussão partidária sobre o que foi realizado em gestões anteriores na presidência e a diferenciação de uma proposta atual.

⁹⁸ <http://www.dilma13.com.br/propostas/temas/cultura> (acesso em 01/10/2010).

⁹⁹ <http://www.dilma13.com.br/video/dilma-fala-sobre-cultura-parte1> (acesso em 01/10/2010).

¹⁰⁰ http://peppercomm.3cdn.net/39c2b78bb8bdefcfaa_9wm6bh4zg.pdf e
<http://www.dilma13.com.br/noticias/entry/o-futuro-chegou-e-o-pos-lula-e-dilma-diz-pt-no-programa-de-governo/> (acesso em 01/10/2010).

¹⁰¹ <http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/101027131313PROGRAMACULTURADILMA13-27-10-10.pdf> (acesso em 01/10/2010).

¹⁰² http://www.minhamarina.org.br/diretrizes_governo/governo/Cultura-e-fortalecimento-da-diversidadev2.php (acesso em 01/10/2010).

¹⁰³ <http://joseserra.psdbr.org.br/realizacoes/na-cultura-o-brasil-do-governo-serra-pode-mais/> (acesso em 01/10/2010).

Outro material que mostra a questão da formação na campanha eleitoral de 2010 é produzido pelo Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) da União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁰⁴, ao tratar numa das ações para a produção e o acesso a bens culturais o: “Estímulo à criação de editais e linhas fomento para a produção cultural, formação em gestão cultural para jovens, universitários e Pontos de Cultura”.

No momento, após a posse da presidente Dilma Roussef no dia 01 de janeiro de 2011, estamos numa fase de espera e indefinições quanto ao andamento da política cultural brasileira, aguardando os próximos passos e formulações que serão conformadas pela nova ministra, a cantora e compositora Ana de Hollanda. “Continuar é avançar no processo construtivo. E quando queremos levar um processo adiante, a gente se vê na fascinante obrigação de dar passos novos e inovadores. Este será um dos nortes da nossa atuação no Ministério da Cultura: continuar – e avançar”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=134727&id_secao=8 (acesso em 01/10/2010).

¹⁰⁵ <http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/03/posse-da-nova-ministra-2/> (acesso em 03/01/2011).

3. MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL

A capacitação orientada ao desenvolvimento da gestão cultural aparece com frequência na agenda da UNESCO desde meados dos anos de 1970, ao realizar encontros e projetos de cooperação nessa área (OEI, 2004:09). A partir da segunda metade da década de 1980 podemos perceber diversas mudanças de ordem econômica, tecnológica e cultural nas sociedades, o que trouxe de certa forma novas demandas nas profissões na área da cultura e na questão da formação de especialistas em desenvolvimento cultural. Na Conferência Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada na cidade de Estocolmo no ano de 1998, são expostas as necessidades de aprofundar a profissionalização do setor cultural, de melhorar o resultado nas ofertas de serviços culturais, e de alcançar uma maior eficiência na administração e no manejo das instituições culturais (OEI, 2004:09).

O fortalecimento das capacidades dos agentes implicados nos processos de gestão e de produção cultural deve ser buscado através de ações de formação e de capacitação, de intercâmbio e de troca de conhecimentos e experiências. Podemos ver várias ações esporádicas e pontuais nessa área, desde seminários a cursos de capacitação, mas o processo urge por uma política estruturada de oferta de ensino técnico e centros universitários para ampliar a sua ação e efetividade, trazendo melhorias e incrementos para o sistema cultural como um todo. De alguma forma isto está presente nas *Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*, documento elaborado pelo MinC, quando a cultura é vista como um “novo cenário de desenvolvimento econômico (...) fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda” (MINC, 2007:13). São colocadas ao longo do documento as necessidades de democratização das condições de produção e a oferta de formação na área: “o campo das linguagens desenvolve-se com base na experiência técnica, pesquisa e acesso aos meios de produção e de difusão (...). Os artistas e técnicos de produção cultural necessitam permanentemente de recursos para a sua especialização e atualização” (MINC, 2007:30-31).

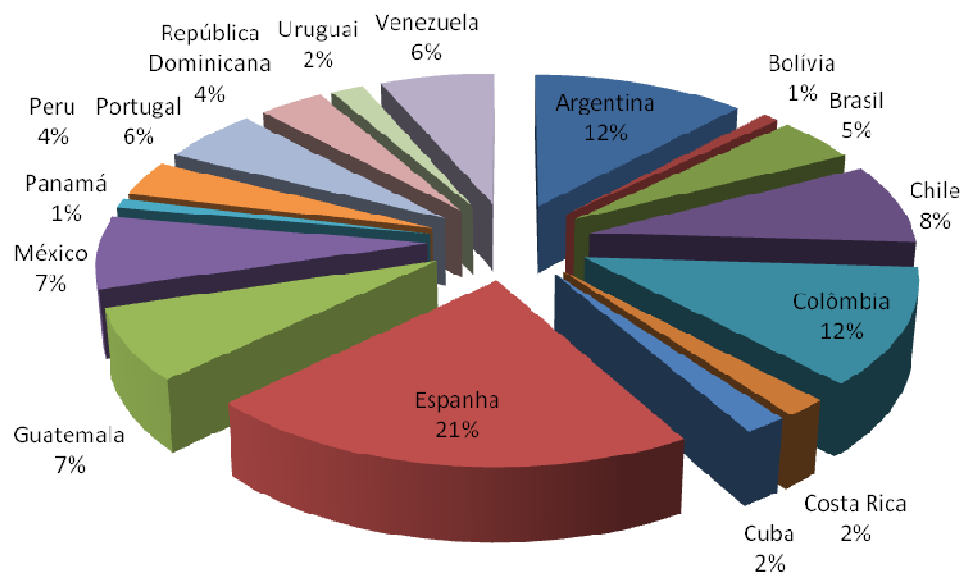
Nas estratégias gerais do PNC está presente a questão da ampliação e participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, com as proposições da formação profissional, regulamentação do mercado de trabalho para as categorias envolvidas com a

produção cultural, e o estímulo aos investimentos e ao empreendedorismo nas atividades econômicas de base cultural. Mas para a sua efetividade é preciso desenvolver e implementar ações de médio a longo prazos que vão ao encontro dessas proposições, para que possamos alterar o quadro atual sobre a formação em organização da cultura existente no Brasil. “(...) la poca atención que las políticas de desarrollo cultural han dedicado a la formación y creación de un capital humano o recursos humanos capacitados para estas nuevas necesidades (...) es una de las causas de la dificultad de continuidad y normalización de este sector social”¹⁰⁶ (OEI, 2004:30). Um campo emergente, num processo de profissionalização fruto da sua complexidade crescente, que demanda cada vez mais recursos humanos devidamente capacitados.

De acordo com o documento *Formación en Gestión Cultural y Políticas Culturales: Directorio Iberoamericano de Centros de Formación Cultural y Políticas Culturales* (OEI, 2004) – produzido em parceria com a UNESCO e a *Red Iberoamericana de Centros y Unidades de Formación en Gestión Cultural* (IBERFORMAT) –, há apenas quatro locais onde podemos encontrar tal formação no Brasil. Tal estudo não é extensivo, mas já denota a fragilidade e/ou escassez de informação e de formação em organização da cultura no país. Alguns cursos fundadores na área, como o Bacharelado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia, não estão presentes na listagem, que dispõe apenas das seguintes instituições: Centro de Comunicação e Artes – SENAC; Fundação Clóvis Salgado/Palácio das Artes; Universidade Estácio de Sá; e Universidade Federal Fluminense. O documento agrupa diferentes experiências em capacitação de gestores culturais, buscando dar uma maior visibilidade ao que é executado, além de tentar avançar numa normalização dessa formação no contexto internacional. A metodologia de coleta dos dados dos centros de formação organizada pelo estudo serviu de algum modo como modelo inicial para chegarmos ao nosso quadro de dados buscados. A circulação de reflexões, manuais e saberes no campo da organização da cultura é ainda incipiente, por isso se faz necessário e importante o trabalho de compêndio e sistematização das experiências acumuladas. Como rápido demonstrativo da formação na área na Ibero-América, reunimos os dados das instituições presentes no documento no gráfico abaixo, para termos uma idéia da porcentagem de oferta acadêmica por país:

¹⁰⁶ Traduzido pelo autor: “(...) a pouca atenção que as políticas de desenvolvimento cultural têm-se centrado na formação e na criação de um capital humano ou de recursos humanos capacitados para estas novas necessidades (...) é uma das causas da dificuldade da continuidade e da normalização deste setor social”.

GRÁFICO 1: Porcentagem de ofertas acadêmicas em organização da cultura na Ibero-América



Fonte: OEI, 2004. Gráfico desenvolvido pelo autor.

A publicação do documento com o diretório dos centros de formação em gestão e políticas culturais na Ibero-América seguiu o modelo da publicação feita um ano antes, intitulada *Training in Cultural Policy and Management. International Directory of Training Centers: Europe, Russian Federation, Caucasus, Central Asia* (UNESCO, 2003). Nesse outro documento podemos ter uma visão ampla do quantitativo de cursos nessa área na Europa Ocidental e na Europa Oriental, com dados coletados pela *European Network of Cultural Administration Centres* (ENCATC) – órgão semelhante ao IBERFORMAT. O comparativo do Brasil (que dispunha de quatro centros de formação no documento de 2004) com outros países que possuem uma maior tradição na área de políticas culturais, como a França (onde

eram listados 59 centros de formação no documento de 2003), reforça o quadro frágil desse campo emergente.

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

As lacunas em relação às informações culturais são de naturezas diversas. A questão da criação de banco de dados atualizados surge de forma reiterada (...). Tais informações são imprescindíveis tanto para subsidiar as políticas públicas quanto para permitir uma maior interação da comunidade com as práticas e conhecimentos na área (CALABRE, 2010:100).

O presente mapeamento abrange de forma sistemática as mais diversas instituições que trabalham na formação e qualificação em organização da cultura nos mais diferenciados níveis de aprimoramento (atividades presenciais e *on-line* de extensão, atualização, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado etc.) existentes na atualidade brasileira. Portanto, ele engloba obrigatoriamente: instituições universitárias e culturais, fundações, empresas, entidades da sociedade civil, organizações não-governamentais etc.

O mapeamento foi realizado através de pesquisa *on-line*, acionando instrumentos de investigação apropriados (aplicação de questionários, pesquisa documental, contato telefônico para complementação de dados etc.). O trabalho¹⁰⁷, que busca ser o mais sistemático e rigoroso possível, contou com o financiamento do MinC através da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) como fase preparatória da implantação do SNC (RUBIM et al., 2010). Ele abrange não só dados acerca desses entes formadores, mas também recolhe informações quantitativas referentes aos conteúdos, tecnologias e métodos pedagógicos acionados nas variadas modalidades de capacitação e aperfeiçoamento desenvolvidas pelos referidos entes. O banco de dados do mapeamento encontra-se disponível para acesso e pesquisa *on-line* no seguinte endereço: <http://www.organizacaoocultural.ufba.br> (APÊNDICE B).

A pesquisa realizada para o mapeamento começou em 15 de junho de 2009, prosseguindo até 15 de setembro de 2009. Ela foi dividida em três fases: exploração, preenchimento dos dados no banco de dados, e complementação e revisão dos dados.

¹⁰⁷ O trabalho de consultoria do mapeamento contou ainda com a participação dos Profs. Drs. Albino Rubim e Alexandre Barbalho (RUBIM et al., 2010).

Inicialmente os cinco bolsistas de iniciação científica¹⁰⁸ participantes fizeram uma etapa exploratória, para encontrar, através de ferramentas de busca¹⁰⁹, possíveis cursos a serem adicionados no mapeamento. Dada a dispersão geográfica do universo da pesquisa, o uso de diferentes estratégias de investigação na rede foi uma escolha importante. Para que as buscas não fossem repetitivas entre os cinco bolsistas, eles foram divididos da seguinte forma: Secretarias, Universidades, empresas privadas, Sistema S¹¹⁰, Fundações e Pontos de Cultura¹¹¹ (possíveis organizações que trabalham com formação na área cultural, ficando as duas últimas com um mesmo bolsista).

As buscas conseguiram reunir um número razoável de informações, através do acesso a *sites* institucionais e informativos¹¹², sendo que tivemos uma maior dificuldade para encontrar as ações realizadas pelos Pontos de Cultura (já que muitos não dispõem de um *site* próprio que descreva os seus projetos).

Todo o processo foi acompanhado por meio de reuniões semanais, para esclarecimento de dúvidas de caráter conceitual da pesquisa, e de *e-mails* enviados para um grupo criado para auxiliar na condução dos trabalhos¹¹³. Um corte realizado nessa fase foi referente aos seminários, congressos e encontros com temas de interesse à organização da cultura, que ficaram de fora do mapeamento devido ao seu caráter mais eventual.

Além das buscas, outra ferramenta utilizada foi o Alertas do Google: “atualizações por *e-mail* sobre os resultados relevantes mais recentes do Google (*web*, notícias etc.) com base

¹⁰⁸ Clara Marques, Geise Oliveira, Rafael Raña, Sara Regis e Simone Batista (alunos do curso de Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura da Universidade Federal da Bahia).

¹⁰⁹ A principal ferramenta utilizada foi o Google. <http://www.google.com.br> (acesso em 02/01/2011).

¹¹⁰ O chamado Sistema S foi criado na década de 1940 e é constituído por 11 entidades, entre elas: o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

¹¹¹ O Programa Cultura Viva, através do projeto Pontos de Cultura convenia instituições com atuação na área cultural para articular e impulsionar as ações que já existem nas suas comunidades. Devido à quantidade de Pontos existentes e a diversidade das suas localizações geográficas decidimos colocá-los como um dos itens principais da pesquisa. “Com os Pontos de Cultura, diversos jovens e adultos com recursos e tecnologia na mão conseguem organizar a sua própria cultura. Dessa forma, centenas de novos produtores culturais surgem no Brasil e a profissão se populariza. Um fenômeno que mostrou uma demanda reprimida de diversos grupos sociais e artísticos em organizar as suas apresentações, sua produção audiovisual, elaborar projetos e captar recursos para as mais diversas atividades” (OLIVEIRA, 2010:55).

¹¹² Os *sites* institucionais são desenvolvidos para qualquer tipo de empresa ou instituição, para divulgar as suas informações de interesse (logomarca, produtos etc.). Já os *sites* informativos são utilizados como veículos de comunicação, com atualizações freqüentes e periódicas (tais como os publicados por jornais, revistas, agências de notícias, e *blogs* em geral). No caso da pesquisa os *sites* informativos traziam, por exemplo, a divulgação da notícia das inscrições de determinado curso.

¹¹³ gtmapeamento@googlegroups.com (acesso em 02/01/2011).

nos termos ou tópicos que você definir”¹¹⁴. O monitoramento ocorre da seguinte forma: um *e-mail* informa quando novos artigos relacionados ao seu termo de pesquisa se classificam entre os dez principais resultados da pesquisa do Google Notícias ou entre os vinte principais resultados de uma pesquisa na *web*. Dessa forma não é necessário buscar diariamente dados novos sobre o tema, já que eles serão monitorados e chegarão diretamente na sua caixa de entrada. Diariamente (desde o mês de abril de 2007), após uma varredura de palavras-chave previamente cadastradas, todas as informações sobre “produção cultural”, “gestão cultural”, “política cultural” e “organização da cultura” eram enviadas para o *e-mail* utilizado na fase da pesquisa (FIGURA 3). A partir daí checávamos se tinha alguma informação sobre cursos no Alerta, para então adicioná-la no mapeamento. Essa ferramenta foi bastante útil no decorrer da pesquisa para conseguirmos cadastrar um maior número de experiências, além de garantir que todas as informações presentes na Internet sobre o assunto estavam sendo vasculhadas automaticamente.

FIGURA 3: Alertas do Google

The screenshot shows the Google Alerts management page for the user leo.fcosta@gmail.com. It displays a table of active alerts with columns for search terms, type, frequency, email size, and email destination. There are also buttons for 'Excluir' and 'Novo alerta'.

Termos de pesquisa	Tipo	Frequência	Tamanho do e-mail	Enviar para
<input type="checkbox"/> "gestão cultural"	Tudo	uma vez por dia	até 20 resultados	E-mail editar
<input type="checkbox"/> "organização da cultura"	Tudo	uma vez por dia	até 20 resultados	E-mail editar
<input type="checkbox"/> "política cultural"	Tudo	uma vez por dia	até 20 resultados	E-mail editar
<input type="checkbox"/> "produção cultural"	Tudo	uma vez por dia	até 20 resultados	E-mail editar

At the bottom of the interface, there are links for 'Ajuda do Alertas - Termos de Uso - Política de Privacidade - Página inicial do Google' and a copyright notice '© 2010 Google'.

Fonte: <http://www.google.com.br/alerts> (acesso em 02/01/2011).

¹¹⁴ <http://www.google.com.br/alerts> (acesso em 02/01/2011).

Além da utilização de ferramentas de monitoramento, utilizamos outros meios para coletar dados provenientes da Internet, como a adesão em listas e grupos de interesse na área (Boletim da Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura¹¹⁵, *Plug Cultura* – informativo semanal da rede da Secretaria de Cultura da Bahia¹¹⁶, *Cultura e Mercado*¹¹⁷, Boletim da Democratização Cultural¹¹⁸, *Clipping DUO*¹¹⁹, dentre outras listas e grupos); e a busca em *sites* especializados do setor (como a Rede Brasil de Promotores Culturais¹²⁰ e o Observatório Itaú Cultural¹²¹). Há uma grande variedade de desenhos institucionais das ofertas formativas, por isso foram utilizadas diferentes fontes e modos de pesquisa. Uma variedade que mostra uma diversidade e certa desordem do setor.

Com um mês de buscas, e após reunirmos um número razoável de informações, passamos para o preenchimento das informações utilizando um banco de dados. Antes de trabalharmos com o banco de dados foi preciso definir um primeiro formulário para a pesquisa¹²². Com o andamento do trabalho, algumas questões precisaram ser revistas para melhor afinação de critérios (por exemplo, a área temática “Captação de recursos” foi alterada para “Financiamento da cultura”, abrangendo questões relativas à captação, *marketing* cultural e uso de leis de incentivo), e foram alteradas conforme o questionário final (APÊNDICE A).

A fase de preenchimento (FIGURA 4), devido ao grande número de instituições e cursos encontrados na fase anterior, demandou um tempo maior do que o previsto originalmente no projeto do mapeamento. Em meados de setembro ainda estávamos cuidando do preenchimento dos dados, com isso foi preciso solicitar um termo aditivo com os bolsistas para a realização da terceira fase da pesquisa, ou seja, a complementação e a revisão dos dados. Essa fase, depois da assinatura do termo aditivo com o MinC, acabou ocorrendo entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, e contou com a presença de três bolsistas e um assistente.

¹¹⁵ <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/representacoes-regionais/regional-nordeste-representacoes-regionais/> (acesso em 07/01/2011).

¹¹⁶ <http://plugcultura.wordpress.com/> (acesso em 07/01/2011).

¹¹⁷ <http://www.culturaemercado.com.br/> (acesso em 07/01/2011).

¹¹⁸ http://www.significa.com.br/cdvotorantim/incluir_especial.php (acesso em 07/01/2011).

¹¹⁹ http://www.duo.inf.br/culturaonline/noticias_clipping.asp (acesso em 07/01/2011).

¹²⁰ <http://www.rede-brasil.org/> (acesso em 01/10/2010).

¹²¹ http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2803 (acesso em 07/01/2011).

¹²² Questionário inspirado no documento *Training in Cultural Policy and Management. International Directory of Training Centers: Europe, Russian Federation, Caucasus, Central Asia* (UNESCO, 2003).

FIGURA 4: Banco de dados (preenchimento)

Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil

[Minhas Instituições] [Meus Setores] [Meus Cursos] [Minhas Publicações]

Usuário: leo [Usuários] [Sair]

[Mapeamento]

[Busca Avançada]

[Relatório]

Instituições [listar (257)] [incluir]

Setores [listar (353)] [incluir]

Cursos [listar (624)] [incluir]

Publicações [listar (98)] [incluir]

Instituições

Informações sobre a instituição

Preenchido por: leo [dropdown]

Aprovado pelo bolsista: Não [dropdown]

Aprovado pelo orientador: Não [dropdown]

Nome da instituição:

Nome do diretor da instituição:

Endereço:

2009

CULT | FACOM | UFBA

Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 29/12/2010).

Todo o processo foi acompanhado, mais uma vez, através de reuniões semanais, onde eram estabelecidos os padrões de preenchimento dos dados colhidos (para que todos os bolsistas cadastrassem os dados de forma semelhante, como, por exemplo, a sigla em caixa alta antes do nome completo da referida instituição). Uma das questões que teve seu padrão de preenchimento revisto foi a quantidade de alunos por curso, dado que era preenchido prioritariamente com o quantitativo de vagas disponíveis, sendo colocado o número de alunos concluintes apenas nos cursos que dispunham dessa informação. Outra questão se referia à nomenclatura do diploma/certificado emitido pelo curso, onde adotamos como padrão para os cursos de extensão o termo “certificado de conclusão”.

Duas bolsistas¹²³ ficaram responsáveis pela complementação dos dados dos cursos de pós-graduação, graduação, graduação tecnológica e cursos técnicos. Tal universo foi escolhido devido ao seu caráter mais permanente em relação aos cursos de extensão – de perfil mais esporádico. Para isso elas entraram em contato, através de ligações telefônicas

¹²³ Geise Oliveira e Sara Regis.

(utilizando o Skype¹²⁴) e/ou por *e-mail*, com todas as instituições previamente listadas, para solicitarmos as informações que faltavam. Apenas cerca de um quarto das instituições que foram contatadas respondeu complementando os dados necessários, o que apontamos como um dos limites do mapeamento, requerendo para a sua devida complementação em pesquisas futuras o trabalho em campo pelo menos nas instituições mais importantes.

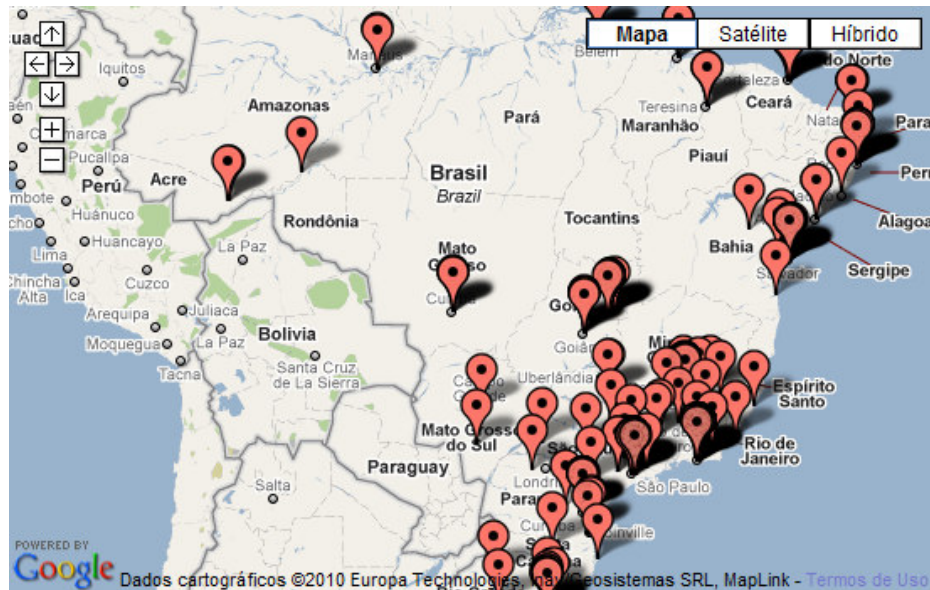
Devido ao grande número de cursos de extensão, e ao seu caráter mais esporádico, decidimos que eles passariam apenas por uma revisão para detectar possíveis falhas da fase anterior do preenchimento (para mantermos o padrão dos dados colocados no banco de dados). O mesmo aconteceu com as instituições, que passaram por uma revisão dos dados e por uma complementação realizada através de mais buscas na Internet. Um dos itens revisados foi o geoprocessamento, realizado com o apoio do *Google Maps*¹²⁵, através das coordenadas de localização das instituições. Quando a instituição não dispunha de endereço completo no seu *site*, o ponto marcado no geoprocessamento era o da cidade, localizada através do aplicativo do Google (FIGURAS 5 e 6). Outro item bastante revisado se referia às áreas temáticas dos cursos, para atestarmos o padrão dos dados preenchidos. Um assistente e uma bolsista¹²⁶ contribuíram nesse processo. Com isso, demos por encerrada a fase de pesquisa, definindo como linha de corte os cursos que foram realizados até dezembro de 2009.

¹²⁴ Programa de comunicação pela Internet. Com o Skype é possível telefonar entre computadores (gratuitamente) ou entre um computador e um telefone de rede fixa ou móvel. <http://www.skype.com/> (acesso em 06/01/2011).

¹²⁵ <http://maps.google.com.br/> (acesso em 02/01/2011).

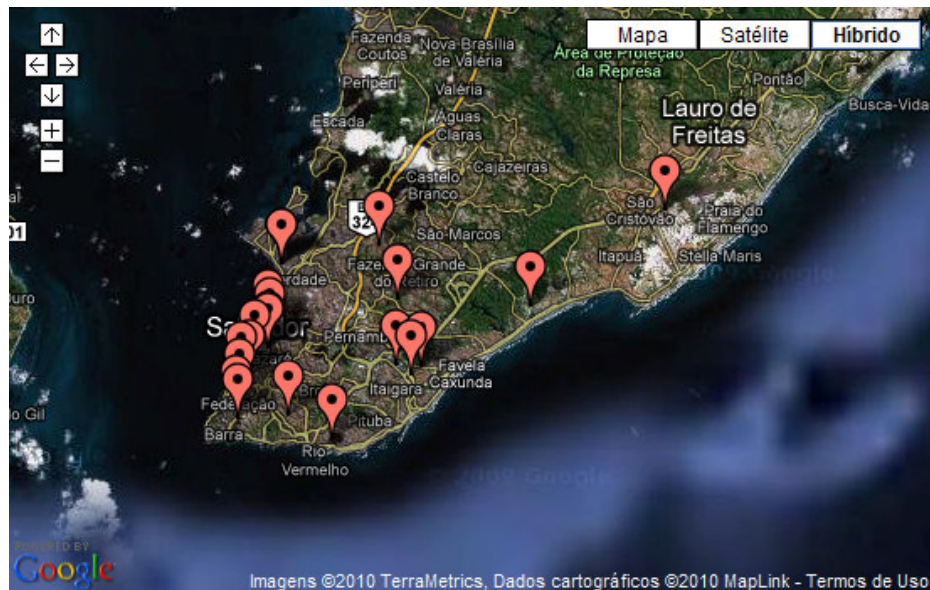
¹²⁶ Ugo Mello (graduado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia) e Clara Marques.

FIGURA 5: Geoprocessamento (*Google Maps*)



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 29/08/2010).

FIGURA 6: Geoprocessamento (*Google Maps*) – visão de satélite de Salvador



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 29/12/2010).

3.2 MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: DADOS MAIS RELEVANTES

3.2.1 Dados mais relevantes das instituições mapeadas

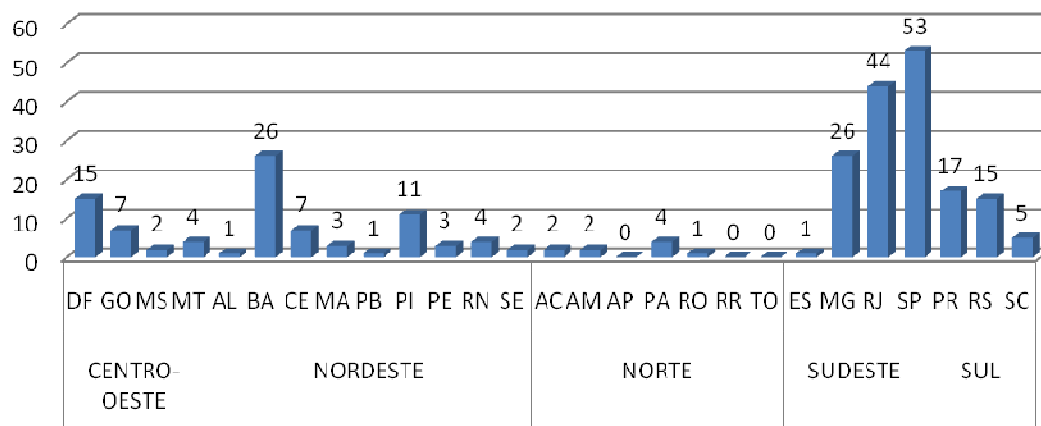
O banco de dados compreende um total de 257 instituições, 355 setores, 624 cursos e 98 publicações. Para poder cadastrar algum curso, seguindo a arquitetura proposta da informação, primeiro era preciso incluir no sistema a sua instituição de origem e o setor no qual era realizada tal formação.

Conforme demonstra o Gráfico 2, do total de instituições pesquisadas, a maior parte se encontra na região Sudeste (48,44%), sendo que tal dado pode ser também visualizado através do geoprocessamento – onde é possível ver claramente a maior concentração nos estados de São Paulo (20,70%) e Rio de Janeiro (17,19%).

Há regiões que demonstram o dado inverso, com um pequeno número de instituições com formação nessa área. A região Norte, com seus sete estados, compreende apenas 3,52% do total, sendo que em três estados da região não foi localizada nenhuma instituição – Amapá, Roraima e Tocantins. O destaque fica com o Pará com 1,56%.

A região Nordeste tem 22,66% das instituições, com destaque para os estados da Bahia (10,16%), Piauí (4,30%) e Ceará (2,73%). A região Sul possui 14,45% das instituições, com destaque para o Paraná (6,64%) e o Rio Grande do Sul (5,86%). Por fim, a região Centro-Oeste tem 10,94%, com destaque para o Distrito Federal (5,86%) e Goiás (2,73%). Nesses números estão as instituições que promovem cursos de curta duração e que não apresentam regularidade na oferta. Isso explica, por exemplo, que o Piauí apareça com uma porcentagem relativamente alta, se comparada com outros estados nordestinos, como Pernambuco, por exemplo, e não tenha nenhuma instituição entre as que ofertam graduação ou pós-graduação na área, como veremos.

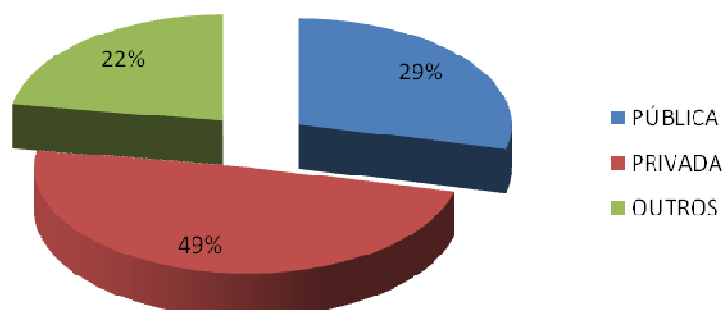
GRÁFICO 2: Instituições por região e por estados



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

A maior parte das instituições pesquisadas que trabalham com formação em organização da cultura são privadas (49%), seguidas de públicas (29%) e outros status legal (22%). As instituições privadas compreendem desde universidades e faculdades até empresas de produção ou gestão cultural. As instituições públicas referem-se em sua maioria a universidades públicas e a órgãos de gestão estatal na área da cultura (secretarias e fundações), de diferentes entes (federais, estaduais e municipais). Já o status de outras compreende desde associações a organizações não-governamentais. Segue gráfico das instituições conforme seu status legal:

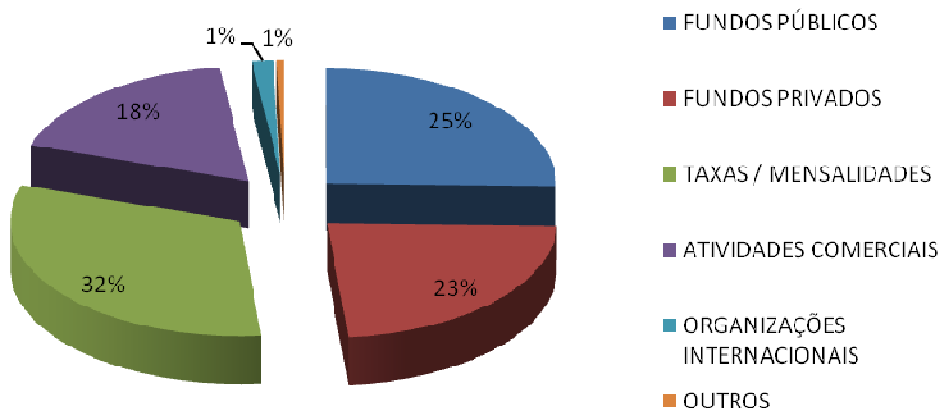
GRÁFICO 3: Instituições por status legal



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Também era do interesse da pesquisa saber quais as fontes de recursos que a instituição dispunha. Seguindo o dado anterior, no qual a maioria das instituições eram privadas, tais como faculdades, a maior fonte de recurso das instituições que trabalham com formação na área se dá através de taxas de inscrição e/ou mensalidades para participação no curso (31,59%). Depois temos os fundos públicos (ministérios, fundos governamentais etc.), com 25,37% e os fundos privados (fundações, doações, patrocinadores etc.) com 23,13%. As atividades comerciais (vendas, consultoria etc.) correspondem a 17,91% dos recursos. Essa questão permitia a marcação de respostas múltiplas, dado a possibilidade das instituições disporem de recursos de fontes diversas. Segue abaixo gráfico comparativo das fontes de recursos:

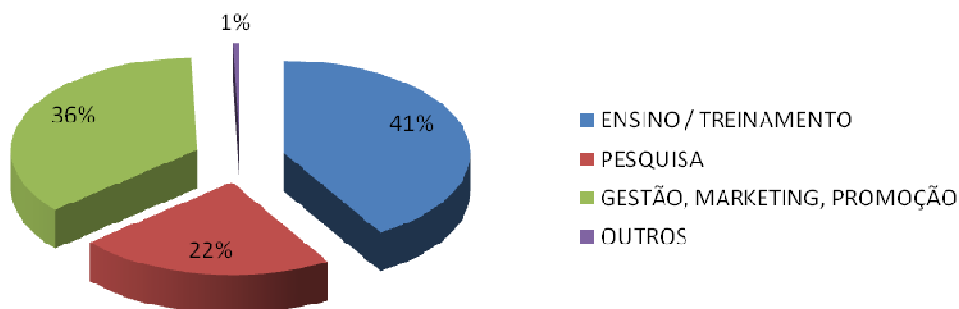
GRÁFICO 4: Instituições por recursos



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Outro dado colhido das instituições foi sobre as suas atividades principais, para podermos saber, por exemplo, qual o quantitativo de instituições que são estritamente de ensino e oferecem formação em organização da cultura. A maior parte das instituições pesquisadas tem como atividade principal o ensino (41,38%), seguidas de instituições que trabalham com gestão, *marketing* e promoção (35,71%) e de pesquisa (22,41%). Essa questão era preenchida de forma mais precisa através da busca anterior da missão da instituição, onde podíamos aferir quais eram os seus objetivos e atividades. A missão das instituições, pergunta colocada de forma aberta no questionário; está presente nas fichas cadastradas no banco de dados.

GRÁFICO 5: Instituições por atividades principais



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Outras informações colhidas de forma aberta das instituições se referem ao seu contato (*site*, *e-mail*, telefone), nome do diretor, endereço (com cidade e estado, sendo utilizado posteriormente para afinar o geoprocessamento), o seu ano de estabelecimento e uma imagem ilustrativa (para compor a ficha do banco de dados, podendo ser desde uma foto das instalações até a logomarca da mesma).

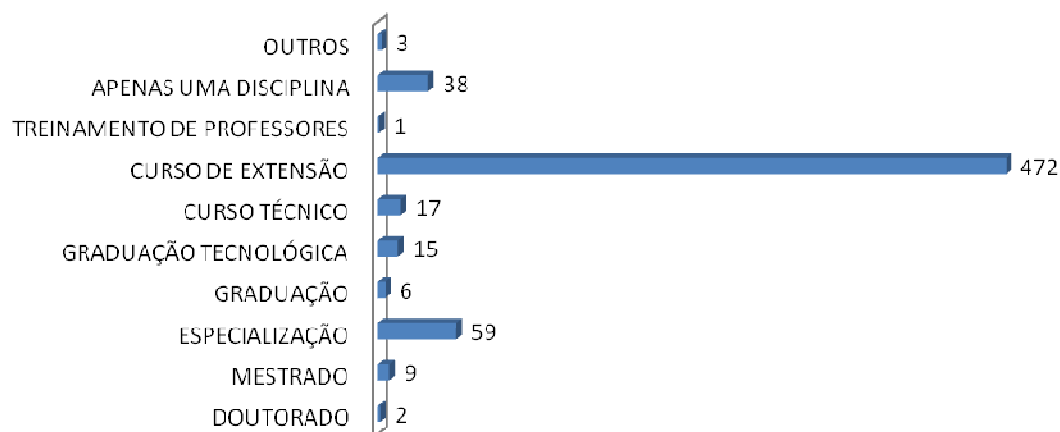
Podemos concluir, a partir das informações acima, que há no país um processo concentrador no que se refere a instituições de formação em organização da cultura, tendo como outro lado perverso da moeda a desigualdade referente ao fato de alguns estados não possuírem nenhuma instituição. Outro elemento que merece atenção por parte de uma política pública é a presença majoritária de empreendimentos privados, o que dificulta a maior absorção da demanda, uma vez que nem todos dispõem de recursos para investir em formação. Por fim, é importante estar atento para o fato de que uma grande parte destas instituições não possui o ensino, e muito menos a pesquisa, como sua principal atividade, mas as áreas de gestão, *marketing* e promoção. Isso sinaliza, primeiro, a fragilidade pedagógica dessas instituições e, segundo, que possivelmente o fim último desses cursos seja a atuação no mercado, em detrimento do setor público.

3.2.2 Dados mais relevantes dos cursos mapeados

Dos 624 cursos pesquisados temos um universo grande de níveis de formação. A maior parte dos cursos (75,88%) é de extensão, ou seja, cursos que têm um caráter mais esporádico. Depois temos 9,49% de cursos de especialização (sendo que alguns cursos ofertados nunca conseguiram fechar uma primeira turma), seguidos de 6,11% de outros cursos que contêm disciplinas na área da organização da cultura em seu quadro formativo. Inicialmente esse não seria o foco da pesquisa, mas como conseguimos na fase exploratória um número grande de cursos (38 experiências) que continham apenas parte do seu currículo na área decidimos cadastrá-los no banco de dados, com essa ressalva (são cursos de níveis variados de formação, que estão agregados de uma forma diferente). Temos pouca oferta de graduação na área (0,96%), mas podemos perceber um número maior de cursos de graduação tecnológica¹²⁷ (2,41%), num somatório total apenas de 3,37%. Os cursos técnicos oferecidos na área correspondem a um total de 2,73%.

¹²⁷ Segundo informações extraídas do *site* do MEC: “os cursos superiores de tecnologia ou graduações tecnológicas são cursos de graduação plena como quaisquer outros cursos de licenciatura ou bacharelado. Seus diplomas têm validade nacional”. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13146:um-curso-tecnologico-e-uma-graduacao&catid=353:educacao-tecnologica (acesso em 01/10/2010). “Os cursos superiores de tecnologia são focados numa área específica de aplicação científica. Privilegiam aplicações tecnológicas de um campo do conhecimento”. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&task=search&Itemid=230¶ms\[search_relevance\]=gradua%C3%A7%C3%A3o+tecnol%C3%B3gica¶ms\[catid\]=0¶ms\[search_method\]=all&limitstart=20](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&task=search&Itemid=230¶ms[search_relevance]=gradua%C3%A7%C3%A3o+tecnol%C3%B3gica¶ms[catid]=0¶ms[search_method]=all&limitstart=20) (acesso em 01/10/2010).

GRÁFICO 6: Cursos por nível/tipo

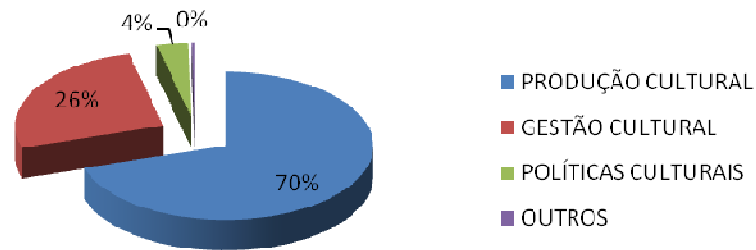


Fonte: <http://www.organizaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

A maior concentração de cursos na área de extensão e o reduzido número de cursos superiores indicam que, no que se refere à formação, o setor organizativo da cultura encontra-se em uma situação muito frágil. Percebe-se que é uma área recente na academia, com poucas universidades ofertando cursos em áreas do setor. O que implica também na fragilidade do campo de pesquisas sobre o tema. Tal contexto não deixa de marcar a qualidade dos profissionais do setor que, como veremos, vêm das mais diversas áreas e muitas vezes não possuem os atributos exigidos para o exercício das atividades de organização da cultura.

Como já exposto anteriormente, definimos a área da organização da cultura através da atuação em produção, gestão e políticas culturais. Com isso decidimos aferir os cursos conforme essa divisão do campo, encontrando os seguintes dados: 70,18% dos cursos são na área de produção cultural, 26,09% dos cursos são na área de gestão cultural, e 3,40% dos cursos são na área de políticas culturais. Segue abaixo gráfico comparativo dos cursos por campo:

GRÁFICO 7: Cursos por campo

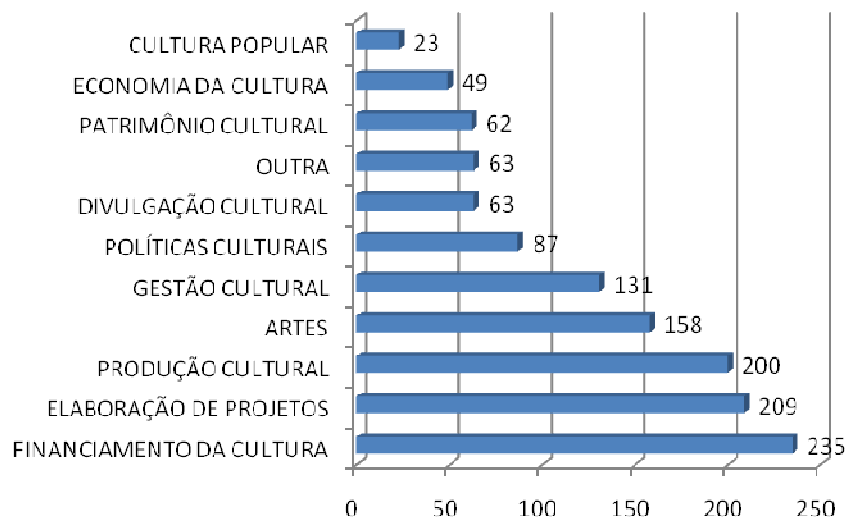


Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Depois da divisão por campo, definimos os cursos através das suas áreas temáticas, questão que permitia a marcação de múltiplas respostas. A área correspondente ao financiamento da cultura teve a maior porcentagem de cursos, com o total de 18,22%. Tal área temática abrange os cursos ligados a captação de recursos, ao *marketing* cultural e ao uso das leis de incentivo à cultura (esse dado pode ser associado com o dos cursos de extensão, os quais versam, em sua maioria, sobre essas questões). A segunda área temática com maior concentração é elaboração de projetos (com 16,20%), que, de certa forma, poderia estar ligada a questões de financiamento (já que a feitura de projetos é uma das atividades necessárias para a captação de recursos), mas como tem um grande número de experiências ficou destacada como outra área. No total, podemos agrupar um total de 34,42% de cursos que são majoritariamente ligados a questões do financiamento. Destaca-se também a quantidade de cursos na área de produção (terceira posição), gestão (quinta posição) e política (sexta posição), que podemos considerar como o “núcleo duro” da organização da cultura. Por fim, merecemos ressaltar a boa posição ocupada pelas artes¹²⁸ (quarta posição). No primeiro questionário algumas áreas temáticas foram cortadas, já que percebemos um número muito reduzido (ou quase nulo) de experiências (tal como cursos com temática em conselhos de cultura). Segue abaixo gráfico completo dos cursos por áreas temáticas:

¹²⁸ Sendo entendido aqui não como o processo de criação, e sim de organização do campo das linguagens artísticas.

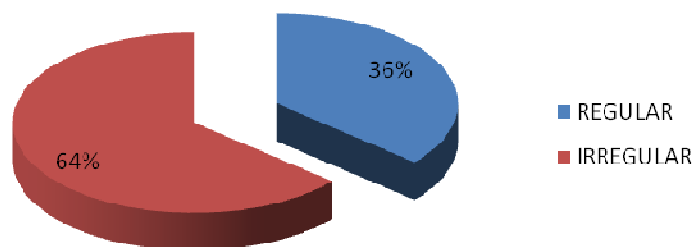
GRÁFICO 8: Cursos por área temática



Fonte: <http://www.organizacaoocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Do total de cursos, 63,75% foram considerados irregulares (*ad hoc*) – irregular no sentido de não serem ofertados com uma regularidade, ou seja, sem uma frequência definida (dado que pode ser facilmente entendido se pensarmos que a maioria dos cursos mapeados é de extensão) –, e 36,25% têm caráter regular (com periodicidades diversas).

GRÁFICO 9: Cursos por regularidade



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Devido ao caráter multidisciplinar do campo da organização da cultura, decidimos aferir, através dos currículos dos professores (parte dos dados foi pesquisada através da plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq¹²⁹), quais são as áreas de conhecimento de proveniência¹³⁰. As áreas com maior concentração de professores foram Comunicação (com 13,50%), Artes (com 10,66%), e Administração (com 10,26%). Uma das áreas aferidas foi Cultura¹³¹, que traz um número de professores (6,48%) com formação, por exemplo, em gestão cultural – um dado positivo para o fortalecimento desse campo de formação, já que há uma retroalimentação de profissionais qualificados nos primeiros ciclos formativos do setor.

A diversidade de áreas, inclusive fora das Humanidades, como é o caso da Engenharia, demonstra mais uma vez a fragilidade acadêmica do setor que permite a inserção, quase que

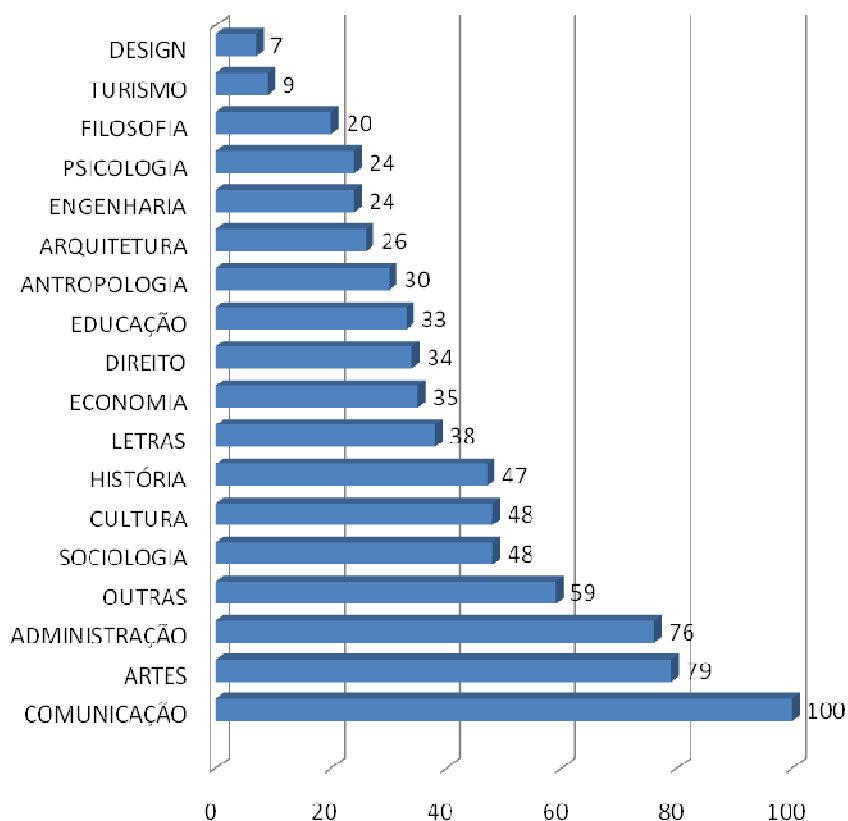
¹²⁹ A plataforma Lattes é a base de dados de currículos das áreas de Ciência e Tecnologia. <http://lattes.cnpq.br> (acesso em 02/01/2011).

¹³⁰ Além das áreas previamente colocadas no questionário, em “outros” encontramos: Ciência Política, Relações Internacionais, Medicina, Oceanografia, Tecnologia da Informação, Medicina Veterinária, Biologia, Geografia, Geologia, Física, Química, Museologia, Ciências da Informação, Agronomia, Botânica, Educação Física, Teologia, Ciências Contábeis, Matemática; num total de 36 áreas do conhecimento.

¹³¹ Inicialmente tal área não constava no questionário, mas foi incluída após observações dos bolsistas na primeira fase de preenchimento de dados no sistema, já que era uma das áreas percebidas de forma recorrente no currículo de alguns professores.

aleatória, de professores com diferentes formações. Esse quadro, por um lado indica, no caso das áreas de conhecimento mais próximas ao campo da organização da cultura, a perspectiva multidisciplinar exigida para uma formação de qualidade. Mas, por outro lado, o que é preocupante, sinaliza como esse é um setor novo, sem tradição no que se refere às mínimas exigências curriculares. Ao mesmo tempo, é um campo de trabalho que vem ganhando grande visibilidade na atual configuração da economia, onde os bens e serviços simbólicos ocupam lugar de destaque. O que se pode deduzir é que muitos desses profissionais atuavam em outras áreas antes de entrar nesse mercado – o que mostraria a força gravitacional do campo da cultura. Segue abaixo gráfico dos professores por área do conhecimento:

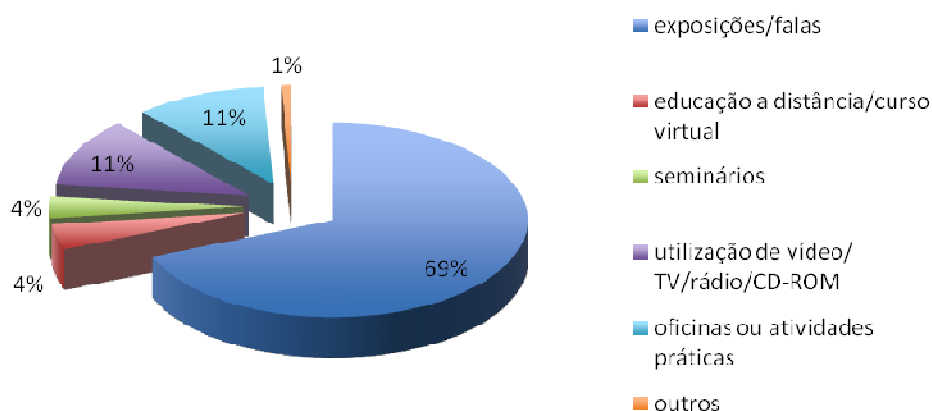
GRÁFICO 10: Áreas de conhecimento de proveniência dos professores por curso



Fonte: <http://www.organizacaoocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, a maior parte dos cursos utiliza aulas expositivas (68,84%), seguido da utilização de multimeios (11,49%), e da realização de oficinas ou atividades práticas (10,90%). A grande concentração em aulas expositivas revela que a formação peca por não permitir ao corpo discente a vivência de experiências concretas em produção, gestão e/ou elaboração e execução de políticas culturais. Apenas 4,27% dos cursos trabalham com educação a distância. Segue abaixo gráfico que relaciona os procedimentos metodológicos por curso:

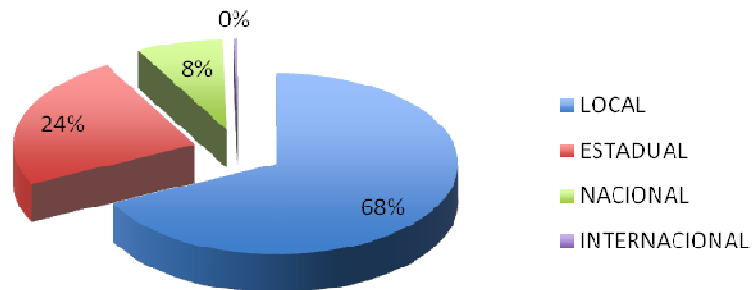
GRÁFICO 11: Procedimentos metodológicos por curso



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Em relação à proveniência dos estudantes, a maioria dos cursos pesquisados atua de forma local (67,90%), seguidos de cursos com abrangência estadual (24,03%). Poucos cursos trabalham com uma abrangência nacional, sendo que um dos pontos que auxiliam nessa limitação é ainda a pequena quantidade de cursos virtuais sobre organização da cultura. A pouca quantidade de alunos estrangeiros que procuram o Brasil para fazer algum curso no que se refere à organização da cultura revela a falta de tradição no país desse tipo de formação e, portanto, seu pouco reconhecimento internacional. Segue abaixo gráfico que reúne os dados da proveniência dos estudantes:

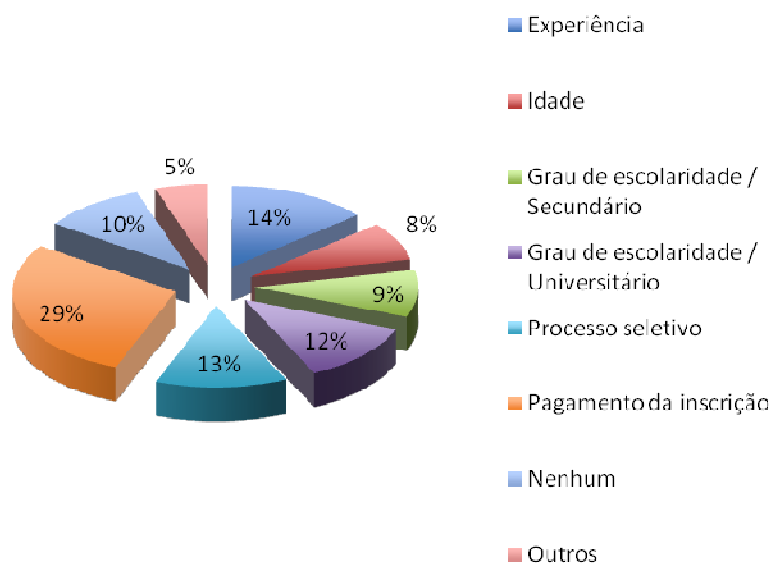
GRÁFICO 12: Proveniência dos estudantes por curso



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Dentre os requerimentos para admissão nos cursos, a maior parte se refere ao pagamento de inscrição do mesmo (28,46%). Há ainda outras possibilidades de admissão, na seqüência: experiência (13,97%), processo seletivo (13,04%), grau de escolaridade – universitário (11,99% – que se refere, em sua maioria, aos cursos de pós-graduação), grau de escolaridade – secundário (9,35% – que se refere, em sua maioria, aos cursos de graduação e graduação tecnológica), e idade (7,64%). 10,28% dos cursos não têm nenhum requerimento prévio de admissão. Segue gráfico comparativo dos requerimentos para admissão por curso:

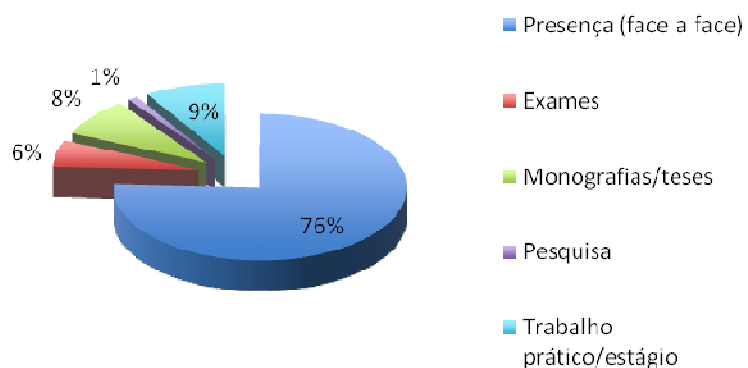
GRÁFICO 13: Requerimentos para admissão por curso



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Em relação aos requerimentos para conclusão dos cursos, a maioria se resume a presença dos alunos (75,77%). Isto se explica pelo dado de que estes cursos são, em grande maioria, de extensão e com curta duração. Assim, não demandam critérios de seleção, muito menos de conclusão – mais um índice da fragilidade de formação no setor. Dentre outros requerimentos, estão a realização de trabalhos práticos e/ou estágios (8,87%), monografias e/ou teses (8,45%), exames (5,77%) e pesquisa (1,13%).

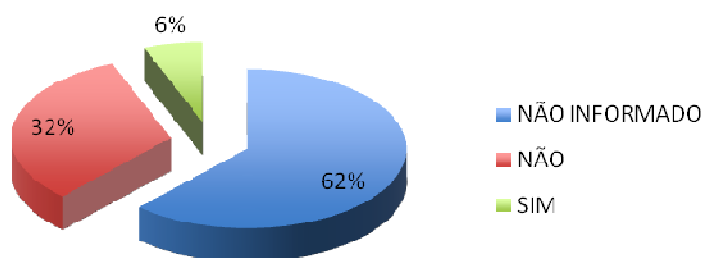
GRÁFICO 14: Requerimentos para conclusão por curso



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

O último dado fechado dos cursos refere-se ao oferecimento de bolsas para os alunos. 61,82% dos cursos não informaram sobre a utilização de bolsas, item presente em apenas 5,95% dos cursos pesquisados.

GRÁFICO 15: Cursos por bolsas oferecidas

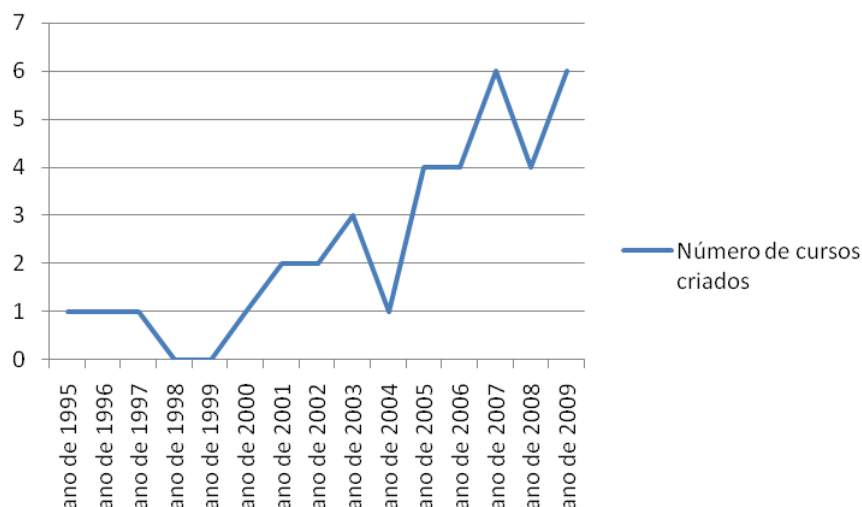


Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

Outras questões abertas foram colocadas em relação aos cursos, dentre elas: objetivos, ano de início, número de programas organizados (até 2009), diretor/pessoa responsável, nomenclatura da certificação, duração do curso, quantidade de professores (listagem com nomes e titulação), público-alvo, quantidade de alunos por curso, custo total para participação no curso, atividades extracurriculares, se o curso é oferecido em parceria com alguma outra instituição, se já foi replicado em outras cidades, e se o curso faz parte de alguma rede/associação nacional ou internacional no campo da cultura. Para finalizar o cadastro ainda tínhamos a possibilidade de anexar informações complementares, tais como: currículo do curso, ementas das disciplinas, bibliografia e outros documentos de interesse. Essas informações mais detalhadas foram úteis para a realização posterior de um panorama do ensino superior – questão tratada no quinto capítulo desta tese.

Em relação ao ano de início dos cursos, trazemos abaixo um gráfico contendo a variação de cursos criados a partir de 1995 (cursos relacionados no APÊNDICE D – cursos principais por estado). Vale ressaltar que todos esses cursos estavam presentes na fase de complementação de dados, mas que dos 68 que abriram turmas apenas 36 tiveram esse dado preenchido.

GRÁFICO 16: Cursos principais por ano de início



Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/>. Gráfico desenvolvido pelo autor.

4. FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL: APORTES CONCEITUAIS

Dentre as profissões que poderiam ser destacados como “do futuro”, o pesquisador Carlos Antônio Leite Brandão pontua, entre as já existentes no mercado que carecem de uma formação mais apurada, os produtores e gestores culturais (BRANDÃO, 2008:87). Registro, segundo o autor, de profissões que merecem ser mais bem focadas e sistematizadas, devido a sua atual relevância em contextos local e regional, e a enorme demanda de mão-de-obra exigida pelas atividades culturais.

Até que ponto a globalização e o neoliberalismo vêm desempenhando uma interferência na definição das políticas educacionais, implantando um pensamento único que visa a uma homogeneização na formação de um trabalhador pronto a atender às exigências do mercado?

A finalidade da universidade também desloca seu eixo. Se em suas origens essa instituição propunha-se ampliar os conhecimentos, de forma desinteressada e formar doutos para alimentarem o saber circunscrito a uma pequena casta, gradativamente veio incorporando as necessidades da sociedade moderna, liberal, voltada para o trabalho, agora com missão de realizar pesquisas nos múltiplos campos disciplinares que foram sendo criados a partir da especialização. Passou também a ter o compromisso de formar profissionais para atuarem nas também inúmeras profissões que foram se multiplicando com o crescente desenvolvimento científico e tecnológico verificado ao longo do século XX (SÁ, 2010:39-40).

A formação, de um modo geral, tem se tornado uma das premissas básicas para a atuação profissional na contemporaneidade, tendo como contexto a complexificação da divisão do trabalho e as mudanças tecnológicas que de algum modo transformaram a esfera da sociabilidade e a relação que temos com o conhecimento:

Hoje em dia, é cada vez menor o número de atividades que não necessitam de processos de formação específica para serem realizadas; por isso a formação é cada vez mais necessária e profunda à medida que as atividades (profissionais, sociais, e, inclusive, pessoais) tornam suas exigências mais complexas (ZABALZA, 2004:36).

Buscaremos, neste capítulo, para embasar o panorama de cursos que será apresentado em seguida; evidenciar um breve contexto na área da sociologia da educação, com

contribuições sobre um histórico da educação superior e seus enlaces contemporâneos (discutindo temas como “dom”, currículo, disciplinas, dentre outros).

4.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Entre o século XII e o século XVIII temos duas grandes inovações ocorridas no campo da educação na Europa Ocidental: a criação das universidades (corporação de mestres e alunos) e a organização e proliferação de colégios como lugar de formação de letrados. O aparecimento dessas formas escolares na Idade Média está fortemente ligado ao processo de reurbanização européia ocorrida a partir dos séculos X-XI. “A revitalização de centros urbanos, a ampliação de instituições especializadas na transmissão do conhecimento e a necessidade de disponibilizar textos escritos compuseram o conjunto dinâmico de novas redes de sociabilidade em constituição” (VEIGA, 2007:16).

Com a vida numa municipalidade, temos uma proliferação das corporações de ofícios comerciais ou artesanais, que, organizadas de forma sistemática, congregavam pessoas de um mesmo ofício que se submetiam a estatutos regimentais e tinham seus serviços legitimados por meio da corporação (VEIGA, 2007:17). Estatuto este que regulava as relações externas (com o poder municipal e o mercado, em questões como a venda e os preços dos produtos/serviços) e as relações internas (entre os seus membros, em questões como os vínculos entre os mestres e os aprendizes – os primeiros controlando o mercado profissional; proteção e guarda dos saberes).

Uma primeira corporação de estudos foi organizada no século XII na Europa, onde o objetivo era a transmissão de conhecimentos “desinteressados”, sem aplicabilidade imediata (VEIGA, 2007:18). Essa organização de alunos e professores numa corporação surge como uma tensão ao monopólio da educação que era exercido até então pela Igreja. “*Universitas studii* é a denominação de uma organização corporativa que faz funcionar o *studium* por meio de estatutos que garantem a sua autonomia, combatendo interferências externas” (VEIGA, 2007:21).

O pesquisador Jacques Verger (1990) elenca neste período três modalidades de universidade, de acordo com o seu modo de criação: as espontâneas, as formadas por

migração e as instituídas por autoridades religiosas ou da nobreza. As espontâneas eram criadas a partir de escolas pré-existentes, como a Universidade de Oxford (1214), a de Montpellier (1220) e a de Bolonha (1230). As universidades de migração eram feitas a partir da dissidência de mestres e alunos de outras universidades, como a Universidade de Pádua (1222) – dissidente da de Bolonha –, e a Universidade de Cambridge (1318) – dissidente da de Oxford. Já as universidades criadas por decreto das autoridades religiosas têm como exemplo a Universidade de Salamanca (1218), a de Nápoles (1224), a de Valladolid (1250) e a de Lisboa¹³² (1290).

As universidades apresentavam subdivisões administrativas chamadas de “nações” e “faculdades”. As nações representavam agrupamentos, pela origem geográfica do estudante, enquanto que as faculdades eram ligadas aos estudos:

As faculdades eram sobretudo divisões administrativas do *studium*, ligadas à *organização do ensino*. Havia quatro faculdades, dispostas segundo a hierarquia em dignidade dos diversos ramos do saber: as três faculdades superiores de Teologia, de Direito (canônico e civil) e de Medicina e a faculdade preparatória de Artes, onde se ensinavam artes liberais (VERGER, 1990:49).

O ensino nas universidades era, até então, essencialmente feito de forma oral – apenas a partir do século XV que o autodidatismo se desenvolve com a difusão de livros impressos. A dinâmica partia da premissa de que saber algo era saber o que certos autores autorizados haviam dito sobre determinada coisa, base seguida pela pedagogia escolástica (denominação para os clérigos vinculados ao ensino), num princípio de ausência das contradições (VEIGA, 2007:25).

No princípio a universidade não era uma associação de múltiplos saberes, da forma como a entendemos hoje, pois em geral os estudos eram dedicados apenas a alguma área do conhecimento, como o direito (única vinculação existente em Bolonha) e a medicina (única vinculação existente em Montpellier). A partir do século XIV buscou-se uma maior concentração dos estudos, relacionando esse fato a um crescimento significativo do número de alunos e mestres (VEIGA, 2007:23).

¹³² Transferida no ano de 1308 para Coimbra. http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_Lisboa (acesso em 31/12/2010).

As chamadas “artes liberais” se dividiam em *trivium* (gramática latina, dialética e retórica – as leis do pensar) e *quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música – as coisas do mundo). Seu ensino, que era realizado nas faculdades de Artes – conforme apontado na passagem anterior do pesquisador Jacques Verger –; foi sendo substituído no final da Idade Média pelos colégios, que a partir do século XVI se especializam como locais de ensino e se fixam como estágio para ingresso nos estudos superiores da maioria das universidades. Uma ruptura do modelo corporativo de mestres e alunos para a formação do modelo de uma instituição burocrática, numa gradação dos estudos (VEIGA, 2007:30).

Mudanças relativas ao poder na sociedade trouxeram também mudanças na concepção da educação e na relação com o conhecimento, fato que pode ser notado a partir do declínio do poder feudal e do movimento em favor dos Estados centrados na figura dos reis – os Estados nacionais absolutistas. Novas relações de interdependência entre os diferentes grupos sociais são instituídas, como podemos ver na passagem a seguir com o processo de monetarização da economia:

(...) a burguesia enriqueceu e passou a adquirir as terras dos nobres empobrecidos, a comprar ferramentas e maquinário e a desenvolver o mercado financeiro, além de instalar manufaturas numa lógica de produção diferente da das corporações. Nesse aspecto, as principais inovações foram o estabelecimento da divisão do trabalho e a contratação de trabalhadores remunerados sob o comando do patrão, o que levou à extinção das corporações de ofícios (...). Em oposição aos princípios de cooperação cristã até então vigentes, consolidava-se uma sociedade laica e individualista, que via na associação entre profissão e dinheiro a base para o sucesso ou fracasso na competição por oportunidades econômicas. Aos poucos a aquisição de conhecimento se tornara um importante diferencial para obtenção de prestígio na sociedade (VEIGA, 2007:33-34).

Novas relações entre os grupos sociais e a aquisição de conhecimento acarretam numa busca pela autonomia da abordagem pedagógica – numa tensão da base escolástica com o humanismo. O conhecimento não poderia ser simplesmente dado como algo completo, e a experimentação em relação à ciência representa uma inovação na área. Essas idéias integram o movimento chamado humanismo, que não teve espaço garantido nas universidades conservadoras e se organiza em sociedades científicas:

As associações eram regulamentadas por estatutos próprios que definiam, entre outros aspectos, as condições para ingresso e os horários das reuniões, que possuíam conteúdo eclético: matemática, geografia, cosmografia, cartografia, navegação, astronomia, botânica, química, línguas, política, economia, história (...). Assim, aos poucos, as universidades perdem o

monopólio do ensino superior. E, embora não conferissem graus, as academias passaram a desempenhar um papel relevante na produção e circulação dos novos saberes (...) desenvolveu-se uma gama de atividades que marcou o início da organização e profissionalização da atividade científica (VEIGA, 2007:36-37).

Os séculos XVI ao XVIII foram marcados por uma intensa busca de conhecimentos e novos saberes, reflexo de uma sociedade mais heterogênea onde os processos de diferenciação e distinção se ampliam. O poder político, a riqueza, o prestígio social e o conhecimento são os novos elementos distintivos, onde o diploma acaba por exercer nesse contexto uma distinção social:

O gosto desinteressado pela ciência, (...) a confiança no valor fecundo da discussão desapareceram e, com eles, a idéia, pela qual haviam lutado os mestres dos séculos XII e XII de que todo o homem que fosse capaz de fazê-lo tinha o direito de ensinar. (...) o saber será considerado como posse e tesouro; do mesmo modo de que as casas, as terras, os livros, ele se tornará um dos elementos do patrimônio familiar do doutor (VERGER, 1990:148).

4.2 ALGUNS APORTES DE GRAMSCI E BOURDIEU

O pensamento de Antônio Gramsci é uma importante referência para discutirmos a relação entre educação e trabalho. Antonio Gramsci observa em seu texto *A Organização da Escola e da Cultura* que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, numa mescla da ciência à vida, que toda a atividade prática tende a criar uma escola para formar os seus próprios especialistas (GRAMSCI, 1982:117). Além da formação chamada “humanista”, onde, de um ponto de vista tradicional, era desenvolvida uma cultura geral no indivíduo, foi criado um sistema de escolas de diferentes níveis para os diversos ramos profissionais.

Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ramos de investigação e de trabalho científico, para os quais poderão e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender (GRAMSCI, 1982:125-126).

Gramsci narra as mudanças vividas a partir da diferenciação entre uma escola clássica (que se destinava às classes dominantes e intelectuais), uma escola profissional (que instrumentalizava os trabalhadores) e uma escola técnica (profissional, mas não manual, para

um novo tipo de intelectual urbano pensado a partir do desenvolvimento industrial), numa tendência de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (GRAMSCI, 1982:118). A preparação deveria ser pensada tendo em vista um futuro profissional, no qual o destino do aluno e a sua futura atividade são pré-determinadas, num embate ao que anteriormente seria denominado de formação humanística.

Todo grupo social que possui função no mundo da produção elabora os seus intelectuais para dar uma maior homogeneidade e consciência da importância da função desta classe. O empresário capitalista, por exemplo, cria o técnico da indústria e os cientistas da economia política para favorecer a expansão da própria classe. Nas sociedades primitivas também a figura do intelectual estava representada pelos eclesiásticos, que dirigiram ideologicamente e representavam a aristocracia fundiária. Ao lado destes nasceram também categorias diferenciadas como os administradores, filósofos, cientistas, favorecidas pelos poderes das monarquias (GRAMSCI, 1982:06).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982:03).

Gramsci afirma que os intelectuais são um grupo social autônomo, com a função de porta-vozes dos grupos sociais ligados ao mundo da produção. O autor acredita que existem várias possibilidades no processo histórico de formação das categorias intelectuais, destacando duas consideradas mais importantes: 1) o grupo social que nasce de uma função essencial no mundo da produção econômica, representado pelo empresário; e 2) o grupo social surgido a partir da estrutura econômica anterior e que não muda com a continuidade histórica – categoria claramente expressa nos eclesiásticos (GRAMSCI, 1982:04-05).

Para Gramsci todo e qualquer ser humano é um intelectual (com sua visão do mundo, filosofia do mundo, relacionando causa e efeito), mas nem todos desempenham funções intelectuais:

Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico e de que mesmo a expressão de Taylor, “gorila amestrado”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e

degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). (...) Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1982:07).

A pesquisadora Linda Rubim, em seu texto *Produção Cultural* (RUBIM, 2005:14), retoma as idéias de Gramsci ao elaborar uma tipologia dos intelectuais para retratar um sistema cultural – já apresentado no primeiro capítulo –, a partir de três movimentos: criação (artistas e cientistas); transmissão/divulgação (educadores e profissionais de comunicação); organização (gestores e produtores culturais). “De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus (...): no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores” (GRAMSCI, 1982:11).

Já o sociólogo Pierre Bourdieu apresenta outras análises sobre a sociologia da educação e da cultura que renovaram o pensamento sociológico sobre os papéis e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas, e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos sociais com a escola e o saber. Bourdieu traz no seu texto *A Escola conservadora: as desigualdades frentes à escola e à cultura* uma crítica ao mito do “dom” (entendido também como aptidões inatas, talento ou vocações), rompendo com explicações fundadas em aptidões naturais e individuais (BOURDIEU, 2010:59). Com isso é formulado o conceito de capital cultural (o qual se define como uma herança puramente social constituída por um conjunto de conhecimentos), para dar conta de possíveis desigualdades do desempenho escolar de grupos oriundos de diferentes classes sociais: “uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das ‘aptidões’ naturais, quanto às teorias do ‘capital humano’” (BOURDIEU, 2010:09).

Capital cultural que, segundo Bourdieu (2010:74), pode existir segundo três formas: 1) no estado incorporado (através de disposições duráveis, onde a acumulação pressupõe um estado de assimilação pelo tempo e pelo investimento pessoal); 2) no estado objetivado (através de bens culturais, adquiridos através do capital econômico); e 3) no estado institucionalizado (através da materialização dada pelos diplomas).

Através do capital cultural é possível posicionar a questão das funções sociais do sistema de ensino e as relações mantidas com o sistema econômico, e nessa questão a relação

entre o diploma – certidão de competência que “*institui* o capital cultural pela magia coletiva” (BOURDIEU, 2010:10) – e o cargo. Segundo Bourdieu, certas diferenças nominais podem servir para manter identidades reais, a lógica dos que “desempenham o papel de...”.

A correspondência entre saberes hierarquizados (de maneira mais ou menos arbitrária, segundo as áreas e as disciplinas) e os diplomas, por sua vez, hierarquizados faz com que a posse, por exemplo, do diploma escolar mais elevado garanta, supostamente, por implicação, a posse de todos os conhecimentos garantidos pelos títulos de nível inferior ou, ainda, faz com que dois indivíduos no exercício da mesma função e dotados das mesmas competências úteis, ou seja, diretamente necessárias para o exercício de suas funções, apesar de providos de diplomas diferentes, tenham todas as oportunidades de estar separados por uma diferença de estatuto (e, é claro, de tratamento): tudo isso em nome da idéia segundo a qual a competência outorgada pelos diplomas mais elevados pode garantir, por si só, o acesso aos conhecimentos (...) que se encontram na origem de todos os saberes práticos ou aplicados (BOURDIEU, 2007b:307).

Dessa forma o produto da mudança do aparelho de produção dos agentes (a formação através do sistema de ensino) depende da transformação da estrutura dos postos de trabalho (o aparelho econômico), e vice-versa. Não há apenas um determinismo tecnológico, onde a partir da mudança estrutural de uma máquina/tecnologia teríamos o princípio da mudança da profissão dos agentes ao seu serviço, já que o sistema de ensino possui uma autonomia relativa. Bourdieu relaciona o jogo entre o sistema de ensino e o aparelho econômico na medida em que temos uma maior incorporação de capital cultural, sendo que com uma crescente complexidade nesta relação temos o sistema de ensino como dominante na produção de agentes.

É necessário escapar aos dois tipos de redução: é o jogo entre as mudanças do aparelho de produção e as mudanças do sistema de ensino que está na origem das defasagens entre os habitus e as estruturas (...) a escola tende a ocupar um lugar cada vez mais importante na medida em que o aparelho econômico se desenvolve e ganha uma complexidade cada vez maior (BOURDIEU, 2010:130).

O sistema de ensino desempenha um importante papel, na regulação da distinção social do diploma, nos conflitos que se desenrolam entre os contratantes do aparelho econômico e os formados sobre quatro diferentes aspectos: 1) a definição do cargo, as tarefas que seus ocupantes devem executar e também, ao mesmo tempo, as que eles podem recusar; 2) as condições de acesso ao cargo, as propriedades que devem possuir seus ocupantes; 3) a remuneração oferecida aos ocupantes do cargo e o lugar dessa remuneração numa hierarquia de remunerações; e 4) o nome do cargo ou da posição (BOURDIEU, 2010:141).

Essa luta está institucionalizada nas instâncias de negociação coletiva que produzem as convenções coletivas que legalizam os sistemas de classificação estabelecidos e fixam um estado garantido da relação de força entre as classes a respeito do sistema de classificação (BOURDIEU, 2010:142).

O desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar nas sociedades, surgidas a partir do mundo medieval, indica, segundo Gramsci, a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: “assim como se buscou aprofundar e ampliar a ‘intelectualidade’ de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las” (GRAMSCI, 1982:09). Tanto Gramsci quanto Bourdieu trazem na pauta de discussões sobre educação e formação a questão da acumulação de diplomas numa mesma área, gerada a partir de uma capacitação em larga escala.

A distinção da posse do diploma, restrita a certas classes em certos momentos históricos, passa a ser viável para outras camadas da população. A formação em massa “estandardizou os indivíduos, na qualificação intelectual e na psicologia, determinando os mesmos fenômenos que ocorrem em todas as outras massas estandardizadas: concorrência (que coloca a necessidade da organização profissional de defesa), desemprego, superprodução escolar, emigração, etc.” (GRAMSCI, 1982:12). Para Bourdieu (2010:161), numa fase de inflação de diplomas, teríamos uma “geração enganada”, afetada por uma defasagem entre as aspirações que o sistema de ensino produz e as oportunidades que ele realmente oferece.

Esse efeito de depreciação relativa, oriundo da multiplicação e contingente de diplomados, leva a uma intensificação da utilização da escola, por parte das categorias já – anteriormente – utilizadoras dela, e uma decepção, por parte dos novos utilizadores, no que se refere às aspirações que nutriam em relação às credenciais escolares obtidas. É no seio destes últimos que o processo de desvalorização faz suas maiores vítimas, pois que, em geral, são privados de outras espécies de capital (em particular, o capital social), capazes de rentabilizar seu certificado escolar (NOGUEIRA e CATANI, 2010:12).

Ao nos apropriarmos das noções apresentadas acima por Gramsci e Bourdieu, podemos perceber que em relação à formação em organização da cultura esse fato sociológico ainda não seria o de maior evidência. Estamos num período anterior, onde ao invés de uma “inflação” de diplomas temos uma real escassez, conforme podemos aferir com o mapeamento realizado no Brasil. Estaríamos ainda no momento de busca por estandardizações, num campo ainda carente de maiores definições sobre a sua própria conformação/formação.

(...) quanto mais fluídas e incertas forem a definição do diploma e a do cargo, portanto, sua relação, como no caso das novas profissões (...), mas espaço sobre para estratégias de blefe; mais possibilidade terão, por exemplo, os detentores de capital social (...), de obter um bom rendimento elevado de seu capital escolar (BOURDIEU, 2010:134).

Ao levarmos a noção de “inflação” para outros campos de análise, podemos ter um paralelo interessante para pensarmos o momento atual da formação em organização da cultura, objeto principal desta tese. Se pensarmos, por exemplo, na formação universitária na área de direito no Brasil, podemos perceber que a mesma se confunde com a história da formação universitária no país. Atualmente temos uma área que sofre de uma grande acumulação de instituições capazes de outorgar tal diploma, que formam, a cada ano, uma quantidade razoável de novos bacharéis em direito. Para poder medir a qualidade dessa concorrência não basta se formar numa dessas instituições. O detentor do diploma de direito não tem a liberdade de assumir a função de advogado após a formação, é preciso ainda passar por um exame da Ordem de Advogados do Brasil, órgão que regula a atuação profissional na área. Temos aqui outro momento, onde para além do reconhecimento, fato que o campo da organização da cultura ainda precede, temos a questão da regulamentação profissional. Regulamentação essa que dialoga com uma formação com outro trajeto histórico, que já discute tal relação há um tempo maior do realizado pela profissionalização em relação à cultura.

4.3 CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O pesquisador Miguel A. Zabalza ao analisar a universidade na contemporaneidade elabora um modelo que identifica quatro grandes eixos da atuação formativa, separados de forma “interna” (pelo contexto institucional, conteúdos dos cursos/currículo, professores e alunos) e “externa” (pelas políticas de educação superior, avanços da ciência, cultura e pesquisa, colégios profissionais/mundo profissional e mercado de trabalho). Os eixos se entrecruzam, podendo ser analisados na relação universidade/política universitária, currículo/avanços da ciência, professores/mundo profissional e estudantes/mercado de trabalho (ZABALZA, 2004:09-10).

Zabalza faz referências ao novo sentido atribuído à universidade e as profundas modificações que a instituição vem sofrendo, relacionando com as mudanças políticas, sociais

e econômicas das últimas décadas. O autor destaca (ZABALZA, 2004:25), entre as mudanças no sentido social atribuído às universidades, a passagem de uma realidade marginal na dinâmica social (o que lhes permitia manter um alto grau de autonomia e autogestão sem quase ter que prestar contas a ninguém) para uma realidade de plena inserção na dinâmica central da sociedade e de participação em suas proposições, de modo análogo ao exposto no trabalho do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1989).

Boaventura de Sousa Santos (1989:11) apresenta no seu trabalho *Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias* uma reflexão sobre a dicotomia existente entre as noções de educação e trabalho e a teoria e a prática no ensino universitário, como manifestações da crise atual da sua centralidade, legitimidade e estabilidade institucional. A partir daí elabora a uma série de teses para guiar uma universidade pautada pela “ciência pós-moderna”, como uma possibilidade de transformação das estruturas já corroídas por essas dicotomias.

A exigência posta no trabalho universitário, a excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da actividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objectivos fizeram da universidade uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites. Essa concepção de universidade (...), entrou em crise no pós-guerra e sobretudo a partir dos anos sessenta (SANTOS, 1989:17-18).

A dicotomia entre educação e trabalho, segundo Santos, significava a existência de dois mundos com pouco ou nenhuma comunicação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho (SANTOS, 1989:20). Essa questão marcava a centralidade já apresentada da universidade no século XIX, enquanto espaço privilegiado da produção de uma “alta cultura”. A mudança dessa dicotomia trouxe diferenças na relação desses dois termos, onde a educação passa a ser direcionada para o trabalho e o ensino de conhecimentos utilitários. Da mesma forma que o trabalho, inicialmente inerente ao desempenho de uma força física, passa a se conectar com o intelectual numa formação profissional. “A educação cindiu-se entre a cultura geral e a formação profissional e o trabalho, entre o trabalho não-qualificado e o trabalho qualificado” (SANTOS, 1989:21). Processo que precisou ser compatibilizado no interior das universidades, na relação entre uma educação humanística e a formação profissional.

A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação

permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, bem como o aumento da percentagem de adultos e de trabalhadores-estudantes entre a população estudantil. (...), a própria concepção de trabalho tem vindo a alterar-se no sentido de tornar mais ténue a ligação entre trabalho e emprego, fazendo com que o investimento na formação deixe de ter sentido enquanto investimento num dado emprego (SANTOS, 1989:22).

Já a dicotomia entre teoria e prática traz consigo um dos objetivos das universidades, que é o de ser um espaço privilegiado de investigação. Tal relação, que fixava a universidade numa esfera teórica, entrou em crise no pós-guerra e foi confrontada com a reivindicação do envolvimento da universidade e do conhecimento por ela produzido na resolução de problemas económicos e sociais. “As mesmas condições que, no domínio da educação, reclamaram mais formação profissional reclamaram, no domínio da investigação, o privilegiamento da investigação aplicada” (SANTOS, 1989:25).

O reitor da Universidade Federal da Bahia (reitorado de 2002 até o ano de 2010) Naomar de Almeida Filho também analisa as relações contemporâneas da universidade ao ser um dos idealizadores do movimento sobre a criação de uma universidade nova no Brasil: “É chegada a hora de construir um tipo diferente e renovado de instituição universitária, capaz de atuar como instrumento eficiente de internacionalização da educação superior, orientado para o desenvolvimento com justiça e bem-estar social” (ALMEIDA FILHO, 2008:111). Ao longo do seu trabalho narra dois modelos vigentes de estrutura curricular nas universidades na atualidade: o modelo norte-americano (de *college* e *graduate schools*) e o modelo europeu unificado (Processo de Bolonha); para depois propor um terceiro modelo num intercâmbio da rede universitária brasileira e a matriz intelectual europeia. Em relação ao modelo (ou a falta de um modelo) de educação superior predominante no Brasil, Almeida Filho (2008:149) aponta, de forma crítica, que a sua estrutura curricular resulta de:

- a) Uma concepção linear e fragmentadora do conhecimento;
- b) Modelos superados de formação profissional e académica;
- c) Reformas universitárias incompletas (ou frustradas); e
- d) Desregulamentação da educação superior.

Em relação ao primeiro ponto, da concepção linear e fragmentada do conhecimento, podemos perceber atualmente o ingresso de outros termos que buscam designar outro tipo de relação disciplinar (por sinal estamos num programa de pós-graduação que leva um desses termos em seu nome). Segundo Almeida Filho:

No plano epistemológico, em seqüência, a multiplicação de aportes disciplinares sobre objetos e temáticas convergentes, a busca de interfaces e conexões entre disciplinas e a experimentação de trânsitos de sujeitos entre campos de conhecimento distintos permitiram a conformação de alternativas designadas respectivamente multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (ALMEIDA FILHO, 2008:170).

Outro autor que aborda a relação da interdisciplinaridade é o sociólogo Yves Lenoir (2005), ao retomar o conceito a partir de três eixos: 1) o questionamento de certezas que a ciência havia admitido até então e a sua expansão conduziram a uma nova exploração das fronteiras das disciplinas científicas e suas zonas intermediárias, num cuidado em organizar os saberes científicos e em evitar a sua subdivisão; 2) a tentativa de integração dos saberes disciplinares em função de um processo de apreensão de um real em mutação e de resolução dos problemas do mundo contemporâneo, caracterizado por sua extrema complexidade, num processo fortemente ligado aos movimentos sociais; e 3) a ligação direta com a ampliação da atividade profissional cotidiana e ao fenômeno da mundialização, onde a interdisciplinaridade não se refere a uma categoria de conhecimento, mas sim de ação (LENOIR, 2005:06-07). “As disciplinas científicas são agora entendidas como construções arbitrárias, historicamente situadas e marcadas por preocupações sociais do momento” (LENOIR, 2005:08).

A questão do conhecimento *mit* (multi-inter-transdisciplinar) é posta em xeque quando tratamos especificamente sobre a formação em organização da cultura. A formação nessa área não busca fundar uma nova disciplina, não busca classificar ou encaixotar a relação técnica do trabalho realizado com conhecimentos formados a partir de uma nova área. Ao contrário, busca-se a relação de diversos outros campos do conhecimento de interesse, tais como: direito, economia, comunicação, artes, administração etc. “(...) algumas áreas do conhecimento são essenciais para uma formação consistente [do profissional de cultura], (...). Incluem-se aí Sociologia, Educação, Comunicação, Economia, Administração e Direito” (CUNHA, 2003:105).

As instituições que se propõem a trabalhar com a formação acadêmica ou com cursos de extensão devem estar cientes que necessitarão de um arcabouço de informações que

valorizem a multidisciplinaridade, inerente ao profissional da área. Algumas áreas do conhecimento são essenciais para uma formação consistente, que devem ser levadas em consideração ao se organizar um curso visando à capacitação profissional para o setor cultural, por exemplo.

4.3.1 Questões curriculares...

Outras questões que se posicionam frente a uma discussão sobre formação são relativas aos currículos dos cursos, ou seja, à organização do ensino. Como estamos num campo em formação, que encontra uma série de fronteiras tênues com outras áreas do conhecimento, não temos um estabelecimento de um currículo mínimo para a formação em organização da cultura. Temos experiências, as mais antigas na área de graduação no Brasil iniciadas na metade da década de 1990, que podem apresentar alguns parâmetros para essa discussão curricular. Em outras áreas, como no curso de comunicação social, temos alguns trabalhos que buscam discutir a relação entre diretrizes curriculares e a qualificação da formação, tendo em vista o exercício profissional estabelecido previamente por uma legislação e considerando a necessidade de um critério uniforme na avaliação da competência dos profissionais¹³³ (MOURA, 2002). O estabelecimento de currículos mínimos suscita significativa polêmica, em decorrência da possível diversidade de características singulares quanto aos objetivos e as necessidades dos locais de funcionamento de cada curso. Lembrando que uma discussão sobre currículo mínimo não traz à tona a abrangência de abordagens e os possíveis procedimentos de ensino a serem adotados, dando margens a uma diversificação do conteúdo programático (não sendo simplesmente um engessamento teórico-técnico).

De um modo geral, o estabelecimento de um currículo mínimo na formação busca que os graduados de uma área possam ter um embasamento condizente com as atribuições específicas das suas profissões (MOURA, 2002:15). Os livros sobre currículos, que antes da década de 1980 poderiam ser identificados prioritariamente como manuais, relacionando aspectos técnicos e metodológicos, deram lugar às preocupações com enfoques de ordem

¹³³ No caso do jornalismo temos o Decreto-Lei de nº 972, de 17 de outubro de 1969, e o Decreto de nº 83.284, de 13 de março de 1979, que orienta o exercício profissional. <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1969/972.htm> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm (acesso em 19/08/2010).

sociológica, humanista e fenomenológica, tendências que ampliaram os estudos na área (MOURA, 2002:27).

O pesquisador da área de educação Antonio Flavio Barbosa Moreira elenca três tendências para contextualizar a discussão contemporânea sobre os currículos, entre elas: técnico-linear, circular-consensual, e dinâmica-dialógica (MOREIRA, 1990). De um modo resumido, a tendência técnico-linear busca maximizar o rendimento educacional do ponto de vista técnico, onde o currículo é organizado através de disciplinas que visam às atividades específicas das áreas profissionais. A tendência circular-consensual tem um enfoque humanista, com um currículo centrado na relação entre as pessoas, numa construção a partir das experiências e necessidades individuais para a socialização. Por último, a tendência dinâmica-dialógica busca libertar as pessoas dos condicionamentos através do conhecimento, uma emancipação que resgata os conteúdos a partir de uma visão crítica. A construção curricular se dá a partir de conteúdos provocadores de uma transformação social.

A partir das tendências expostas sobre o currículo podemos tecer uma análise da passagem entre um conhecimento que seria dado de forma técnica e um conhecimento que é discutido de forma crítica e dinâmica, numa valorização das práticas formativas. De um modo semelhante vemos a crítica sobre formação que é colocada pelo pesquisador português Manuel Santos e Matos, ao abordar que:

A entrada para a formação pela experiência vivida através da subjectivização crítica representa uma opção que é uma alternativa tanto ao modelo de formação clássico pelo conhecimento pré-activo, centrado sobre as funções do sistema, como ao modelo científico-técnico de tipo pericial, regido pelo princípio da administração racionalizada de saberes, produzidos segundo protocolos observacionais asseptizados e individualmente apropriáveis com vista à sua aplicação prática (MATOS, 1999:12).

Na relação entre teoria e prática podemos perceber que a prática profissional é um conhecimento institucional, representado por normas e valores, que corresponde a uma intencionalidade criada pelos próprios agentes do sistema. Desse modo: “A formação (...) é, fundamentalmente, a de valorização da experiência vivida como um processo intersubjectivo” (MATOS, 1999:08).

4.3.2 Questões legislativas...

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹³⁴, a educação superior tem entre as suas finalidades:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (...)

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração (...); (MEC, 1996:16).

Na LDB as universidades são entendidas como:

Art. 52º. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (...); (MEC, 1996:18-19).

Ainda no quarto capítulo, que versa sobre a educação superior, o artigo de número 53 elenca entre as atribuições das universidades: “II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (MEC, 1996:19).

No que tange a definição dos diferentes tipos e níveis de formação da educação superior, apresentamos abaixo a abrangência descrita pela LDB:

Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós -graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos

¹³⁴ <http://pt.wikipedia.org/wiki/LDB> (acesso em 21/08/2010).

diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (MEC, 1996:17).

Podemos perceber, nos diferentes tipos de cursos, a existência de cursos seqüenciais, modalidade não tão utilizada hoje em dia e que se assemelha aos cursos tecnológicos pelo aspecto da sua curta duração. De acordo com a portaria de nº 4.363, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos seqüenciais da educação superior, os cursos seqüenciais são integrantes de uma formação superior, mas o aluno que cursar esse nível de formação estaria apto apenas a continuar os estudos numa especialização, e não em cursos de mestrado e doutorado – diferente da carreira acadêmica de uma graduação ou de uma graduação tecnológica. “Art. 2º. Os cursos superiores de formação específica reconhecidos conduzem à obtenção de diploma de curso superior (...). Parágrafo Único. O diploma expedido (...) habilita seus portadores a cursar regularmente cursos de especialização” (MEC, 2004:02).

Os cursos de graduação tecnológica, não apontados num primeiro momento na LDB de 1996, são cursos superiores que possuem em seu projeto pedagógico os elementos para uma formação profissionalizante dentro de uma linha específica de conhecimento (sem um caráter generalista), de um modo mais denso do que o proposto nos cursos seqüenciais. Conforme podemos aferir na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 03, de 18 de dezembro de 2002:

Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. (...)

Art. 6º A organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. (...)

Art. 7º Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico (MEC, 2002:01).

Os cursos tecnológicos têm como principal objetivo formar profissionais para o mercado de trabalho, apesar de permitir aos formandos, segundo a própria legislação, o ingresso em cursos de mestrado e doutorado, desde que obedecidas as especificidades de cada programa. Inicialmente os cursos tecnológicos não estavam presentes na LDB de 1996, mas foram incluídos na legislação a partir da Lei nº 11.741, de 2008, no Capítulo III, da Educação Profissional, conforme inciso: “III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (MEC, 2008).

O documento que serviu como diretriz para a criação dos cursos tecnológicos foi o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), de nº 436/2001, aprovado em 02 de abril de 2001. Nele temos a justificativa da criação da formação de tecnólogos para suprir uma educação voltada para o trabalho num cenário econômico e produtivo que se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços (MEC, 2001:01). No parecer temos uma das áreas profissionais com a denominação de “Artes”, caracterizada da seguinte forma:

Compreende atividades de criação, desenvolvimento, difusão e conservação de bens culturais, de idéias e de entretenimento. A produção artística caracteriza-se pela organização, formatação, criação de linguagens (sonora, cênica, plástica), bem como pela sua preservação, interpretação e utilização eficaz e estética. Os processos de produção na área estão voltados para a geração de produtos visuais, sonoros, audiovisuais, impressos, verbais e não verbais. Destinam-se a informar e a promover a cultura e o lazer pelo teatro, música, dança, escultura, pintura, arquitetura, circo, cinema e outros (MEC, 2001:18).

Atualmente os cursos de graduação tecnológica no campo da organização da cultura estão inseridos em “Produção Cultural e Design”, identificada como uma área que:

(...) Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, idéias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais. Tais atividades exigem criatividade e inovação com critérios sócioéticos, culturais e ambientais, otimizando os aspectos estético, formal, semântico e funcional, adequando-os aos conceitos de expressão, informação e comunicação, em sintonia com o mercado e as necessidades do usuário.¹³⁵

Dentro dessa área teríamos como exemplos de cursos citados pelo MEC: Produção audiovisual, Produção cultural, Produção cênica e Produção fonográfica. O tecnólogo em

¹³⁵ http://catalogo.mec.gov.br/index.php?pagina=area_cursos&curso=3 (acesso em 02/11/2009).

produção cultural, após uma formação mínima de 2.400 horas, segundo o MEC, estaria apto a atuar:

(...) na produção, organização e promoção de eventos, projetos e produtos artísticos, e culturais, esportivos e de divulgação científica, desenvolvendo ações que perpassam todas as etapas desse processo: pesquisa, planejamento, marketing, captação de recursos, execução, controle, avaliação e promoção de qualquer evento ou produtos de interesse da área, tais como: shows, espetáculos de teatro, de música, de dança, artes visuais, produções cinematográficas, televisivas e de rádio, festivais, mostras, eventos e exposições, entre outros, tanto em instituições públicas como privadas. Esse profissional deverá exercitar em seu cotidiano a reflexão crítica acerca da produção artística e cultural no país e no exterior, estimulando e contribuindo para a promoção de novos mercados e potencialidades criativas e expressivas no cenário da cultura, da arte, da divulgação científica e do esporte.¹³⁶

Já os cursos técnicos, não apontados como cursos superiores, normalmente são destinados para os alunos que estão finalizando o curso de nível médio e não buscam uma formação superior, ingressando no mercado de trabalho como profissionais em nível médio. Os cursos técnicos de nível médio foram incluídos na LDB também a partir da Lei nº 11.741, de 2008. Esses cursos oferecem uma formação mais simplificada em comparação com os cursos tecnológicos, pensados como uma complementação profissionalizante para técnicos de nível médio. No campo da formação em organização da cultura temos como exemplo nacional dessa formação o ProJovem¹³⁷ Urbano – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹³⁸, ligado a Secretaria Nacional da Juventude, onde na área de “Arte e Cultura I” temos uma formação técnica para Assistente de Produção Cultural.

Outro exemplo se refere ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que dispõe de um curso técnico em Gestão Cultural¹³⁹ – campo pouco explorado de formação como vimos no terceiro capítulo. Opção diferenciada em relação aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, que oferecem graduações tecnológicas na área – experiências que serão apresentadas

¹³⁶ http://catalogo.mec.gov.br/index.php?pagina=desc_cursos&id=100&cu (acesso em 02/11/2009).

¹³⁷ “A qualificação profissional do ProJovem é composta por uma base técnica geral, onde todos os alunos têm uma preparação comum que abarca um grupo de conhecimentos gerais para o trabalho e uma base técnica específica onde os participantes têm aulas de conhecimentos típicos de um determinado arco de ocupações” (LORDELO et al., 2008:135).

¹³⁸ <http://www.projovemurbano.gov.br/site/> (acesso em 22/08/2010).

¹³⁹ http://www.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=175 (acesso em 22/08/2010).

no panorama de cursos de graduação plena e de cursos de graduação tecnológica do próximo capítulo.

5. PANORAMA DA FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL

Buscaremos, neste capítulo, evidenciar a relação da formação em organização da cultura no Brasil através de um panorama do ensino superior, mas especificamente de cursos de graduação plena e de cursos de graduação tecnológica. Essa escolha se deu devido ao maior grau de continuidade e relevância dessas experiências no contexto da formação, tendo em vista os dados coletados com o mapeamento – terceiro capítulo desta tese –; algo fundamental para desenvolver e consolidar uma área acadêmica e profissional.

5.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO E TECNOLÓGICOS

Para aprofundarmos a análise sobre a formação em organização da cultura passaremos ao panorama de cursos de graduação e tecnológicos previamente mapeados no terceiro capítulo. Traremos primeiramente uma descrição das experiências, através dos dados coletados, para depois traçarmos uma análise comparativa. A análise comparativa poderá elucidar se temos alguma organização em comum (sem pensar num engessamento) das formações, através da normalização de certos conteúdos (aspectos do conhecimento *mit*), tempo de duração e outras informações de interesse. Serão objeto desse estudo apenas os cursos de graduação plena e de graduação tecnológica que estavam em funcionamento no ano de 2010.

A acentuada diferença da quantidade de cursos de graduação plena (cinco) e de cursos de graduação tecnológica (12) pode ser compreendida através dessa breve passagem do sociólogo Boaventura de Sousa Santos:

(...) é hoje evidente que a universidade não consegue manter sob o seu controle a educação profissional. A seu lado, multiplicam-se instituições de menores dimensões, maior flexibilidade e maior proximidade ao espaço da produção com oferta maleável de formação profissional cada vez mais volátil (SANTOS, 1989:23).

A seguir listamos os cursos que serão estudados neste capítulo, cuja predominância é do campo de produção cultural:

TABELA 2: Cursos de graduação plena mapeados

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Ciências Sociais - Produção e Política Cultural</u>	<u>IH - Instituto de Humanidades</u>	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro
<u>Ciências Sociais com concentração em Cultura e Sociedade</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro
<u>Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura</u>	<u>FACOM - Faculdade de Comunicação</u>	<u>UFBA - Universidade Federal da Bahia</u>	Bahia
<u>Produção Cultural</u>	<u>Instituto Superior de Educação</u>	<u>UNEC - Centro Universitário de Caratinga</u>	Minas Gerais
<u>Produção Cultural</u>	<u>IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social</u>	<u>UFF - Universidade Federal Fluminense</u>	Rio de Janeiro

Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 20/04/2010).

TABELA 3: Cursos de graduação tecnológica mapeados

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Formação de Produtores e Músicos de Rock</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	Rio Grande do Sul
<u>Gestão Cultural</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	Rio Grande do Sul
<u>Gestão de Eventos</u>	<u>UNIFACS - Universidade Salvador</u>	<u>UNIFACS - Universidade Salvador</u>	Bahia
<u>Gestão e Produção de Eventos Culturais</u>	<u>CESFE - Centro de Estudos Superiores de Formação Específica</u>	<u>UNAMA - Universidade da Amazônia</u>	Pará
<u>Produção Audiovisual</u>	<u>FIB - Faculdades Integradas de Bauru</u>	<u>FIB - Faculdades Integradas de Bauru</u>	São Paulo
<u>Produção Cultural</u>	<u>Faculdade de Artes Plásticas</u>	<u>FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado</u>	São Paulo
<u>Produção Cultural</u>	<u>IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</u>	<u>IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção Cultural</u>	<u>Unidade Natal</u>	<u>IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte</u>	Rio Grande do Norte
<u>Produção Cultural</u>	<u>UNICID - Universidade Cidade de São Paulo</u>	<u>UNICID - Universidade Cidade de São Paulo</u>	São Paulo
<u>Produção Fonográfica</u>	<u>Centro de Educação e Comunicação</u>	<u>UCPEL - Universidade Católica de Pelotas</u>	Rio Grande do Sul
<u>Produção Fonográfica</u>	<u>Universidade Politécnica</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção Musical (Tecnologia e Linguagem Musical)</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	São Paulo

Fonte: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/> (acesso em 20/04/2010).

5.1.1 Ciências Sociais – Produção e Política Cultural – Universidade Cândido Mendes

O bacharelado, reconhecido no ano de 2006, tem entre os seus objetivos a formação de “profissionais para atuar de forma reflexiva e empreendedora no universo da produção de cultura”¹⁴⁰, assinalando entre as atividades desse futuro profissional a “elaboração, captação, gestão e realização de projetos culturais”. O curso tem uma duração total de 2.400 horas, dividido em seis semestres, e está ligado a uma instituição privada de ensino – o Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM). O curso é coordenado pela professora Ana Ferguson.

A estrutura curricular desse curso está dividida em ciclo de formação profissional e ciclo de formação geral, com apenas duas opções de disciplinas eletivas e optativas (uma no quinto e outra no sexto semestre). No primeiro período as disciplinas são: História da Arte; Cultura Popular Brasileira; Artes Cênicas; Imagem e Comunicação; Políticas Culturais I; e Português I. No segundo período são ministradas as disciplinas: Cultura e Cidadania; Direito Autoral e Empresarial; Antropologia I; História do Brasil Contemporâneo; Patrimônio Cultural; e Português II. No terceiro período são ministradas as disciplinas: Literatura Brasileira I; Produção de Ações Culturais; Sociologia I; História do Tempo Presente; Políticas Culturais II; e Teoria do Conhecimento. No quarto período são ministradas as disciplinas: Artes Plásticas; Gestão Financeira I; *Marketing* Cultural; Administração de Organizações Culturais; Elaboração e Gestão de Projetos I; e Metodologia de Pesquisa. No quinto período são ministradas as disciplinas: Música; Artes Audiovisuais; Captação de Recursos; Produção Executiva; e Novas Tecnologias. Por último, no sexto período, são ministradas as disciplinas: Comunicação e Ação Cultural; Gestão Financeira II; Curadoria de Arte; Turismo Cultural; Elaboração e Gestão de Projetos II; e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Antes do ano de 2006 a UCAM oferecia o curso superior de tecnologia em Produção e *Marketing* Cultural, que depois foi reformulado para a criação do curso de graduação plena em Produção e Política Cultural. Atualmente são oferecidas 30 vagas por semestre na admissão para o curso.

¹⁴⁰ <http://www.candidomendes.br/ensino/graduacao/detalhe.asp?id=32> (acesso em 21/08/2010).

5.1.2 Ciências Sociais com concentração em Cultura e Sociedade – Fundação Getúlio Vargas

O curso de Ciências Sociais é oferecido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A área de Cultura e Sociedade é uma das três opções que o aluno tem para dar ênfase na sua graduação – além de Política e Sociedade e Relações Internacionais: “nesta área de concentração específica, o aluno será familiarizado com as principais questões ligadas à produção, preservação e difusão de bens culturais”¹⁴¹. O curso tem uma duração mínima de oito semestres, com carga horária total de 2.820 horas, e são oferecidas 50 vagas através do processo seletivo¹⁴². As atividades do curso foram iniciadas no primeiro semestre de 2006, e a formação busca:

(...) fornecer [aos alunos] instrumentos para que possam atuar na vida prática, nas mais diversas instituições políticas, culturais e sociais do país. A formação pluralista do curso permitirá ao jovem decidir entre a carreira acadêmica e um trabalho de intervenção social mais direta, seja em projetos ligados a bens culturais e à memória, seja em consultorias e assessorias políticas, seja em pesquisas de opinião.¹⁴³

Entre as disciplinas podemos elencar as de base comum aos cursos de ciências sociais: Introdução às Ciências Sociais; Antropologia 1, 2 e 3; Sociologia 1, 2 e 3; Ciência Política 1, 2 e 3; Métodos e Técnicas de Pesquisa 1, 2, 3 e 4; Filosofia 1 e 2; Introdução ao Estudo da História; dentre outras. Destacamos ainda as disciplinas optativas da ênfase em Cultura e Sociedade, área de concentração relacionada à organização da cultura: Tópicos Especiais em Bens Culturais, Memória e Sociedade; Patrimônio Histórico e Cultural; Arte e Sociedade; Lazer e Turismo; Instituições Culturais e de Memória; e Imagem, História e Sociedade.

5.1.3 Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura – Universidade Federal da Bahia

O bacharelado, um dos primeiros criados no Brasil – com a primeira turma iniciada no ano de 1996 –; coloca como possíveis ações do profissional formado “planejar, produzir e

¹⁴¹ http://www.cpdoc.fgv.br/cursos/htm/grdcs_apresentacao.htm (acesso em 20/04/2008).

¹⁴² http://www.fgv.br/vestibular/download/Manual_RJ.pdf (acesso em 19/01/2011).

¹⁴³ http://www.cpdoc.fgv.br/cursos/htm/grdcs_apresentacao.htm (acesso em 20/04/2008).

realizar atividades culturais e comunicacionais, sob variadas formatações, sendo tais programas realizados diretamente pelos mídia”¹⁴⁴. O curso tem duração mínima de oito e máxima de 14 semestres, com carga horária de 2.700 horas, sendo oferecidas 30 vagas por semestre no processo seletivo (vestibular) desde o ano de 2008.

Entre as disciplinas obrigatórias, podemos dividir o currículo na área de concentração e na área de comunicação. São disciplinas específicas do curso: Políticas da Cultura e Comunicação (primeiro semestre), *Marketing* e Divulgações Culturais (segundo semestre), Oficina de Produção Cultural (terceiro semestre), Oficina de Análise de Públicos e Mercados Culturais (quarto semestre), Oficina de Planejamento e Elaboração de Projetos Culturais (sexto semestre) e Oficina de Gestão Cultural (sétimo semestre). As outras disciplinas são comuns à grade de Comunicação, sendo ofertadas em conjunto aos alunos do curso de Jornalismo: Teorias da Comunicação, Oficina de Comunicação Escrita (primeiro semestre); Semiótica, Oficina de Comunicação Audiovisual (segundo semestre); Estética da Comunicação, Comunicação e Atualidade I (terceiro semestre); Comunicação e Tecnologia, Comunicação e Atualidade II (quarto semestre); Oficina de Assessoria de Comunicação, Comunicação e Política, Comunicação e Ética (quinto semestre); Comunicação e Cultura Contemporâneas, Elaboração de Projetos em Comunicação (sexto semestre); Desenvolvimento Orientado de Projeto (sétimo semestre); e Trabalho de Conclusão de Curso (oitavo semestre). O currículo dispõe ainda de uma grade de optativas, que são escolhidas diretamente pelos alunos.

Cabe destacar aqui o Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo graduado Ugo Barbosa de Mello (2009), onde foi analisado o perfil dos alunos egressos do curso entre os anos de 1999 e 2008. Segundo o próprio autor, “a análise de dados sobre as formações dos alunos egressos do curso (...) se propôs justamente a averiguar qual a importância dessa iniciativa pioneira dentro da área de formação em cultura” (MELLO, 2009:05). A análise feita através das entrevistas com 77 egressos desse curso revelou que há demanda, por parte do mercado, para o trabalho dos profissionais oriundos desse curso de graduação. Além disso, a formação obtida pelo curso foi considerada, pela maioria dos entrevistados, como satisfatória para a atuação no campo profissional (MELLO, 2009:82).

¹⁴⁴ http://www.facom.ufba.br/acad_ens_produ.html (acesso em 18/02/2008).

5.1.4 Produção Cultural – Centro Universitário de Caratinga

O curso de Produção Cultural do Centro Universitário de Caratinga é um curso ligado ao Instituto Superior de Educação. O curso foi criado pela Resolução nº 0075/2006, em 20 de fevereiro de 2006, com uma duração mínima de sete períodos e o objetivo de formar bacharéis em Produção Cultural. São oferecidas 50 vagas em seu processo seletivo para o período noturno.

A implantação do curso de Produção Cultural pelo Centro Universitário de Caratinga – UNEC – busca ampliar as possibilidades na área de promoção e produção de eventos culturais e procura atender a um preceito constante do seu Estatuto, em relação à configuração da Instituição como promotora e divulgadora de bens e produtos culturais. Possibilitará atender a uma grande demanda regional de profissionais da área e buscará incentivar, promover e divulgar a cultura local, regional e nacional.¹⁴⁵

O currículo do curso compreende uma carga horária de 3.200 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas: Antropologia Cultural, Comunicação e Política, Teorias da Comunicação I, História da Arte I, Cultura Brasileira, Folclore Brasileiro, Fundamentos em Produção Cultural, Teatro, e Metodologia da Pesquisa Científica I (primeiro período); Estudos Socioeconômicos, Semiótica I, Teorias da Comunicação II, História da Arte II, Políticas da Produção Cultural, Musicalização Básica, Arquivos e Museus, e Metodologia da Pesquisa Científica II (segundo período); Filosofia, Comunicação e Tecnologia, Folkcomunicação, Comunicação e Cultura Contemporânea I, Semiótica II, Fotografia, Oficina de Produção Cultural, Produção Cultural e Turismo, e Estatística (terceiro período); Psicologia, Teorias da Percepção, Comunicação e Cultura Contemporânea II, Cinema, Análise de Públicos e Mercados Culturais I, Mídia e Produção Cultural I, Produção Cultural para a Infância, e Metodologia da Pesquisa Científica III (quarto período); Crítica da Produção Cultural, Estética da Comunicação, Análise do Processo Criativo, Legislação e Produção de Espetáculos, Análise de Públicos e Mercados Culturais II, Mídia e Produção Cultural II, Planejamento de Projetos Culturais, e Metodologia da Pesquisa Científica IV (quinto período); Legislação e Ética em Produção Cultural, Saúde Ocupacional e Segurança em Produção Cultural, Administração e *Marketing* Culturais, Estudos de Oratória, Planejamento e Organização de Produtos Culturais I, Assessoria em Produção Cultural, Oficina de Gestão Cultural, Trabalho de Conclusão Curso I (sexto período); e Planejamento e

¹⁴⁵ http://www.unec.edu.br/curso/index.php?vCod_cur=106 (acesso em 19/02/2008).

Organização de Produtos Culturais II, Publicidade e Divulgação Culturais, Produção Cultural para a Terceira Idade, Produção Executiva, Produção Cultural e Terceiro Setor, Projetos Sociais e Responsabilidade Social, e Trabalho de Conclusão Curso II (sétimo período). Algumas disciplinas são intituladas e estão posicionadas na grade curricular do mesmo modo que o curso da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Em 2009 o curso deixa de abrir vagas para a criação de novas turmas enquanto graduação plena, passando, através da Resolução nº 197/2009 do CONSUNEC de 11 de agosto de 2009, a ser de formação tecnológica, com duração mínima de cinco e máxima de oito semestres.

5.1.5 Produção Cultural – Universidade Federal Fluminense

O curso, ligado ao Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), tem como objetivo “oferecer ao estudante tanto o conhecimento das formas de expressão artística, quanto o desenvolvimento da reflexão crítica e da capacidade de administração e gerenciamento de negócios no mercado de cultura”¹⁴⁶. O curso, que iniciou as suas atividades em 1995, é reconhecido pelo MEC através da Portaria de nº 2.244, de 15 de outubro de 2001, e tem uma duração mínima de sete e máxima de 12 semestres, com uma carga horária de 2.655 horas. No ano de 2005 o Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO) da UFF também passou a oferecer, entre os seus cursos, o bacharelado em Produção Cultural, sendo mais uma opção aos alunos interessados nessa graduação. São oferecidas anualmente, através do vestibular, 60 vagas no curso em Niterói e 70 vagas no curso de Rio das Ostras¹⁴⁷.

Ele é dividido em três módulos. No primeiro módulo (Teorias da Arte e da Cultura) estão agrupadas disciplinas de base artística, tais como: Fundamentos da Música, do Teatro, da Literatura, da Dança, das Artes Plásticas, das Artes Audiovisuais, Direção de Arte, Teoria da Arte, e Arte e Pensamento. Num segundo módulo (Fundamentos dos Meios de Expressão), os alunos têm contato com matérias de formação teórica e humanística, tais como: Teorias da Cultura, Introdução à Filosofia, Ética e Estética, e Estética e Cultura. Um terceiro módulo

¹⁴⁶ <http://www.coseac.uff.br/vest2003/cursos/producao.htm> (acesso em 09/03/2008).

¹⁴⁷ <http://www.coseac.uff.br/cursos/UFF%20-%20Catalogo%20de%20Cursos%202011.pdf> (acesso em 19/01/2011).

(Planejamento Cultural) abrange o conhecimento necessário para pesquisa, planejamento e gestão, com aulas de: Tópicos Especiais em Produção Cultural, Métodos de Pesquisa em Cultura, Projeto Cultural (I a IV), Administração e Gerência Cultural (I e II), Processos de Gestão Cultural, Políticas Culturais, e *Marketing* Cultural.

5.1.6 Formação de Produtores e Músicos de *Rock* – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Entre as intenções do curso superior de tecnologia oferecido pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) está a de formar “um profissional para a área da música que tenha capacidade de gerenciar sua própria carreira”¹⁴⁸. O curso tem duração mínima de dois anos e meio, com uma carga horária total de 1.660 horas, sendo oferecidas 25 vagas¹⁴⁹.

A estrutura do curso de Formação de Músicos e Produtores de *Rock* é dividida em quatro módulos: Construção de referências; Identidade musical e elaboração de repertório; Produção musical; e Preparação de Carreira. Dentre as disciplinas mais específicas da organização da cultura podemos citar: Produção musical I, II, III e IV; Produção de gravação I, II, III e IV; Projeto I, II, III e IV; Comunicação e *Marketing*, Música e Legislação, Direito Autoral, Desenvolvimento da Carreira Musical, e Plano de Negócios – Administração da Carreira. O aluno tem a possibilidade de obter uma primeira certificação, ao completar os dois primeiros módulos, com o título de Assistente de Produção, totalizando 960 horas-aula. Não há a possibilidade de cursar disciplinas optativas no currículo.

5.1.7 Gestão Cultural – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

O curso tem duração mínima de seis semestres, com uma carga horária total de 1.920 horas, e são oferecidas 25 vagas¹⁵⁰. Segundo o *site* oficial do curso, a sua formação possibilita “o empreendedorismo, o destaque e a liderança na ocupação de posições tático-operacionais

¹⁴⁸

http://www.unisinos.br/rock/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=163&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=163 (acesso em 18/02/2008).

¹⁴⁹ http://www.unisinos.br/vestibular/files/edital_vestibular_2011-1.pdf (acesso em 19/01/2011).

¹⁵⁰ http://www.unisinos.br/vestibular/files/Manual_2010-2.pdf (acesso em 19/01/2011).

nas diferentes áreas da cultura e nos diferentes espaços de intervenção profissional”¹⁵¹. O curso é dividido por módulos, e ao concluir os módulos I, II e III o aluno pode receber a titulação de Assistente em Gestão Cultural. Para receber o título de Tecnólogo em Gestão Cultural, o aluno deverá concluir todos os módulos e desenvolver um projeto cultural.

O curso dispõe no total de seis módulos, cada um equivalente a um semestre: Cultura, História e Sociedade; Cultura, Desenvolvimento e Políticas Culturais; A Gestão Cultural Estratégica; Cultura, Gestão Econômica e Financiamento; Cultura e a Gestão de Projetos Culturais; e Práticas de Gestão Cultural. Dentre as disciplinas na área da organização da cultura podemos destacar: Cultura, Gestão e Gestão Cultural; Gestão Cultural e Análise de Setores Culturais; Conhecimentos Jurídicos e Cultura – Direitos Intelectuais e Produção Cultural; Política Cultural e Organismos Institucionais; Organização de Projetos: Planejamento e Direção Estratégica na Área da Cultura; Instrumentos, Técnicas e Métodos da Gestão Cultural; Organização de Projetos: Tecnologias de Informação; Alternativas de Financiamento da Cultura; Elaboração e Avaliação de Projetos na Área Cultural; Agenciamento e Captação de Recursos; dentre outras. Há ainda outras disciplinas voltadas para uma formação mais ampla do aluno, tais como: Antropologia Cultural; História e Formação da Identidade Cultural Latino-Americana; Filosofia, Cultura e Ética; América Latina e Sustentabilidade; História e Arte: Ensino e Pesquisa; Cultura e Imaginário; Estética na Cultura; Língua e Cultura; Múltiplos Olhares sobre a Cultura; dentre outras. Não há a possibilidade de cursar disciplinas optativas no currículo, mas o aluno pode cursar determinadas disciplinas pela modalidade de educação a distância. Além disso, o curso possui uma parceria com o banco Santander – através dos espaços do Santander Cultural –, para a realização de visitas técnicas e estágios.

5.1.8 Gestão de Eventos – Universidade Salvador

O curso superior de tecnologia em Gestão de Eventos da Universidade Salvador (UNIFACS) traz na sua estrutura curricular a área da cultura na gestão de eventos, por este motivo está relacionado entre os cursos pesquisados. De acordo com o curso o aluno deve,

151

http://www.unisinos.br/graduacao_tecnologica/gestao_cultural/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=163&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=163 (acesso em 18/02/2008).

depois de formado, atuar na “elaboração de projetos, promoção, execução e gestão de eventos”¹⁵². O curso tem uma duração mínima de dois anos, sendo oferecidas 50 vagas no turno matutino¹⁵³, e é autorizado pela Resolução nº 13 do Conselho Universitário da instituição, datada de 14 de setembro de 2006.

5.1.9 Gestão e Produção de Eventos Culturais – Universidade da Amazônia

O curso, que é ligado ao Centro de Estudos Superiores de Formação Específica (CESFE) da Universidade da Amazônia (UNAMA), define o profissional a ser formado da seguinte forma:

O Gestor e Produtor de Eventos Culturais é o profissional capaz de traduzir as imagens dessa identidade em práticas de organização, planejamento e operacionalização com formato de eventos, aos quais deve agregar ao teor técnico da produção, o discernimento necessário à atividade empreendedora, de acordo com a legislação vigente, espaços infraestruturais e fontes de financiamento pertinentes a esse mercado.¹⁵⁴

Essa formação foi iniciada em 2003 e tem uma duração mínima de dois anos, com uma carga horária total de 1.620 horas. O currículo tem disciplinas voltadas para o desenvolvimento geral do aluno (Língua Portuguesa; Qualidade em Prestação de Serviços; Ética nos Negócios; Cultura Brasileira; dentre outras) e disciplinas específicas na área da organização da cultura (Técnica de Organização de Eventos I e II; *Marketing* Cultural; Cerimonial e Protocolo; Administração e Gerência Cultural; Processo de Criação em Eventos Culturais; Prática de Eventos Culturais I e II; Produção em Artes Cênicas; Produção em TV e Cinema; Produção em Música; Formatação de Projetos Culturais; dentre outras).

5.1.10 Produção Audiovisual – Faculdades Integradas de Bauru

O curso superior de tecnologia em Produção Audiovisual das Faculdades Integradas de Bauru (FIB) tem uma duração mínima de dois anos. A formação traz a questão da produção audiovisual como uma das ferramentas da organização da cultura. Segundo o *site*

¹⁵² <http://www.unifacs.br/graduacaotec/cursos/eventos/apresentacao.htm> (acesso em 19/02/2008).

¹⁵³ <http://www.unifacs.br/vestibular/cursos.html> (acesso em 19/01/2011).

¹⁵⁴ <http://www.unama.br/formacaoEspecifica/cursos/gestProdEventCulturais/index.jsp> (acesso em 15/12/2010).

institucional, “esse profissional participa de qualquer etapa da produção – roteirização, filmagem ou gravação, iluminação, fotografia, sonorização e edição de imagens. Ele também presta assistência, elabora orçamentos e faz a divulgação e a comercialização de produtos multimídia”¹⁵⁵. São oferecidas 60 vagas no período noturno¹⁵⁶.

O currículo é dividido em quatro módulos, com disciplinas da área da comunicação (Linguagem e Comunicação; Ética e Legislação em Comunicação; Estudo do Cinema Internacional; Estudo do Cinema Brasileiro; Documentário; dentre outras), disciplinas relacionadas às áreas técnicas (Fotografia e Técnicas de Iluminação; Fundamentos do Desenho de Som; Desenho de Som Avançado; Edição e Finalização; Animação), e da área da organização da cultura (Fundamentos da Produção Audiovisual; Produção Audiovisual; Produção Audiovisual e Responsabilidade Social).

5.1.11 Produção Cultural – Fundação Armando Alvares Penteado

O curso, ligado a Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), tem duração mínima de quatro semestres – carga horária total de 1.700 horas –, e busca formar profissionais para desenvolver ações e projetos no mercado da cultura, “diversos segmentos da área, tais como: música, dança, artes visuais, artes cênicas, cinema, literatura, patrimônio, entre outros”¹⁵⁷. São oferecidas, semestralmente, 50 vagas no período noturno¹⁵⁸.

O currículo é formado por disciplinas voltadas para uma formação mais ampla dos alunos (tais como Antropologia da Cultura, Estética / História da Arte, Filosofia, Informática, Ética na Arte, Psicologia da Percepção, Folclore Brasileiro, e Sociologia da Cultura), disciplinas ligadas às expressões artísticas (tais como Música, Moda, Artes Cênicas, Literatura, e Crítica da Arte), e disciplinas ligadas à organização da cultura (tais como *Marketing*, Gestão de Projetos, Desenvolvimento do Projeto Integrado, e Organização e Prática Profissional).

¹⁵⁵ <http://www.fibbauru.br/734> (acesso em 15/12/2010).

¹⁵⁶ <http://www.fibbauru.br/226> (acesso em 19/01/2011).

¹⁵⁷ http://www.faap.br/faculdades/artes_plasticas/prod_cultural/index.htm (acesso em 15/12/2010).

¹⁵⁸ http://www.faap.br/faculdades/artes_plasticas/pdf/portaria_40/P40%20ART%20PP%20PC%2003122010.pdf (acesso em 19/01/2011).

5.1.12 Produção Cultural – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

O curso, ligado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Química, tem como objetivo “formar profissionais de nível superior, aptos a pensar, planejar e executar programas, projetos e eventos sociais, culturais e de lazer nas áreas de artes, ciências e esportes”¹⁵⁹. O curso foi iniciado em 2003, com a duração de dois anos e meio, mas em 2005 já sofreu uma alteração de duração para três anos, com carga horária total de 2.349 horas. São oferecidas 72 vagas anuais, sendo 36 por cada semestre.

No currículo podemos observar disciplinas para uma formação mais ampla (Língua Portuguesa, Redação, Geografia Econômica I e II, Ciências Ambientais I e II, História e Filosofia das Ciências I, Ciência e Arte, Psicologia, Sociologia, Antropologia Cultural, História da Arte I e II, Informática, Editoração Eletrônica I e II, Teoria da Informação e da Comunicação, Metodologia de Pesquisa, dentre outras), disciplinas voltadas para a formação mais específica em organização da cultura (Empreendedorismo, Atividades Culturais, Produção Cultural I, II, III e IV; Legislação e Direitos Autorais, Comunicação e *Marketing*, *Marketing* Estratégico e Cultural, Produção Musical, Culturas Populares, dentre outras), disciplinas voltadas para uma formação na área de lazer e esportes (Recreação, Introdução ao Lazer, Eventos Esportivos, Esportes de Natureza, dentre outras), e disciplinas voltadas para a base artística (Fundamentos da Música, Fundamentos das Artes Cênicas e Cinematográficas, Fundamentos da Dança, e Fundamentos das Artes Visuais I e II). Não há a possibilidade de cursar disciplinas optativas no currículo. O aluno precisa concluir o curso com a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, o qual é elaborado através de disciplinas de Desenvolvimento Orientado de Projeto.

¹⁵⁹ http://www.cefeteq.br/superior/prod_cult/index.htm (acesso em 18/02/2008).

5.1.13 Produção Cultural – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

O curso, que foi criado no segundo semestre de 2009 e é oferecido na Unidade Natal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), tem como objetivo geral “formar produtores culturais em nível superior tecnológico, capazes de desenvolver ações político-culturais e artísticas que propiciem a produção, distribuição e consumo de bens culturais e artísticos”¹⁶⁰. A carga horária total do curso é de 3.005 horas, divididas em seis semestres de atividades, e são oferecidas atualmente 20 vagas no período noturno¹⁶¹.

O currículo tem disciplinas voltadas para uma formação geral (Língua Portuguesa, Cultura e Sociedade, Semiótica da Cultura, Introdução à Economia), disciplinas na área artística (Fundamentos da Dança, Fundamentos da Música, Fundamentos do Teatro, Fundamentos das Artes Visuais, Fundamentos da Literatura, História Geral da Arte) e disciplinas voltadas para a formação mais específica em organização da cultura (Políticas Culturais, Direito e Produção Cultural, *Marketing* Cultural, Captação de Recursos, Produção em Artes Visuais, Produção Musical, Produção em Artes Cênicas, Produção de Audiovisuais, Produção de Eventos Culturais, Gestão em Empreendimentos Culturais). O currículo difere do proposto pelo IFRJ, que também possui um curso superior de graduação tecnológica em Produção Cultural.

5.1.14 Produção Cultural – Universidade Cidade de São Paulo

A Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) oferece o curso superior de tecnologia em Produção Cultural, com duração mínima de seis semestres. O objetivo do curso é “ampliar as formas de atuação do profissional, preparando-o para desenvolver ações e projetos nos diversos segmentos da economia criativa”¹⁶². O curso é ligado à área de Turismo e

¹⁶⁰ http://portal.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-de-graduacao/Tecnologia_ProducaoCultural_jun2009.pdf (acesso em 15/12/2010).

¹⁶¹ http://portal.ifrn.edu.br/ensino/processos-seletivos/graduacao/2011/documentos-publicados/Edital_21_2010_Cursos%20superiores%20de%20graduacao%202011.pdf (acesso em 19/01/2011).

¹⁶² http://www.unicid.br/graduacao_tec/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3339&curso=Produ%E7%E3o%20Cultural (acesso em 15/12/2010).

Hospitalidade, e o seu currículo tem disciplinas em comum com os cursos de Eventos e de Turismo da mesma universidade. O *site* institucional descreve que a atuação do profissional em produção cultural “engloba criação, estruturação e organização de projetos e produtos artístico-culturais, e todas as etapas executivas envolvidas nesse processo”¹⁶³.

5.1.15 Produção Fonográfica – Universidade Católica de Pelotas

O curso, ligado ao Centro de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), tem duração mínima de seis semestres, com carga horária total de 1.680 horas, e são oferecidas 40 vagas no turno vespertino¹⁶⁴. Entre os seus objetivos estão:

(...) Formar profissionais aptos a participarem do desenvolvimento da área e atuarem profissionalmente nos campos musicais instituídos e emergentes;
(...) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para a melhor produção musical - artística e comercial - através da tecnologia moderna disponível.¹⁶⁵

O currículo está estruturado com disciplinas específicas para o conhecimento musical, tais como: Teoria e Percepção Musical, Arranjos, Composição, e Prática de Instrumento; outras voltadas para a formação do tecnólogo, tais como: Computação Básica na Música, *Softwares* e *Hardwares* de Música, Acústica para Produção Fonográfica, Laboratório de Áudio, e Laboratório de Gravação; e disciplinas da área da organização da cultura, tais como: Produção Fonográfica, Legislação Musical, *Marketing* Cultural, e Gestão de Negócios em Produção Fonográfica.

5.1.16 Produção Fonográfica – Universidade Estácio de Sá

Segundo o *site* institucional da Universidade Estácio de Sá o produtor fonográfico seria “o profissional responsável por todas as etapas de uma produção de CDs musicais – do repertório à distribuição do produto final. Desempenha também as funções de produtor

¹⁶³ http://www.unicid.br/graduacao_tec/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3351 (acesso em 15/12/2010).

¹⁶⁴ <http://www.ucpel.tche.br/fonografica/noticias.php?id=277> (acesso em 19/01/2011).

¹⁶⁵ <http://www.ucpel.tche.br/portal/index.php?secao=cursos&id=1&PHPSESSID=a22d1147a74c363ca85e5a0c055a9afe> (acesso em 18/02/2008).

musical, técnico de gravação e sonorização e de assistente de produção”¹⁶⁶. O curso tem a duração mínima de dois anos e meio, e é oferecido em três unidades da instituição (Barra I, Barra II e Centro I).

O currículo é formado por cinco módulos, cada um representando um semestre da formação. Entre as disciplinas podemos destacar algumas na área musical (Noções de Teoria Musical e de Solfejo, História da Música, Noções Básicas de Harmonia, Noções de Instrumentação e Arranjo), na área técnica (Eletricidade e Eletrônica para Áudio, Física do Som, Introdução a MIDI, *Hardwares* e *Softwares* de Música, Técnicas de Gravação, Acústica em Estúdios de Gravação, Mixagem, Autoração de DVD e *Surround*, Sonoplastia e Sonorização), e na área da organização da cultura (Produção Fonográfica, Produção Musical, Ética e Legislação para Audiovisual, Legislação Aplicada a Produção Fonográfica, Cultura Empreendedora, Produção e Gestão de Eventos Culturais, Produção Executiva, Prática em Projeto e Produção de CDs).

5.1.17 Produção Musical – Universidade Anhembi Morumbi

O curso da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) procura oferecer aos alunos “o domínio do instrumental tecnológico, além de fazê-lo adquirir sólidos conhecimentos sobre música para atuar com sucesso em Produção Musical, na indústria fonográfica ou em eventos”¹⁶⁷. A formação busca proporcionar conhecimentos na área de gestão e *marketing*, numa preparação para que os alunos possam atuar de forma executiva na indústria fonográfica e na produção de eventos. O curso tem uma duração mínima de dois anos, sendo oferecidas 80 vagas no período vespertino e 80 vagas no período noturno¹⁶⁸.

O currículo tem disciplinas voltadas à área técnica (Tecnologia de Áudio, Acústica e Sonorização, Captação e Gravação de Áudio, Leitura e Escrita Musical, Música e Mixagem, Música e Interfaces Digitais, Linguagem Musical e Masterização, dentre outras), à área musical (Apreciação e História da Música, Percepção Musical, Música e Comunicação,

¹⁶⁶ http://www.estacio.br/cursos/politecnico/producao_fonografica/default.asp (acesso em 15/12/2010).

¹⁶⁷ <http://portal.anhembi.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=template04&infoid=433&sid=48> (acesso em 15/12/2010).

¹⁶⁸ http://portal.anhembi.br/vestibular/editais/edital2011_graduacao_180111.pdf (acesso em 19/01/2011).

Música Popular do Século XX, Interpretação e Análise Musical, e Música e Imagem), e à área da organização da cultura (Produção Musical e Cultura Digital, Desenvolvimento de Produtos Musicais, Difusão de Produtos Musicais, Gestão em Produção Musical, e Projeto de Produção Musical). Na grade programática há apenas a possibilidade de cursar uma optativa no terceiro semestre do curso.

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA

Passaremos agora a traçar algumas comparações em relação aos dados apresentados dos cursos neste capítulo, buscando identificar possíveis semelhanças e diferenças. A predominância dos cursos, como apontado inicialmente, é do campo de produção cultural, dado que equivale ao mapeamento da formação na área – onde 70,18% dos cursos no geral são desse campo. Só que, ao mesmo tempo, cada curso pode oferecer uma série de áreas temáticas a partir da construção do seu currículo, como veremos mais adiante.

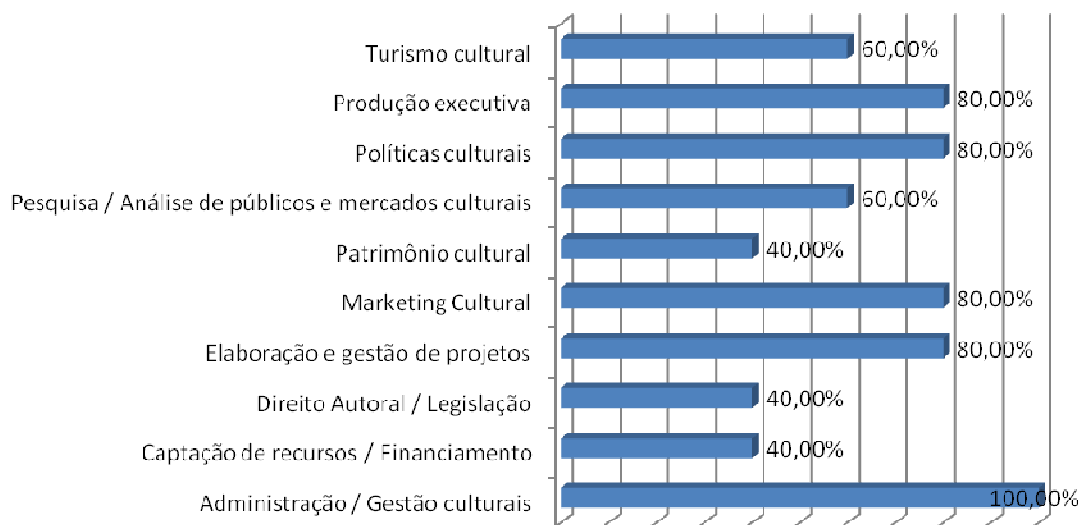
Ao analisarmos a duração e a carga horária dos cursos de graduação plena e de graduação tecnológica em organização da cultura podemos perceber algumas dificuldades de delimitação de diferenças. Os cursos tecnológicos, que teriam como maior atrativo a possibilidade de uma duração reduzida devido ao seu caráter de formação profissionalizante, acabam por se aproximar, ou até ultrapassar, a carga horária de cursos de graduação plena. Cursos como o do IFRN tem uma duração de 3.005 horas – maior do que quatro dos cinco cursos de graduação plena –; e o do IFRJ tem uma duração de 2.349 horas, que poderia ser facilmente equiparado, em termo de duração, ao curso da UCAM – de 2.400 horas. Os cursos de graduação tecnológica têm uma variação de quatro a seis semestres de duração mínima, com uma carga horária que varia de 1.620 a 3.005 horas. Já os cursos de graduação plena têm uma variação de seis a oito semestres de duração mínima, com uma carga horária que varia de 2.400 a 3.200 horas. Ou seja, temos um quadro bastante variável em relação à configuração das cargas horárias dos cursos, não sendo um fator que por si só especifique a sua formação tecnológica ou plena.

Analisando os currículos dos cursos de graduação plena e tecnológicos acima listados podemos perceber algumas semelhanças e algumas particularidades na normalização de certos conteúdos programáticos. Os cursos trazem uma série de disciplinas voltadas para a formação

em organização da cultura, trabalhando o seu aspecto multidisciplinar. Quando tratamos sobre a área da organização da cultura em nenhum momento buscamos estabelecer o surgimento de um campo autônomo e isolado do conhecimento, preferindo tratar seus aspectos através da relação multidisciplinar entre outros campos já estabelecidos da ciência. Desse modo, vemos uma série de disciplinas, tais como *Marketing Cultural*, *Política Cultural*, *Projeto Cultural* e *Legislação Cultural*, que dialogam conceitos e noções advindos de outros campos do conhecimento nos cursos mapeados.

Dentre os cursos de graduação plena, apresentamos os seguintes dados em relação às disciplinas localizadas na área da organização da cultura. Vale ressaltar que propomos as nomenclaturas gerais das disciplinas abaixo relacionadas, após um trabalho de análise dos currículos e ementas dos cursos, onde pudemos estabelecer conexões entre os conteúdos abordados:

GRÁFICO 17: Disciplinas em organização da cultura nos cursos de graduação



Fonte: gráfico desenvolvido pelo autor.

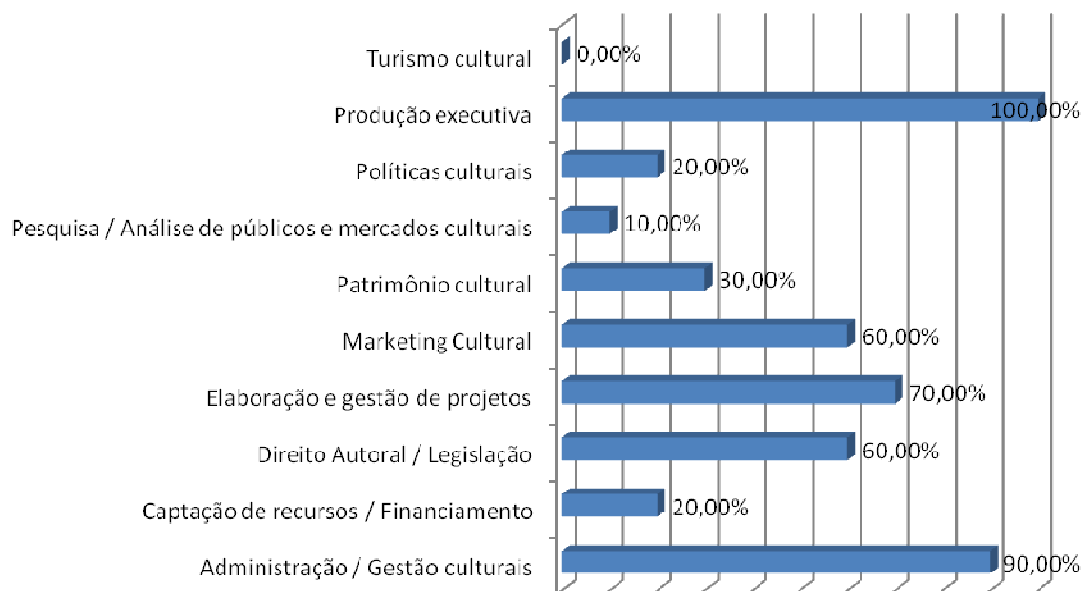
A totalidade dos cursos de graduação plena analisados tem na sua matriz curricular alguma disciplina relacionada à Administração / Gestão culturais (podendo sofrer pequenas

alterações em relação à nomenclatura da disciplina ao longo dos diferentes cursos). A grande maioria (quatro em cada cinco) tem disciplinas como Produção executiva, Elaboração e gestão de projetos, *Marketing Cultural*, e Políticas Culturais. Em seguida, três em cada cinco cursos dispõem de disciplinas relacionadas ao Turismo cultural, e Pesquisa / Análise de públicos e mercados culturais. A menor parte dos cursos, dois em cada cinco, apresenta disciplinas sobre Patrimônio Cultural, Direito Autoral / Legislação, e Captação de Recursos / Financiamento. É interessante notar aqui a mudança de foco em relação aos cursos de extensão, que em sua maioria acabam trazendo fórmulas rápidas de como elaborar o seu projeto e como captar recursos para o mesmo. No mapeamento apresentado no terceiro capítulo temos um total de 34,42% dos cursos registrados nessa área da elaboração e financiamento de projetos, sendo a área temática de maior predominância. A área temática da Gestão cultural ficou relacionada em quinto lugar no mapeamento geral, ao contrário da integralidade dos cursos de graduação que trabalham esse conteúdo no interior dos seus currículos.

Dentre os cursos superiores de graduação tecnológica¹⁶⁹, apresentamos os seguintes dados em relação às disciplinas na área da organização da cultura:

¹⁶⁹ Para a análise curricular dos cursos de graduação tecnológica levamos em consideração 10 dos 12 cursos mapeados, já que não tivemos acesso à grade de dois cursos: Produção Cultural, da UNICID; e Gestão de Eventos, da UNIFACS.

GRÁFICO 18: Disciplinas em organização da cultura nos cursos de graduação tecnológica



Fonte: gráfico desenvolvido pelo autor.

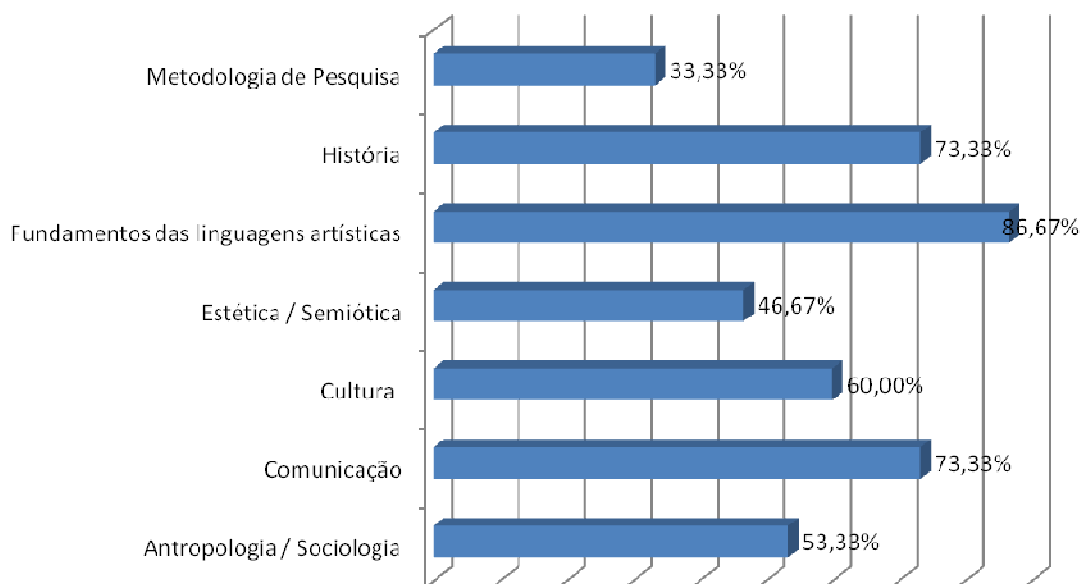
A totalidade dos cursos de graduação tecnológica analisados tem no seu currículo alguma disciplina relacionada à Produção executiva na área da organização da cultura. Em seguida, 90% dos cursos trabalham aspectos relacionados à Administração / Gestão Culturais. Sete em cada 10 cursos dispõem de disciplinas sobre Elaboração e gestão de projetos culturais, e seis em cada 10 cursos dispõem de disciplinas sobre *Marketing Cultural* e Direito Autoral / Legislação. Vale destacar entre os dados a pequena quantidade de cursos, dois em cada 10, que têm disciplinas relacionadas aos estudos sobre Políticas culturais, um quadro diferente em relação aos cursos de graduação plena, onde quatro em cada cinco possuem disciplinas nessa área temática. Os cursos de graduação tecnológica acabam por oferecer uma abordagem mais técnica em relação à área, focando principalmente em disciplinas que discorrem sobre Produção executiva e Elaboração e gestão de projetos – em detrimento a Políticas culturais.

Os cursos de graduação plena também trazem outros aspectos diferenciados em relação ao currículo, quando comparados aos cursos de graduação tecnológica. A totalidade dos cursos de graduação plena tem no último semestre de atividades a realização de um

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), peça fundamental de avaliação para a finalização do curso pelos alunos; diferente dos cursos de graduação tecnológica, onde isso pôde ser observado em apenas dois deles. Outro item a ser ressaltado é em relação às disciplinas optativas e/ou eletivas (disciplinas que podem ser escolhidas pelos estudantes, dentro de uma cartela de opções definidas pelo curso), que também estão na totalidade dos cursos de graduação (em quantidade diferenciada, mas ao menos há a chance de se cursar uma delas em todos os cursos); fato que só pôde ser observado em quatro cursos de graduação tecnológica. Através das disciplinas optativas o aluno tem a chance de definir um pouco mais os caminhos da sua formação, podendo atribuir um juízo de valor nas suas escolhas, não tendo que cumprir exatamente um roteiro já pré-definido.

Apresentamos abaixo um quadro que sintetiza a regularidade de outros conteúdos nas grades curriculares dos cursos de graduação plena e de graduação tecnológica na área da organização da cultura:

GRÁFICO 19: Disciplinas afins nos cursos de graduação plena e tecnológicos



Fonte: gráfico desenvolvido pelo autor.

Agrupamos as áreas temáticas de acordo com disciplinas que recebiam diversas nomenclaturas, mas que de algum modo tratavam sobre questões similares. Desse modo, podemos destacar como área temática predominante nas disciplinas afins dos currículos os Fundamentos das linguagens artísticas (que engloba disciplinas como Fundamentos da Dança, Artes Cênicas, Cinema Brasileiro, Literatura, dentre outras), presente em 86,67% dos currículos analisados. Em segundo lugar (presente em 73,33% dos cursos) temos duas áreas empatadas, com disciplinas em História (História da Arte, História do Brasil Contemporâneo, Introdução ao Estudo da História, História e Sociedade, História e Filosofia das Ciências, História e Arte: Ensino e Pesquisa, História da Música, dentre outras) e em Comunicação (Comunicação e Atualidade, Música e Comunicação, Imagem e Comunicação, Teorias da Comunicação, Comunicação e Tecnologia, Linguagem e Comunicação, dentre outras). Destacamos ainda a presença de disciplinas ligadas a Cultura em 60% dos currículos, nomeadas como: Cultura Popular Brasileira, Cultura Brasileira, Teorias da Cultura, Comunicação e Cultura Contemporâneas, entre outras. Essa porcentagem pode trazer o risco de uma formação sem um devido embasamento cultural para o aluno – algo fundamental para trabalharmos de forma crítica na área.

Outro item a ser destacado é a pouca institucionalização de formação na área, que pode ser observada através dos dados coletados com a pesquisa. Tivemos a oportunidade de observar, ao longo dos quatro anos de investigação desta tese, que na mesma velocidade que alguns cursos são criados por instituições privadas de ensino os mesmos são fechados, sem conseguir gerar ao menos um patamar de avaliação. Cursos como os de graduação tecnológica em Gestão, Organização e Promoção de Eventos¹⁷⁰, do Centro Universitário da Bahia (FIB), em Produção Cênica¹⁷¹, da Universidade Estácio de Sá, em Produção Cultural em Teatro¹⁷² e em Dança¹⁷³, da Universidade Anhembi Morumbi (opções antes oferecidas de graduação modulada¹⁷⁴), e em Produção Cultural e Eventos¹⁷⁵, do Centro Universitário Campos de

¹⁷⁰ http://www.fib.br/gp_eventos.php (acesso em 19/02/2008).

¹⁷¹ <http://www.estacio.br/politecnico/default.asp> (acesso em 18/02/2008).

¹⁷² <http://www2.anhembi.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=227&&sid=44> (acesso em 18/02/2008).

¹⁷³ <http://www2.anhembi.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=185&&sid=44> (acesso em 18/02/2008).

¹⁷⁴ “A Universidade Anhembi Morumbi lançou no Brasil, em 2001, um conceito totalmente novo que articula diferentes módulos (...). É a Graduação Modulada Anhembi Morumbi, por meio da qual, ao final do segundo ano, (...), o aluno recebe um diploma de nível superior, relacionado com a carreira que escolheu, tornando-se apto para ingressar no mercado de trabalho. Após essa etapa, continua normalmente seu curso, para concluir seu bacharelado no quarto ou quinto ano”. <http://www2.anhembi.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=44> (acesso em 18/02/2008).

¹⁷⁵ <http://www.uniandrade.br/porta/cursos/selcursos.asp?tp=1&lc=CWB> (acesso em 18/02/2008).

Andrade (UNIANDRADE), foram catalogados ao longo da pesquisa, mas no momento de sua finalização já não eram mais oferecidos. Já outros cursos, que são divulgados na rede através dos seus *sites* institucionais, não conseguiram ao menos fechar a sua primeira turma, e não passam do seu projeto pedagógico – como, por exemplo, a especialização em Gestão Cultural¹⁷⁶ da Faculdade Anísio Teixeira, situada em Feira de Santana. Outros exemplos de cursos de especialização mapeados que ainda não foram ofertados estão listados no final desta tese (APÊNDICE D).

Em relação a pouca institucionalização da formação na área percebemos também a diversidade de filiações acadêmicas dos cursos. Como se trata de um campo ainda em formação, sem o estabelecimento de regras ou padrões mais rígidos, vemos o surgimento de cursos em diferentes departamentos no interior das universidades. Dado que, de algum modo, se equipara ao apresentado no terceiro capítulo sobre a área de conhecimento de proveniência dos professores nos cursos mapeados, quando pudemos observar que 13,50% dos professores são da área de Comunicação (do mesmo modo que a habilitação do curso da UFBA tem essa filiação), e 10,66% são de Artes (como o departamento do curso ligado a UFF). Essa filiação acadêmica acarreta conseqüências ainda na disposição dos fluxogramas dos cursos, sendo que ambas as áreas apontadas acima figuram entre as principais nas disciplinas afins nos cursos de graduação plena e tecnológicos. Uma forma a mais de atestar o aspecto multidisciplinar da formação em organização da cultura.

5.2.1 Outras experiências na área de formação...

Vamos destacar neste tópico outras experiências na área de formação, que por alguma razão não entraram no recorte deste capítulo. A partir do segundo semestre de 2010 entrou em funcionamento outro curso de graduação (opção de um Bacharelado Interdisciplinar) em organização da cultura. A UFBA, no interior do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), criou a área de concentração em Políticas e Gestão da Cultura, coordenada pelo professor Paulo Miguez. Como o curso entrou em funcionamento há pouco tempo, não foi mapeado na fase de pesquisa (realizada até o mês de dezembro de 2009), mas vale destacar a sua criação como outro movimento de formação na área, já que o

¹⁷⁶ <http://posgraduacao.fat.edu.br/gestao-cultural.php> (acesso em 11/12/2010).

foco é em gestão e em políticas culturais – diferente da maioria dos cursos que são voltados para a produção cultural. O curso tem como objetivo: “Formar profissionais que, com visão ampla e reflexiva, tenham capacidade de atuar nas áreas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas culturais e de gestão de instituições, empreendimentos e projetos culturais”¹⁷⁷.

Em relação à experiência do Bacharelado Interdisciplinar (BI), podemos analisar esse movimento como um regresso ao generalismo. Diferente do generalismo concebido anteriormente, como saber universalista e “desinteressado”, agora podemos refletir como uma formação “não-profissionalizante” para um desempenho “pluriprofissionalizado” (SANTOS, 1989:23). Uma formação que não segue apenas as regras de um mercado de trabalho incerto e volátil, mas que ainda conforma um quadro recente de difícil avaliação dos seus resultados e dos seus egressos.

Outra universidade pública no Brasil, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) já divulgou que iria criar, desde o ano de 2008, um bacharelado na área de Produção Cultural¹⁷⁸ no Campus de Limeira – que foi inaugurado em 2009¹⁷⁹ –, mas o projeto ainda não saiu do papel:

A complexidade crescente que vem se verificando no âmbito da produção das atividades artísticas e culturais exige a formação de profissionais que possam atuar com o máximo de eficácia na condição de mediadores entre os agentes criadores de arte e cultura, as políticas públicas e o mundo empresarial. (...) Por essas razões, pretende-se proporcionar aos estudantes deste curso uma formação multidisciplinar e, ao mesmo tempo, teórica e prática. A matriz curricular deverá atender às necessidades de se assegurar ao futuro profissional uma formação que lhe possibilite compreender os processos culturais da sociedade contemporânea, a natureza e a importância das políticas culturais, a estrutura e funcionamento das indústrias da cultura e os diversos campos em que se dá a produção cultural e artística de um modo geral. Além disso, será oferecido um conjunto de disciplinas com conteúdos que contemplem marketing cultural, administração financeira, legislação, informática, elaboração e execução de projetos, etc., com a finalidade de instrumentalizar o profissional para a prática da produção e gestão de eventos artísticos e culturais.¹⁸⁰

¹⁷⁷ <http://www.ihac.ufba.br/portugues/wp-content/uploads/2010/05/politicas-e-gestao-da-cultura.pdf> (acesso em 31/05/2010).

¹⁷⁸ <http://www.prg.unicamp.br/novocampuslimeira/Artes.pdf> (acesso em 31/08/2009).

¹⁷⁹ <http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2008/05/27/novo-campus-de-limeira-abre-em-2009-com-480-vagas> (acesso em 31/08/2009).

¹⁸⁰ http://www.prg.unicamp.br/novocampuslimeira/novos_cursos_em_Limeira.pdf (acesso em 31/08/2009).

Em São Paulo vale destacar, como cursos de curta duração que são oferecidos com regularidade, o trabalho das Oficinas Culturais. Criadas desde o ano de 1986, as Oficinas Culturais são espaços destinados às atividades culturais para a aquisição de conhecimentos e vivências de experimentação e de contato com diversas formas de expressão culturais, financiados com recurso público.

Ao adotar o método conhecido como “formação continuada”, as Oficinas Culturais do Estado de São Paulo estimulam tanto a disseminação do conhecimento, por meio de atividades práticas e dinâmicas, quanto o contínuo e profícuo encontro de grandes artistas e profissionais da cultura com jovens agentes culturais em processo de formação, além de aproximar a população de atividades culturais de qualidade.¹⁸¹

A Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo (ASSAOC), Organização Social de cultura, era responsável, de abril de 2005 até agosto de 2010, pela gestão das Oficinas Culturais implantadas no estado. As Oficinas Culturais estão presentes na capital (sete unidades) e no interior (15 unidades), e são subordinadas à Unidade de Formação Cultural (UFC). A partir de agosto de 2010 a gestão das Oficinas Culturais se dá através da Organização Social de cultura Poesis. A entidade, assim como a ASSAOC, faz parte de um novo modelo de gestão de políticas públicas, implantado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo desde 2004 na Lei Complementar n° 846/98 e Decreto Estadual n° 43.493/98, que permite transformar instituições sem fins lucrativos atuantes na área cultural em Organizações Sociais (OS), lhes transferindo a responsabilidade da gestão de espaços públicos antes geridos pela Secretaria.

A programação das atividades pode ser conferida no *site*: <http://www.oficinasulturais.org.br/>. 14 unidades oferecem cursos variados na área da organização da cultura, conforme podemos observar na tabela extraída do mapeamento que segue abaixo, onde listamos 30 cursos:

TABELA 4: Cursos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo

Oficinas Culturais do Estado de São Paulo	
Setor:	Oficina Cultural Regional Fred Navarro
Curso:	Workshop de Gestão e Produção Cultural
Curso:	Ciclo de Estudos sobre Gestão Cultural: a Comunicação na Divulgação de Eventos

¹⁸¹ http://www.poesis.org.br/poesis/p_oficinasulturais.html (acesso em 16/12/2010).

Oficinas Culturais do Estado de São Paulo

Curso:	Oficina de Planejamento de Eventos Culturais
Curso:	Oficina de Gestão Cultural Realizando Oficinas Culturais
Curso:	Oficina de Produção de Eventos Culturais
Curso:	Oficina de Marketing Cultural
Curso:	Oficina de Gestão de Associações Culturais
Curso:	Oficina de Formatação de Projetos e Captação de Recursos
Sector:	Oficina Cultural Regional Hilda Hilst
Curso:	Oficina de Elaboração de Projetos Culturais
Sector:	Oficina Cultural Oswald de Andrade
Curso:	Oficina de Gestão Cultural: Estratégias Sustentáveis para a Produção Cultural
Sector:	Oficina Cultural Regional Tarsila do Amaral
Curso:	Curso de Elaboração de Oficinas e Projetos Culturais
Sector:	Oficina Cultural Regional Gerson de Abreu
Curso:	Oficina de Gestão Cultural - Quilombola
Curso:	Workshop de Gestão Cultural e Elaboração de Projetos
Sector:	Oficina Cultural Regional Pagu
Curso:	Oficina de Elaboração de Projetos Culturais
Curso:	Oficina de Produção de Cinema
Curso:	Oficina de Circo - Produção e Montagem
Sector:	Oficina Cultural Regional Altino Bondesan
Curso:	Oficina para Elaboração de Mostra Musical
Curso:	Workshop de Produção Cultural Regional
Curso:	Workshop de Gestão e Produção Cultural
Curso:	Oficina de Produção de Vídeo
Sector:	Oficina Cultural Regional Candido Portinari
Curso:	Oficina de Produção de Curta-metragem
Curso:	Oficina de Produção de Audiolivro
Curso:	Oficina de Orientação de Grupos para Montagem Teatral
Sector:	Oficina Cultural Regional Carlos Gomes
Curso:	Oficina de Captação de Recursos e Leis de Incentivo à Cultura
Sector:	Oficina Cultural Regional Guiomar Novaes
Curso:	Oficina de Elaboração de Campanha Publicitária para Eventos Culturais
Sector:	Oficina Cultural Regional Timochenco Wehbi
Curso:	Oficina de Produção e Captação para Documentários
Curso:	Workshop Cultura e Comunidade - Uma Abordagem de Valores
Sector:	Oficina Cultural Regional Luiz Gonzaga
Curso:	Oficina de Produção Audiovisual
Sector:	Oficina Cultural Regional Glauco Pinto de Moraes
Curso:	Oficina de Elaboração e Produção de Eventos Culturais
Sector:	Oficina Cultural Regional Grande Otelo
Curso:	Oficina de Valorização do Patrimônio Cultural

Fonte: <http://www.organizacaoocultural.ufba.br/> (acesso em 16/12/2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto internacional, cada vez mais as funções na área da organização da cultura ficam evidentes e explícitas, como um agente dentro do campo e da dinâmica das profissões, e, neste sentido, os diversos programas acadêmicos têm contribuído para a profissionalização da prática dessa área, ao abandonar aos poucos o campo do empirismo e requerer uma maior sistematização de reflexões. Independente de problemas de conceituação, a organização da cultura é um campo ainda em processo de constituição que vem exigindo desses profissionais conhecimentos aprofundados sobre cultura e o domínio das práticas e técnicas inerentes ao seu universo de atuação.

Esse processo de profissionalização tem sido gradual e diferenciado em diversos países, e a formação aparece como um fator que contribui para a construção dessa identidade profissional. Uma primeira etapa do processo, como observado ao longo desta tese, é a emergência de um campo de ação, quando temos, por exemplo, a criação dos primeiros cursos universitários nos Estados Unidos na década de 1960. Temos ainda no mesmo período um marco fundador internacional no campo das políticas culturais, com a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, no comando de André Malraux, no ano de 1959. Processo que continuou com o descobrimento da necessidade de uma maior formalização desse campo de atuação, na busca de um maior reconhecimento social desse novo perfil de agente profissional.

As atividades da organização da cultura, tais como vistas anteriormente, passaram a demandar a existência de agentes determinados e profissões especializadas. E neste contexto de necessidades surge a figura do profissional que inicialmente foi descobrindo a ocupação pela experiência cotidiana das práticas culturais, levado pelas circunstâncias e oportunidades criadas pelo novo ofício. Cria-se então um terreno mais propício para inserção de novos agentes que atualmente, mediante formação sistemática e reconhecimento de pares, apresentam-se à sociedade de forma mais direcionada e profissional. Com o surgimento de inúmeros estabelecimentos de arte e cultura bem como através da dinamização dos setores editoriais, cinematográficos, fonográficos e de patrimônio histórico, desenvolve-se um importante mercado para esse profissional.

Tivemos a oportunidade de abordar nesta tese as diferentes terminologias utilizadas para definir os agentes que compõem a organização da cultura, buscando traçar as suas características, semelhanças e diferenças. Essas nomeações ainda geram controvérsias e dúvidas acerca dos seus significados e atribuições, devido às linhas tênues de conformação e atuação da área.

No contexto brasileiro pudemos perceber o andamento desse processo de profissionalização, desde o fortalecimento do termo “produtor cultural” a partir das políticas culturais centradas nas leis de incentivo público à cultura até os processos atuais de uma retomada do que seria uma gestão pública de forma ativa na área da cultura. Percebemos ainda a crescente legitimização de diferentes atuações e a busca de uma maior diversificação da oferta formativa na área.

Interessante notar, por exemplo, na cobertura do caderno de empregos do jornal *A Tarde*, como a área da organização da cultura foi pautada em dois momentos distintos. Primeiro em matéria veiculada na capa do então caderno Emprego & Mercado do dia 27 de abril de 2003, onde era colocada a questão “Tem vaga para produtor cultural?”. A matéria traça um panorama desse campo de atuação, abordando os percalços de uma formação no “campo de batalha”. Já a matéria veiculada na contracapa do caderno Empregos & Negócios do dia 17 de junho de 2007 afirma no seu título “Interesse por cultura amplia oportunidades para produtor”, detalhando aspectos e experiências desse mercado, além das possibilidades de formação na área (FIGURA 7).

FIGURA 7: Manchetes do jornal *A Tarde*



Fonte: A Tarde, 27 de abril de 2003.



Fonte: A Tarde, 17 de junho de 2007.

No documentário *A essência e o número*, encartado no livro *Economia da Cultura* (CRIBARI, 2009), o superintendente do Itaú Cultural, Eduardo Saron, afirma que “a universidade não forma gestores culturais”. Podemos concordar que a universidade não consegue formar gestores culturais na proporção que a demanda na contemporaneidade exige, mas essa afirmação acaba por deixar de lado as experiências que são realizadas nas universidades brasileiras. Se, por um lado, não temos a abertura de cursos de graduação nessa área no ritmo que gostaríamos, é importante refletirmos sobre as práticas existentes no campo. Um dado que merece ser destacado, por exemplo, é a quantidade de gestores culturais formados no curso de produção cultural da UFBA atuantes no período de 2007 a 2010 na

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, desde os cargos de superintendente de Promoção Cultural¹⁸² até as funções de estagiários¹⁸³.

Esperamos que, através deste estudo, tenhamos conseguido fornecer um panorama da situação atual da formação de especialistas em organização da cultura, o que permitiu a análise e a identificação de lacunas e deficiências na oferta de formação. Além disso, ele disponibiliza, através do seu banco de dados *on-line*, informações sobre os programas de formação existentes no Brasil para futuros profissionais e alunos interessados em iniciar e/ou prosseguir os seus estudos nas áreas investigadas. Estas informações devem permitir que esses estudantes possam identificar os cursos de formação e programas que correspondam às suas necessidades específicas. Conseqüentemente, este estudo pode auxiliar o planejamento de políticas para a área, sendo uma das bases de informação, por exemplo, para a formulação e implementação do SNC.

Experiências como a do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), são importantes de serem levadas em conta na expansão do ensino universitário em determinada área. A necessidade de implementação de programas de capacitação de profissionais envolvidos com atividades no campo da museologia foi identificada desde o início das discussões para a definição das diretrizes da Política Nacional de Museus (DEMU, 2005:15). Conforme apresentamos no segundo capítulo, um eixo específico chamado Formação e Capacitação de Recursos Humanos foi incluído na Política Nacional de Museus e, no segundo semestre de 2003, foi criado o Programa de Capacitação e Formação em Museologia, sob a coordenação direta do então Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), hoje IBRAM. O instituto teve um papel relevante no sentido de estimular a criação de novos cursos, junto ao MEC e junto às reitorias. A partir de 2004, foram construídas parcerias com as universidades federais para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia, desde então, foram implantados 12 novos cursos de graduação (IBRAM, 2010:63), um aumento de 600% quando comparamos essa oferta formativa com os dois cursos pioneiros na área – um fundado em 1932 e outro em 1970.

¹⁸² <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/superintendencias/> (acesso em 06/01/2011).

¹⁸³ “Para os 55 egressos que responderam que atuam na área de comunicação e produção cultural, destacamos os seguintes dados: 20 egressos atuantes disseram trabalhar nas diversas áreas analíticas, políticas e de gestão e produção culturais da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), o que totaliza aproximadamente 37% dos egressos que atuam na área” (MELLO, 2009:72).

O aumento de cursos de formação na área da organização da cultura foi abordado pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia, ao solicitar, através de carta aos reitores das universidades baianas públicas e privadas, datada de 06 de novembro de 2008, que “amplie as suas atividades no campo da cultura, aumentando sua atuação em: extensão, pesquisa, e ensino de graduação e pós-graduação (...) em especial, que sejam criados novos cursos (...) para a área da organização da cultura”¹⁸⁴; e através de recomendação, também com a mesma data, à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia “no sentido de dar prioridade ao tema da capacitação de pessoal em suas políticas voltadas para o campo da cultura”¹⁸⁵. Infelizmente cartas como essa não atuam de forma deliberativa, sendo apenas uma diretriz apontada para que outros órgãos, que tenham a competência devida de implantar ações na área, decidam fazê-la ou não. É preciso, de modo semelhante ao realizado pelo IBRAM, que esse estímulo seja feito de forma mais eficaz.

Pudemos verificar ao longo deste trabalho que a falta de políticas públicas no setor prejudica a relação pretendida entre formação e profissionalização do campo, hipótese levantada na introdução. O fortalecimento das capacidades dos agentes implicados nos processos de gestão e de produção cultural deve ser buscado através de ações de formação e de capacitação, de intercâmbio e de troca de conhecimentos e experiências. Podemos ver várias ações esporádicas e pontuais nessa área, desde seminários a cursos de capacitação, mas o processo urge por uma política estruturada de oferta de ensino técnico e centros universitários para ampliar a sua ação e efetividade, trazendo melhorias e incrementos para o sistema cultural como um todo.

A partir dos dados apresentados pelo mapeamento podemos fazer algumas deduções sobre o “estado da arte” no que se refere à formação em organização da cultura no Brasil. Dados que apontam para a necessidade premente de se elaborar no país uma política nacional voltada para essa questão (RUBIM et al., 2010), tal como abordado pelo SNC e sua proposta de “Política Nacional de Formação na Área da Cultura”.

Segundo os dados apresentados no terceiro capítulo, o primeiro ponto a justificar tal política é a fragilidade acadêmica da formação no setor (RUBIM et al., 2010). Quando falamos sobre a organização da cultura, temos no Brasil um campo não estabelecido.

¹⁸⁴ <http://conselhodeculturaba.wordpress.com/reunioes/documentos/> (acesso em 08/11/2008).

¹⁸⁵ Indicação nº 006/2008. <http://conselhodeculturaba.wordpress.com/reunioes/documentos/> (acesso em 08/11/2008).

Contexto que se revela nos dados apresentados e analisados: a maior parte dos cursos pesquisados (75,88%) é qualificada como “extensão”; a limitada abrangência nacional dos cursos (apenas 7,73%); a pouca quantidade de diferentes procedimentos metodológicos, tais como práticas (10,90%) e cursos a distância (4,27%); a pouca quantidade de processos seletivos para a admissão do aluno (apenas 13,04% – faltam exigências quanto ao ingresso dos alunos além dos aspectos financeiros envolvidos); e pouca avaliação (apenas um quarto dos cursos traz a exigência de trabalhos finais para a sua conclusão – 24,23%).

Temos ainda 63,75% de cursos sem frequência definida, ou seja, não há certeza de que sejam ofertados com periodicidade. O que podemos deduzir desses dados é que são cursos voltados para uma formação rápida na área de produção cultural: elaboração de projetos; captação de recursos e execução de produtos e serviços culturais – devido ao predomínio quase absoluto de cursos rápidos em produção cultural (70,18%). É preciso, portanto, traçar um amplo investimento na área de formação, para podermos ir além deste quadro de fragilidades. Disto se depreende a necessidade de criação de cursos de graduação, não apenas tecnológicos, e de pós-graduação na área da organização da cultura, o que implica na parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, bem como de cursos de extensão com uma formação mais ampla, que não se restrinjam apenas à produção, mas também incorporem a gestão e, principalmente, a política cultural.

Outro ponto a ser abordado são os aspectos regionais (RUBIM et al., 2010). Constatamos que a grande maioria das instituições envolvidas com formação em organização da cultura encontra-se na região Sudeste (48,44%), e mais especificamente em São Paulo (20,70%) e Rio de Janeiro (17,19%). O outro lado crítico deste dado é de que a região Norte possui apenas 3,52% de instituições atuantes no setor, sendo que os estados do Amapá, Roraima e Tocantins não apresentam nenhuma. Esta situação torna-se mais grave quando constatamos que apenas 4,27% dos cursos trabalham com educação a distância, uma ferramenta que poderia auxiliar na expansão deles para localidades que ainda não dispõem de instituições fixadas, por exemplo. A essa realidade de concentração regional das instituições que trabalham com formação em organização da cultura, soma-se o dado de que quase a metade delas é privada (49%), enquanto a outra metade se divide entre instituições ligadas ao governo, nas mais diversas instâncias (federal, estadual e municipal) e formatos institucionais

(secretarias e fundações de cultura, universidades, demais órgãos governamentais), e à sociedade civil organizada.

No quinto capítulo pudemos desenhar um quadro mais detalhado das experiências formativas de graduação plena e tecnológica na área da organização da cultura. A partir dos dados coletados, estabelecemos um comparativo que demonstra um quadro bastante variável em relação à configuração das cargas horárias dos cursos, não sendo um fator que especifique a diferença da formação tecnológica ou plena. Percebemos ainda algumas semelhanças e algumas particularidades na normalização de certos conteúdos programáticos, dados que estão numa contracorrente em relação ao mapeamento apresentado no terceiro capítulo. Por exemplo, a área temática da “Gestão cultural” ficou relacionada em quinto lugar no mapeamento geral, ao contrário da integralidade dos cursos de graduação que trabalham esse conteúdo em seus currículos. Dentre as disciplinas que estabelecem uma maior diferença entre a graduação plena e a graduação tecnológica vemos um enfoque em áreas como “Produção executiva” nos cursos superiores de tecnologia, enquanto termos como “Políticas culturais” aparecem quatro vezes mais em cursos de graduação plena. Infelizmente os cursos não trouxeram, no estabelecimento dos seus currículos, disciplinas com enfoque principal nas áreas de “Cultura e desenvolvimento”, “Economia da cultura”, e “Cooperação e intercâmbio culturais”, temas considerados essenciais na área (RUBIM, A., 2005).

Um fator importante a ser considerado na formação – não somente na área da organização da cultura –, quando tratamos das grades programáticas dos cursos é a atuação dos professores que ministram tais disciplinas. A análise quantitativa não permite um olhar mais aprofundado no modo como são realizadas tais atividades, já que é notório que podemos ter a melhor ementa possível para determinado currículo, mas se não tivermos um profissional capacitado por detrás dessa metodologia não teremos o efeito esperado nessa formação. De que adianta uma disciplina intitulada “Políticas culturais”, bem posicionada numa grade, se o professor não tiver a qualificação devida para ministrá-la? Teríamos um vazio, pensando de forma hipotética, no que diz respeito a tal formação. Infelizmente para esse outro olhar seria necessária outra metodologia de trabalho, na qual teríamos que estar presentes no dia-a-dia das instituições mapeadas e realizar pesquisas qualitativas com os discentes, público ativo dessa formação.

Os cursos de graduação plena também apresentam outros aspectos diferenciados em relação ao currículo, como, por exemplo, a realização de um TCC, peça fundamental de avaliação para a finalização do curso pelos alunos. Outro item a ser observado é em relação a disciplinas optativas e/ou eletivas, que também estão na totalidade dos cursos de graduação, mas só pôde ser observado em quatro cursos de graduação tecnológica. Um aspecto acadêmico-pedagógico que vale a pena ser ressaltado, enquanto maior liberdade do aluno para trilhar a sua própria formação.

Além destes aspectos de conteúdo e procedimentos pedagógicos, a estruturação de práticas de formação também carece da sistematização técnica/acadêmica do modo de operação da área (SEMPERE et al., 2007). Dessa maneira é importante que tenhamos um crescimento da bibliografia da área no Brasil. A circulação de reflexões, manuais e saberes no campo da organização da cultura é ainda incipiente, por isso se faz necessário o trabalho de compêndio das experiências acumuladas. Alguns livros do cenário internacional trazem, como uma das formas de ordenar o conhecimento prático existente no campo, estudos de caso e análises de experiências¹⁸⁶. Tais publicações, de algum modo, ampliam a bibliografia existente, mas carecem de maiores aprofundamentos teóricos sobre o campo. Há um compartilhamento de conhecimento baseado em experiências práticas de vida organizadas, para que outros profissionais que tiverem acesso a esse material, por exemplo, possam não realizar os mesmos erros apontados. No Brasil também temos um movimento de publicação neste sentido¹⁸⁷, mas é preciso ainda um trabalho mais amplo e reflexivo sobre esse campo de atuação para conseguirmos caminhar rumo a um maior reconhecimento do mesmo.

É preciso avançar ainda na construção de redes, para que a atuação em formação nessa área possa ser trabalhada de maneira mais coordenada entre as diversas instituições (poder público federal, estados, municípios, universidades, empresas privadas e do terceiro setor). A formação de redes vem se consolidando cada vez mais como uma ação importante para uma estratégia de desenvolvimento, na qual através dessas instituições podemos criar um sistema

¹⁸⁶ Para ilustrar essa afirmação podemos citar as seguintes publicações: LANGLEY, 1976; AILLAGON et al., 1996; SHAGAN, 1996; D'ARCIER et al., 1999; BECK, 2002; MARÍN, 2002; OLMOS e GÜEMES, 2004; BONET et al., 2006; THONON, 2006; YEOMAN, 2006; COLOMBO et al., 2008; GÓMEZ ZÚÑIGA, 2008; LACARRIEU e ALVAREZ, 2008; SCHRAIER, 2008; CNCA, 2009; WORTMAN, 2009; BARRAZA e AGUILERA, 2010.

¹⁸⁷ Como já listamos anteriormente no primeiro capítulo desta tese: ALMEIDA, 1992; ALMEIDA, 1998; CESNIK e MALAGODI, 2001; CUNHA FILHO, 2002; RODRIGUES, 2002; LEITÃO, 2003; NATALE e OLIVIERI, 2003; BOULAY, 2004; PARIZZI, 2005; KAMEL, 2006; MARQUES, 2007; BARRETO, 2008; FRANCEZ et al., 2009; LOBO, 2009; OLIVEIRA, 2010; SALAZAR, 2010; SILVA, 2010.

em relação as suas atuações. Temos, por exemplo, a constituição da rede norte-americana na área, a *Association of Arts Administration Educators* (AAAE), que, preocupados com o desenvolvimento contínuo no campo, realizam encontros para troca de informações sobre os programas e para fortalecer a organização formal de um grupo nacional, potencializando as suas ações.

As instituições que trabalham com formação na área precisam reconhecer que a sua iniciativa é crucial para a profissionalização da organização da cultura, hipótese central deste trabalho. Por isso, elas devem ficar atentas às exigências do campo, através de: a) estudos regulares para as suas necessidades locais de formação; b) ajustes – dentro das limitações do sistema atual –, dos currículos e da metodologia dos programas que estão sendo realizados tendo em vista as necessidades de conhecimento desse campo profissional; c) dar mais atenção à investigação centrada em questões essenciais para o desenvolvimento da organização da cultura; d) introduzir formas inovadoras de formação, com uma maior participação de profissionais da área e de espaços de prática; e e) trabalhar no sentido de estabelecer critérios de avaliação para o ensino da organização da cultura, também através da colaboração internacional no âmbito de redes. Nesse amplo quadro de possibilidades e deficiências concluímos este trabalho, com a perspectiva de termos contribuído para o desenvolvimento acadêmico da área da organização da cultura no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; e HORKHEIMER, Max. A Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

AILLAGON, Jean-Jacques et al. **Médiateurs culturels: témoignages et investigation en France**. Dijon: Les Presses du réel, 1996.

ALBANEL, Christine. **L'enseignement supérieur Culture**. Paris: Ministère de la culture e de la communication, 2007.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; e ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

ALMEIDA, Candido José Mendes de (org.). **Marketing cultural ao vivo: depoimentos**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

ALMEIDA, Marcia de. **Afinal, o que é produção?** Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1998.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodología y práctica de la animación socio-cultural**. Buenos Aires: LUMEN/HVMANITAS, 1997.

AUGUSTIN, Jean-Pierre; e GILLET, Jean-Claude. **La animación sociocultural: estrategia de acción al servicio de las comunidades**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

AVELAR, Rômulo. **O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural**. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008

BARBA, Alfonso Hernández. Dilemas para os gestores culturais: uma proposta formativa com cinco eixos. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2009.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Albino; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

BARBOSA, Ana Mae; e COUTINHO, Rejane Galvão. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BARBOSA, Lúcia Machado; BARROS, Maria do Rosário Negreiros; e BIZERRA, Maria da Conceição (orgs.). **Ação cultural: idéias e conceitos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

- BARRAZA, María Inés Silva; e AGUILERA, Alejandro Vera. **Proyectos en artes y cultura: criterios y estrategias para su formulación**. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2010.
- BARRETO, Alexandre. **Aprenda a organizar um show**. Porto Alegre: Imagina Conteúdo Criativo, 2008.
- BAUERLEIN, Mark. **National Endowment for the Arts: a history, 1965–2008**. Washington: NEA, 2009.
- BAYARDO, Rubens. A gestão cultural e a questão da formação. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**. N° 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- BECK, Andrew (org.). **Cultural work: understanding the cultural industries**. New York: Routledge, 2002.
- BEILLEROT, Jacky. Médiation. In: **Dictionnaire encyclopédique de l'éducation et de la formation**. Paris: Nathan, 2000.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONET, Lluís; CASTAÑER, Xavier; e FONT, Josep (orgs.). **Gestión de proyectos culturales: análisis de casos**. Barcelona: Ariel, 2006.
- BOTELHO, Isaura. As leis de incentivo fiscais à cultura. In: FRANCESCHI, Antonio de et al. **Marketing cultural: um investimento com qualidade**. São Paulo: Informações Culturais, 1998.
- _____. **Romance de Formação: FUNARTE e política cultural, 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BOULAY, Marinilda Bertolete (org.). **Guia do Mercado Brasileiro de Música**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007b.
- _____; e WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **As profissões do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

- _____. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- _____. Cultura nas eleições. **Cultura e Mercado**. 06 de agosto de 2010. <http://www.culturaemercado.com.br/headline/cultura-nas-eleicoes/> (acesso em 06/08/2010).
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Gestão pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula**. Brasília: MP, SEGES, 2003.
- BRITO, Moema Renart de. **Manual de administração teatral**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1973.
- BYRNES, William J. **Management and the arts**. Boston: Focal Press, 2003.
- CABANAS, José María Quintana. Relaciones entre Animación sociocultural y Gestión cultural. In: **Pedagogía Social**. N° 12, 1995.
- CAILLET, Elisabeth. **Médiateurs pour l'art contemporain**. Paris: La documentation Française, 2000.
- CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- _____. **História da política cultural no Brasil: 1964 aos anos 2000**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006.
- _____. Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros: um quadro contemporâneo. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**. N° 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- _____. Políticas culturais: à guisa de apresentação. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2009.
- _____. **Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais, mercado e espaço público regional. In: ÁLVAREZ, Gabriel O. **Indústrias culturais no Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.
- _____. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAUNE, Jean. **Pour une éthique de la médiation: le sens des pratiques culturelles**. Saint-Martin-d'Hères (Isère): Presses Universitaires de Grenoble (PUG), 1999.
- CESNIK, Fábio de Sá; e MALAGODI, Maria Eugênia. **Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

_____. **Guia do Incentivo à Cultura**. Barueri: Manole, 2007.

CHABANEAU, Luis Enrique. Gestor cultural, una profesión emergente. In: **Revista Prisma** n° 8 - Gestão cultural. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 1997.

CHAUÍ, Marilena; CANDIDO, Antonio; ABRAMO, Lelia; e MOSTAÇO, Edécio. **Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIAPELLO, Eve. **Artistes versus managers: le management culturel face à la critique artiste**. Paris: Editions Métailié, 1998.

CHONG, Derrick. **Arts management**. New York: Routledge, 2002.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

COLOMBO, Alba; e CERZUELA, David Roselló (orgs.). **Gestión cultural: estudios de caso**. Barcelona: Ariel, 2008.

CONGRESSO DE CULTURA IBERO-AMERICANA. **Declaração de São Paulo**. São Paulo, 03 de outubro de 2009.

CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES – CNCA. **Guía para la Gestión de Proyectos Culturales**. Valparaíso: CNCA, 2009.

CORRÊA, Marcos. **Do marketing ao desenvolvimento cultural**. Belo Horizonte: 2004.

COSTA, Ivan Freitas da. **Marketing cultural: o patrocínio de atividades culturais como ferramenta de construção de marca**. São Paulo: Atlas, 2004

COSTA, Leonardo Figueiredo. Precedentes para uma análise sobre a formação e a atuação dos produtores culturais. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; e DALMONTE, Edson Fernando (orgs.). **Comunicação e pesquisa: região, mercado e sociedade digital**. Salvador: Edufba, 2007.

_____. Uma reflexão sobre as políticas públicas e a questão da formação na área cultural. In: **IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)**. Salvador, 2008.

_____; MELLO, Ugo; e FONTES, Viviane. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, Albino (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

CRESPI, Franco. **Manual de Sociologia da Cultura**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

CRIBARI, Isabela (org.). **Economia da Cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

CUNHA, Maria Helena. Formação do Profissional de Cultura: desafios e perspectivas. In: BRANT, Leonardo (org.). **Políticas Culturais**. Barueri: Manole, 2003.

- _____. **Gestão cultural: profissão em formação.** Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.
- _____. Recursos humanos da cultura: perfil, nível e área de formação nos municípios brasileiros. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: reflexões e ações.** São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria e prática da gestão cultural.** Fortaleza: UNIFOR, 2002.
- D'ARCIER, Bernard Faivre; HERAS, Guillermo; e ZABARTE, María Eugenia (orgs.). **Estrategias para una nueva gestión cultural: tres experiencias significativas.** Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- DAVALLON, Jean. **Etat des lieux des professionnels de la médiation culturelle en Rhône-Alpes.** 2006.
- DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIIS – DEMU. **Política nacional de museus: relatório de gestão 2003 - 2004.** Brasília: MinC, 2005.
- DJIAN, Jean-Michel. **Les métiers du spectacle: théâtre, musique, danse, art lyrique, cirque et cinéma.** Paris: Le Monde-Éditions, 1995.
- _____. **Ingénierie et management culturels: métiers et filières de formation.** Paris: Association Française d'Action Artistique (AFAA), 1997.
- _____. **Politique culturelle: la fin d'un mythe.** Paris: Gallimard, 2005.
- DUBAR, Claude; e TRIPIER, Pierre. **Sociologie des professions.** Paris: Armand Colin, 1988.
- DURAND, José Carlos. **Public and private art funding in Brazil.** São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV. Relatório de Pesquisa n.3, 2000a.
- _____. **Política e gestão cultural: Brasil, EUA, Europa.** São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV. Relatório de Pesquisa n.13, 2000b.
- ÉVRARD, Yves (org.). **Le management des entreprises artistiques et culturelles.** Paris: Economica, 2004
- FAUCHE, Anne. La médiation-présence. In: **La lettre de l'Ocim.** 2002.
- FISCHER, Micky. **Marketing cultural: legislação, planejamento e exemplos práticos.** São Paulo: Global, 2002.
- FRANCEZ, Andréa; NETTO, José Carlos Costa; e D'ANTINO, Sérgio Famá (orgs.). **Manual do direito do entretenimento: guia de produção cultural.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.
- GIL, Gilberto. Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MinC. In: LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). **Seminário Cultura XXI: seleção de textos.** Fortaleza: Secult, 2006.

- GIRARD, Augustin. Les politiques culturelles d'André Malraux à Jack Lang. In: SAEZ, Guy (org.). **Institutions et vie culturelles**. Paris: La Documentation Française, 2005.
- GÓMEZ ZÚÑIGA, Rocío Del Socorro. **Gestión cultural: conceptos y herramientas**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- GUÉDEZ, Víctor; e MENÉNDEZ, Carmen (orgs.). **Formación en gestión cultural**. Bogotá: SECAB, 1994.
- HERRASTI, Daniel Coulomb. **Aproximación a la política cultural del siglo XXI: los casos argentino y mexicano**. Dissertação, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2006.
- IBERFORMAT. **I Seminario de Formación de Formadores en el Campo de la Gestión Cultural**. México: 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Relatório de gestão 2003-2010**. Brasília: MinC, 2010.
- INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIVA. **Perfil de empresas patrocinadoras**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Gestão ou Gestação Pública da Cultura: algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: RUBIM, Albino; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.
- KAMEL, José Augusto Nogueira (org.). **Engenharia do entretenimento: meu vício, minha virtude**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- LACARRIEU, Mónica; e ALVAREZ, Marcelo (orgs.). **La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos**. Buenos Aires: La Crujía, 2008.
- LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- LANGLEY, Stephen (org.). **Producers on producing: a series of interviews with theatrical producers**. New York: Drama Book Specialists, 1976.
- _____; e ABRUZZO, James. **Jobs in arts and media management**. New York: American Council for the Arts, 1990.
- LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). **Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; e CUNHA, Paulo (orgs.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LENOIR, Yves. Três interpretações da perspectiva interdisciplinar em educação em função de três tradições culturais distintas. In: **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2005-2006.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIOT, Françoise. **Le métier d'artiste: les transformations de la profession artistique face aux politiques de soutien à la création**. Paris: L'Harmattan, 2005.

LOBO, Carla. **Diário de produção: relatos, dicas, experiências e casos de quem aprendeu a produção cultural na prática**. Belo Horizonte: Ed. da autora, 2009.

LORDELO, José Albertino; SILVEIRA, Olívia Maria Costa; e GALVÃO, Daiane Barbosa. Formação profissional no ProJovem: quem são e o que pensam os participantes? In: FARTES, Vera Lúcia Bueno (org.). **Formação, saberes profissionais e profissionalização em múltiplos contextos: sentidos, políticas, práticas**. Salvador: Edufba, 2008.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. Salvador: Edufba, 2008.

LYRA, Heloísa (org.). **A cena pelo avesso: subsídios para apostila sobre a organização do conhecimento da administração teatral**. Rio de Janeiro: FUNDACEN, 1989.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes. **Marketing cultural: das práticas à teoria**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARÍN, Guillermo. **Manual básico del promotor cultural**. Oaxaca: Editorial Tlatocan, 2002.

MARQUES, Aída. **Idéias em movimento: produzindo e realizando filmes no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. In: **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995.

MATOS, Manuel Santos e. **Teorias e Práticas da Formação: contributos para a reabilitação do trabalho pedagógico**. Porto: Edições ASA, 1999.

MEDRANO, Blanca Brambila. La formación para el promotor cultural en México: antecedentes y características. In: OROZCO, José Luis Mariscal (org.). **Educación y gestión cultural: experiencias de acciones culturales en prácticas educativas**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2009.

MELLO, Ugo Barbosa de. **Formação em Produção Cultural – UFBA: uma análise dos alunos egressos entre 1999 - 2008**. Monografia, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2009.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing de Patrocínio**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2000.

MICELI, Sérgio. As tradições do mecenato europeu nos campos das artes cênicas, da música e de rádio-televisão. In: MICELI, Sérgio; e GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MILLER, Toby; e YÚDICE, George. **Política cultural**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC. **Cultura é um bom negócio**. Brasília: MinC, 1995.

_____. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2006.

_____. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: MinC, 2007a.

_____. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Brasília, DF: MinC, 2007b.

_____. **Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2008.

_____. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. **Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura: versão aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural (26/08/2009)**. Brasília: MinC, 2009.

_____. **Caderno de propostas: Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Livres**. Brasília: MinC, 2010a.

_____. **Propostas prioritárias**. Brasília: MinC, 2010b.
<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf> (acesso em 14/03/2010).

_____. **Estratégias setoriais prioritárias**. Brasília: MinC, 2010c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> (acesso em 19/08/2010).

_____. **Parecer CNE/CES436/2001**, de 02 de abril de 2001.
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> (acesso em 22/08/2010).

_____. **Resolução CNE/CP 3**, de 18 de dezembro de 2002.
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_resol3.pdf (acesso em 22/08/2010).

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília: MEC, 2004a.

_____. **Portaria nº 4.363**, de 29 de dezembro de 2004(b).
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria4363-04sequenciais.pdf> (acesso em 22/08/2010).

_____. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11741.htm (acesso em 22/08/2010).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. **Política Nacional de Cultura**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

MOLLARD, Claude. **L'ingénierie culturelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MOREIRA, Elena. **Gestión cultural: herramienta para la democratización de los consumos culturales**. Buenos Aires: Longseller, 2003.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MUGNIER, Hélène. **Art et management: du fantasme à la réalité**. Paris: Les Éditions DEMOS, 2007.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing Cultural & Comunicação Dirigida**. São Paulo: Globo, 2000.

NATALE, Edson; e OLIVIERI, Cristiane. **Guia Brasileiro de Produção Cultural 2004**. São Paulo: Editora Zé do Livro, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice; e CATANI, Afrânio. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós) modernos**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

OEI. **Conceptos básicos de administración y gestión cultural**. Madri: Organización dos Estados Ibero-Americanos, 1998.

_____. **Formación en Gestión Cultural y Políticas Culturales: Directorio Iberoamericano de Centros de Formación Cultural y Políticas Culturales**. Madri: Organización dos Estados Ibero-Americanos, 2004.

OLIVEIRA, Afonso. **Método Canavial: introdução a produção cultural**. Olinda: Associação Reviva, 2010.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura Neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

OLMOS, Héctor Ariel; e GÜEMES, Ricardo Santillán (orgs.). **El gestor cultural: ideas y experiencias para su capacitación**. Buenos Aires: Fundación Ciccus, 2004

OROZCO, José Luis Mariscal. Formación y capacitación de los gestores culturales. In: **Apertura**. Universidad de Guadalajara (México), número 4, vol. 6, 2006.

PAPADOULOS, Kalliopi. **La crise des intermittent-e-s: vers une nouvelle conception de la culture?** Paris: L'Harmattan, 2005.

PARIZZI, Elaine Thome. **Manual técnico sobre as leis de incentivo à cultura.** Cuiabá: Defanti Editora, 2005.

PEYRIN, Aurélie. **Faire profession de la démocratisation culturelle. Travail, emploi et identité professionnelle des médiateurs de musées.** Tese de doutorado de sociologia, EHESS, 2005.

POUJOL, Geneviève; e MIGNON, Jean-Marie. **Guide de l'animateur socio-culturel.** Paris: Dunod, 2005.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado.** São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

REISS, Alvin H. **The Arts Management Reader.** New York: Marcel Dekker, 1979.

REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL – REVISTA OIC. Nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO, Maria Amélia et al. (orgs.). **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008.** Rio de Janeiro: UERJ/Decult, 2009.

RUAS, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Washington: INDES/BID, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Dos Sentidos do Marketing Cultural. In: MONTORO, Tânia Siqueira (org.). **Comunicação, Cultura, Cidadania e Mobilização Social.** Brasília: UnB, 1997.

_____. A contemporaneidade como idade média. In: **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, p.25-36, 2000.

_____. Formação em Gestão Cultural. In: **IV Campus Euroamericano de Cooperação Cultural.** Salvador, 2005

_____; PITOMBO, Mariella; e RUBIM, Iuri. Actores sociales, redes y políticas culturales. In: LEYTON, José María (org.). **Cátedras de Integración Convenio Andrés Bello.** Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007a.

_____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares.** Salvador: Edufba, 2007b.

_____. Formação em Organização da Cultura no Brasil. In: **Revista Observatório Itaú Cultural.** Nº 6 (jul./set. 2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

_____. Políticas culturais e novos desafios. In: **MATRIZES**, Vol. 2, nº 2, 2009.

_____; BARBALHO, Alexandre; e COSTA, Leonardo. **Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil: relatório final**. 2010. http://www.organizacaocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf (acesso em 19/08/2010).

_____. Cultura ainda ocupa pouco espaço no debate eleitoral, aponta especialista. **Agência Brasil**. 12 de setembro de 2010. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes2010/materia/2010-09-12/cultura-ainda-ocupa-pouco-espaco-no-debate-eleitoral-aponta-especialista> (acesso em 12/09/2010).

RUBIM, Linda. Produção cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: Edufba, 2005.

SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. Currículo e formação: atualizações e experiências na construção de existências singulares. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; e FARTES, Vera Lúcia Bueno (orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: Edufba, 2010.

SALAZAR, Leonardo. **Música Ltda.: o negócio da música para empreendedores**. Recife: SEBRAE, 2010.

SALGADO, Gabriel Melo; PEDRA, Layno Sampaio; e CALDAS, Rebeca dos Santos. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: RUBIM, Albino (org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 27/28, junho de 1989.

SARKOVAS, Yacoff. **Produção Cultural no Brasil**. 20 de agosto de 2010. <http://www.producaocultural.org.br/wp-content/themes/prod-cultural/integra/integra-yacoff-sarkovas.html> (acesso em 29/08/2010).

SCHRAIER, Gustavo. **Laboratorio de Producción Teatral 1: técnicas de gestión y producción aplicadas a proyectos alternativos**. Buenos Aires: Editorial Atuel, 2008.

SEMPERE, Alfons Martinell; BELDA, Elisenda; e VILÀ, Toni (orgs.). **Seminario Internacional: la formación en gestión y políticas culturales para la diversidad cultural y el desarrollo**. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

_____; e CRUZ, Taína López. **Políticas culturales y gestión cultural: organum sobre los conceptos clave de la práctica profesional**. Girona: Documenta Universitaria, 2007.

SERRES-PALSON, Emmanuelle. Les nouveaux espaces communicationnels des musées, médiation culturelle e NTIC en contexte muséal. In: GELLEREAU, Michèle (org.). **Médiation des cultures**. Villeneuve d'Ascq (Nord): Université Charles de Gaulle – Lille 3, 2000.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. **Tecnologia SESI Cultura e as leis de incentivo: desenvolvendo competências para busca de financiamento e viabilização de projetos culturais**. Brasília: SESI/ Departamento Nacional, 2007a.

- _____. **Estudos das leis de incentivo à cultura.** Brasília: SESI/ Departamento Nacional, 2007b.
- SHAGAN, Rena. **Booking & tour management for the performing arts.** New York: Allworth Press, 1996.
- SILVA, Frederico A. Barbosa. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007a.
- _____. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007b.
- SILVA, Liliana Sousa e. Gestão cultural. In: **Coleção Viva Cultura Viva.** São Paulo: CENPEC, 2010.
- STEIN, Tobie S.; e BATHURST, Jessica. **Performing Arts Management: a handbook of professional practices.** New York: Allworth Press, 2008.
- TATSCH, Flavia Galli. **Gestores e mediadores: profissionais da cultura, agentes de transformação.** Dissertação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.
- THONON, Marie (org.). **Médiations et médiateurs.** Saint-Denis: L'Harmattan, 2006.
- UNESCO. **Training in Cultural Policy and Management. International Directory of Training Centers: Europe, Russian Federation, Caucasus, Central Asia.** Bruxelas: ENCATC, 2003.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. In: **Educação & Sociedade.** Ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo, Ática, 2007.
- VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média.** São Paulo: UNESP, 1990.
- VESSILLIER-RESSI, Michèle. **Arts Spectacle: description et évolution des métiers.** Paris: La Documentation Française, 1995.
- WARESQUIEL, Emmanuel de. **Dictionnaire des politiques culturelles de la France depuis 1959.** Paris: CNRS Editions, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- WORTMAN, Ana (org.). **Entre la política y la gestión de la cultura y el arte: nuevos actores en la Argentina contemporánea.** Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- WU, Chin-tao. **Privatização da cultura: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980.** São Paulo: Boitempo, 2006.

YEOMAN, Ian; ROBERTSON, Martin; ALI-KNIGHT, Siobhan Drummond; e MCMAHON-BEATTIE, Una. **Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura**. São Paulo: Roca, 2006.

YODA, Carlos Gustavo. Sistema Nacional de Cultura deve ser aprovado ainda em 2009. **Cultura e Mercado**. 28 de julho de 2009. <http://www.culturaemercado.com.br/post/sistema-nacional-de-cultura-deve-ser-aprovado-ainda-em-2009/> (acesso em 28/07/2009).

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO FINAL

Informações sobre a instituição

Nome da instituição:

Nome do diretor da instituição:

Endereço:

Cidade Estado (lista)

GEOPROCESSAMENTO (Google Maps)

Telefone:

E-mail:

Site:

Objetivos da instituição:

Status legal da instituição:

Pública (federal, estadual, municipal)

Privada (empresa, cooperativa, etc.)

Outra (fundação, associação, ONG) – especificar:

Fontes de recursos:

Fundos públicos (ministérios, fundos governamentais, etc.)

Fundos privados (fundações, doações, patrocinadores, etc.)

Taxas de inscrição/mensalidades para participação no curso

Atividades comerciais (vendas, consultoria, etc.)

Organizações internacionais (UNESCO, etc.)

Outras – especificar:

Atividades principais da instituição:

Ensino / Treinamento

Pesquisa

Gestão, marketing, promoção

Outras:

Ano de estabelecimento da instituição:



IMAGEM

Setor

Nome do setor que fornece treinamento em organização da cultura:

Telefone:

E-mail:

Site:

Ano de estabelecimento do setor / lançamento da formação específica na área cultural:



Informações do curso

Título:

Objetivos:

Ano de início:

Número de programas organizados até hoje:

Diretor/pessoa responsável:

Nível e tipo do programa de treinamento/curso:

- Doutorado
- Mestrado
- Especialização
- Graduação
- Graduação tecnológica
- Curso técnico
- Curso de extensão
- Treinamento de professores
- Apenas uma disciplina / parte do currículo sobre organização da cultura
- Outros - especificar:

Tipo de grau/diploma/título/certificado (nomenclatura):

Campo principal do curso:

- Produção cultural
- Gestão cultural
- Políticas culturais
- Outro – especificar:

Áreas temáticas do curso:

- | | |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Divulgação cultural | <input type="checkbox"/> Patrimônio cultural |
| <input type="checkbox"/> Cultura popular | <input type="checkbox"/> Políticas culturais |
| <input type="checkbox"/> Produção cultural | <input type="checkbox"/> Gestão cultural |
| <input type="checkbox"/> Artes | <input type="checkbox"/> Cooperação internacional |
| <input type="checkbox"/> Financiamento da cultura | <input type="checkbox"/> Elaboração de projetos |
| <input type="checkbox"/> Economia da cultura | <input type="checkbox"/> Outra – especificar: <input type="text"/> |

Regularidade do curso:

- Regular (todo ano, a cada dois anos, a cada três meses, etc.)

Indicar periodicidade:

- Irregular: curso *ad hoc*

Duração do curso:

anos meses semanas dias horas

Quantidade de professores do curso:

Listagem de professores do curso:

Nome	Titulação

Os professores provêm de quais áreas do conhecimento:

- | | | |
|--------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sociologia | <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Artes |
| <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Administração | <input type="checkbox"/> Antropologia |
| <input type="checkbox"/> Comunicação | <input type="checkbox"/> Direito | <input type="checkbox"/> Turismo |
| <input type="checkbox"/> Letras | <input type="checkbox"/> Engenharia | <input type="checkbox"/> Filosofia |
| <input type="checkbox"/> Design | <input type="checkbox"/> Psicologia | <input type="checkbox"/> Serviço Social |
| <input type="checkbox"/> História | <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Cultura |

Outras – especificar:

Principais procedimentos metodológicos:

exposições/falas

educação a distância/curso virtual

seminários

utilização de vídeo/TV/rádio/CD-ROM

oficinas ou atividades práticas

Outros - especificar:

Público-alvo do curso:

Quantidade de alunos por curso (última edição):

De onde provêm os estudantes?

Local

Estadual

Nacional

Internacional

Requerimentos para admissão no curso:

Experiência

Idade

Grau de escolaridade – secundário

Grau de escolaridade – universitário

Processo seletivo

Pagamento da inscrição

Nenhum

Outros – especificar:

Requerimentos para participação/conclusão do curso:

Presença (face a face)

Exames

Monografias/teses

Pesquisa

Trabalho prático/estágio

Qual o custo total para participação no curso (em reais):

Há bolsas oferecidas:

Não informado

Não

Sim, especificar para quem e as condições:

Atividades extracurriculares (conferências, encontros, grupos de pesquisa, etc.):

O curso é oferecido em parceria com outras instituições (listar)?

O curso já foi replicado em outras cidades (listar)?

O curso faz parte de alguma rede/associação nacional ou internacional no campo da cultura:

Informações adicionais

Currículo do curso (anexar arquivo):

Ementas das disciplinas (anexar arquivos):

Bibliografia do curso (anexar arquivo):

Outros documentos (anexar arquivo):

Publicações

Título:

Editora:

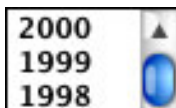
Autor(es):

Tipo de publicação:

- Livro
- Brochura
- Relatório ou documento
- Manual do professor
- Periódicos (revistas, newsletter, etc.)

Outro – especificar:

Ano de publicação:



IMAGEM

APÊNDICE B – BANCO DE DADOS

- Página inicial do mapeamento (geoprocessamento)

Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil

[Mapeamento]
[Busca Avançada]
[Relatório]

Instituições [listar (257)] [incluir]
Setores [listar (354)] [incluir]
Cursos [listar (625)] [incluir]
Publicações [listar (92)] [incluir]



Usuário: leo [Usuários] [Sair]
[Minhas Instituições] [Meus Setores] [Meus Cursos] [Minhas Publicações]

2009 CULT | FACOM | UFRA

- Página com listagem das instituições

Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil

[Mapeamento]
[Busca Avançada]
[Relatório]

Instituições [listar (257)] [incluir]
Setores [listar (354)] [incluir]
Cursos [listar (625)] [incluir]
Publicações [listar (92)] [incluir]

Instituições

exportar para excel

Total: 257 1 2 3 4 5 6 7 8 9 >>

nome	preenchido por	ok
ABC-CE - Associação de Bibliotecários do Ceará	geise	s/s
ABCINETV Produções	rafael	s/s
ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí	sara	s/s
ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial	geise	s/s

2009 CULT | FACOM | UFRA

- Página com informações da instituição

Mapeamento da Formação em **Organização Cultural** no Brasil

[Mapeamento]
 [Busca Avançada]
 [Relatório]

Instituições [listar (257)] [incluir]
 Setores [listar (354)] [incluir]
 Cursos [listar (625)] [incluir]
 Publicações [listar (92)] [incluir]

Usuário: leo [Usuários] [Sair]
 [Minhas Instituições] [Meus Setores] [Meus Cursos] [Minhas Publicações]

Instituições

ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural
 # 239 [editar] [excluir] [1 setor] [3 cursos] [1 publicação]

ABGC
 Associação Brasileira de Gestão Cultural

Nome do diretor da instituição:
 Kátia de Marco

Endereço:
 Av. Presidente Wilson, 164, 9 andar
 CEP: 20.030-020

Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ

Telefone: 21 9972 7693
 E-mail: abgc@gestaocultural.org.br
 Site: http://www.gestaocultural.org.br

Objetivos da instituição:
 Atua na profissionalização e na formação de conhecimento acadêmico tanto nos setores de Produção e Gestão Cultural

2009 CULT | FACOM | UFRA

- Página com listagem dos setores

Mapeamento da Formação em **Organização Cultural** no Brasil

[Mapeamento]
 [Busca Avançada]
 [Relatório]

Instituições [listar (257)] [incluir]
 Setores [listar (354)] [incluir]
 Cursos [listar (625)] [incluir]
 Publicações [listar (92)] [incluir]

Usuário: leo [Usuários] [Sair]
 [Minhas Instituições] [Meus Setores] [Meus Cursos] [Minhas Publicações]

Setores

exportar para excel

Totai: 354 1 2 3 4 5 6 7 8 9 >>

nome	preenchido por	ok
ABC-CE - Associação de Bibliotecários do Ceará	geise	s/s
ABCNETV Produções [editar] [excluir] [Instituição] [1 cursos] [Nenhuma publicação]	rafael	s/s
ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí	sara	s/s
ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial	geise	s/s

2009 CULT | FACOM | UFRA

- Página com informações dos cursos

Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil

- [Mapeamento]
- [Busca Avançada]
- [Relatório]
- Instituições [[listar \(257\)](#)] [[incluir](#)]
- Setores [[listar \(354\)](#)] [[incluir](#)]
- Cursos [[listar \(625\)](#)] [[incluir](#)]
- Publicações [[listar \(92\)](#)] [[incluir](#)]

Usuário: leo [[Usuários](#)] [[Sair](#)]
 [[Minhas Instituições](#)] [[Meus Setores](#)] [[Meus Cursos](#)] [[Minhas Publicações](#)]

Cursos

Abordagens teóricas e práticas em Gestão Cultural

468 [[editar](#)] [[excluir](#)]

Setor:
FACOM - Faculdade de Comunicação

Objetivos:
O 2º Seminário Gestão Cultural em Cena consiste na realização de um ciclo de palestras e mini-cursos voltados à discussão de aspectos relacionados à gestão cultural, visando provocar a reflexão e debate sobre a delimitação do conceito no campo da cultura, a formação dos profissionais da área e os diferentes modelos de gestão cultural aplicados em instituições públicas, privadas e em organizações sociais.

O evento pretende aprofundar o debate sobre a necessidade e características da profissionalização na área, através da realização de dois mini-cursos, com carga horária de 8hs cada, nos quais os pesquisadores convidados realizarão exposições sobre as temáticas, além de estimular a reflexão e o debate entre os participantes, trabalhando com grupos de discussão.

Ano de início:
2007

2009
CULT | FACOM | UFRA

- Página com informações das publicações

Mapeamento da Formação em Organização Cultural no Brasil

- [Mapeamento]
- [Busca Avançada]
- [Relatório]
- Instituições [[listar \(257\)](#)] [[incluir](#)]
- Setores [[listar \(354\)](#)] [[incluir](#)]
- Cursos [[listar \(625\)](#)] [[incluir](#)]
- Publicações [[listar \(92\)](#)] [[incluir](#)]

Usuário: leo [[Usuários](#)] [[Sair](#)]
 [[Minhas Instituições](#)] [[Meus Setores](#)] [[Meus Cursos](#)] [[Minhas Publicações](#)]

Publicações

30 [[editar](#)] [[excluir](#)]



Título:
A cultura e seu contrário

Editora:
Iluminuras

Autor(es):
Teixeira Coelho

Setor:
Instituto Itaú Cultural

Tipo de publicação:
Livro

Ano de publicação:
2008

2009
CULT | FACOM | UFRA

APÊNDICE C – LISTAGEM COMPLETA DOS CURSOS MAPEADOS

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
A Prática da Produção Cultural	Alternativa Produções Culturais	Alternativa Produções Culturais
Abordagens teóricas e práticas em Gestão Cultural	FACOM - Faculdade de Comunicação	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Ação Cultural Comunitária	Diversas Consultoria Cultural	Diversas Consultoria Cultural
Administração e Gestão Cultural	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Agentes Culturais Comunitários	UNIÍTALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro	UNIÍTALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro
Antropologia do Consumo Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Aperfeiçoamento em Gestão e Produção Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural
Aprender a Elaborar Projetos Culturais	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul
Arte e Cultura I - Assistente de Produção Cultural	ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens	SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
Arte-educação e Produção Cultural	FAFIC - Faculdade de Filosofia de Campos	UNIFLU-FAFIC - Centro Universitário Fluminense e Faculdade de Filosofia de Campos
Arte: Crítica e Curadoria	COMFIL - Faculdade de Comunicação e Filosofia	PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Artes Cênicas	UFAC - Universidade Federal do Acre	UFAC - Universidade Federal do Acre
Artes Cênicas	EMAC - Escola de Música e Artes Cênicas	UFG - Universidade Federal de Goiás
Artes Plásticas	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo
Artes Visuais	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Assessoria de Imprensa para Eventos	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Assistente de Produção (Avançado)	AIC - Academia Internacional de Cinema	AIC - Academia Internacional de Cinema
Assistente de Produção (Iniciante)	AIC - Academia Internacional de Cinema	AIC - Academia Internacional de Cinema
Atualização de Professores em Cultura	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Autogestão em Carreira Musical	SEBRAE - Caruaru	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Avaliação de Oportunidades de Patrocínio	Articultura	Articultura
Bases Administrativas na Gestão Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Básico de Elaboração de Projetos Culturais	Núcleo de Cursos	Movimento Rio Carioca
Bens Culturais e Projetos Sociais	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Capacitação de Ator	SENAC - Santa Catarina	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Capacitação de Empreendedores e Agentes Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Capacitação de Gestores Culturais	Fundação Cultural de Uberaba	Fundação Cultural de Uberaba
Capacitação de Gestores Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Capacitação de Gestores Culturais	Programa InterAção	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Capacitação do Programa TIM ArtEducação	Humanizarte	Humanizarte
Capacitação e Desenvolvimento Artístico Cultural	Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho	Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho
Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais	Programa InterAção	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Capacitação em Gestão Cultural	UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Capacitação em Gestão Cultural	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UNEB	UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Capacitação em Legislação e Produção Cultural	SATED-PI - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Piauí	SATED-PI - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Piauí
Capacitação em Organização e Sustentabilidade de Ações e Projetos Culturais	Secretaria de Cultura de Fortaleza	Secretaria de Cultura de Fortaleza
Capacitação em Projetos Culturais e Lei Rouanet	Serviço Social da Indústria do Rio de Janeiro	SESI - Serviço Social da Indústria
Capacitação em Projetos Culturais LGBT	ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Capacitação para Agentes Culturais	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Capacitação para o Edital dos Pontos de Cultura	Diretoria de Políticas Culturais	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Capacitação sobre Cine Mais Cultura	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Captação de Patrocínios em Eventos: Viabilizando o seu Projeto	Ideia Eventos	Ideia Eventos
Captação de Recursos	Articultura	Articultura
Captação de Recursos	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Captação de Recursos (Intensivo)	AIC - Academia Internacional de Cinema	AIC - Academia Internacional de Cinema

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Captação de Recursos e Negociação	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Captação de Recursos para Eventos	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Captação de Recursos para Projetos Culturais	Criativa Eventos	Criativa Eventos
Captação de Recursos para Projetos Culturais	Instituto Dominus de Artes, Ofícios e Cidadania	Instituto Dominus de Artes, Ofícios e Cidadania
Captação de Recursos para Projetos Culturais	Núcleo de Cursos	Movimento Rio Carioca
Captação e Organização de Eventos Culturais	SENAC - Ceará	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Carnaval e Cultura	UNESA - Universidade Estácio de Sá	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Ciclo de Estudos sobre Gestão Cultural: a Comunicação na Divulgação de Eventos	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Ciclo de Palestras e Oficinas de Preparação de Projetos para o Edital Pontos de Cultura 2009	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Ciências Sociais - Produção e Política Cultural	IH - Instituto de Humanidades	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Cinema de Animação	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo
Cinema Total	Jaguatirica Cinema e Fotografia	Jaguatirica Cinema e Fotografia
Comercialização de Projetos	Articultura	Articultura
Como Aumentar seu Lucro com Marketing Cultural e Incentivos Fiscais	SEBRAE - AP	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Como Captar Recursos Para Projetos Culturais	SEBRAE - AP	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Como Elaborar Projetos Culturais	Fundação Aroeira	Fundação Aroeira
Como Elaborar Projetos e as Novas Propostas de Mudança	Centro Cultural Egon Frey	Centro Cultural Egon Frey
Como Elaborar um Projeto Cultural	Alternativa Produções Culturais	Alternativa Produções Culturais
Como Escrever um Projeto Cultural	Estação das Letras	Estação das Letras
Como Formatar um Projeto Cultural	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Como Organizar a sua Produção Musical	FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Como Produzir Cultura	Laboratório Estação	Laboratório Estação
Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura	FACOM - Faculdade de Comunicação	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	FACOS - Faculdade de Comunicação Social	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
Concepção de Projetos para Montagem de Exposições de Arte	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Conhecimentos sobre a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e/ou Fundo Estadual de Cultura	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Cooperação e Gestão Cultural	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Cultura: Conceitos, Produção & Gestão	Centro Universitário Conservatório Brasileiro de Música	Conservatório Brasileiro de Música
Curadoria e Crítica de Arte	UNIÍTALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro	UNIÍTALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro
Curso Avançado de Comunicação Intercultural: Cultura, Diversidade e Comunicação	ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial	ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
Curso Avançado em Produção e Gestão Cultural	Programa Multicultural	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Curso Básico de Direitos Humanos para Agentes Culturais	FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Curso Básico de Elaboração de Projetos Culturais de Cinema	Comunicação Filmes	Comunicação Filmes
Curso Básico de Gestão de Bandas de Música	SEBRAE - CE	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso Básico de Produção Cultural	Wooz Arte e Cultura	Wooz Arte e Cultura
Curso Básico de Produção Cultural para Músicos	Vitrô Recife Produções	Vitrô Recife Produções
Curso Captação de Recursos: Marketing e Projetos	RFALCÃO Consultoria & Planejamento Ltda.	RFALCÃO Consultoria & Planejamento Ltda.
Curso Completo de Gestão Cultural (Curso Modular de Gestão Cultural)	Quixote Art & Eventos	Quixote Art & Eventos
Curso de atualização em Lei Rouanet	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Curso de Capacitação em Gestão Cultural	Brant Associados	Brant Associados
Curso de Desenvolvimento e Gestão Cultural	Projeto: Pensar e Agir com a Cultura	Fundação Arcelor Mittal
Curso de Elaboração de Oficinas e Projetos Culturais	Oficina Cultural Regional Tarsila do Amaral	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Curso de Elaboração de Projetos Culturais	SEBRAE - AL	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso de Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponta Grossa	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponta Grossa
Curso de Empreendedorismo Cultural	SEBRAE - PE	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso de Extensão em Audiovisual	Escola Pública de Audiovisual da Vila das Artes	Secretaria de Cultura de Fortaleza
Curso de Formação de Gestores Culturais	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Curso de Formação e Aprimoramento em Produção Cultural	Observatório da Juventude	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Curso de Formação e Qualificação de Gestores e Agentes Culturais	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão	UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
Curso de Formação e Realização Audiovisual - Revelando os Brasis Ano III	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Curso de Formatação de Projetos	Lahtu Sensu Administração	Lahtu Sensu Administração

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Culturais para Leis de Incentivo à Cultura (LIC-RS/Lei Rouanet)	Cultural	Cultural
Curso de formação de projetos para a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura	Projeto EAD Ambiente Virtual de Aprendizagem	Projeto EAD Ambiente Virtual de Aprendizagem
Curso de Gestão Cultural	FCS - Fundação Clóvis Salgado	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Curso de Gestão Cultural	SEBRAE - GO	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso de Gestão Cultural	Cinearte Sarau Petrobras	Arte Brasil Produções de Eventos Culturais
Curso de Gestão Cultural	SEBRAE - ES	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso de Gestão Cultural	Rede Sergipe de Cultura	Rede Sergipe de Cultura
Curso de Gestão Cultural	Ponto de Cultura Usina de Capacitação Sócio-Cultural	MCPS - Movimento de Cultura Popular do Subúrbio
Curso de Gestão Cultural - Porto Velho	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Curso de Gestão Cultural - Programa Carnaval Ouro Negro	SEBRAE - BA	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Curso de Gestão Cultural - Roraima	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Curso de Gestão Cultural Avançado	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Curso de Gestão Cultural Básico	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Curso de Gestão Cultural Completo	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Curso de Gestão Cultural e Direitos Autorais	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas
Curso de Gestão da Produção e Linguagem Cinematográfica	Projeto Maranhão na Tela	Mil Ciclos Films
Curso de Iniciação à Produção e Gestão Cultural	Programa Multicultural	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Curso de Music Business	GTR Instituto de Guitarra	GTR Instituto de Guitarra
Curso de Music Business - Produção Cultural	OMiD International Audio Academy	OMiD International Audio Academy
Curso de Políticas e Gestão Culturais	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Curso de Pós-graduação lato sensu Arte, Cultura e Educação	Projeto: Arte e Cultura - Expansão de Fronteiras	Fundação Arcelor Mittal
Curso de Produção Cultural	Escola Olodum	Associação Carnavalesca Bloco Afro Olodum
Curso de Produção Cultural Executiva	Mostra Brazil Produções	Mostra Brazil Produções
Curso de Produção de Eventos	Ideia Eventos	Ideia Eventos
Curso de Produção e Gestão Cultural	FADM - Faculdade de Artes Dulcina de Moraes	FADM - Faculdade de Artes Dulcina de Moraes
Curso de Projetos Culturais	FETEG - Federação de Teatro de Goiás	FETEG - Federação de Teatro de Goiás
Curso de Projetos Culturais	SENAC - Rio de Janeiro	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Curso Elaboração de Projetos	CEC - Condomínio do Empreendedor Cultural	CEC - Condomínio do Empreendedor Cultural
Curso em Gestão Cultural	Projeto Fragmentos de Gestão e Cultura	UPE - Universidade de Pernambuco

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Curso Gestão Cultural	SIMDEC - Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura	FCJ - Fundação Cultural de Joinville
Curso Instrumental Ferramentas de Gestão	GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Curso Intensivo de Cinema	ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí	ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí
Curso Intensivo de Produção e Marketing Cultural	Kavantam & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantam & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Curso Intensivo de Teatro e TV	Braapa - Força e Cultura	Braapa - Força e Cultura
Curso Livre Cultura e Mercado	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Curso Piloto Para Formação de Gestores Culturais	SAI - Secretaria de Articulação Institucional	MinC - Ministério da Cultura
Curso Prático de Elaboração de Projetos Culturais	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Curso Regular de Produção	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Curso Sobre Elaboração de Projetos Culturais	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso
Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Curso Superior em Ciências Sociais com concentração em Cultura e Sociedade	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Curso Superior em Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida	Unidade Natal	IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Curso Técnico-Profissionalizante: Formação de Ator	Sitorne Estúdio de Artes Cênicas	Sitorne Estúdio de Artes Cênicas
Curso Tecnológico em Produção Audiovisual	FIAM - Faculdades Integradas Alcântara Machado e FAAM - Faculdade de Artes Alcântara Machado	FIAM - Faculdades Integradas Alcântara Machado e FAAM - Faculdade de Artes Alcântara Machado
Curso: Produção Cultural (Via internet)	Projeto EAD Ambiente Virtual de Aprendizagem	ProjetoEAD Ambiente Virtual de Aprendizagem
Cursos de Capacitação para Gestores e Agentes Culturais	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Cursos de Capacitação para Servidores da Secretaria de Cultura da Bahia	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Custo-benefício do Patrocínio Empresarial	Articultura	Articultura
Dança (Bacharelado e Licenciatura)	UAM - Universidade Anhembi Morumbi	UAM - Universidade Anhembi Morumbi
Design e Artes Visuais	FIC - Faculdade Integrada do Ceará	FIC - Faculdade Integrada do Ceará
Direção de Palco e Produção Técnica	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Direção de Produção	FUNCET - Fundação de Cultura, Esporte e Turismo	Secretaria de Cultura de Fortaleza
Direção de Produção e Produção Executiva para Audiovisual	IAP - Instituto de Artes do Pará	IAP - Instituto de Artes do Pará
Direito Autoral e Aspectos Jurídicos na Produção Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Diversidade Cultural	Brant Associados	Brant Associados
Doutorado em Cultura e Sociedade nas linhas de Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Identidade	PÓS-CULTURA - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Doutorado em História, Política e Bens Culturais	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Economia da Cultura	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Economia da Cultura	CEPPEV - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu	Fundação Visconde de Cairu
Economia da Cultura	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura
Economia para a Cultura	Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil	Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil
Elaboração de Projetos	RF1 Cultura & Arte	RF1 Cultura & Arte
Elaboração de Projetos	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Elaboração de Projetos	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Elaboração de Projetos	ACMOR - Associação Cultural Moringa	ACMOR - Associação Cultural Moringa
Elaboração de Projetos Culturais	Espaço Cultural	UFAL - Universidade Federal de Alagoas
Elaboração de Projetos Culturais	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Elaboração de Projetos Culturais	Criativa Eventos	Criativa Eventos
Elaboração de Projetos Culturais	Secretaria Municipal de Participação e Parceria de São Paulo	Secretaria Municipal de Participação e Parceria de São Paulo
Elaboração de Projetos Culturais - Básico	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Elaboração de Projetos Culturais e Artísticos	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Elaboração de Projetos Culturais e Leis de Incentivo	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Elaboração de Projetos Culturais e Sociais	Universidade Metodista de São Paulo	Universidade Metodista de São Paulo
Elaboração de Projetos Culturais para Arquivos, Centros de Documentação e Museus	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Elaboração de Projetos Culturais via Lei Semear	Cribas Soluções	Cribas Soluções
Elaboração de Projetos para Dinamização de Bibliotecas	ABC-CE - Associação de Bibliotecários do Ceará	ABC-CE - Associação de Bibliotecários do Ceará
Elaboração de Projetos Sócio-Culturais Para Captação de Recursos	Departamento de Cursos	ACIEG - Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	RFALCÃO Consultoria & Planejamento Ltda.	RFALCÃO Consultoria & Planejamento Ltda.
Elaboração e Formação de Projetos para o FUNCULTURAL	ICR - Instituto Cotait Ruggiero	ICR - Instituto Cotait Ruggiero
Empreendimentos Culturais	FIR - Faculdade Integrada do Recife	FIR - Faculdade Integrada do Recife
Encontro de Gestão Cultural: Indústrias Culturais e Novas Tecnologias	CFAV - Centro de Formação em Artes Visuais	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Engenharia de Produção do Entretenimento	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Especialização em Arte Educação	EBA - Escola de Belas Artes	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Especialização em Economia da Cultura	PPGE - Programa de Pós-Graduação em Economia	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Especialização em Eventos: Planejamento e Produção	UAM - Universidade Anhembi Morumbi	UAM - Universidade Anhembi Morumbi
Especialização em Gestão Cultural	UNA - Centro Universitário UNA	UNA - Centro Universitário UNA
Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural	Secretaria da Pós-Graduação Lato Sensu	UCS - Universidade de Caxias do Sul
Especialização em Gestão e Produção Cultural	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Especialização em Gestão em Arte	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Especialização em Produção e Gerenciamento de Eventos	Faculdade Senac Pernambuco	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Especialização Lato Sensu em Gestão do Patrimônio Cultural	Instituto Metodista Granbery	Instituto Metodista Granbery
Estratégia de Negociação com Empresários Patrocinadores	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Estratégias de Marketing e Engenharia Cultural	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Eventos	Faculdade de Administração	UNIC - Universidade de Cuiabá
Eventos Culturais e Artes Integradas	CEPUERJ - Centro de Produção da UERJ	UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Exemplos de Caso de Patrocínio Empresarial	Articultura	Articultura
Ferramentas de Gestão de São Paulo, Desenvolvimento e Cultura: Conceitos e Práticas para o Gestor Social	GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas	GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Film & Television Business: formação executiva em cinema e TV	FGV Management	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Formação de Agentes Culturais Populares	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da UFF	UFF - Universidade Federal Fluminense
Formação de Agentes Culturais Populares	Departamento de História	UFF - Universidade Federal Fluminense
Formação de Agentes e Gestores Culturais	UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
Formação de Agentes Socioculturais Comunitários	Núcleo Omi - Dudu	Núcleo Omi-Dudu
Formação de Captadores de Recursos e Consultores em Captação de Recursos	DEARO Marketing Social e Patrocínios	DEARO Marketing Social e Patrocínios

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
2009		
Formação de Escritores e Agentes Literários	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Formação de Gestores Culturais	Programa de Formação de Gestores	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Formação de Gestores de Projetos Culturais	UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Formação de Produtores e Músicos de Rock	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Formação e Profissionalização do Gestor Cultural	FACOM - Faculdade de Comunicação	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Formação em Gestão Cultural	Pontão de Cultura COMUNA S.A.	COMUNA S.A. - Comunidade Santo Antônio
Formação em Projetos Culturais	Refinaria Multicultural do Sítio Trindade	Refinaria Multicultural do Sítio Trindade
Fotografia	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo
Gestão Contemporânea da Cultura	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura
Gestão Contemporânea da Cultura 1	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Gestão Contemporânea da Cultura 2	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Gestão Contemporânea da Cultura 3	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Gestão Cultural	SEBRAE - BA	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Gestão Cultural	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Gestão Cultural	ICR - Instituto Cotait Ruggiero	ICR - Instituto Cotait Ruggiero
Gestão Cultural	CEPPE - Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	Faculdade São Luis
Gestão Cultural	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Gestão Cultural	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Gestão Cultural	CEPPEV - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu	Fundação Visconde de Cairu
Gestão Cultural	IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Gestão Cultural	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Gestão Cultural	Festival Pernambuco Nação Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Gestão Cultural	SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
	do Paraná	do Paraná
Gestão Cultural	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Gestão Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Gestão Cultural - Desenvolvimento para o Mercado Cultural, Projetos e Captação de Recursos	Departamento de Música	UEM - Universidade Estadual de Maringá
Gestão Cultural com Ênfase em Cooperação Internacional - Curso a Distância	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura
Gestão Cultural e de Turismo	EGP - Escola de Gestão Pública	ABM - Associação Brasileira de Municípios
Gestão Cultural e Eventos	UNINORTE - Centro Universitário do Norte	UNINORTE - Centro Universitário do Norte
Gestão Cultural e Patrimonial	Centro de Pós-Graduação	FUNEDI - Fundação Educacional de Divinópolis
Gestão Cultural e Patrimônio Histórico	UNILESTE-MG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais	UNILESTE-MG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Gestão Cultural e Políticas Públicas	Campus Uberlândia	IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Gestão Cultural: Desenvolvimento, Planejamento e Administração de Empreendimentos Culturais	Escola São Paulo - Espaço de Cultura Contemporânea	Escola São Paulo - Espaço de Cultura Contemporânea
Gestão da Produção Cultural	UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado
Gestão da Produção Cultural	Centro Universitário Belas Artes de São Paulo	Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Gestão de Eventos	UNIFACS - Universidade Salvador	UNIFACS - Universidade Salvador
Gestão de Eventos	IEC - Instituto de Educação Continuada	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Gestão de Patrocínio Cultural	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Gestão de Patrocínio Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural
Gestão de Políticas Públicas em Cultura	Centro de Educação a Distância	UnB - Universidade de Brasília
Gestão de Políticas Públicas na linha de Gestão de Políticas Culturais	Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional	Fundação Joaquim Nabuco
Gestão de Projetos Culturais	UNESA - Universidade Estácio de Sá	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Gestão de Projetos Culturais	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Gestão de Projetos Culturais - Ferramentas da Administração	FAE - Centro Universitário (Business School)	FAE - Centro Universitário (Business School)
Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos	CELACC - Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação	USP - Universidade de São Paulo
Gestão de Projetos Culturais Incentivados - Do recebimento do patrocínio à prestação de contas	Laboratório Estação	Laboratório Estação

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Gestão de Projetos Culturais Incentivados: do Recebimento do Patrocínio à Prestação de Contas	Zucca Produções	Zucca Produções
Gestão do Entretenimento	Pós-Graduação ESPM RJ	ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing
Gestão do Entretenimento	FGV Management	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Gestão do Patrimônio Cultural	IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia	UCG - Universidade Católica de Goiás
Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da América Latina	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Gestão e Curadoria de Projetos	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Gestão e Marketing Cultural	Faculdade Christus	Faculdade Christus
Gestão e Organização de Eventos	Centro Universitário Newton Paiva	Centro Universitário Newton Paiva
Gestão e Políticas de Cultura - As culturas na construção da cidadania	Universidade Metodista de São Paulo	Universidade Metodista de São Paulo
Gestão e Produção Cultural	Grupo Educacional Fortium	Grupo Educacional Fortium
Gestão e Produção Cultural	Studio Clio - Instituto de Arte e Humanismo	Studio Clio - Instituto de Arte e Humanismo
Gestão e Produção Cultural	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Gestão e Produção Cultural	UNESA - Universidade Estácio de Sá	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Gestão e Produção Cultural	FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Gestão e Produção Cultural	Universidade São Marcos	Universidade São Marcos
Gestão e Produção de Eventos Culturais	CESFE - Centro de Estudos Superiores de Formação Específica	UNAMA - Universidade da Amazônia
Gestão e Restauro Arquitetônico	UNESA - Universidade Estácio de Sá	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Gestão em Arte e Literatura	AES - Academia de Ensino Superior	AES - Academia de Ensino Superior
Gestão em Produção Cultural	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte	Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Gestão em Produção Cultural	Unidade Bonsucesso	UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta
Gestão Empreendedora para Atores do Campo Cultural	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Gestão Estratégica de Eventos	UVA - Universidade Veiga de Almeida	UVA - Universidade Veiga de Almeida
Gestão, Organização e Promoção de Eventos	FIB - Centro Universitário da Bahia	FIB - Centro Universitário da Bahia
Gestão, Produção e Promoção Cultural	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
Gestor de Projetos Sociais	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
História das Políticas Culturais no	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Brasil		
História e Cultura Mineira	FPL - Faculdades Pedro Leopoldo	FPL - Faculdades Pedro Leopoldo
História, Política e Bens Culturais	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas
III Oficina de Produção Cultural - Cinema	PJr. - Produtora Júnior	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Incentivos Fiscais à Cultura	CEPUERJ - Centro de Produção da UERJ	UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Incentivos Fiscais à Cultura	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Introdução à Produção Cultural	Campus I - Botafogo	FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso
Investimento Cultural	SEBRAE - SP	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
IPGN (Iniciando um Pequeno Grande Negócio) Cultural	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Jornalismo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo
Jornalismo e Crítica Cultural	PPGCOM - Programa de Pós Graduação em Comunicação	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
Laboratório de Projetos Culturais	SENAC - Rio de Janeiro	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Legislação de Incentivo ao Setor Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Legislação na Cultura	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva	ICCV - Instituto Cultural Cidade Viva
Lei Rouanet - Mudanças e Caminhos	DEARO Marketing Social e Patrocínios	DEARO Marketing Social e Patrocínios
Leis de Incentivo à Cultura	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Leis de Incentivo à Cultura	Criativa Eventos	Criativa Eventos
Leis de Incentivo à Cultura (Intensivo)	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Leis de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet e Elaboração de Projetos Culturais	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas
Leis de Incentivo à Cultura e a Captação de Recursos	Alternativa Produções Culturais	Alternativa Produções Culturais
Leis de Incentivo à Cultura: Funcionamento Atual e Novas Regras	Laboratório Estação	Laboratório Estação
Licenciatura em Interpretação Teatral	EMAC - Escola de Música e Artes Cênicas	UFG - Universidade Federal de Goiás
Licenciatura Intercultural Indígena	Faculdade de Educação	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Marketing Cultural e Elaboração de Projetos	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Marketing Cultural e Produção de	Universidade FUMEC	Universidade FUMEC

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Eventos Artísticos		
Marketing Cultural: Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	UNIDANÇA - Universidade Livre da Dança	UNIDANÇA - Universidade Livre da Dança
Marketing e Comunicação de Projetos Culturais	Ná Figueredo	Ná Figueredo
Marketing e Produção Cultural	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
MBA em Gestão Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
MBA em Gestão de Organizações Culturais e Criativas	UAM - Universidade Anhembi Morumbi	UAM - Universidade Anhembi Morumbi
MBA em Gestão do Patrimônio Cultural e Material	Business School Maurício de Nassau	Faculdade Maurício de Nassau
MBA em Produção e Moda - STYLIST	UVA - Universidade Veiga de Almeida	UVA - Universidade Veiga de Almeida
Memória Social e Bens Culturais	UNILASALLE - Centro Universitário La Salle	UNILASALLE - Centro Universitário La Salle
Mercado Cultural	SEBRAE - SP	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Mercado Cultural ao Vivo: Curso Livre de Gestão Cultural	Escola São Paulo - Espaço de Cultura Contemporânea	Escola São Paulo - Espaço de Cultura Contemporânea
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas	UECE - Universidade Estadual do Ceará
Mestrado em Cultura e Sociedade nas linhas de Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Identidade	PÓS-CULTURA - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade	PGCULT – Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade	UFMA - Universidade Federal do Maranhão
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas	UECE - Universidade Estadual do Ceará
Micro e Macro Economia da Cultura	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
MKT Cultural	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Mobilização de Público	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Montagem de Exposição - Projeto Nós do Centro	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo
Museus e Turismo	Diretoria de Patrimônio Cultural	FCC - Fundação Catarinense de Cultura
Música	UFAC - Universidade Federal do Acre	UFAC - Universidade Federal do Acre
Nos Bastidores com Vania Abreu - Curso Livre de Produção	Casada Canção Produções Artísticas	Casada Canção Produções Artísticas
Nosso Negócio é Cultura	SEBRAE - MG	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Nosso Negócio é Música	SEBRAE - MG	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Novas Mídias e a Produção Cultural: o profissional, melhores práticas e uma web de oportunidades	Laboratório Estação	Laboratório Estação
Núcleo Acadêmico: Observatório de Políticas Culturais	ECA - Escola de Comunicação e Artes	USP - Universidade de São Paulo
O Empreendedor no Mercado Audiovisual Globalizado	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
O Negócio da Música	Festival Pernambuco Nação Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
O Poder da Cultura	Brant Associados	Brant Associados
Oficina de Administração Teatral e Produção Cultural	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso
Oficina de Agenciamento Cultural e Captação de Recursos	Cursos do Varal	Cursos do Varal
Oficina de Capacitação de Agentes e Gestores Culturais	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Capacitação do Edital Microprojetos Mais Cultura	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Capacitação Edital Pontos de Cultura	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Oficina de Capacitação para Edital de Patrimônio Vivo	Diretoria de Políticas Culturais	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Oficina de Capacitação para Formatação de Projetos Culturais	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Oficina de Captação de Recursos	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Oficina de Captação de Recursos (On Line pelo Skype)	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Oficina de Captação de Recursos e Leis de Incentivo à Cultura	Oficina Cultural Regional Carlos Gomes	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Circo - Produção e Montagem	Oficina Cultural Regional Pagu	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Comunicação e Produção Cultural	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Oficina de Controle Social para a Política Cultural do DF	Gerência de Cultura e Educação	Administração Regional do Guará - RA X
Oficina de Criação e Formatação de Projetos Culturais	ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Oficina de Desenho Criativo de Produção DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Direção Cinematográfica	Oficina Cultural Regional Timochenco Wehbi	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Educação Patrimonial	Festival Pernambuco Nação Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Oficina de Elaboração de Campanha Publicitária para Eventos Culturais	Oficina Cultural Regional Guimar Novaes	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Elaboração de Projetos	FMC - Fundação Cultural Monsenhor Chaves	FMC - Fundação Cultural Monsenhor Chaves
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	CCJ - Centro Cultural da Juventude	Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	Oficina Cultural Regional Hilda Hilst	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	GOFC - Gerência Operacional de Formação Cultural	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	Oficina Cultural Regional Pagu	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	Centro Cultural do Cabula	Centro Cultural do Cabula
Oficina de Elaboração de Projetos Culturais	SATED-PI - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Piauí	SATED-PI - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Piauí
Oficina de elaboração de projetos para Funcultura na área de circo	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Oficina de Elaboração de Projetos Sócio-Ambientais-Culturais e de Patrocínio para Captação de Recursos	DEARO Marketing Social e Patrocínios	DEARO Marketing Social e Patrocínios
Oficina de Elaboração de Projetos Sócio-Culturais	Gaia Brasil Eventos Culturais	Gaia Brasil Eventos Culturais
Oficina de Elaboração do Projeto Cultural e Captação de Recursos	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Oficina de Elaboração e Produção de Eventos Culturais	Oficina Cultural Regional Glauco Pinto de Moraes	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Elaboração, Captação e Gestão de Projetos Culturais	Superintendência de Ação Cultural	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Oficina de Empreendedorismo Cultural	CONCULTURA - Conselho Municipal de Cultura	CONCULTURA - Conselho Municipal de Cultura
Oficina de Especialização em Produção para Audiovisual	FUNJOPE - Fundação Cultural de João Pessoa	FUNJOPE - Fundação Cultural de João Pessoa
Oficina de Formatação de Projetos Culturais e Captação de Recursos	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Oficina de Formatação de Projetos e Captação de Recursos	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Gerenciamento e Produção de Eventos	Grupo Cultural Azulim - Programa Jovem de Expressão	Grupo Cultural Azulim
Oficina de Gestão Cultural	Casa de Cultura Godofredo	Casa de Cultura Godofredo

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
	Rangel	Rangel
Oficina de Gestão Cultural	Circuito Cultural	Secretaria de Cultura de Vitória
Oficina de Gestão Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Oficina de Gestão Cultural - Quilombola	Oficina Cultural Regional Gerson de Abreu	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Gestão Cultural Realizando Oficinas Culturais	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Gestão Cultural: Estratégias Sustentáveis para a Produção Cultural	Oficina Cultural Oswald de Andrade	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Gestão de Associações Culturais	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Gestão Municipal da Cultura	Oficina Municipal	Oficina Municipal
Oficina de Introdução à Produção Cultural	FID - Festival internacional de Dança	Atômica Artes Ltda
Oficina de Lei Rouanet (On Line pelo Skype)	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Oficina de Leis de Incentivo - Seminário Circuito em Construção	CineOca - Cineclube de Porto Velho	CineOca - Cineclube de Porto Velho
Oficina de Marketing Cultural	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantán & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Oficina de Marketing Cultural	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Modos Coletivos de Gestão e Produção Cultural	Teatro de Anônimo	Teatro de Anônimo
Oficina de Montagem e Produção de Espetáculos Teatrais	CUFA - Central Única das Favelas	CUFA - Central Única das Favelas
Oficina de Orientação ao ProAC – ICMS e Editais	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Oficina de Orientação de Grupos para Montagem Teatral	Oficina Cultural Regional Candido Portinari	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Orientação para Elaboração de Projetos e Planos de Trabalho para o Edital de Pontos de Cultura	Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe	Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe
Oficina de Planejamento de Eventos Culturais	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Planejamento Estratégico e Elaboração de Projetos na Área de	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Música		
Oficina de Políticas Culturais	ABM - Associação Brasileira de Municípios	ABM - Associação Brasileira de Municípios
Oficina de Preparação de Projetos para o Edital Pontos de Cultura 2009	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Oficina de Produção	TCA - Teatro Castro Alves	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Oficina de Produção audiovisual	Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias	Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias
Oficina de Produção Audiovisual	Oficina Cultural Regional Luiz Gonzaga	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção Audiovisual	Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá	INCA - Instituto Cultural América
Oficina de Produção Cultural	PJr. - Produtora Júnior	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Oficina de Produção Cultural	Alternativa Produções Culturais	Alternativa Produções Culturais
Oficina de Produção Cultural	Galpão Cine Horto	Galpão Cine Horto
Oficina de Produção Cultural	Programa de formação de animadores, técnicos e produtores culturais na área de artes cênicas	UnB - Universidade de Brasília
Oficina de Produção Cultural	Instituto Cultural Steve Biko	Instituto Cultural Steve Biko
Oficina de Produção Cultural	Festival Curitibano de Circo	Cia. TripCirco
Oficina de Produção Cultural	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Produção Cultural - Produção Teatral	PJr. - Produtora Júnior	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Oficina de Produção Cultural e Eventos	CUFA - Central Única das Favelas	CUFA - Central Única das Favelas
Oficina de Produção Cultural – Quando o Lúdico se Transforma em Profissão	Mulheres do hip hop cantam as realidades	Mulheres do Hip Hop Cantam a Realidade
Oficina de Produção de Audiolivro	Oficina Cultural Regional Candido Portinari	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção de Cinema	Oficina Cultural Regional Pagu	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção de Cinema e Vídeo	Casa de Cinema da Bahia	Casa de Cinema da Bahia
Oficina de Produção de Curta-metragem	Oficina Cultural Regional Candido Portinari	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção de Eventos Culturais	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção de Shows e Eventos	Instituto Oldenburg de Desenvolvimento	Oldenburg Marketing Cultural
Oficina de Produção de Vídeo	Oficina Cultural Regional	ASSAOC - Associação

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
	Altino Bondesan	Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção e Captação para Documentários	Oficina Cultural Regional Timochenco Wehbi	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina de Produção e Gestão Cultural	Fundação José Augusto	Fundação José Augusto
Oficina de Produção e Gestão para as Artes Cênicas	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Produção Executiva para Seriado de Animação - III Animaí	DIMAS - Diretoria de Audiovisual	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Oficina de Produção Musical	MCPC - Movimento Cultural do Pessoal da CAIXA	FENAE - Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal
Oficina de Produção, Design e Montagem de Exposições	Festival Pernambuco Nação Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Oficina de Projetos Culturais	Casa de Cultura Godofredo Rangel	Casa de Cultura Godofredo Rangel
Oficina de Projetos Culturais	Recordatório: Cultura, Educação e Artes	Recordatório: Cultura, Educação e Artes
Oficina de Técnicas Cênicas - Introdução à Produção Cultural	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficina de Valorização do Patrimônio Cultural	Oficina Cultural Regional Grande Otelo	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina do edital Território Cultural	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Oficina do Prêmio Cultura Viva	SCC - Secretaria da Cidadania Cultural	MinC - Ministério da Cultura
Oficina em Organização de Eventos	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Oficina Entenda a Lei Rouanet	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Oficina Etapas de Qualificação	FUNCARTE - Fundação Cultural Capitania das Artes	FUNCARTE - Fundação Cultural Capitania das Artes
Oficina Gestão Cultural	SESC Mato Grosso	SESC - Serviço Social do Comércio
Oficina Gestão e Produção Cultural	Teatro de Anônimo	Teatro de Anônimo
Oficina Kinoforum de Realização Audiovisual Módulo II – Desenvolvimento de Projetos	Oficinas Kinoforum de Realização Audiovisual	Associação Cultural Kinoforum
Oficina para Desenvolvimento de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Oficina para Elaboração de Mostra Musical	Oficina Cultural Regional Altino Bondesan	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Oficina para Formatação de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Oficina para Formatação de Projetos DOCTV IV	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Oficina para formatação de projetos	PETROBRAS - Petróleo	PETROBRAS - Petróleo

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
para a seleção pública do Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras	Brasileiro S/A	Brasileiro S/A
Oficina Petrobras de Projetos Culturais	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Oficina Planejamento Estratégico e Elaboração de Projetos na Área de Música	FUNCARTE - Fundação Cultural Capitania das Artes	FUNCARTE - Fundação Cultural Capitania das Artes
Oficina Pontos de Cultura	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Oficina sobre o Edital para Pontos de Cultura do Maranhão 2008	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
Oficina sobre o Sistema Nacional de Cultura	GOFC - Gerência Operacional de Formação Cultural	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Oficina Temática: A produção cultural da moda	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficina Temática: Democratização do Acesso à Produção e à Fruição Culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficina Temática: Gestão de Equipamentos Culturais	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficina Temática: Incubação de Grupos de Cultura	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficina Temática: Redes e coletivos de cultura	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas Culturais	UFC - Unidade de Formação Cultural	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
Oficinas culturais	FIG - Festival de Inverno de Garanhuns	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Oficinas Culturais - Viver Com Arte	UFC - Unidade de Formação Cultural	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
Oficinas da Lei de Incentivo	Superintendência de Ação Cultural	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Oficinas de Capacitação em Patrimônio Cultural	SEM/SC - Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina	FCC - Fundação Catarinense de Cultura
Oficinas de capacitação para o Prêmio Culturas Populares 2009 - Mestra Dona Izabel	SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas de Capacitação sobre projetos culturais	Secretaria Municipal da Cultural e Turismo de Itapeva	Secretaria Municipal da Cultura e Turismo de Itapeva
Oficinas de Elaboração de Projetos	Programa BNB de Cultura	BNB - Banco do Nordeste
Oficinas de elaboração de projetos culturais para o Edital Pontos de Cultura	Escritório de Apoio à Produção Cultural	Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
Oficinas de elaboração, captação e gestão de projetos culturais	Programa de Formação Cultural	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Oficinas de Gestão Cultural	Superintendência de Ação Cultural	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Oficinas de gestão cultural (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas de Gestão de Carreira	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas de Negócios da Música	SPC - Secretaria de Políticas	MinC - Ministério da

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
	Culturais	Cultura
Oficinas de produção musical (Feira Música Brasil 2009)	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas do ProExt Cultura 2008	Proext Cultura - Programa de Extensão Universitária	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas para Desenvolvimento de Projetos AnimaTV	SAv - Secretaria do Audiovisual	MinC - Ministério da Cultura
Oficinas Práticas de Produção Cultural	SESC Rio	SESC - Serviço Social do Comércio
Oficinas sobre Diversidade Cultural	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura
Patrimônio Cultural e Musealização	IEC - Instituto de Educação Continuada	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Patrimônio Cultural e Museologia em Debate	Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu	Fundação Cultural de Jacarehy - José Maria de Abreu
Patrimônio Cultural: Gestão Cultural	Scientia: Grupo de Teoria e História da Ciência	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Patrocínio Cultural	CEC - Centro de Educação Continuada	FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
Planejamento de Produção	Ponto de Cultura Ubuntu na Federação	Instituto Cultural Casa Via Magia
Planejamento de Projetos Culturais	CECETH - Centro de Capacitação em Turismo e Hotelaria	CECETH - Centro de Capacitação em Turismo e Hotelaria
Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Culturais	Diretoria de Patrimônio Cultural	FCC - Fundação Catarinense de Cultura
Planejamento e Gestão Cultural	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Planejamento e Gestão Cultural	PUC Minas Virtual	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Planejamento e Gestão Cultural	UNIC - Universidade de Cuiabá	UNIC - Universidade de Cuiabá
Planejamento e Gestão Estratégica de Eventos	Universidade FUMEC	Universidade FUMEC
Planejamento e Gestão Estratégica de Eventos	UNIC - Universidade de Cuiabá	UNIC - Universidade de Cuiabá
Planejamento e Organização de Eventos	Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP	FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado
Planejamento e Organização de Shows Musicais (Eletrônicos, Bandas de Rock e outros estilos)	CECETH - Centro de Capacitação em Turismo e Hotelaria	CECETH - Centro de Capacitação em Turismo e Hotelaria
Planejamento Estratégico de Marketing Cultural e Social	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Planejamento Estratégico de Patrocínio	Articultura	Articultura
Planilha Financeira para Projetos Culturais	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Política Pública de Cultura ou para a Cultura?	MAC USP - Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.	USP - Universidade de São Paulo
Políticas Culturais	Brant Associados	Brant Associados

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Políticas Públicas para a Cultura	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Políticas Públicas para Gestão Cultural	Instituto TRI - Trocando Idéia de Tecnologia Social Integrada	Instituto TRI - Trocando Idéia de Tecnologia Social Integrada
Políticas Públicas para Gestão Cultural	Secretaria de Educação e Cultura de Taquara	Prefeitura Municipal de Taquara
Políticas Públicas, Terceiro Setor e Legislação Cultural	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas
Pós-Graduação Internacional em Gestão e Conservação de Bens Culturais	UNESA - Universidade Estácio de Sá	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Pós-Graduação Lato Sensu em Arte e Cultura	IH - Instituto de Humanidades	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural	FPV - Faculdades Integradas Paiva de Vilhena	FCCP - Fundação Cultural Campanha da Princesa / FPV - Faculdades Integradas Paiva de Vilhena
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial	Campus Ijuí	UNIJUÍ - Universidade Regional
Pós-Graduação Lato Sensu em Produção Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Preparação de empreendedores culturais	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Preparação do Diretor: A Pré-Produção de um Longa	Laboratório Estação	Laboratório Estação
Prestação de Contas - Lei Rouanet	Alternativa Produções Culturais	Alternativa Produções Culturais
Prestação de Contas de Projetos Aprovados na Lei de Incentivo	Núcleo de Interiorização de Cultura de São João del-Rei	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Prestação de Contas de Projetos Culturais	Criativa Eventos	Criativa Eventos
Prestação de Contas para Lei Rouanet	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Prestação de Contas – Projetos Culturais	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Produção Audiovisual	FIB - Faculdades Integradas de Bauru	FIB - Faculdades Integradas de Bauru
Produção Audiovisual	AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador	AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador
Produção Cênica	Universidade Politécnica	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Produção Cultural	Faculdade de Artes Plásticas	FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado
Produção Cultural	Fractal	Fractal
Produção Cultural	Cia. Teatro Arte Dramática	Cia. Teatro Arte Dramática
Produção Cultural	Arte Brasil Produções de Eventos Culturais	Arte Brasil Produções de Eventos Culturais
Produção Cultural	UNI-A - Universidade Corporativa das Américas	UNI-A - Universidade Corporativa das Américas
Produção Cultural	Instituto Superior de Educação	UNEC - Centro Universitário de Caratinga
Produção Cultural	Immaginare - Escola de	Immaginare - Escola de

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
	Criação e Artes Visuais	Criação e Artes Visuais
Produção Cultural	SESC Sergipe	SESC - Serviço Social do Comércio
Produção Cultural	IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social	UFF - Universidade Federal Fluminense
Produção Cultural	Programa Monumenta	MinC - Ministério da Cultura
Produção Cultural	CIPRO - Centro de Informática, Cidadania e Produção Cultural para Minorias	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - RJ
Produção Cultural	SESC Pernambuco	SESC - Serviço Social do Comércio
Produção Cultural	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
Produção Cultural - Aprenda com quem faz	Ideia Eventos	Ideia Eventos
Produção Cultural com Arte e Cultura Popular	PROEX - Pró-reitoria de Extensão da UFMG	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
Produção Cultural com Desenvolvimento de Projetos	Zucca Produções	Zucca Produções
Produção Cultural com Ênfase em Literatura Infanto-Juvenil	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Produção Cultural com Qualidade	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Produção Cultural de Eventos	Projeto Formação Profissional de Jovens para Inserção Socioeconômica na Cadeia Produtiva do Turismo	MTur - Ministério do Turismo
Produção Cultural e Apoio de Palco	Refinaria Multicultural Nascadouro de Peixinhos	Refinaria Multicultural Nascadouro de Peixinhos
Produção Cultural e Audiovisual	ECCP - Estúdio Comunitário Cultural Popular	ONG Movimento e Ação
Produção Cultural e Desenvolvimento de Projetos	Laboratório Estação	Laboratório Estação
Produção Cultural e Elaboração de Projetos, Leis de Incentivo à Cultura, Direito Autoral e Planejamento Tributário na Área Cultural	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas	Gaius Maecenas Produções Culturais Artísticas
Produção Cultural e Eventos	UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade	UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade
Produção Cultural e Legislação	SEBRAE - PI	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Produção Cultural e Leis de Incentivo	Instituto Educacional e Cultural Amigos das Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro	Instituto Educacional e Cultural Amigos das Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Produção Cultural para Agentes Sociais	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
Produção Cultural para Agentes Sociais	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
Produção de Eventos	SGJ - Produções Artísticas	SGJ Produções Artísticas

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Produção de Eventos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Produção de Eventos Artísticos e Culturais	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Produção de eventos e Produção cultural	ABCINETV Produções	ABCINETV Produções
Produção de Festivais, Feiras e Prêmios	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Produção de Jornalismo em TV	Campus II - Botafogo	FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso
Produção de Jornalismo em TV	Campus II - Botafogo	FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso
Produção de Projetos Culturais	Espaço Telezoom	Espaço Telezoom
Produção de Shows e Espetáculos	SGJ - Produções Artísticas	SGJ Produções Artísticas
Produção e Crítica Cultural	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Produção e Gestão Cultural	Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade	Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade
Produção e Gestão de Projetos Culturais	Núcleo de Inteligência Corporativa SPEI - Pós-graduação	SPEI - Ensino Superior em Tecnologia da Informação e Negócios
Produção e Marketing Cultural	IH - Instituto de Humanidades	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Produção e Marketing Cultural	Kavantam & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantam & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Produção e Organização de Eventos	Instituto Denver	Instituto Denver
Produção em Artes Cênicas	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Produção em Artes Plásticas	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Produção em Cinema e Vídeo	FACOM - Faculdade de Comunicação	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Produção em Vídeo - Você pode, você faz	ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí	ABD-PI - Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí
Produção Executiva (Intensivo)	AIC - Academia Internacional de Cinema	AIC - Academia Internacional de Cinema
Produção Executiva - Shows e Eventos	CAM - Curso de Áudio & Música	CAM - Curso de Áudio & Música
Produção Executiva de Shows e Eventos	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Produção Executiva de Shows e Eventos (Intensivo)	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Produção Executiva e Distribuição de Filmes no Mercado Externo	Diretoria de Cultura	Fundação Joaquim Nabuco
Produção Executiva e Gestão da Televisão	Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP	FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado
Produção Executiva em Audiovisual	Núcleo de Produção Digital Vila das Artes	Secretaria de Cultura de Fortaleza
Produção Executiva em Cinema	FUNJOPE - Fundação Cultural de João Pessoa	FUNJOPE - Fundação Cultural de João Pessoa

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Produção Executiva para Cinema	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Produção Executiva para Teatro, Dança, Shows	Manufatura da Cultura	Manufatura da Cultura
Produção Executiva Teatral	EAT - Escola de Artes Técnicas Luis Carlos Ripper	FAETEC - Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
Produção Executiva – Teatro, Shows e Eventos	Consultoria Cultural	Consultoria Cultural
Produção Fonográfica	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo	FIBAM - Faculdades Integradas Barros Melo
Produção Fonográfica	Universidade Politécnic	UNESA - Universidade Estácio de Sá
Produção Fonográfica	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista
Produção Musical	Instituto Oldenburg de Desenvolvimento Cultural	Oldenburg Marketing Cultural
Produção Musical	FAMECOS - Faculdade de Comunicação Social	PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Produção Musical	Campus II - Botafogo	FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso
Produção Musical	MIS - Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Produção Musical	SESC SP	SESC - Serviço Social do Comércio
Produção Musical	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Produção Musical (Tecnologia e Linguagem Musical)	UAM - Universidade Anhembi Morumbi	UAM - Universidade Anhembi Morumbi
Produção Musical Home Studio	MCPC - Movimento Cultural do Pessoal da CAIXA	FENAE - Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal
Produção Teatral	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Produção Teatral	Pontão Ação Cultural em Rede	Ação Cultural - Associação dos Produtores Culturais de Mato Grosso
Produção, Gestão e Elaboração de Projetos Culturais	CODAC - Coordenação da Ação Cultural	Secretaria da Cultura do Ceará
Produção, Gestão e Elaboração de Projetos Culturais	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Produtor Cultural	Fundição Progresso	Fundição Progresso
Produtor Cultural Comunitário	Instituto TRI - Trocando Idéia de Tecnologia Social Integrada	Instituto TRI - Trocando Idéia de Tecnologia Social Integrada
Programa de Aperfeiçoamento em Gestão Pública de Cultura	Diretoria de Difusão Cultural	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Programa de Capacitação em Organização de Eventos e Produção Cultural para Comunidade de Guarimiranga	SEBRAE - CE	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Programa de Capacitação em Projetos Culturais	SEFIC - Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Programa de Formação e Qualificação em Cultura - Videoconferências	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Projeto Ademar Guerra: Pronto Socorro Teatral	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
Projeto Aurora Filmes	Aurora Filmes - Academia de Formação Audiovisual	Aurora Filmes - Academia de Formação Audiovisual
Projeto Cultural: como elaborar, vender e executar	Portfólio Escola de Fotografia	Portfólio Escola de Fotografia
Projeto de Capacitação de Lideranças Sociais, Incentivo ao Associativismo e Intensificação do Uso Sustentável do Patrimônio Histórico	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Projeto e Planejamento de Infra-estrutura para Shows e Eventos	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação	IATEC – Instituto de Artes e Técnicas em Comunicação
Projeto EmCine - Produtor de Elenco	DIMAS - Diretoria de Audiovisual	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Projeto EmCine - Produtor de Locação	DIMAS - Diretoria de Audiovisual	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Projetos Culturais	Solar do Rosário	Solar do Rosário
Projetos Culturais	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
Projetos Culturais	GTR Instituto de Guitarra	GTR Instituto de Guitarra
Projetos Culturais e Captação de Patrocínio: Um Treinamento para Proponentes e Patrocinadores (Lei Rouanet e outras leis de incentivo fiscal)	Lex Editora	Lex Editora
Projetos Culturais – Da Elaboração à Captação	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Projetos Culturais: da Concepção à Produção	Campus Curitiba - Prado Velho	PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Projetos Culturais: Desenvolvimento, Captação e Gestão	Gerência de Projetos Culturais	Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Santo André
Projetos Culturais: Elaboração e Financiamento	FABICO - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Protagonistas do Mercado de Patrocínio	Articultura	Articultura
Seminário de Produção Cultural	Circuito Cultural Banco do Brasil	Banco do Brasil
Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ
SerTão Brasil – Redes de Artes e Sentidos	CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes	CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes
Sustentabilidade e Captação de Recursos à Cultura	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural
Teatro (Bacharelado e Licenciatura)	UAM - Universidade Anhembi Morumbi	UAM - Universidade Anhembi Morumbi
Técnico em Arte Dramática	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
		de Aprendizagem Comercial
Técnico em Comunicações e Artes	DET - Departamento de Educação e Trabalho	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
Técnico em Produção Cultural e Eventos	ETE - Escola Adolpho Bloch	FAETEC - Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
Técnico em Produção e Pesquisa Audiovisual	ETE - Escola Adolpho Bloch	FAETEC - Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
Tecnologia e Produção Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	UCAM - Universidade Cândido Mendes
Tecnologia em Produção Cultural	Unidade Natal	IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Tecnologia em Produção Fonográfica	Centro de Educação e Comunicação	UCPEL - Universidade Católica de Pelotas
Transferência de Tecnologia de Captação de Recursos para Projetos	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Treinamento de Equipes Administrativas e de Apoio para Museus	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
Turismo Cultural	Marketing Cultural Online	Marketing Cultural Online
Turismo e Produção Cultural	UNISO - Universidade de Sorocaba	UNISO - Universidade de Sorocaba
Utilização das Leis de Incentivo à Cultura	RFI Cultura & Arte	RFI Cultura & Arte
Videoconferência sobre o Edital Nacional e Estadual Cine Mais Cultura Visão Empresarial do Patrocínio	SAI - Secretaria de Articulação Institucional Articulação	MinC - Ministério da Cultura Articulação
Workshop Conversando sobre Produção Cultural	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
Workshop Cultura e Comunidade - Uma Abordagem de Valores	Oficina Cultural Regional Timochenco Wehbi	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Workshop Cultural: Visibilidade com Responsabilidade	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A	PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A
Workshop de Elaboração de Projetos Culturais	FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Workshop de Formatação de Projetos	IRDEB - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Workshop de Formatação do Projeto Cultural para Captação de Recursos, Busca e Negociação de Patrocínio	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Workshop de Gestão Cultural e Elaboração de Projetos	Oficina Cultural Regional Gerson de Abreu	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Workshop de Gestão Cultural PAC - ICMS	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.	Kavantan & Associados Projetos e Eventos Culturais Ltda.
Workshop de Gestão e Produção Cultural	Oficina Cultural Regional Fred Navarro	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas

NOME DO CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO
Workshop de Gestão e Produção Cultural	Oficina Cultural Regional Altino Bondesan	Culturais do Estado de São Paulo ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Workshop de Produção Cultural Regional	Oficina Cultural Regional Altino Bondesan	ASSAOC - Associação Amigos das Oficinas Culturais do Estado de São Paulo
Workshop de Produção Executiva	Tempo Glauber	Tempo Glauber
Workshop de Produção Teatral	SATED - SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo	SATED-SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo
Workshop Prática da Produção Cultural - Com ênfase no FUNCULTURA	FUNCULTURA - Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura	FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Workshop Teórico sobre Produção Cultural em Dança	Casa Hoffmann - Centro de Estudos do Movimento	Casa Hoffmann - Centro de Estudos do Movimento
Workshop Visibilidade com Responsabilidade	D`Cult Marketing Cultural	D`Cult Marketing Cultural

APÊNDICE D – LISTAGEM DOS CURSOS PRINCIPAIS POR ESTADO

Cursos de doutorado mapeados:

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Doutorado em Cultura e Sociedade nas linhas de Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Identidade</u>	<u>PÓS-CULTURA - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade</u>	<u>UFBA - Universidade Federal da Bahia</u>	Bahia
<u>Doutorado em História, Política e Bens Culturais</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro

Cursos de mestrado mapeados:

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Bens Culturais e Projetos Sociais</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão de Políticas Públicas na linha de Gestão de Políticas Culturais</u>	<u>Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional</u>	<u>Fundação Joaquim Nabuco</u>	Pernambuco
<u>Gestão do Patrimônio Cultural</u>	<u>IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia</u>	<u>UCG - Universidade Católica de Goiás</u>	Goiás
<u>História, Política e Bens Culturais</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro
<u>Memória Social e Bens Culturais</u>	<u>UNILASALLE - Centro Universitário La Salle</u>	<u>UNILASALLE - Centro Universitário La Salle</u>	Rio Grande do Sul
<u>Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade</u>	<u>Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas</u>	<u>UECE - Universidade Estadual do Ceará</u>	Ceará
<u>Mestrado em Cultura e Sociedade nas linhas de Cultura e Desenvolvimento e Cultura e Identidade</u>	<u>PÓS-CULTURA - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade</u>	<u>UFBA - Universidade Federal da Bahia</u>	Bahia
<u>Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade</u>	<u>PGCULT – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade</u>	<u>UFMA - Universidade Federal do Maranhão</u>	Maranhão
<u>Mestrado Profissional</u>	<u>Programa de Pós</u>	<u>UECE - Universidade</u>	Ceará

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>em Planejamento e Políticas Públicas</u>	<u>Graduação em Políticas Públicas</u>	<u>Estadual do Ceará</u>	

Cursos de especialização mapeados:

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Agentes Culturais Comunitários</u>	<u>UNIITALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro</u>	<u>UNIITALO - Centro Universitário Ítalo Brasileiro</u>	São Paulo
<u>Arte-educação e Produção Cultural</u>	<u>FAFIC - Faculdade de Filosofia de Campos</u>	<u>UNIFLU-FAFIC - Centro Universitário Fluminense e Faculdade de Filosofia de Campos</u>	Rio de Janeiro
<u>Carnaval e Cultura</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Curso de Pós-graduação lato sensu Arte, Cultura e Educação</u>	<u>Projeto: Arte e Cultura - Expansão de Fronteiras</u>	<u>Fundação Arcelor Mittal</u>	Minas Gerais
<u>Especialização em Economia da Cultura</u>	<u>PPGE - Programa de Pós-Graduação em Economia</u>	<u>UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul</u>	Rio Grande do Sul
<u>Especialização em Eventos: Planejamento e Produção</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	São Paulo
<u>Especialização em Gestão Cultural</u>	<u>UNA - Centro Universitário UNA</u>	<u>UNA - Centro Universitário UNA</u>	Minas Gerais
<u>Especialização em Gestão e Produção Cultural</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	Rio Grande do Sul
<u>Especialização em Gestão em Arte</u>	<u>SENAC - São Paulo</u>	<u>SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</u>	São Paulo
<u>Especialização em Produção e Gerenciamento de Eventos</u>	<u>Faculdade Senac Pernambuco</u>	<u>SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</u>	Pernambuco
<u>Gestão Cultural</u>	<u>CEPPE - Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão</u>	<u>Faculdade São Luis</u>	Maranhão
<u>Gestão Cultural</u>	<u>SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</u>	<u>SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial</u>	Nacional (EaD)
<u>Gestão Cultural</u>	<u>Instituto Itaú Cultural</u>	<u>Instituto Itaú Cultural</u>	São Paulo
<u>Gestão Cultural e Eventos</u>	<u>UNINORTE - Centro Universitário do Norte</u>	<u>UNINORTE - Centro Universitário do Norte</u>	Amazonas
<u>Gestão Cultural e Patrimonial</u>	<u>Centro de Pós-Graduação</u>	<u>FUNEDI - Fundação Educacional de Divinópolis</u>	Minas Gerais
<u>Gestão da Produção Cultural</u>	<u>UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado</u>	<u>UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado</u>	Bahia

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Gestão da Produção Cultural</u>	<u>Centro Universitário Belas Artes de São Paulo</u>	<u>Centro Universitário Belas Artes de São Paulo</u>	São Paulo
<u>Gestão de Eventos</u>	<u>IEC - Instituto de Educação Continuada</u>	<u>PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</u>	Minas Gerais
<u>Gestão de Políticas Públicas em Cultura</u>	<u>Centro de Educação a Distância</u>	<u>UnB - Universidade de Brasília</u>	Distrito Federal
<u>Gestão de Projetos Culturais</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos</u>	<u>CELACC - Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação</u>	<u>USP - Universidade de São Paulo</u>	São Paulo
<u>Gestão do Entretenimento</u>	<u>Pós-Graduação ESPM RJ</u>	<u>ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da América Latina</u>	<u>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano</u>	<u>UFPE - Universidade Federal de Pernambuco</u>	Pernambuco
<u>Gestão e Organização de Eventos</u>	<u>Centro Universitário Newton Paiva</u>	<u>Centro Universitário Newton Paiva</u>	Minas Gerais
<u>Gestão e Políticas de Cultura - As culturas na construção da cidadania</u>	<u>Universidade Metodista de São Paulo</u>	<u>Universidade Metodista de São Paulo</u>	São Paulo
<u>Gestão e Produção Cultural</u>	<u>Grupo Educacional Fortium</u>	<u>Grupo Educacional Fortium</u>	Distrito Federal
<u>Gestão e Produção Cultural</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão e Produção Cultural</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão e Restauro Arquitetônico</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão em Produção Cultural</u>	<u>Unidade Bonsucesso</u>	<u>UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão Estratégica de Eventos</u>	<u>UVA - Universidade Veiga de Almeida</u>	<u>UVA - Universidade Veiga de Almeida</u>	Rio de Janeiro
<u>Gestão, Produção e Promoção Cultural</u>	<u>Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão</u>	<u>UTP - Universidade Tuiuti do Paraná</u>	Paraná
<u>MBA em Gestão Cultural</u>	<u>PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais</u>	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro
<u>MBA em Gestão de Organizações Culturais e Criativas</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	São Paulo
<u>Patrimônio Cultural e Musealização</u>	<u>IEC - Instituto de Educação Continuada</u>	<u>PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</u>	Minas Gerais
<u>Planejamento e</u>	<u>UNIC - Universidade</u>	<u>UNIC - Universidade</u>	Mato Grosso

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
Gestão Cultural	de Cuiabá	de Cuiabá	
Planejamento e Gestão Estratégica de Eventos	<u>Universidade FUMEC</u>	<u>Universidade FUMEC</u>	Minas Gerais
Planejamento e Organização de Eventos	Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP	FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado	São Paulo
Pós-Graduação Lato Sensu em Arte e Cultura	<u>IH - Instituto de Humanidades</u>	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural	FPV - Faculdades Integradas Paiva de Vilhena	FCCP - Fundação Cultural Campanha da Princesa / FPV - Faculdades Integradas Paiva de Vilhena	Minas Gerais
Pós-Graduação Lato Sensu em Produção Cultural	PECS - Programa de Estudos Culturais e Sociais	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro
Produção Cultural	<u>Immaginare - Escola de Criação e Artes Visuais</u>	<u>Immaginare - Escola de Criação e Artes Visuais</u>	São Paulo
Produção Cultural com Ênfase em Literatura Infanto-Juvenil	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Produção e Crítica Cultural	<u>PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</u>	<u>PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</u>	Minas Gerais
Produção e Gestão de Projetos Culturais	<u>Núcleo de Inteligência Corporativa SPEI - Pós-graduação</u>	<u>SPEI - Ensino Superior em Tecnologia da Informação e Negócios</u>	Paraná
Turismo e Produção Cultural	<u>UNISO - Universidade de Sorocaba</u>	<u>UNISO - Universidade de Sorocaba</u>	São Paulo

Cursos de especialização mapeados que ainda não foram ofertados (não abriram primeira turma, informação dada após contato na fase de complementação dos dados):

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão	CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	FGV - Fundação Getúlio Vargas	Rio de Janeiro
Cultura: Conceitos, Produção & Gestão	Centro Universitário Conservatório Brasileiro de Música	Conservatório Brasileiro de Música	Rio de Janeiro
Economia da Cultura	CEPPEV - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu	Fundação Visconde de Cairu	Bahia
Empreendimentos Culturais	FIR - Faculdade Integrada do Recife	FIR - Faculdade Integrada do Recife	Pernambuco
Engenharia de Produção do Entretenimento	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Gestão Cultural</u>	<u>CEPPEV - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu</u>	<u>Fundação Visconde de Cairu</u>	Bahia
<u>Gestão Cultural e Patrimônio Histórico</u>	<u>UNILESTE-MG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais</u>	<u>UNILESTE-MG - Centro Universitário do Leste de Minas Gerais</u>	Minas Gerais
<u>Gestão e Marketing Cultural</u>	<u>Faculdade Christus</u>	<u>Faculdade Christus</u>	Ceará
<u>Gestão em Arte e Literatura</u>	<u>AES - Academia de Ensino Superior</u>	<u>AES - Academia de Ensino Superior</u>	São Paulo
<u>MBA em Gestão do Patrimônio Cultural e Material</u>	<u>Business School Maurício de Nassau</u>	<u>Faculdade Maurício de Nassau</u>	Bahia
<u>Planejamento e Gestão Cultural</u>	<u>PUC Minas Virtual</u>	<u>PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais</u>	Minas Gerais
<u>Projetos Culturais: da Concepção à Produção</u>	<u>PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná</u>	<u>PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná</u>	Paraná

Cursos de graduação mapeados:

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Ciências Sociais - Produção e Política Cultural</u>	<u>IH - Instituto de Humanidades</u>	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro
<u>Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura</u>	<u>FACOM - Faculdade de Comunicação</u>	<u>UFBA - Universidade Federal da Bahia</u>	Bahia
<u>Curso Superior em Ciências Sociais com concentração em Cultura e Sociedade</u>	<u>CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil</u>	<u>FGV - Fundação Getúlio Vargas</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção Cultural</u>	<u>Instituto Superior de Educação</u>	<u>UNEC - Centro Universitário de Caratinga</u>	Minas Gerais
<u>Produção Cultural</u>	<u>IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social</u>	<u>UFF - Universidade Federal Fluminense</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção e Marketing Cultural</u>	<u>IH - Instituto de Humanidades</u>	<u>UCAM - Universidade Cândido Mendes</u>	Rio de Janeiro

Cursos de graduação tecnológica mapeados:

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural</u>	<u>IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</u>	<u>IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</u>	Rio de Janeiro
<u>Formação de</u>	<u>UNISINOS -</u>	<u>UNISINOS -</u>	Rio Grande do Sul

CURSO	SETOR	INSTITUIÇÃO	ESTADO
<u>Produtores e Músicos de Rock</u>	<u>Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	<u>Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	
<u>Gestão Cultural</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	<u>UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos</u>	Rio Grande do Sul
<u>Gestão de Eventos</u>	<u>UNIFACS - Universidade Salvador</u>	<u>UNIFACS - Universidade Salvador</u>	Bahia
<u>Gestão e Produção de Eventos Culturais</u>	<u>CESFE - Centro de Estudos Superiores de Formação Específica</u>	<u>UNAMA - Universidade da Amazônia</u>	Pará
<u>Gestão, Organização e Promoção de Eventos</u>	<u>FIB - Centro Universitário da Bahia</u>	<u>FIB - Centro Universitário da Bahia</u>	Bahia
<u>Produção Audiovisual</u>	<u>FIB - Faculdades Integradas de Bauru</u>	<u>FIB - Faculdades Integradas de Bauru</u>	São Paulo
<u>Produção Cênica</u>	<u>Universidade Politécnica</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção Cultural</u>	<u>Faculdade de Artes Plásticas</u>	<u>FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado</u>	São Paulo
<u>Produção Cultural</u>	<u>UNICID - Universidade Cidade de São Paulo</u>	<u>UNICID - Universidade Cidade de São Paulo</u>	São Paulo
<u>Produção Cultural e Eventos</u>	<u>UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade</u>	<u>UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade</u>	Paraná
<u>Produção Fonográfica</u>	<u>Universidade Politécnica</u>	<u>UNESA - Universidade Estácio de Sá</u>	Rio de Janeiro
<u>Produção Musical (Tecnologia e Linguagem Musical)</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	<u>UAM - Universidade Anhembi Morumbi</u>	São Paulo
<u>Tecnologia em Produção Cultural</u>	<u>Unidade Natal</u>	<u>IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte</u>	Rio Grande do Norte
<u>Tecnologia em Produção Fonográfica</u>	<u>Centro de Educação e Comunicação</u>	<u>UCPEL - Universidade Católica de Pelotas</u>	Rio Grande do Sul

APÊNDICE E – LISTAGEM DAS PUBLICAÇÕES MAPEADAS

TÍTULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
1ª Conferência Nacional de Cultura (2005-2006): Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura		2007	SAI - Secretaria de Articulação Institucional	MinC - Ministério da Cultura
A cena pelo avesso - administração teatral		2000	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
A cultura e seu contrário	Teixeira Coelho	2008	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
A cultura pela cidade	Teixeira Coelho (org.)	2008	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
A Economia da Cadeia Produtiva do Livro	Fábio Sá Earp e George Kornis	2005	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
A república dos bons sentimentos	Michel Maffesoli	2009	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Ação Cultural: idéias e conceitos	Lúcia Machado Barbosa, Maria do Rosário Negreiros Barros e Maria da Conceição Bizerra (orgs.)	2002	Diretoria de Cultura	Fundação Joaquim Nabuco
Afinal, o que é produção?	Marcia de Almeida	1998	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Agenda cultural para o Brasil do presente	Hamilton José Barreto de Faria	2003	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Artes sob pressão: Proteção à diversidade cultural na Era da Globalização	Joost Smiers	2006	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
As mediações da cultura: arte, processo e cidadania	José Márcio Barros (org.)	2009	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cadeia Produtiva da Economia do Carnaval	Luiz Carlos Prestes Filho (org.)	2009	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cadernos de Políticas Culturais - Direito autoral		2006	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos de Políticas Culturais - Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento	Frederico A. Barbosa da Silva	2007	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos de Políticas Culturais - Política Cultural no Brasil	Frederico A. Barbosa da Silva	2007	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura

TITULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
Cadernos do Nosso Tempo: A cultura e as revoluções da modernização	Francisco C. Weffort	2000	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos do Nosso Tempo: Cultura e democracia - Volume 1		2001	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos do Nosso Tempo: Cultura e democracia - Volume 2	Celso de Rui Beisiegel et al.	2001	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos do Nosso Tempo: Cultura e democracia - Volume 3	José Álvaro Moisés et al.	2002	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos do Nosso Tempo: Fascínio e repulsa - Estado, cultura e sociedade no Brasil	Márcio Souza	2000	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Cadernos do Nosso Tempo: Missão do Ministério da Cultura	Joel Rufino dos Santos	2001	FUNARTE - Fundação Nacional de Artes	MinC - Ministério da Cultura
Caminhos do Investimento Cultural – um guia para o produtor e o investidor cultural		2005	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Cartas da cultura	Francisco Ferron, Hamilton José Barreto de Faria	2003	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Cidadania Cultural em São Paulo 1998-1992: Leituras de uma Política Pública	Hamilton José Barreto de Faria, Valmir de Souza (orgs.)	1997	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Construindo o Federalismo Cultural – um guia para o gestor municipal da cultura		2005	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Cultura e Democracia	Marilena Chauí	2009	FPC - Fundação Pedro Calmon	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura e Desenvolvimento em um quadro de desigualdades	Marta Porto	2009	FPC - Fundação Pedro Calmon	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura e Economia	Paul Tolila	2007	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Cultura e Municipalização	Cláudia Leitão	2009	FPC - Fundação Pedro Calmon	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura é o quê? Conferências Territorias de Cultura - propostas		2009	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura é o quê? II Conferência Estadual de Cultura		2008	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura é o quê? Resultados da II Conferência Estadual de Cultura		2008	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Cultura em Números - Anuário de Estatísticas Culturais 2009		2009	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura
Cultura Neoliberal	Cristiane Olivieri	2005	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano	Bernardo N. da Mata Machado, Guilardo	1995	LDC - Laboratório de	Instituto Pólis

TITULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
	Veloso, Hamilton José Barreto de Faria, Valmir de Souza		Desenvolvimento Cultural	
Cultura: ferramenta de desenvolvimento		2003	SEBRAE - CE	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Democracia Audiovisual - Uma proposta de articulação regional para o desenvolvimento	André Martinez	2005	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Desenvolver-se com Arte	Hamilton Faria (org.)	1999	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo	Hamilton José Barreto de Faria, Maria Ercília do Nascimento (orgs.)	2000	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Dicionário SESC - A Linguagem da Cultura	Newton Cunha	2003	SESC SP	SESC - Serviço Social do Comércio
Direito autoral: conceitos essenciais	Otávio Afonso	2007	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura		2007	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Diversidade cultural - Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas	Leonardo Brant (org.)	2005	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Diversidade cultural: da proteção à promoção	José Márcio Barros (org.)	2008	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento	Ana Carla Fonseca Reis (org.)	2008	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Economia criativa: uma nova perspectiva	Maria Amélia Mamede e Rachel Gadelha (orgs.)	2009	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Economia da Cultura	Isabela Cribari (org.)	2009	Diretoria de Cultura	Fundação Joaquim Nabuco
Economia da Cultura - a Indústria do Entretenimento e o Audiovisual no Brasil	Alfredo Bertini	2008	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável - o Caleidoscópio da Cultura	Ana Carla Fonseca Reis	2007	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Economia da Cultura: a força da indústria cultural no Rio de Janeiro	Luiz Carlos Prestes Filho e Marcos do Couto Cavalcanti	2002	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio

TITULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
				de Janeiro
Economia da Cultura: idéias e vivências	Ana Carla Fonseca Reis e Kátia de Marco (orgs.)	2009	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural	ABGC - Associação Brasileira de Gestão Cultural
Engenharia do Entretenimento: Meu vício, Minha virtude	José Augusto Nogueira Kamel (org.)	2006	Escola Politécnica da UFRJ	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal	Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (orgs.)	2008	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Experiências de Gestão Cultural Democrática	Hamilton José Barreto de Faria, Valmir de Souza (orgs.)	1993	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Gestão cultural. significados e dilemas na contemporaneidade	Cláudia Sousa Leitão (org.)	2003	Programa BNB de Cultura	BNB - Banco do Nordeste
Gestão Cultural: Profissão em Formação	Maria Helena Cunha	2007	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura
Guia de Políticas Culturais para Órgãos Públicos, Empresas e Instituições	Secretaria de Políticas Culturais	2009	SPC - Secretaria de Políticas Culturais	MinC - Ministério da Cultura
Guia do Incentivo à Cultura	Fábio de Sá Cesnik	2007	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Laboratório de desenvolvimento cultural	Fórum Intermunicipal de Cultura	2001	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Manual de Elaboração de Projetos	Assessoria de Projetos - FUNCEB	2008	FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Manual do Direito do Entretenimento - Guia de Produção Cultural	Andréa Francez, José Carlos Costa Netto e Sérgio Fama D'Antino	2009	SENAC - São Paulo	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Mercado Cultural	Leonardo Brant	2001	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Modernização da Cultura: Políticas para o Audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes - Ceará (1987 - 1998)	Alexandre Barbalho	2005	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
O Avesso da Cena: Notas sobre Produção e Gestão Cultural	Romulo Avelar	2008	Duo Informação e Cultura	Duo Informação e Cultura
O que é Sistema Municipal de Cultura?		2009	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
O reencantamento do mundo: arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário		2002	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis

TITULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
Oficinas do Sistema Nacional de Cultura	Lia Calabre (org.)	2006	SAI - Secretaria de Articulação Institucional	MinC - Ministério da Cultura
Organização e Produção da Cultura	Linda Rubim (org.)	2005	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006 - valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural			Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Políticas Culturais em Revista		2008	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Políticas Culturais na Bahia: Governo Jaques Wagner – 2007	Antonio Albino Canelas Rubim e Bruno Faria Rohde (orgs.)	2008	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Políticas Culturais na Ibero-América	Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (orgs.)	2008	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Políticas Culturais no Brasil	Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (orgs.)	2007	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Políticas Culturais Vol. 1	Leonardo Brant (org.)	2002	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Políticas Culturais: Diálogo impensável – vol. II,	Lia Calabre (org.)	2009	Centro de Pesquisa da FCRB	FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
Políticas culturais: diálogo indispensável	Lia Calabre (org.)	2005	Centro de Pesquisa da FCRB	FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
Políticas Culturais: reflexões e ações	Lia Calabre (org.)	2009	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Políticas Culturais: Um campo de estudo	Lia Calabre (org.)	2009	Centro de Pesquisa da FCRB	FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
Políticas Públicas de Cultura	Conselho Estadual de Cultura	2006	CEC - Conselho Estadual de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 2003-2005	Cleise Campos, Guilherme Lemos e Lia Calabre (orgs.)	2007	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ
Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 2006	Cleise Campos, Guilherme Lemos e Lia Calabre (orgs.)	2007	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ	COMCULTURA - Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - RJ
Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80	Chin- tao Wu	2006	SESC SP	SESC - Serviço Social do Comércio
PROA - Revista de Antropologia e Arte		2009	GESTA - Grupo de Estudos de Antropologia e	UNICAMP - Universidade Estadual de

TITULO	AUTOR	ANO	SETOR	INSTITUICAO
			Arte	Campinas
Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil		2006	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Projeto Cultural para um Governo Sustentável	Hamilton José Barreto de Faria, Valmir de Souza (orgs.)	1994	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis
Projetos Culturais	Fábio de Sá Cesnik e Maria Eugênia Malagodi	1999	Instituto Pensarte	Instituto Pensarte
Projetos culturais: técnicas de modelagem	Hermano Roberto Thiry- Cherques	2008	FGV - Fundação Getúlio Vargas	FGV - Fundação Getúlio Vargas
Revista Cultura e Pensamento		2007	MinC - Ministério da Cultura	MinC - Ministério da Cultura
Revista Observatório Itaú Cultural		2007	Instituto Itaú Cultural	Instituto Itaú Cultural
Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)	Isaura Botelho	2001	Centro de Pesquisa da FCRB	FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
Seminário Cultura XXI: seleção de textos	Cláudia Sousa Leitão e Fabiano dos Santos (orgs.)	2006	Secretaria da Cultura do Ceará	Secretaria da Cultura do Ceará
Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares		2006	SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural	MinC - Ministério da Cultura
Sistema Estadual de Cultura		2009	SUDECULT - Superintendência de Cultura	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares	Gisele Marchiori Nussbaumer (org.)	2007	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE na Cultura e Entretenimento	Décio Coutinho, Glauber Almeida, Heliana Marinho, Rosirene Aires, Valéria Barros e Vinicius Lages	2007	SEBRAE - Nacional	SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Textos nômades: política, cultura e mídia	Alexandre Barbalho	2008	Programa BNB de Cultura	BNB - Banco do Nordeste
Transversalidades da Cultura	Linda Rubim e Nadja Miranda (orgs.)	2008	CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura	UFBA - Universidade Federal da Bahia
Você quer um bom conselho? Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural	Altair Moreira , Fernanda Versolato, Hamilton José Barreto de Faria	2005	LDC - Laboratório de Desenvolvimento Cultural	Instituto Pólis